



Editora
Uniesp

OPINIÃO **ECONÔMICA**

PAULO GALVÃO JÚNIOR

Prefácio de ÉRIKA MARQUES
Reitora do Centro Universitário UNIESP



ISBN: 978-65-5825-081-4

OPINIÃO ECONÔMICA

PAULO GALVÃO JUNIOR

Centro Universitário – UNIESP

Cabedelo - PB
2021



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNESP

Reitora

Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti

Pró-Reitora Acadêmica

Iany Cavalcanti da Silva Barros

Editor-chefe

Cícero de Sousa Lacerda

Editores assistentes

Márcia de Albuquerque Alves
Josemary Marcionila F. R. de C. Rocha

Editora-técnica

Elaine Cristina de Brito Moreira

Corpo Editorial

Ana Margareth Sarmiento – Estética
Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura
Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda
Érika Lira de Oliveira – Odontologia
Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia
Jancelice dos Santos Santana – Enfermagem
José Carlos Ferreira da Luz – Direito
Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia
Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores
Luciano de Santana Medeiros – Administração
Marcelo Fernandes de Sousa – Computação
Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante – Ciências Contábeis
Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia
Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária
Rita de Cássia Alves Leal Cruz – Engenharia
Rodrigo Wanderley de Sousa cruz – Educação Física
Sandra Suely de Lima Costa Martins - Fisioterapia
Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright © 2021 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)**

G182o Galvão Júnior, Paulo.

Opinião econômica [recurso eletrônico] / Paulo Galvão Júnior. - Cabedelo, PB: Editora UNIESP, 2021.
210 p.: il.

Prefácio de Érika Marques
Tipo de Suporte: E-book
ISBN: 978-65-5825-081-4

1. Economia mundial. 2. Economia global. 3. Fome. 4. Adam Smith - Economista. 5. Revolução industrial. 6. Reforma tributária. 7. Economia – Brasil. 8. Desemprego. 9. Educação – Pandemia COVID-19. I. Título.

CDU: 330(100)

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

Editora UNIESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,
Bloco Central – 2 andar – COOPERE
Morada Nova – Cabedelo – Paraíba
CEP: 58109-303

SUMÁRIO

PREFÁCIO	06
APRESENTAÇÃO	08
A SUPERAÇÃO DA FOME NO MUNDO ATÉ 2030	10
DA CRISE DE 1929 ATÉ A CRISE DA COVID-19	13
SETE PAÍSES TÃO DISTANTES E TÃO DIFERENTES DO BRASIL	16
OS 70 ANOS DE SCHUMPETER EM PLENA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	20
A PANDEMIA DA COVID-19 NA ÍNDIA	24
O BRASIL É NONO MAIS RICO E NONO MAIS DESIGUAL DO MUNDO	25
PARCERIAS ECONÔMICAS NA ATUALIDADE	30
A VISÃO FURTADIANA SOBRE A MÃO DE OBRA NO BRASIL	34
COMO O BRASIL ESCAPARÁ DA ARMADILHA DA RENDA MÉDIA?	38
O AUMENTO DO DESEMPREGO NO BRASIL	41
PERSPECTIVAS ECONÔMICAS PARA 2021	44
AS EXPANSÕES E RETRAÇÕES ECONÔMICAS NO BRASIL	47
JUNTOS ONLINE PELO NOSSO PLANETA	50
A DÍVIDA PÚBLICA BRUTA NO BRASIL	53
FATOS HISTÓRICOS RELACIONADOS À ECONOMIA	56
POR UMA REFORMA TRIBUTÁRIA MAIS AMPLA NO BRASIL	59
TRÊS PENSADORES GENIAIS	62
O IDH NO MUNDO EM 2019	66
O PODER DO PENSAMENTO ECONÔMICO	70
REPENSAR O FUTURO DA HUMANIDADE	74
A PANDEMIA DA COVID-19 EMPOBRECE A CLASSE C NO BRASIL	78
OS 245 ANOS DA OBRA-PRIMA DE ADAM SMITH	82
A RELAÇÃO DA CRISE DA COVID-19 COM A EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL	87
A ESCOLA AUSTRIACA E COMO SUA DOUTRINA PODERIA SER APLICADA NO NORDESTE DO BRASIL	91
NÃO AO NEOPROTECIONISMO AGRÍCOLA NA ECONOMIA MUNDIAL	97
UM CONCEITO DE AMAZÔNIA AMARELA	102
OS 120 ANOS DE SIMON KZUNETS	107
EXTERNALIDADE NEGATIVAS OU POSITIVAS SOBRE A ECONOMIA MUNDIAL	112
OS 85 ANOS DA OBRA-PRIMA DE KEYNES	115
UMA VISÃO CRÍTICA E INDEPENDENTE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO BRASIL	120
O OURO DO SÉCULO XXI	124
O IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA NO SETOR BANCÁRIO NO	129

PERÍODO 2014-2017	
UMA FOTOGRAFIA DA ECONOMIA DA TURQUIA	152
UMA BREVE ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA	156
A INFLAÇÃO NOSSA DE CADA DIA NO BRASIL	163
PERFIL DO INVESTIDOR BRASILEIRO NO MERCADO DE CAPITAIS	167
OS 32 ANOS SEM JOHN HICKS	189
A CESTA BÁSICA REPRESENTA 48,32% DO SALÁRIO MÍNIMO EM JOÃO PESSOA	193
GÁS DE COZINHA MAIS CARO VAI PESAR NO ORÇAMENTO FAMILIAR EM JOÃO PESSOA	195
A CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA MAIS CARA EM 2021 NO BRASIL	199
SOBRE O AUTOR	203

Prefácio

Nos dias atuais, presenciamos a publicação de vários livros e eBooks de economia no Brasil e no mundo. Estamos em plena segunda onda da COVID-19 no Brasil. Como reitora do Centro Universitário UNIESP, localizado na cidade portuária de Cabedelo, no estado da Paraíba, fui gentilmente convidada para escrever o prefácio do novo eBook de economia, pela Editora UNIESP, do estimado professor Paulo Galvão Júnior.

Convido a todos os leitores para ler, reler e ler de novo a nova obra digital intitulada Opinião Econômica, a ser lançada no INOVA UNIESP, e sobretudo, eu e o professor Paulo Galvão Júnior, somos colunistas do Portal MaisPB, e aproveitamos este prefácio para agradecer a valiosa atenção e colaboração profissional do jornalista paraibano Kubistchek Pinheiro. Kubi foi fundamental para incentivar o professor Paulo Galvão Júnior a escrever textos curtos, em sua coluna, semanalmente, e mudou o seu estilo para este eBook, porque para escrever seus textos curtos, teve que aprender a resumir, utilizar muito bem as palavras, indo direto ao assunto.

A obra Opinião Econômica, consiste em refletir criticamente os rumos da economia brasileira, como também, da economia mundial, em plena Quarta Revolução Industrial. Revolução essa que teve uma empasse em função da pandemia da COVID-19, porém com a redução desse empasse, galga passos largos a busca de um desenvolvimento científico e tecnológico para alcançar seus objetivos.

O presente livro digital está organizado em 40 artigos, que analisam os principais indicadores socioeconômicos do Brasil e do mundo. Apresentando explicações sobre diversos temas e aponta os caminhos, que se pode percorrer para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. Temas relevantes são tratados pelo autor, e pelos coautores dos artigos como a fome, a Crise de 1929, a Crise da COVID-19, a Quarta Revolução Industrial, a pandemia da COVID-19 na Índia, a desigualdade de renda, o desemprego no Brasil, a dívida pública, o Índice de Desenvolvimento Humano, entre outros temas.

No enfoque da temática da economia global, observa-se que a mesma passa por uma série crise e ela é muita complexa. Requer muitos estudos, para iniciar fortemente o processo de recuperação econômica mundial. Dentre esse contexto o Brasil terá um papel relevante, por ser um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do planeta.

Diante o exposto, o autor, Professor Paulo Galvão Júnior, trás como contribuição nesse livro de Economia uma reflexão e análise, dos principais indicadores socioeconômicos do Brasil e do mundo na atualidade. Para tanto, recomendo a sua leitura e parabenizo-o por sempre estar em busca do ouro do século XXI, que o mesmo considera como o “Conhecimento”.

Cabedelo, 22 de Outubro de 2021

**Érica Marques
Reitora do UNIESP**

**“O que vai gerar a riqueza das nações é o fato de cada indivíduo procurar o seu desenvolvimento e crescimento econômico pessoal”
ADAM SMITH (1723-1790)**

Apresentação

Há mais de um ano em isolamento social, sem aulas presenciais no Centro Universitário UNIESP, localizado na cidade portuária de Cabedelo, então, eu aproveito as horas vagas, após as aulas remotas de economia e de economia brasileira, pelo *Google Classroom*, com a ferramenta do *Google Meet*, para escrever os meus novos artigos. Hoje, apresento ao estimado leitor e a estimada leitora no Brasil, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e no mundo, o meu novo eBook de economia intitulado **Opinião Econômica**, com 40 (quarenta) artigos, pela Editora UNIESP, com prefácio, da estimada reitora Érika Marques do UNIESP.

Destacamos que são 12 (doze) artigos de economia brasileira e de economia internacional, em parceria com os(as) estimados(as) alunos(as) dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis, Gestão Financeira e Gestão de Recursos Humanos (RH) e de Pós-Graduação em Gestão Financeira no UNIESP, além de 2 (dois) artigos com o economista paulista Luiz Alberto Machado e com a economista paraibana Angélica Costa.

Ressaltamos que foram artigos elaborados a quatro mãos, pelo economista paraibano Paulo Galvão Júnior, em parceria com a bacharela em Ciências Contábeis no UNIESP, Victória Gomes e o principal objetivo deste artigo é examinar as parcerias econômicas na atualidade, em especial, as relações bilaterais entre o Brasil e o Canadá, em plena Quarta Revolução Industrial.

Em parceria com a estudante do Curso de Graduação em Administração no UNIESP, Joreny Ferreira de Araújo, um artigo nas comemorações alusivas ao Centenário de Celso Furtado. Com a estudante do Curso de Gestão Financeira no UNIESP, Mariana Cabral, sobre a COP26 em Glasgow, na Escócia. Já com a estudante do Curso de Administração do UNIESP e Licenciada em Letras pela UFPB, Gabriela Lyra Alves, sobre as classes econômicas no Brasil em plena pandemia da COVID-19.

Eu sou coautor do artigo em parceria com autora Thamirys Augusta Firmino Figueiredo, aluna de Administração no UNIESP, sobre a relação da crise da COVID-19 com a educação universitária no Brasil. Eu sou também coautor do artigo em parceria com o autor Guilherme Barbosa da Silva Neto, aluno do Curso de Graduação em Administração no UNIESP, nas comemorações alusivas aos 150 anos da Escola Austríaca, em plena pandemia da COVID-19 no mundo.

Eu também escrevi em parceria com as estudantes do Curso de Administração no UNIESP, Marianna Cerqueira Alves Coutinho, sobre a luta contra o neoprotecionismo agrícola na economia mundial e Laura da Silva Lauretino, sobre a Amazônia Verde, a Amazônia Azul e a “Amazônia Amarela”.

Na condição de coautor do artigo, novamente, com a aluna Joreny Ferreira de Araújo do Curso de Administração sobre o ouro do século XXI nas Olimpíadas UNIESP de Economia e de Economia Brasileira. E de novo, com ex-orientanda de Ciências Contábeis, Victória Gomes, sobre a situação socioeconômica da América Latina. Ambas, ex-líderes das Olimpíadas UNIESP de Economia.

Destaco um artigo sobre as externalidades negativas ou positivas sobre a economia mundial com o estimado economista Luiz Alberto Machado, ex-presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo (CORECON-SP) e do Conselho Federal de Economia (COFECON), atualmente, conselheiro do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial e assessor da Fundação Espaço Democrático.

Ressalto um artigo sobre a inflação no Brasil que foi elaborado em parceria com a economista Angélica Costa, palestrante, gestora financeira, mentora do Programa Potência Feminina com apoio da Google e empreendedora social na ARC Ações Solidárias. Além de dois artigos na condição de co-autor também com a Bacharela em Administração, Dávila Sousa Morais, sobre o setor bancário brasileiro e com o Bacharel em Ciências Contábeis, Daniel Gomes Guimarães, sobre o mercado de capitais no Brasil.

Em pleno isolamento social, não há nada tão especial como escrever 40 (quarenta) artigos de economia brasileira e de economia internacional, com entusiasmo, com correções, sempre em busca do ouro do século XXI, sendo 26 (vinte e seis) artigos de minha autoria sobre a fome no mundo, Crise de 1929, países asiáticos, Schumpeter, COVID-19 na Índia, Brasil, armadilha da renda média, desemprego, dívida pública, ciclo econômico, reforma tributária, IDH, obra-prima de Adam Smith ou de Keynes, Kuznets, economia da Turquia, entre outros temas nacionais e internacionais.

Eu acredito que podemos conquistar a prosperidade econômica com dignidade humana no Brasil. Os erros e os equívocos são de inteira responsabilidade do autor do presente livro digital. Enfim, uma boa leitura! Muita saúde! Até o próximo *eBook*!

Cabedelo, 28 de junho de 2021

Paulo Galvão Júnior

A superação da fome no mundo até 2030

Paulo Galvão Júnior ⁽¹⁾

Recentemente, o Programa Mundial de Alimentos (PMA), uma agência humanitária da Organização das Nações Unidas (ONU), foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz de 2020, “por seus esforços para combater a fome, por sua contribuição para a melhoria das condições de paz em áreas afetadas por conflitos e por atuar como uma força motriz nos esforços para prevenir o uso da fome como arma de guerra e conflito”. O PMA receberá uma medalha de ouro, um diploma e mais de US\$ 1 milhão em 10 de dezembro de 2020.

O *World Food Programme* (Programa Mundial de Alimentos) foi fundado em 1961, com sede em Roma, na Itália, e prestou assistência alimentar a 97 milhões de pessoas famintas em 88 países no ano de 2019. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 687,8 milhões de pessoas passaram fome no mundo em 2019. O contingente de pessoas famintas mais alto se registrou na Ásia, com 381,1 milhões. Em segundo lugar encontra-se a África, com 250,3 milhões de famintos. Na terceira colocação, encontram-se os países da América Latina e do Caribe, com 47,7 milhões de pessoas que padecem de fome.

No relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World 2000* (O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2020), da FAO, verifica-se que aumentou de 653,2 milhões de pessoas que passavam fome em 2017 para 678,1 milhões em 2018, e no ano de 2019, cresceu novamente para 687,8 milhões de pessoas. A pandemia da COVID-19 agravará a fome no planeta em 2020 e o número de pessoas famintas ultrapassará os 841 milhões em 2030, segundo as projeções da FAO. O PMA (WFP, sigla em inglês) alerta sobre risco de pandemia da fome no planeta.

Por que segue aumentando anualmente a fome no mundo? As principais causas do avanço da fome mundial são a crise econômica, o aumento da pobreza extrema, as guerras, os conflitos armados, o crescimento da desigualdade econômica, as perdas e os desperdícios de alimentos, o incremento dos preços dos alimentos e as mudanças climáticas.

A crise econômica ocorre em vários países como a Venezuela e o Zimbábue. A Venezuela, com a maior reserva mundial de petróleo, sofre muito com a

¹Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

hiperinflação, a abrupta desvalorização do bolívar soberano, o elevado desemprego, a depressão econômica, o alto risco-país e a escassez de produtos básicos, que já provocaram 9,3 milhões de pessoas passando fome, conforme as estimativas da ONG britânica OXFAM.

O aumento da pobreza extrema aconteceu em diversas nações como a Argentina e o Camboja. A pobreza extrema cresce nas ruas de Buenos Aires, são pessoas sobrevivendo com menos de US\$ 1,90 por dia. Em plena recessão econômica, a Argentina tem 18,5 milhões de pessoas na pobreza absoluta, sendo 4,7 milhões na pobreza extrema, e as mais afetadas são principalmente as crianças de rua na busca por um prato de comida.

As guerras ocorrem em países asiáticos como o Afeganistão, Iêmen e Síria. Com a Guerra Civil da Síria, desde 2011, dramaticamente a fome atingiu 7,9 milhões de pessoas, e diariamente morrem crianças da forma mais grave de desnutrição. Os conflitos armados acontecem em nações como o Sudão do Sul desde 2011, que gerou conflitos étnicos, refugiados com fome, além de crianças famintas no país mais jovem do mundo.

A desigualdade econômica aumentou no Chile e com isso aumenta a fome (*el hambre*). Há uma extrema desigualdade de renda nas avenidas de Santiago, os mais ricos cada vez mais ricos, e os mais pobres cada vez mais pobres. O Índice de Gini do Chile foi de 0,45 em 2017, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O desperdício de alimentos acontece em países como o Brasil. São desperdiçados 41 mil toneladas de alimentos por dia, segundo o WRI Brasil. Quando o caminhão de lixo despeja alimentos desperdiçados e perdidos nas centrais de abastecimento e distribuição de alimentos representa 30% das perdas e desperdícios de alimentos. O incremento dos preços dos alimentos sucede em nações como o Brasil, onde a alta do arroz, feijão, leite, carnes bovina e de frango, óleo de soja, pães e ovos desespera os chefes de família das classes econômicas D e E. O Brasil tem 10,3 milhões de pessoas famintas (IBGE, 2020).

A ONU estabeleceu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015. O Fome Zero (*Zero Hunger*) é um dos ODS até 2030. O ODS número 2 é acabar com a fome global (194 milhões de famintos na Índia), garantindo o acesso à comida de qualidade e nutritiva, em quantidade suficiente, com regularidade, aos mais vulneráveis.

A dor da fome atormenta quando o ser humano não consegue suprir as necessidades diárias de calorias e proteínas imprescindíveis para manter a saúde e o organismo funcionando adequadamente. A fome crônica se agrava no Burundi, Congo e Haiti e é mais deletéria do que a aguda. A fome aguda é ocasionada por problemas socioeconômicos (exemplo, o desemprego no México) ou por mudanças climáticas (exemplos, a seca no Chade, a enchente em Bangladesh e o ciclone em Moçambique).

Infelizmente, a extrema seca provocada pelo *El Niño* sucedeu na Etiópia, Eritreia, Djibuti, Quênia, Somália, Sudão e Uganda, e afetou milhares de crianças africanas com menos de 5 anos de idade, que morreram de fome ou estão morrendo por causa da desnutrição grave.

Em síntese, quase 690 milhões de pessoas em todo o mundo passaram fome em 2019, ou 8,9% da população mundial (FAO, 2020). Hoje é o Dia Mundial da Alimentação e nos próximos dez anos, “as nossas ações são o nosso futuro”, na superação da fome no mundo até 2030. Investir em agropecuária, pesca e aquicultura significa salvar vidas humanas.

Da Crise de 1929 até a Crise da COVID-19

Paulo Galvão Júnior ⁽²⁾

A maior crise do sistema capitalista começou exatamente no dia 24 de outubro de 1929. Numa Quinta-feira Negra ocorreu a grande queda da Bolsa de Valores de Nova York, nos Estados Unidos da América (EUA), era o início da Grande Depressão dos anos 30. Amanhã, em 24 de outubro de 2020, os exatos 91 anos da Crise de 1929, quando desapareceram US\$ 14 bilhões do mercado de ações no país mais rico do mundo, no único pregão, com a venda de mais de 12 milhões de ações de baixíssima cotação. A especulação financeira, uma das principais causas da Crise de 1929, provocou cinco dias depois a grande quebra da bolsa do centro financeiro do planeta, em 29 de outubro, numa Terça-feira Negra. O Índice Dow Jones caiu de 380 pontos em setembro de 1929 para 40 pontos em julho de 1932, um colapso financeiro de 85% ao longo de três anos.

A superprodução foi uma das principais causas da Crise de 1929. O aumento da oferta de produtos em relação a fraca demanda de consumidores ocasionou a superprodução agrícola (estoque de trigo, milho, algodão, etc.) como também a superprodução industrial (estoque de automóveis, tratores, fogões, geladeiras, rádios, etc.) nos EUA. A Grande Depressão nos EUA provocou a falência de mais de 9 mil bancos. Mais de 85 mil empresas encerram suas atividades econômicas. Foram vários os suicídios. Os pobres foram morar em favelas. Além de longas filas à espera de receber café com rosca ou sopa com pão nas ruas de Nova York, Chicago ou Detroit. Era o verdadeiro caos econômico.

Os EUA sofreram muito com o desemprego em massa nas zonas urbanas e rurais. A taxa de desemprego subiu de 3,2% da população economicamente ativa (PEA) em 1929 para 24,9% da PEA em 1933. De acordo com o economista Jeremy Rifkin (1995, p.26), no livro *O Fim dos Empregos*: “Em outubro de 1929, um pouco menos de um milhão de pessoas estavam desempregadas. Em dezembro de 1931, eram mais de dez milhões de americanos sem trabalho. Seis meses depois, em junho de 1932, o número de desempregados havia crescido para 13 milhões. O desemprego atingiu seu ponto máximo, com mais de 15 milhões de desempregados, no auge da depressão, em março de 1933”.

Como foi possível tirar os EUA do caos econômico? Da segunda metade do século XVIII até o ano de 1933, o liberalismo econômico dominava nos países capitalistas. Mas em 04 de março de 1933, com *New Deal*, o presidente americano

²Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

Franklin Delano Roosevelt não adotou o liberalismo econômico, idealizado pelo economista escocês Adam Smith. No *New Deal* ocorreram grandes investimentos em obras públicas como a construção de represas, aeroportos, portos, pontes, viadutos, casas populares, hospitais, escolas, etc.

A crise estrutural de 1929 fragilizou o capitalismo liberal e provocou um pânico em Wall Street. O economista inglês John Maynard Keynes, o maior economista do século XX, pensou nos ciclos econômicos no Capítulo 22 do revolucionário livro *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de 1936. Keynes apontou uma solução a curto prazo contra a depressão econômica, uma política fiscal expansionista, ou seja, aumentar os gastos governamentais e reduzir os impostos. Era o fim do *laissez-faire*, da Lei de Say, da mão invisível, com a intervenção do Estado na economia para gerar empregos.

Entre as principais lições da superação da Crise de 1929, quase 91 anos depois, além da Crise de 2008, é entender o papel do Estado na Crise da COVID-19. O novo coronavírus começou na China, a segunda maior economia do planeta, que já contaminou mais de 41 milhões de pessoas no mundo, com mais de 1 milhão de mortos (UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS), agora diante da segunda onda da COVID-19 na Europa e da terceira onda no Irã. O Governo Federal elevou os gastos públicos com o Auxílio Emergencial de mais de 67 milhões de pessoas (CEF) para amenizar o sofrimento decorrente da primeira onda da COVID-19 no Brasil, o 2º lugar no *ranking* mundial de mortes, com mais de 155 mil pessoas (UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS). A intervenção do Estado na economia brasileira provocou o aumento do poder aquisitivo sem precedentes de milhões de pessoas mais vulneráveis, que estão consumindo mais alimentos, remédios, serviços por *delivery* e materiais de construção, com cinco parcelas de R\$ 600 de abril a agosto e quatro de R\$ 300 até dezembro. Ressalta-se que a mãe solteira e chefe de família recebeu cinco parcelas de R\$ 1.200 de abril a agosto e receberá quatro de R\$ 600 até dezembro.

É alarmante a situação das contas públicas no País, são sucessivos déficits públicos desde 2014 e a dívida pública bruta já ultrapassou os R\$ 6 trilhões em abril de 2020 (BACEN). Os governos federal, estaduais e municipais não reduziram os 92 tributos (13 impostos, 34 taxas e 45 contribuições) vigentes no País. Os economistas britânicos Smith e Keynes eram contra os elevados impostos em séculos distintos. Com menos tributos, as empresas com menor custo de produção tendem a reduzir os preços dos bens e serviços e a baixa vertiginosa dos preços possibilitará um boom de consumo das famílias a curto prazo.

A recessão econômica no secular e emergente Brasil começou no segundo trimestre de 2020, com uma retração de 9,7% (IBGE) e já provocou 14 milhões de

desempregados (IBGE). Continuamos em *home office*, empurrando o carrinho de compra no supermercado com menos mercadorias (IPCA em 3,14%), de máscara no rosto e com álcool 70% nas mãos, e aguardando a vacina em plena pandemia da COVID-19.

O Grande Confinamento de 2020 causou um impacto na economia global tão avassalador quanto o da Grande Depressão de 1930. De acordo com o historiador Erick Hobsbawm (1995, p.105) no livro *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*, “Mesmo a pior depressão cíclica mais cedo ou mais tarde tem de acabar”. Resumindo, a Crise de 1929 começou nos EUA, atravessou o Oceano Atlântico, e chegou na Inglaterra, França e Alemanha, e contagiou países capitalistas como Canadá e Brasil, em seguida, provocou a primeira grande crise do capitalismo. No período entreguerras, a Crise de 1929 abalou a economia mundial, com exceção a União Soviética (atual Rússia). Em suma, a Crise de 1929 provocou o aumento assustador da falência de bancos e de empresas, do desemprego, da pobreza e da fome nas nações capitalistas. Mas, chegou a recuperação econômica com o *New Deal* em 1933 que aumentou a demanda agregada nos EUA.

Sete países tão distantes e tão diferentes do Brasil

Paulo Galvão Júnior ⁽³⁾

O Brasil é o quinto maior país do mundo, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados (IBGE). Atualmente, o Brasil é a sexta nação mais populosa do planeta, com 212 milhões de habitantes (ONU). O Brasil é a nona maior economia do mundo, com o Produto Interno Bruto (PIB) nominal de US\$ 1,8 trilhão, segundo os dados de 2019 do Fundo Monetário Internacional (FMI). O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do planeta (FAO). E o Brasil encontra-se na 79ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com 0,761, conforme os dados de 2018 do Relatório do Desenvolvimento Humano 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em plena Quarta Revolução Industrial, o Brasil precisa aumentar suas relações internacionais com o resto do mundo. Nos dias atuais, pode-se analisar os principais indicadores e índices norteadores de desenvolvimento humano de sete países tão distantes do Brasil: Afeganistão, Cazaquistão, Paquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Os sete países asiáticos juntos somam uma população total de 327 milhões de habitantes, um PIB total de US\$ 592,2 bilhões e uma área territorial de 5,3 milhões de quilômetros quadrados. Atualmente, o Brasil é mais rico, mais extenso e menos populoso do que a união dos sete países islâmicos citados.

As breves análises iniciam-se pelas cinco ex-repúblicas soviéticas da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), localizadas na Ásia Central: Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Em seguida, a análise de indicadores e índices do Afeganistão, localizado também na Ásia Central e por fim, do Paquistão, situado no Sul da Ásia.

A República do Cazaquistão tem uma população de 18,7 milhões de habitantes, majoritariamente mulçumana, e sua moderna capital é Nur-Sultan. O Cazaquistão produz petróleo, gás natural, urânio (o maior produtor mundial), cromo, ouro e prata, além de trigo. O Cazaquistão é o nono maior país do planeta, com 2.699.700 quilômetros quadrados, a moeda oficial é o tenge cazaquistão e pretende mais cooperação com o continental e tropical Brasil em energia limpa e agricultura. Ressaltamos que, em janeiro de 2019, o emergente Cazaquistão inaugurou a maior usina solar da Ásia Central.

³Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

O Quirguistão tem como capital a secular Bishkek. É um país montanhoso de 6,5 milhões de habitantes e predominante agrícola. Produz ouro e sua moeda é o som quirguistão. Recentemente, sofreu uma nova crise política, após denúncias de compra de votos e de fraudes nas eleições legislativas para o Parlamento (DW, 2020). A República do Quirguistão é o segundo país mais pobre da Ásia Central, com um PIB nominal de US\$ 8,4 bilhões (FMI).

A capital da República do Tadjiquistão é Dushanbe e a sua moeda oficial é o somoni tadjiquistão. É um país montanhoso, rico em minerais como ouro, prata e alumínio e tem muito gás natural. O Tadjiquistão é o menor país, com 139.600 quilômetros quadrados, o país mais pobre da Ásia Central, com US\$ 8,1 bilhões e o terceiro menos populoso da região, com 9,1 milhões de habitantes (ONU).

O Turcomenistão é um país desértico e com muitos recursos energéticos, gás natural (quarta maior reserva do mundo) e petróleo na costa do Mar Cáspio. Os gasodutos atravessam o território turcomeno para escoar a elevada produção de gás natural. A população turcomena é de 6,0 milhões de habitantes e a menos populosa da Ásia Central. Na capital Ashgabat destacam-se os monumentos em mármore branco. A moeda é o manate turcomeno. O IDH do Turcomenistão é 0,710, um IDH alto e igual ao país vizinho, o Uzbequistão.

A República do Uzbequistão fez parte da antiga Rota da Seda, produz algodão (um dos maiores produtores mundiais), trigo, ouro, petróleo e gás natural. Sua populosa capital é Tashkent e sua moeda é som uzbequistão. O Uzbequistão é o segundo país mais populoso da Ásia Central, com 34,1 milhões de habitantes e a segunda nação mais rica da região, com US\$ 57,9 bilhões (FMI).

A República Islâmica do Afeganistão é um país montanhoso com 32,2 milhões de habitantes. A sua capital é Cabul e a moeda oficial é o afegane afegão. O Afeganistão é palco de quatro décadas de guerras e conflitos armados e já foi invadido por tropas da URSS (1979) e dos EUA (2001), mas venceram as duas superpotências da antiga Guerra Fria. O Taliban mudou os rumos do Afeganistão com repressivas leis islâmicas em 1996 até os dias de hoje. É gritante a pobreza extrema no Afeganistão, como também, no país vizinho, o Paquistão.

A República Islâmica do Paquistão é o quinto país mais populoso do mundo, com 220,8 milhões de habitantes, ou seja, cerca de 2,8% da população mundial. A capital paquistanesa é Islamabad, o PIB foi de US\$ 278 bilhões no ano de 2019, a moeda é a rúpia paquistanês e o Corredor Econômico China-Paquistão (CECP) escoará uma parte significativa da produção industrial da segunda maior economia do mundo pelo porto de Gwadar, no Mar da Arábia, na Nova Rota da Seda, além das commodities paquistanesas

como algodão e trigo. O IDH atual do Paquistão é de 0,560 (PNUD), sendo classificado como um IDH médio na terra de um dos economistas idealizadores do IDH, Mahbub ul Haq (1934-1998).

Sete países tão diferentes do Brasil lutam diuturnamente para melhorar a qualidade de vida de sua população. O melhor IDH é do Cazaquistão com 0,817 e o pior IDH é do Afeganistão com 0,496 no ano de 2018 (PNUD). O Cazaquistão é o país mais rico da Ásia Central com US\$ 180 bilhões e tem IDH muito alto, devido à elevada média de escolaridade dos cazaques, com 11,8 anos (PNUD). O Afeganistão é o segundo mais populoso país da Ásia Central e tem um IDH baixo, devido à baixa esperança de vida ao nascer dos afegãos, com 64,5 anos (PNUD).

Evidencia-se que já são mais de 44,5 milhões de casos de COVID-19 no planeta, no qual foram mais de 5,4 milhões de pessoas infectadas no Brasil, mais de 330 mil no Paquistão, mais de 110 mil no Cazaquistão, mais de 66 mil no Uzbequistão, mais de 57 mil no Quirguistão, mais de 41 mil no Afeganistão e mais de 10 mil infectados no Tadjiquistão (UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS). Nenhuma pessoa infectada pelo novo coronavírus denominado SARS-CoV-2 no Turcomenistão, um dos países mais fechados do mundo, no qual o Governo autoritário prende quem falar em público a palavra coronavírus (DW, 2020).

O novo coronavírus provocou uma recessão econômica em diversas nações. Segundo o economista americano Paul Krugman, Prêmio Nobel de Economia de 2008, em parceria com a economista americana Robin Wells, no *best-seller* Introdução à Economia: “O efeito mais importante da recessão é seu efeito sobre a capacidade dos trabalhadores de encontrarem e manterem empregos. (...) As recessões levam muitas pessoas a perderem seus empregos e também tornam difícil encontrar novos empregos, e dessa forma prejudicam o padrão de vida de muitas famílias” (2015, p. 510-511).

De acordo com o *World Economic Outlook* do FMI, o PIB do Brasil deverá retrair em 5,8% no ano de 2020 e com projeções de recessão econômica de 12% no Quirguistão, de 5% no Afeganistão, de 2,7% no Cazaquistão e de 0,4% no Paquistão. Com exceções em cinco países asiáticos, com projeções de crescimento econômico na China (1,9%), no Turcomenistão (1,8%), no Vietnã (1,6%), no Tadjiquistão (1,0%) e no Uzbequistão (0,7%), além de seis países africanos, liderados pelo Egito que crescerá 3,5% em 2020.

Concluimos o presente artigo destacando que após a dissolução da URSS em 26 de dezembro de 1991, os cinco países independentes não almejavam retornar a economia planificada nos últimos 29 anos. O multiétnico Cazaquistão é um bom exemplo de sucesso na transição de economia socialista para uma economia de mercado,

aproveitando o *boom* do petróleo, sendo possível encontrar raras belezas em praças, parques, prédios, museus, mausoléus, estátuas, palácios, mesquitas, catedrais, monumentos históricos ou modernos, sem qualquer pichação, nenhum papel no chão.

Os 70 anos de Schumpeter em plena Quarta Revolução Industrial

Paulo Galvão Júnior ⁽⁴⁾

A recessão econômica retornou forte ao Brasil no segundo trimestre de 2020. A taxa de desemprego no País já alcançou 14,4% da PEA no terceiro trimestre de 2020 (IBGE). Um novo ciclo econômico começou no Brasil, mas, sabemos que a fase recessiva tem início, auge e fim. Hoje, basicamente, podemos entender os ciclos econômicos e os pensamentos econômicos contemporâneos do grande economista austríaco Joseph Alois Schumpeter.

Schumpeter nasceu em 8 de fevereiro de 1883 na cidade de Triesch, na Morávia, no extinto Império Austro-Húngaro, hoje, uma cidade secular da República Tcheca (antiga Tchecoslováquia), localizada na Europa Oriental. Schumpeter morreu em 8 de janeiro de 1950 na cidade de Taconic, no estado de Connecticut, nos Estados Unidos. Schumpeter formou-se em Direito na Universidade de Viena, capital da Áustria. Nos 70 anos de morte de Schumpeter, em plena Quarta Revolução Industrial, é importante revelar as suas principais obras e contribuições ao pensamento econômico mundial.

Antes de tratar especialmente do Professor Schumpeter, um dos mais importantes economistas do século XX, destacamos os nomes dos três maiores economistas do mundo de todos os tempos. O economista escocês Adam Smith (1723-1790) é o pai da economia moderna e do liberalismo econômico, além do maior economista do século XVIII. O economista alemão Karl Heinrich Marx (1818-1883) é o pai do socialismo científico e o maior economista do século XIX. E o economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) é o pai da macroeconomia moderna e o maior economista do século XX.

Schumpeter conquistou seu doutorado em Direito Romano na secular Universidade de Viena em 1906. Foi professor de Antropologia da Universidade de Czernowitz, uma cidade do antigo Império Austro-Húngaro (hoje, Ucrânia), em seguida, professor de Economia da Universidade de Graz, na Áustria, posteriormente, da Universidade de Bonn, na Alemanha, e por fim, da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. O Professor Schumpeter abordou as obras-primas de Smith, Marx e Keynes em suas aulas de Economia no Velho Mundo e no Novo Mundo. O Professor Schumpeter foi muito querido por seus alunos dentro e fora de sala de aula e muitos dos seus alunos mais estudiosos foram laureados com o

⁴Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

Prêmio Nobel de Economia (GONÇALVES, 2008), destacamos o economista americano Robert Solow, Prêmio Nobel de Economia de 1987.

Em 1911, Schumpeter escreveu em alemão uma obra denominada *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung* (Teoria do Desenvolvimento Econômico). Este livro tem prefácio e seis capítulos, e na tradução para a língua portuguesa destacamos o comentário na Introdução do economista Rubens Vaz da Costa (1997, p.8) que “Ao completar 50 anos, Schumpeter já havia escrito dezessete livros”. No Capítulo II sobre o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico, o Professor Schumpeter (1997, p.76) tratou da importância do empresário inovador em cinco tipos de inovação: “1) Introdução de um novo bem (...). 2) Introdução de um novo método de produção, (...). 3) Abertura de um novo mercado, (...). 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas (...). 5) Estabelecimento de uma nova organização em qualquer indústria (...)”.

Schumpeter leu muito as obras-primas dos economistas Bohm-Bawerk (1815-1914), Walras (1834-1910), Marshall (1842-1924), Fisher (1867-1947) e Kondratiev (1892-1938) para entender a evolução econômica e social da sociedade capitalista. Ressaltamos o Capítulo VI que trata sobre o ciclo econômico e o Professor Schumpeter (1997, p. 202) destacou que, “(...) o *boom* termina e a depressão começa após a passagem do tempo que deve transcorrer antes que os produtos dos novos empreendimentos possam aparecer no mercado. E um novo *boom* se sucede à depressão, quando o processo de reabsorção das inovações estiver terminado”. Em seguida, Schumpeter (1997, p. 204) destacou também que, “(...) o *boom* se materializa antes de tudo na produção de plantas industriais (fábricas, minas, navios, ferrovias etc.)”.

Em 1939, Schumpeter escreveu um livro de dois volumes, agora em inglês, intitulado *Business Cycles* (Ciclos Econômicos), já como renomado professor de Economia da conceituada Universidade de Harvard, localizada em Cambridge, no estado de Massachusetts. O Professor Schumpeter foi pioneiro ao focar o papel histórico da inovação na explicação dos ciclos econômicos e que os ciclos de negócios vivem ondas de inovação, que surgem e desaparecem cada vez mais rápido. Apontou as muitas ondas simultâneas de ciclos longos, ciclos intermediários e ciclos curtos. Cada vez mais curto a onda de inovação nas visões schumpeterianas e neoschumpeterianas desde a Era Industrial até a Era do Conhecimento. As famosas Ondas de Schumpeter (*Schumpeter's Waves*) foram classificadas conforme o ritmo de inovação. Na primeira onda (1785-1845) surgiram com destaque a energia hidráulica e os produtos têxteis. Na segunda onda (1845-1900) apareceram com ênfase a energia a vapor e as ferrovias. Na terceira onda (1900-1950) surgiram com distinção a energia elétrica e o petróleo. Já na quarta onda (1950-1990) apareceram com relevância a petroquímica e a computação. E a

atual e quinta onda (1990-2020) surgiram com destaque a Internet e as novas mídias como o *Facebook*.

O Professor Schumpeter estudou muito as distintas fases do ciclo econômico: *boom*, recessão, depressão e recuperação. Conforme Schumpeter (1939, p. 182), “As três mais profundas e as mais longas “depressões” dentro da época coberta por nosso material - 1825-1830, 1873-1878, e 1929-1934 - todas exibem essa característica”. Para Schumpeter a economia capitalista sairá de uma depressão econômica e entrará numa recuperação econômica com o surgimento de uma inovação tecnológica. Conforme o economista Paulo Sandroni (2008, p. 758) no *best-seller* Dicionário de economia do século XXI, “O estímulo para o início de um novo ciclo econômico viria principalmente das inovações tecnológicas introduzidas por empresários empreendedores”.

As inovações tecnológicas promovem o crescimento econômico de uma nação capitalista. Além disso, a inovação tecnológica é uma variável endógena do sistema capitalista. O empreendedor em busca de lucro pode fundar empresas de tecnologia e introduzir novos produtos e novos serviços na Quarta Revolução Industrial. Por exemplos, o empresário empreendedor pode iniciar uma startup para divulgação virtual de restaurante ou criar uma empresa de painéis solares.

A obra-prima de Joseph Schumpeter foi intitulada *Capitalism, Socialism and Democracy* (Capitalismo, Socialismo e Democracia) e publicada em 1942. O livro tem prefácios, cinco partes distintas e 28 capítulos, além de um apêndice, na versão em português. O Professor Schumpeter foi o idealizador da destruição criativa (*creative destruction*) e popularizou o termo econômico na economia capitalista. De acordo com Schumpeter (1961, p. 54) “De fato, a economia capitalista não é e não pode ser estacionária. Nem se está simplesmente expandindo de maneira uniforme. É incessantemente revolucionada, de dentro, por novos empreendimentos, isto é, pela introdução de novas mercadorias ou novos métodos de produção ou ainda novas oportunidades comerciais (...)”.

Para Schumpeter (1961, p. 110), “Esse processo de destruição criativa é básico para se entender o capitalismo. É dele que se constitui o capitalismo e a ele deve se adaptar toda a empresa capitalista para sobreviver”. Podemos na prática explicar a destruição criativa nos exemplos do processo de inovação tecnológica no mercado: Walkman em 1979; MP3 Player em 1993; iPod em 2001; e iPhone em 2004. O Walkman da empresa japonesa Sony e a fita cassete da empresa alemã Basf são produtos obsoletos para os atuais empreendedores, ou seja, os agentes de mudança na economia (SCHUMPETER, 1961).

Um mês antes de completar 67 anos, durante o sono em sua própria casa, Schumpeter morreu de excesso de trabalho, “ele trabalhava 84 horas semanais” (GONÇALVES, 2008, p. 3), em 8 de janeiro de 1950, na região Nordeste dos Estados Unidos. Passados, no entanto, 70 anos após a morte de Schumpeter, estamos agora na Crise de 2020. De acordo com o bilionário e fundador da *Bridgewater Associates*, Ray Dalio (2020), “A Crise de 2020 será maior do que a que tivemos em 2008 e será similar a Grande Depressão de 1930”. Infelizmente, o desemprego e a pobreza estão crescendo nas ruas de diversos países, todavia, iremos triunfar na visão schumpeteriana, porque a atual recessão econômica cessará com o novo processo de inovação. Logo, a vacina contra a COVID-19 será o divisor de águas no rumo da economia mundial e início da recuperação econômica. O FMI projeta uma taxa de crescimento do PIB do Brasil em 2,8% em 2021.

A incerteza, a volatilidade, a desconfiança, o aquecimento global, o terrorismo e a segunda onda da pandemia da COVID-19 prejudicam muito uma recuperação econômica robusta no mundo. Sintetizando, Schumpeter foi o professor da inovação, “o motor do desenvolvimento econômico” ou “a mola mestra da dinâmica capitalista” (POSSAS, 1999), e após a sua morte, em 1954, foi publicado um livro póstumo denominado *História da Análise Econômica* em três volumes. Em suma, as boas ideias schumpeterianas ainda vivem ao redor do mundo pelos neoschumpeterianos em plena Indústria 4.0.

A pandemia da COVID-19 na Índia

Paulo Galvão Júnior ⁽⁵⁾

Atualmente, a Índia é o segundo país mais populoso do mundo, com 1,3 bilhão de habitantes, atrás apenas da vizinha China, com 1,4 bilhão de habitantes (ONU). A República da Índia está localizada no sul da Ásia e é o segundo país com maior número de casos de COVID-19 no planeta, com 8.683.916 casos, atrás dos Estados Unidos, com 10.400.942 casos, e a frente do Brasil, com 5.747.660 casos confirmados em 12 de novembro de 2020 (UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS).

Chama muita atenção a crise sanitária na milenar Índia, que tem 16,66% dos casos de COVID-19 no mundo, já são 52.169.165 infectados em 191 países. O elevado contingente de contaminados na Índia decorrem que milhões de pessoas vivem em favelas com sérios problemas de saneamento básico, são 600 milhões de pessoas sem água tratada (ONU), sem lavar as mãos. Milhões vivendo em péssimas condições de higiene, sem banheiro.

Chama muita atenção também o número de mortes pela COVID-19 na Índia, que tem 9,97% dos 1.285.187 mortos em todo o mundo pelo novo coronavírus. A Índia encontra-se em terceiro lugar com 128.121 óbitos, atrás dos EUA (241.800) e do Brasil (163.368). Talvez o número baixo de mortes em relação a população total esteja subestimado. Talvez a taxa de óbitos por 100 mil habitantes esteja subnotificada. Talvez o número de pessoas mortas nas ruas ou já cremadas e suas cinzas jogadas no caudaloso, poluído e sagrado rio Ganges não fazem parte das estatísticas oficiais do Ministério da Saúde.

O primeiro caso de COVID-19 na Índia foi em 30 de janeiro de 2020. Procurando encontrar uma, duas ou mais explicações, surge uma de que a comida repleta de especiarias aumentar a imunização. Outra explicação é a existência de trens hospitalares que atendem rapidamente os pacientes infectados da COVID-19. Outra possível explicação é uma população muito jovem, com 44% do total com menos de 24 anos. Nova explicação foi o *lockdown* indiano na zona urbana (35% da população total) e zona rural (65%) que começou em 24 de março e terminou em 08 de junho. Outra explicação muito relevante e desconhecida dos economistas ocidentais é a diminuição de ruas imundas nas populosas cidades indianas, nos últimos 60 meses, com a construção de 110 milhões de banheiros públicos, no projeto Índia Limpa do governo do primeiro-ministro Narendra Modi (AFP). Ressaltamos os testes de COVID-19, a telemedicina e o uso de máscaras.

⁵Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

Um fato econômico importante e que chama muito atenção é que a emergente Índia foi abalada em sua economia de mercado. Entre abril e junho a retração econômica foi de 23,9% (BANCO MUNDIAL), a pior contração dos últimos 40 anos. A projeção do FMI é uma recessão econômica de 10,3% no ano de 2020, enquanto a do Banco de Reserva da Índia é uma contração de 9,5%. De 1991 até os dias de hoje, a Índia optou pela abertura econômica e foi uma das economias que mais cresceu nos últimos 25 anos, média de 7,0% ao ano. A Índia exporta bens como algodão, arroz e especiarias e serviços como *software*.

A moeda é a rupia indiana (a nota de 100 rupias indianas tem a efígie do líder da Independência da Índia em 1947, Mahatma Gandhi) e a participação dos trabalhadores no setor primário era de 43% da PEA, 27% no setor secundário e 30% no setor terciário. Entre maio e julho, mais de 122 milhões de pessoas perderam o seu emprego com o *lockdown*, conforme o Centro de Monitoramento da Economia Indiana. Revelamos que 100 milhões de pessoas são trabalhadores informais (OIT) nas ruas indianas.

A capital da Índia é Nova Délhi e a cidade mais populosa é Mumbai. A densidade populacional é alta, cerca 420 habitantes por quilômetro quadrado. A expectativa de vida ao nascer é de 69,4 anos (PNUD). O custo de vida é bem barato. O PIB per capita é baixo com US\$ 8.378 (FMI). São 364 milhões de habitantes que vivem com menos de US\$ 1,90 por dia (BANCO MUNDIAL). São 194 milhões de pessoas famintas (FAO). Os novos marajás são os empresários da TI, construção civil, telecomunicações, cinema e indústrias têxtil e farmacêutica. Os 1% mais ricos concentram 21,3% da renda total do país (PNUD).

A Índia é um país extremamente desigual e com alta taxa de pobreza extrema. O país asiático sofre muito com a pandemia da COVID-19 em seus 29 estados e 7 territórios da União. Faltam menos de 1,718 milhão de casos de COVID-19 para superar o país mais rico e o terceiro mais populoso do planeta. Infelizmente, esta triste liderança mundial será matéria de capa. A Índia já é o novo epicentro global do novo coronavírus. Os investimentos per capita em saúde na Índia são baixos e os indianos têm as mais altas despesas com a saúde no planeta (OMS). A pandemia da COVID-19 prejudicou muito o turismo internacional, os turistas estrangeiros não podiam viajar para a Índia durante o *lockdown*, cujo principal atrativo turístico é o Taj Mahal, em Agra, que só reabriu em 21 de setembro com rígidas precauções de segurança sanitária.

A vacina indiana COVAXIN contra o SARS-CoV-2 é muito importante no maior fabricante de medicamentos do mundo. Precisamos destacar o excelente

trabalho dos médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde como os motoristas de ambulância na recuperação da COVID-19 no mundo. Na Índia mais de 8,0 milhões de pessoas se recuperaram da COVID-19 e no Brasil já foram mais de 5,2 milhões de pessoas (UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS). A maior democracia do planeta já vive uma segunda onda da COVID-19 e muitos morrem em casa ou nas ruas de Nova Délhi, Mumbai, Bangalore, Calcutá ou Goa. Com exceção, as cidades do estado de Kerala.

Em suma, a Índia é o sétimo maior país do mundo, com 3,2 milhões de quilômetros quadrados e a quinta maior economia do planeta, com o PIB de US\$ 2,9 trilhões em 2019 (FMI), mas, encontra-se na 129ª colocação no *ranking* mundial do IDH, com 0,647, um IDH médio (PNUD). O Índice de Gini é de 35,7. A Índia é uma potência emergente e um dos países membros do grupo BRICS e do G20. Infelizmente, a COVID-19 e a fome provocarão mais mortes na Índia.

O Brasil é nono mais rico e nono mais desigual do mundo

Paulo Galvão Júnior ⁽⁶⁾

O Brasil é a nona nação mais rica do mundo, com o Produto Interno Bruto (PIB) nominal de US\$ 1,9 trilhão, segundo os dados de 2019 do Banco Mundial. O Brasil é a nona nação mais desigual do planeta, com o Índice de Gini de 0,539, conforme as estimativas de 2018 do Banco Mundial. O Brasil é o nono país mais rico e ao mesmo tempo o nono mais desigual do mundo.

De acordo com os dados oficiais referentes ao ano de 2019 do Banco Mundial, os dez países mais ricos do planeta são: Estados Unidos (US\$ 21,344 trilhões), China (US\$ 14,216 trilhões), Japão (US\$ 5,176 trilhões), Alemanha (US\$ 3,963 trilhões), Índia (US\$ 2,972 trilhões), Reino Unido (US\$ 2,829 trilhões), França (US\$ 2,761 trilhões), Itália (US\$ 2,025 trilhões), Brasil (US\$ 1,960 trilhão) e Canadá (US\$ 1,739 trilhão).

Só para lembrar o Produto Interno Bruto (PIB) “Refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, (...)” (SANDRONI, 2008, p.641). Entre as dez maiores economias do planeta no ano de 2019, o Brasil era o único país da América do Sul e de língua portuguesa. A recessão econômica chegou em 2020 e provocou dois tombos históricos no Brasil, um pequeno tombo de -2,5% no primeiro trimestre de 2020 e um grande tombo de -9,7% no segundo trimestre de 2020 (IBGE).

No cenário de incerteza, o Brasil tem a moeda mais desvalorizada em relação ao dólar americano no mundo, em 19 de novembro um dólar americano alcançou R\$ 5,31 (BACEN), que provocará uma queda da nona para a décima segunda maior economia do planeta, com PIB de US\$ 1,4 trilhão em 2020, segundo a projeção da Fundação Getulio Vargas (FGV) com estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Provavelmente perderemos três posições no *ranking* mundial para o Canadá (US\$ 1,6 trilhão), a Coreia do Sul (US\$ 1,6 trilhão) e a Rússia (US\$ 1,5 trilhão). As atividades econômicas foram quase paralisadas na economia brasileira, entre os meses de abril e maio de 2020 pela primeira onda da COVID-19, o turismo foi o mais prejudicado, mas com exceções as atividades agropecuárias que cresceram muito com as exportações e os serviços essenciais como padarias, supermercados e farmácias.

De acordo o Relatório Focus do BACEN (13/11/2020), o Brasil sofrerá uma recessão econômica de 4,66% no ano de 2020 e terá uma recuperação econômica de

⁶Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

3,31% em 2021. Em 2020 poderemos ter a maior recessão da economia brasileira dos últimos 30 anos. O Plano Collor provocou uma retração econômica de 4,3% em 1990 (IBGE). Para uma recuperação econômica forte precisamos de mais portos modernos no terceiro maior produtor e exportador global de *commodities* agrícolas. Precisamos de mais ferrovias no quinto país mais extenso do planeta. É indispensável para uma economia emergente mais consumo das famílias.

A Grande Recessão Brasileira entre o segundo trimestre de 2014 (-1,3%) e o quarto trimestre de 2016 (-0,6%) provocou o aumento do desemprego no continental Brasil. No primeiro trimestre de 2017, a taxa de desemprego no País alcançou 13,7% da PEA (IBGE). A crise econômica foi longa, foram 33 meses consecutivos de retração econômica até chegar a recuperação econômica muito lenta no triênio 2017-2018-2019, em média de 1,2% ao ano. Estamos agora em plena Crise da COVID-19 e a taxa de desemprego é de 14,4% da PEA no terceiro trimestre de 2020 (IBGE), com 14 milhões de pessoas desempregadas nas cinco regiões. O elevado desemprego gera mais pobreza, mais desigualdade de renda no secular País.

De acordo com as estimativas oficiais do Banco Mundial, os dez países mais desiguais do planeta são: África do Sul (0,630), Namíbia (0,591), Suriname (0,576), Zâmbia (0,571), São Tomé e Príncipe (0,563), República Centro-Africana (0,562), Suazilândia (0,546), Moçambique (0,540), Brasil (0,539) e Botsuana (0,533). Só para destacar o Índice de Gini ou Coeficiente de Gini significa “Medida de concentração, mais frequentemente aplicada à renda, à propriedade fundiária e (...) se aproximaria de 1, refletindo o aumento da concentração” (SANDRONI, 2008, p.156). Enfatizamos que no ano de 2019, no Brasil encontrava-se com 13,5% da população na pobreza extrema, ou seja, 13,6 milhões de pessoas vivendo com US\$ 1,90 por dia, o equivalente a R\$ 151 por mês. O País encerrou o ano de 2019 com 51,7 milhões de pobres, ou seja, 24,7% da população total vivendo com renda mensal de até R\$ 436 (IBGE).

As projeções são que o preço de um botijão de gás de cozinha de 13 kg poderá alcançar 100 reais no mês de dezembro, em João Pessoa, após nove aumentos mensais não consecutivos. É um absurdo! Quando os preços sobem muito, os trabalhadores não compram ou consomem menos bens e serviços ofertados pelas empresas, logo, as empresas vendem muito menos e tendem a cortar gastos, reduzir custos, demitir trabalhadores. Os trabalhadores desempregados não podem comprar bens e serviços, logo, a inadimplência aumenta, a economia retrai.

Quando a economia entra em recessão econômica é necessário uma política fiscal expansionista, ou seja, aumento de gastos públicos e corte de impostos, a curto prazo. Não podemos permitir o fim do Auxílio Emergencial para 67,7 milhões de habitantes à beira de uma segunda onda da COVID-19. Não podemos continuar com 92 tributos

vigentes no País. É hora de construir novos hospitais, novos esgotamentos sanitários e novos acordos de livre-comércio.

O Brasil é um país membro do grupo BRICS e caminha para uma recuperação econômica muito lenta, com US\$ 342 bilhões em reservas internacionais e com taxa Selic de 2% ao ano (BACEN), além de superávit comercial de US\$ 49,4 bilhões até a segunda semana de novembro (ME). Todavia, a dívida pública bruta foi de 81% do PIB brasileiro em 2017 e passará de 100% do PIB no ano de 2020 (FMI), maior do que os 100% do PIB em 1989, em pleno Plano Verão, que mudou a moeda de cruzado para cruzado novo e congelou preços e salários.

Em suma, que paradoxo, o Brasil é nono mais rico e nono mais desigual do mundo. É importante ressaltar que, promover a prosperidade econômica com maior inclusão social e sem degradação ambiental é o melhor caminho para o Brasil ingressar no seleto clube dos países com PIB alto, IDH muito alto, renda alta, taxa de pobreza baixa e Índice de Gini baixo.

Parcerias econômicas na atualidade

Paulo Galvão Júnior ⁽⁷⁾

Victória Gomes ⁽⁸⁾

O Canadá é o segundo maior país em superfície do mundo, atrás apenas da Rússia, segundo a Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC). O Canadá é localizado na América do Norte e é composto por dez províncias (Colúmbia Britânica, Alberta, Saskatchewan, Manitoba, Ontário, Quebec, Nova Brunswick, Nova Escócia, Ilha do Príncipe Eduardo e Terra Nova e Labrador) e três territórios (Yukon, Territórios do Noroeste e Nunavut). A população total do Canadá é estimada em 37 milhões de habitantes. E a capital canadense é Ottawa, localizada na província de Ontário.

A moeda oficial é o dólar canadense e o PIB per capita é de aproximadamente de US\$ 47 mil. Em 2019, o PIB canadense foi de US\$ 1,7 trilhão, integrando a lista dos dez países mais ricos do mundo (FMI, 2020). A décima maior economia do planeta tem imensos recursos naturais como petróleo (a terceira maior reserva mundial), gás natural, urânio (um dos maiores produtores do mundo), ouro, prata, níquel (o maior produtor global), cobre, zinco (o maior produtor mundial), carvão, entre outros.

No Canadá a agricultura mecanizada produz trigo, batatas e frutas. A pecuária fornece carne suína, carne bovina e leite aos mercados interno e externo. A indústria pesqueira, de alumínio e de papel e celulose (o maior produtor do mundo) são muito estruturadas. O turismo canadense foi muito afetado com o novo coronavírus. As montanhas, os lagos, os rios, as florestas, as ilhas e as praias são grandes atrações turísticas para os turistas internacionais e nacionais. As principais cidades turísticas são Toronto, Montreal, Quebec, Vancouver, Calgary, Ottawa, Winnipeg, Halifax, Banff e Victoria – uma das cidades mais bonitas do belíssimo Canadá e a capital da British Columbia (BC).

O IDH do Canadá é de 0,922, o décimo terceiro maior do mundo, segundo os dados de 2018 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A

⁷Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

⁸Bacharela em Ciências Contábeis pelo UNIESP, aluna de pós-graduação no Curso de Gestão Financeira no UNIESP e uma das líderes das Olimpíadas UNIESP de Economia.

vida é melhor no Canadá, o primeiro lugar no *ranking* do IDH de 35 países na América. A esperança de vida ao nascer é de 82 anos (PNUD).

O comércio bilateral entre Brasil e Canadá atingiu US\$ 5,76 bilhões no ano de 2019, com saldo positivo para o Brasil de US\$ 2,38 bilhões (CCBC, 2020). O Brasil é a 16ª nação de destino das exportações do Canadá no ano de 2019, com 0,38% do total, liderada pelos Estados Unidos (75,38%) e a China em segundo lugar com 3,98%. O Canadá é o nono lugar no *ranking* do fluxo mundial de investimento estrangeiro direto (IED), com US\$ 50,3 bilhões em 2019, conforme a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Já o Brasil encontra-se em quarto lugar com US\$ 71,9 bilhões em 2019, atrás apenas dos Estados Unidos, China e Cingapura.

O Brasil exporta açúcar, café e ouro para o Canadá. As dez províncias canadenses já exportam para o Brasil produtos como adubos, fertilizantes, medicamentos, papel e aeronaves. O Canadá é 14º país de destino das exportações brasileiras, liderada pela China, em seguida, pelos Estados Unidos. Desde 1973, a CCBC promove intercâmbio comercial, cultural e tecnológico entre o Brasil e o Canadá (CCBC, 2020).

A relação de comércio entre os dois países continentais foi fortalecida com a realização da III Reunião do Diálogo de Parceria Estratégica Brasil-Canadá (ITAMARATY, 2020), em Ottawa, sendo 2018 um ano que marcou um superávit comercial para o Brasil. Especificamente, o Brasil é o maior parceiro comercial do Canadá na América do Sul, e é também, um dos maiores mercados de exportação canadense no continente americano, atrás dos EUA e do México.

É importante destacar que a criação de acordos comerciais para países emergentes como o Brasil é essencial para a previsibilidade e a estabilidade em um ambiente de negócios em esfera no cenário internacional e é um facilitador para a introdução de produtos nacionais em mercados internacionais. Diminuição de barreiras não-tarifárias, ganhos de escala e inserção nas cadeias de valor agregado são uns dos muitos benefícios em parcerias comerciais na atualidade.

Destacamos que, recentemente, em 15 de novembro de 2020, 15 países fecharam o maior acordo comercial do planeta. O *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP, sigla em inglês) consiste nos 10 países membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã, mais 5 países, China, Coreia do Sul, Japão, Austrália e Nova Zelândia. O RCEP tem um PIB nominal de US\$ 26,2 trilhões, o que representa 30% do PIB global e uma população

total de 2,2 bilhões de habitantes, ou seja, 30% da população mundial. O RCEP movimentou US\$ 5,4 trilhões no comércio exterior.

Destacamos também que, no dia 21 de novembro de 2020, foi fechado um acordo comercial transitório entre o Reino Unido e o Canadá, com o objetivo de proteger o fluxo de US\$ 27 bilhões em bens e serviços entre os dois países anglo-saxônicos, após a saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit (FORBES, 2020). Reforçando que o contexto atual, é um dos mais propícios para novos acordos comerciais que estimulem a economia, e possibilitem a geração de emprego e renda para diminuir os graves impactos econômicos causados pela pandemia da COVID-19.

Vale lembrar também que, infelizmente, a pandemia do novo coronavírus provocou mais de 354 mil casos e mais de 11 mil mortes no Canadá (UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS) e umas das maiores quedas do PIB canadense, uma taxa anualizada de 38,7% no segundo semestre de 2020 (STATISTICS CANADA). A projeção do FMI é uma recessão econômica de 7,1% no Canadá em 2020.

Diante de um possível Acordo de Livre Comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Canadá, nos próximos anos, as parcerias comerciais eliminarão as tarifas de importação no comércio internacional de bens entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e o Canadá. Além do impacto do acordo, iniciará uma nova fase de abertura das fronteiras para o comércio sul-americano e canadense. Chama muita atenção que o continental e bilíngue Canadá é um dos 15 países menos corruptos do planeta (Transparência Internacional, 2019) e tem um imposto único sobre o consumo, o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA).

Um dos principais destinos de investimento brasileiro no exterior é o Canadá, a terceira maior malha ferroviária do mundo. A Bolsa de Valores de Toronto movimentou US\$ 3 trilhões em valor médio de mercado no ano de 2019 (TSX). A maior parte dos investimentos brasileiros no território canadense estão no setor de mineração. O Brasil é a sétima maior fonte de capital estrangeiro direto e os investimentos do Canadá, no solo brasileiro, se concentram nas áreas de engenharia civil, mineração e tecnologia.

Para suprir a forte queda no PIB canadense, a produção de indústrias como automobilística, construção civil, petroquímica e siderúrgica aumentaram seu ritmo de fabricação. A área de TI é muito forte e é a que apresenta maior crescimento no País. O Brasil é um dos *players* do agronegócio global e precisa exportar mais *commodities* como café, açúcar, suco de laranja concentrado e congelado, carne de

frango e frutas para o Canadá, conforme a utilização dos Incoterms. Além de exportar mais produtos industrializados como calçados, toalhas, plásticos, bolsas, chapéus e cachaça.

O multicultural Canadá é um país membro do *United States-Mexico-Canada Agreement* (USMCA), G7 e G20, além de outros organismos internacionais como o FMI e OCDE. Os principais indicadores do Canadá (6,7% da Terra) e do Brasil (5,7% da Terra) confirmam, sem surpresas, a importância do comércio exterior para o crescimento econômico das nações, sejam elas, emergentes ou desenvolvidas. Em suma, o Brasil e o Canadá têm vastos territórios, enormes recursos naturais, grandes ecossistemas e as sociedades são multiculturais e as economias baseadas no livre-comércio.

A visão furtadiana sobre a mão de obra no Brasil

Paulo Galvão Júnior ⁽⁹⁾

Joreny Ferreira de Araújo ⁽¹⁰⁾

Na obra-prima do economista paraibano Celso Monteiro Furtado (1920-2004) constatamos que o colono português, que era grande produtor de cana-de-açúcar, na segunda metade do século XVI, dependia de seus escravos para exportar açúcar para o mercado externo. É sabido que o sistema de trabalho escravista existe desde o ciclo do pau-brasil, o primeiro ciclo econômico, com os índios escravos. A captura e o comércio de indígenas escravos foram de extrema importância para a colônia portuguesa no Novo Mundo. Posteriormente, os africanos escravos trazidos para o Brasil colonial, foram os grandes responsáveis pela expansão açucareira até a segunda metade do século XVII.

Em Formação Econômica do Brasil, publicada pela primeira vez em janeiro de 1959, Celso Furtado (2007, p.21) escreveu que “O presente livro pretende ser tão somente um esboço do processo histórico da formação da economia brasileira”. Furtado dividiu o livro em cinco partes e analisou a transição de uma economia colonial exportadora do século XVI para uma economia de mercado no final dos anos de 50. Entre os séculos XVI e XX, observamos a exploração econômica do açúcar (ouro branco), do ouro (metal precioso dourado), do café (ouro verde) e da borracha (ouro branco da Amazônia) no Brasil. Em séculos distintos, o Brasil foi o maior produtor e exportador de açúcar (séculos XVI e XVII), ouro (séc. XVIII), café (séculos XIX e XX) e borracha (séc. XIX) do mundo.

O ciclo do ouro também utilizou a mão de obra escrava africana, perdurando o regime de escravidão no ciclo do café até o ciclo da borracha. Os escravos negros chegaram no Brasil Colônia para servir a uma economia que já estava consolidada, a açucareira, se tornando base de uma produção mais eficiente e que se desenvolveu rapidamente. O empresário açucareiro teve que produzir em grande escala no início do ciclo da cana-de-açúcar via *plantation*. Uma vez instalados os engenhos, os escravos que tinham habilidades para trabalhos manuais eram treinados e permaneciam nas casas-grandes e a maioria participava das tarefas nas plantações e nas moendas de cana-de-açúcar.

⁹Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

¹⁰Estudante do Curso de Graduação em Administração no UNIESP, uma das líderes campeãs das Olimpíadas UNIESP de Economia Brasileira e secretária jurídica no escritório RA ADVOCACIA EMPRESARIAL em João Pessoa.

Tem-se conhecimento que no século XIX no Brasil, a taxa de mortalidade dos escravos se apresentava bem maior que a natalidade pelo fato das condições precárias em que viviam nas senzalas, além do regime alimentar que era bem deficiente. Sobre a entrada de escravos africanos na mais rica colônia de Portugal não se tem dados consistentes, mas pelo porto do Rio de Janeiro adentrou boa parte deles. Proibido o tráfico de escravos, em 1831, no início do reinado de Dom Pedro II, logo, começou o problema da mão de obra.

O setor de subsistência se dispersava do norte ao sul da colônia. Cada indivíduo produzia seu próprio alimento, mas não era apenas da roça que ele vivia, era ligado a grupos em sua maioria de pecuaristas, que eram donos das terras ou produzia seus alimentos, e ganhando bem pouco pelas atividades exercidas na criação de bovinos. Era interessante para o proprietário das terras que vivessem nelas o maior número possível de pessoas, pois no momento desejado teriam os trabalhadores disponíveis, e essa quantidade de moradores era motivo de prestígio. Mas não era apenas na zona rural que existia mão de obra com baixos salários, na urbana também havia uma população que não havia se adaptado às atividades agrícolas (FURTADO, 2007). O problema em obter pessoas qualificadas para o trabalho que se intensificava e entrava em cena os imigrantes europeus. Era o início da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado.

Como muito bem descrito por Celso Furtado (2007), o governo brasileiro subsidiou o transporte e a instalação dos europeus, com a promessa de que haveria terras para que pudessem prosperar. Mas o que acontecia rotineiramente era o abandono. Não havia mercado para os excedentes de produção, o setor monetário se atrofiava, o sistema de trabalho não evoluía e o colono e sua família viviam em condições precárias. Em 1859, um movimento na Europa proibiu a imigração alemã para o Brasil colonial.

A política de colonização no Brasil não solucionaria o problema de mão de obra destinada às grandes lavouras de café, pois a produção para o mercado interno dependia da expansão do setor cafeeiro. Diante disso, os dirigentes do setor decidiram se envolver diretamente no problema. No ano de 1852, um grande produtor de café, o então senador Vergueiro decidiu transportar com auxílio de um financiamento parcial do governo as famílias alemãs para sua fazenda no estado de São Paulo (FURTADO, 2007).

Nos anos seguintes, mais famílias alemãs e suíças também vieram ao Brasil. Diferentemente do que acontecia nas colônias inglesas nos Estados Unidos, onde os empresários custeavam os gastos com a imigração, o governo brasileiro cobria a maior despesa, que era o deslocamento das famílias até o Porto de Santos. Contraíam assim, ao adentrar o país uma grande dívida, que lhe custavam o suor de

vários anos de trabalho, pois uma família se instalando na fazenda de café assinavam um contrato onde não abandonariam a fazenda até que se pagasse integralmente toda dívida.

O aumento do preço do café e a expansão da cultura mudaram a forma de trabalho. Inicialmente, a parceria com o dono da terra, cada um com metade do risco. A renda do colono era sempre incerta e caso a colheita não fosse satisfatória, a perda seria maior, já que não tinha uma situação favorável. Posteriormente, o colono cuidava de um certo número de pés de café e recebia um salário, além de receber dividendos na colheita.

Anos depois, na visão de Furtado (2007) parecia surgir a solução para o problema da imigração europeia, o governo custeava o transporte, os fazendeiros o primeiro ano de instalação nas terras e disponibilizava um pedaço de terra para que o imigrante cultivasse alimento para sua família. Tudo isso sem cobranças futuras e as famílias trabalhavam tranquilas e conseqüentemente houve uma corrente imigratória intensa para o Brasil para as grandes plantações, mais italianos devido à depressão econômica no seu país.

Um novo fluxo ganhava destaque, dessa vez migratório, de nordestinos para a região Norte e vários produtos eram extraídos na região amazônica como algodão, arroz, borracha e cacau. A borracha, por exemplo, aumentava paulatinamente sua produção e o preço. No fim do século XIX e início do século XX ela se transformaria na matéria-prima mais procurada do mundo, para produzir pneus, tendo em vista que a produção de automóveis será fator dinâmico nas economias industrializadas. Apesar da chegada de inúmeros trabalhadores do Nordeste para o cultivo da borracha e as exportações a números impressionantes, o problema de extração se tornou notório, pois a evolução dos processos não mudou e outros mercados foram sondados a abastecer a economia mundial, tornando o produto brasileiro muito demandado.

Fatores muito divergentes são observados se compararmos o movimento de imigração europeia para a região cafeeira e migração dos nordestinos para a região amazônica. Celso Furtado em sua *magnum opus*, revelou que nas lavouras de café se instalavam os imigrantes com suas despesas de instalação pagas, havia terras para seu sustento e de sua família e a possibilidade de crescimento com os rendimentos das terras. Os nordestinos chegavam às terras amazônicas endividados desde o transporte até o que comiam, pois os donos das terras vendiam os alimentos de primeira necessidade e os instrumentos de trabalho. Além de tudo isso, ainda existia a solidão, a distância de casa e os perigos que encontravam nas longas caminhadas pela maior floresta tropical do mundo.

Voltando aos escravos, é sabido que o regime escravocrata foi a base do crescimento econômico do Brasil. Furtado (2007) utilizou o termo hecatombe social para associar a situação de abolição para os homens vindos desse sistema. Ele descreveu ainda que uns tinham a percepção de que os negros eram fontes de riqueza e que a abolição traria o empobrecimento dos que faziam a economia girar, para outros seria benéfico, pois os empresários não se preocupariam com processo de compra e venda de escravos.

Em suma, Furtado em 36 capítulos mostrou a produção agrícola, mineral e vegetal voltada para a exportação, a dinâmica da economia brasileira, a situação precária dos trabalhadores, além da abolição da escravidão em 13 de maio de 1888 no Brasil, o último país da América. Apesar do acontecimento histórico, os métodos de produção não se modificaram e os escravos libertados tinham dificuldades para sobreviver no Nordeste, as terras já estavam quase todas ocupadas e nas zonas urbanas o número de habitantes era grande. Pelos engenhos a procura de emprego era constante e muitos aceitavam salários baixos para se instalarem no local de trabalho. Na visão furtadiana, sem mercado interno forte a industrialização era a saída a curto prazo. O maior economista brasileiro Celso Furtado (2007, p.335) concluiu que “o Brasil por essa época ainda figurará como uma das grandes áreas da terra em que maior é a disparidade entre o grau de desenvolvimento e a constelação de recursos potenciais”. Até hoje, a falta de mão de obra qualificada e, sobretudo, uma enorme concentração da renda, no maior produtor e exportador de açúcar e de café do planeta.

Como o Brasil escapará da armadilha da renda média?

Paulo Galvão Júnior ⁽¹¹⁾

Atualmente, nós não podemos esquecer que o Brasil é o quinto maior país da Terra (ONU). Que o Brasil é a sexta nação mais populosa do mundo (ONU). Que o Brasil é a nona maior economia do planeta, com o PIB nominal de US\$ 1,84 trilhão no ano de 2019 (Banco Mundial). E que nos dias de hoje, o Brasil é a décima quinta nação que mais tributa a sua população (OCDE). E, ao mesmo tempo, é a trigésima nação no índice de retorno ao bem-estar à sociedade (IBPT).

A dimensão territorial, populacional e econômica do Brasil, a elevada carga tributária brasileira, de 35,7% do PIB em 2019 (ME), além do alto IDH, de 0,761 em 2018 (PNUD), fazem com que os conceitos e as informações sobre a armadilha da renda média (*middle-income trap*) sejam de extrema relevância para o continental e emergente Brasil.

O conceito de armadilha de renda média começou no Banco Mundial, em 2007, com os economistas Kharas e Gill. A armadilha da renda média significa que uma economia de um país emergente entrou no nível de renda média e ficou presa entre a renda baixa e a renda alta, sem condições de acelerar o ritmo de crescimento econômico. O Brasil é considerado um país de renda média alta (*high middle-income*), com uma renda per capita na faixa de US\$ 11.611, em 2019, conforme o Banco Mundial. Os países são divididos em quatro grupos econômicos e estes são classificados mediante a renda per capita em dólares americanos, que define na faixa até US\$ 1.035 como renda baixa, entre US\$ 1.036 e US\$ 4.085 como renda média baixa, entre R\$ 4.086 e US\$ 12.615 como renda média alta, e acima de US\$ 12.616 como faixa da renda alta (BANCO MUNDIAL).

A armadilha da renda média significa a estagnação econômica de um país emergente depois da primeira fase de um forte crescimento econômico baseado em acumulação de capital e da imitação tecnológica (MUELLER, 2013). Embora seja um país membro do BRICS, G20, CPLP e MERCOSUL, o Brasil ainda não alcançou a renda alta. Este fato é devido, dentre outros fatores, a baixa produtividade do trabalhador. “O trabalhador brasileiro leva uma hora para o mesmo produto ou serviço que um norte-americano consegue realizar em 15 minutos” (FECOMÉRCIO-SP, 2019). A baixa produtividade, em especial, no setor industrial, é o principal entrave para atingir um nível de renda alta. São observados outros obstáculos importantes como o analfabetismo, chegamos a 11 milhões de analfabetos (IBGE),

¹¹Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

além do pagamento de impostos, amargamos a 184ª posição no *ranking* anual do relatório *Doing Business* (BANCO MUNDIAL).

O Brasil, a maior economia da América Latina, entrou em semi-estagnação econômica desde 1980 e apresenta dificuldades em dar continuidade ao crescimento econômico para escapar da armadilha da renda média. Em 1979, o Brasil enfrentava a Segunda Crise do Petróleo e era a oitava economia do mundo. Quarenta anos depois, em 2019, o Brasil encarava a recuperação econômica muito lenta e sendo a nona economia do planeta. Entre 1930 e 1980, o Brasil foi o país com o maior taxa de crescimento econômico do mundo, de 6,2% ao ano, em média (IBGE). Entre 1980 e 2010, a taxa média de crescimento do PIB brasileiro foi de 2,2% ao ano (IBGE). Já entre 2010 e 2019, a taxa média de crescimento do PIB foi de apenas 1,3% ao ano (IBGE).

No último Relatório FOCUS a previsão é uma recessão econômica de 4,4% em 2020 (BACEN). Dentre os principais desafios do Brasil para ingressar no seleto grupo dos países de renda alta, destacam-se: aumentar o consumo das famílias; aumentar os investimentos privados; aumentar os gastos públicos; e crescer as exportações. A taxa de crescimento do PIB do Brasil no terceiro trimestre de 2020 foi de 7,7% e ficou em vigésimo quinto lugar no *ranking* de 51 países, liderados pela Tunísia com 19,8% (INFOMONEY).

Infelizmente, no Brasil, com mais de 6,7 milhões de casos e mais de 178 mil mortes pelo novo coronavírus (UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS), a pandemia da COVID-19 agravou a desigualdade e a extrema pobreza. No País, a renda caiu, o contingente de desempregados cresceu, a dívida pública bruta aumentou e milhares de empresas foram à falência e outras milhares precisaram recorrer à recuperação judicial.

O presente artigo busca responder uma séria indagação: Como o Brasil escapará da armadilha da renda média? O Brasil, em especial, deveria investir cada vez mais em capital humano, via educação, treinamento e assistência médica, como também, investir mais em energias renováveis como energias solar e eólica. É um país rico em fontes de energia limpa e renovável como o etanol oriundo da cana-de-açúcar. Estes dois investimentos, atrelados com outros investimentos em inovações tecnológicas e em infraestrutura logística, são o melhor caminho para sair da armadilha da renda média.

O Brasil é um país lusófono com enormes recursos naturais, tem a maior biodiversidade do planeta, têm alguns setores industriais avançados e um forte

agronegócio. O Brasil é um dos principais produtores e exportadores de café, açúcar, soja, milho, carne bovina, carne de frango, suco de laranja concentrado e congelado e etanol do mundo. Necessitamos de mais empresas ligadas à economia verde para reduzir a emissão de gases do efeito estufa e promover mais exportações de produtos e serviços verdes.

Com a alta dos preços do botijão de gás, gasolina, energia elétrica, arroz, óleo de soja e carne bovina, é preciso economizar. Com a taxa SELIC de 2% ao ano (BACEN), é hora de investir no mercado de renda variável. Em suma, os grandes investimentos públicos e privados em capital humano, energias renováveis e infraestrutura logística são fundamentais ao Brasil, um dos dez países mais ricos, mais desiguais do planeta, para escapar da armadilha da renda média nas próximas décadas.

O aumento do desemprego no Brasil

Paulo Galvão Júnior ⁽¹²⁾

Na atualidade, o desemprego no Brasil atinge a 14,1 milhões de desempregados, segundo os dados do terceiro trimestre de 2020 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Brasil tem 5,9 milhões de desalentados, ou seja, são pessoas que desistiram de procurar trabalho formal por falta de oportunidades, sobretudo, sem perspectivas de obter emprego com carteira assinada durante a pandemia da COVID-19. E o Brasil tem também 31,6 milhões de trabalhadores informais (IBGE, 2020), ou seja, são pessoas de 14 anos ou mais de idade que trabalham sem carteira assinada ou trabalham por conta própria.

A taxa de desemprego no Brasil já alcançou o novo recorde de 14,6% da população economicamente ativa (PEA), no trimestre encerrado em setembro de 2020, a maior da série histórica da PNAD Contínua desde 2012. Em comparação com o trimestre encerrado em setembro de 2019, são 2,8 pontos percentuais a mais do que a taxa de desemprego de 11,8% da PEA (IBGE, 2020).

Entre as cinco principais causas do aumento do desemprego no Brasil, apontamos a pandemia do novo coronavírus, a recessão econômica, a redução de custos das empresas, a substituição de mão de obra por máquinas, equipamentos e robôs e a falta de qualificação profissional. O Brasil com os atuais 211,7 milhões de habitantes (IBGE, 2020), infelizmente, encontra-se em segundo lugar no mundo em número de mortes por COVID-19, com mais de 183 mil pessoas mortas e em terceiro lugar no planeta em número de casos, já supera mais de 7,0 milhões de casos de COVID-19 (UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS, 2020).

Sim, com a vacinação contra o mortal SARS-CoV-2 como prioridade máxima, anima os agentes econômicos e mudará os rumos do mercado de trabalho a curto, médio e longo prazo. É muito importante o combate ao desemprego durante a pandemia, há mais de 10 meses, que a economia brasileira foi paralisada, fragilizada em várias atividades econômicas, com exceção, o agronegócio. É cada vez maior o contingente de mulheres desempregadas e de jovens desocupados após a flexibilização das medidas de distanciamento social (IBGE, 2020).

¹²Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

Outra causa do aumento do desemprego nas cinco regiões do Brasil é a elevada carga tributária bruta, que alcançou 33,17% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019 (STN, 2020). É um absurdo o número de tributos vigentes no País, são 13 impostos, 34 taxas e 45 contribuições que dificultam o maior consumo das famílias, um dos grandes motores da economia brasileira. São 92 tributos que impossibilitam o menor custo de produção para empresas, outro grande motor econômico. Muitas empresas brasileiras estão à beira da falência em períodos de desemprego, desalento e informalidade altos. Outras empresas em plena pandemia da COVID-19 já colocaram suas placas: “NÃO HÁ VAGAS”.

O Brasil é um dos países emergentes que mais gastou na pandemia (OCDE, 2020). As medidas emergenciais do Governo Federal para o enfrentamento da COVID-19 ajudaram a conter o avanço maior do desemprego. A MP 936, de 01 de abril de 2020, determinou a suspensão temporária de contrato de trabalho por até 60 dias e a redução de jornada com proporcional redução de salário por 90 dias. A Lei 14.020/2020 determinou a redução de jornada de trabalho e de salário por 30 dias. O Decreto 10.422/2020 prorrogou a redução proporcional da jornada de trabalho e de salário por 60 dias. O prazo é prorrogado de novo com o Decreto 10.470/2020, que permite a redução salarial por mais 60 dias. A última prorrogação foi no Decreto 10.517, de 13 de outubro de 2020, por mais 60 dias, preservando 15 milhões de empregos formais até 31 de dezembro (ME, 2020).

A Lei 13.982/2020, de 02 de abril, garantiu um auxílio emergencial para os mais vulneráveis comprar alimentos e remédios e pagar algumas contas mensais. Com Auxílio Emergencial de R\$ 600 de abril a agosto e com redução para R\$ 300 de setembro a dezembro para trabalhadores informais e de R\$ 1.200 depois para R\$ 600 para mães que são chefes de família, ambos consumiram mais bens e serviços. O Auxílio Emergencial colaborou para o PIB do Brasil crescer 7,7% no terceiro trimestre de 2020, com destaques para o crescimento de 7,6% no consumo das famílias e de 14,8% na indústria (IBGE).

O Saque Aniversário do FGTS e o Saque Emergencial do FGTS contribuíram também para a retomada da economia brasileira. Muitos trabalhadores que optaram pela modalidade Saque Aniversário e pelos empréstimos dos Saques-Aniversários do FGTS compraram bens de consumo duráveis como TV de 50 polegadas, fogão de cinco bocas, máquina de lavar roupas de 13 quilos, aspirador de pó, sofá e material de construção.

Relatórios indicam que a pobreza e a inadimplência aumentaram pelos impactos econômicos e sociais da primeira onda da COVID-19. É assustador o número de pessoas fora da força de trabalho, ou seja, não está ocupada nem procurando emprego formal, chegando a 72,7 milhões de pessoas em outubro

(PNAD COVID-19). As graves crises sanitária e econômica no Brasil transformaram vários desempregados em moradores de rua, ambulantes nos semáforos, motoristas de aplicativo Uber ou empreendedores.

Na nona maior economia do planeta (FMI, 2019) e ao mesmo tempo o oitavo país mais desigual do mundo (PNUD, 2020), os pedidos de seguro-desemprego (de R\$ 1.045,00 a R\$ 1.813,03) aumentaram durante a pandemia da COVID-19. Com o fim do *coronavoucher* para mais de 67 milhões de pessoas no final de 2020, o desemprego crescerá no próximo ano. Com mais pessoas à procura de trabalho formal no País em 2021, a situação socioeconômica continuará muito preocupante. Precisamos de vacinas, de planos municipais, estaduais e nacionais para geração de empregos formais, de projetos de viabilidade econômica para gerar novos postos de trabalho, além de mais empresas brasileiras e multinacionais instaladas no Brasil com placas: “HÁ VAGAS”.

Perspectivas econômicas para 2021

Paulo Galvão Júnior ⁽¹³⁾

Com a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China em 2019, as duas maiores economias do mundo, e com a pandemia mundial da COVID-19 em 2020, ambas ainda não cessaram, hoje, apresento as perspectivas econômicas para 2021 nos cenários internacional e nacional.

No cenário global temos agora um mundo com COVID-19, mas com vacinas eficientes contra o SARS-CoV-2 como a Sputnik V, desenvolvida pelo Instituto Gamaleya, da Rússia e a CoronaVac da empresa chinesa Sinovac. As projeções econômicas para o Produto Interno Bruto (PIB) mundial é de crescimento de 4,8% em 2021, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O PIB global deve crescer 4,2% em 2021, disse a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em seu relatório *Economic Outlook* (Perspectiva Econômica). Ambas as projeções são de recuperação econômica rápida em forma de letra V.

O maior desafio da economia mundial no ano que vem é entender os novos rumos dos Estados Unidos. O pacote fiscal norte-americano na ordem de US\$ 900 bilhões é o segundo maior pacote da história dos Estados Unidos (BLOOMBERG NEWS, 2020). Continuam os sérios impactos da pandemia da COVID-19 nos Estados Unidos, o país mais afetado no mundo, em número de mortes, com mais de 326 mil e em casos diagnosticados, com mais de 18,4 milhões (UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS, 2020). O bilionário Bill Gates recentemente disse à CNN: “Infelizmente, os próximos quatro a seis meses podem ser a pior parte da pandemia” (FORBES, 2020).

A China continuará sendo a locomotiva da recuperação econômica do PIB global no ano de 2021. É preciso estar bem atento aos próximos passos da Argentina, da Índia, do Irã e do Reino Unido no pós-BREXIT. O futuro econômico da economia mundial seguirá em turbulências com o agravamento do aquecimento global.

No cenário nacional continuamos sofrendo com o novo coronavírus nas cinco regiões do País. A pandemia da COVID-19 já provocou mais de 189 mil mortos e mais de 7,3 milhões de infectados em todo o Brasil (UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS, 2020). As perspectivas econômicas do FMI é que a economia brasileira

¹³Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

crescerá 3,6% em 2021. As projeções econômicas do último Boletim FOCUS do BACEN é de recuperação econômica de 3,46% no próximo ano. Já para OCDE a projeção econômica é de 2,6%.

O emergente Brasil foi o terceiro país com mais gastos públicos em relação ao PIB para atenuar os impactos da pandemia do novo coronavírus, atrás apenas dos desenvolvidos Canadá e Japão (OCDE, 2020). O Brasil enfrentará significativos desafios no ano de 2021 e o maior desafio será o aumento da taxa de desemprego, sobretudo, no primeiro semestre de 2021. A taxa de desemprego alcançou um recorde de 14,2% em novembro de 2020, com 14 milhões de pessoas sem trabalho formal no Brasil (IBGE, PNAD COVID-19). Com o fim do Auxílio Emergencial de mais 67 milhões de pessoas, os possíveis impactos socioeconômicos são o aumento na procura de um trabalho formal, a queda no consumo de bens e serviços e cerca de 17 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza em 2021.

De acordo com o economista e um dos pais do Plano Real, André Lara Resende (2020), “O Brasil tem um potencial de mercado interno gigantesco”. O Brasil é um país rico e ocupa a nona colocação entre os dez países mais ricos do planeta (FMI, 2019), mas é mal administrado. O Brasil é um país de contrastes e ocupa a oitava posição entre os dez países mais desiguais do mundo (PNUD, 2020). Os dados demonstram um número estimado de moradores de rua que já passou de mais de 222 mil pessoas (IPEA, 2020).

Após o cenário de forte declínio de atividade econômica até o primeiro semestre de 2020 e de recuperação econômica até o terceiro trimestre de 2020, com uma maior reabertura econômica no ano de 2021, os Governos Federal, Estadual e Municipal podem cortar gastos governamentais desnecessários como aluguéis de imóveis e de automóveis. É errado gastar mais do que se arrecada anualmente. É urgente, as reformas estruturantes no populoso Brasil, a reforma tributária e a reforma administrativa.

Não se brinca com a economia em tempos de pandemia. Com a inflação não se brinca. O aumento dos preços da energia elétrica, da gasolina, do botijão de gás, do cimento, dos alimentos, eles afetam a qualidade de vida do povo brasileiro. Com a manutenção da taxa SELIC de 2% ao ano na última reunião do COPOM de 2020, a menor da história do BACEN, o futuro da economia brasileira depende do crescimento do agronegócio e das estratégias para uma retomada econômica mais forte na indústria, principalmente na construção civil, e no serviço, sobretudo no turismo, para gerar novos empregos formais.

O continental Brasil tem enormes recursos naturais, todavia tem um déficit habitacional de 6,3 milhões de moradias, segundo a Fundação João Pinheiro (2020). A cada ano cresce consideravelmente a população em situação de rua nas capitais brasileiras. Vale destacar que a pandemia da COVID-19 evidenciou os principais problemas socioeconômicos como a desigualdade, a miséria e o precário acesso ao saneamento básico.

No cenário pós-pandemia, com as vacinas contra o SARS-CoV-2 da empresa americana Pfizer em parceria com a empresa alemã BioNTech, da empresa americana Moderna e da farmacêutica anglo-sueca AstraZeneca, é possível presenciar uma recuperação econômica ampla e consistente da economia mundial e da economia brasileira. Em suma, apontamos boas perspectivas econômicas, o PIB do Brasil crescerá entre 2,2% e 3,2% em 2021, já o PIB global será possível crescer entre 4,2% e 5,2% no próximo ano.

As expansões e retrações econômicas no Brasil

Paulo Galvão Júnior ⁽¹⁴⁾

2021 já começou! Um novo ano repleto de novas oportunidades. Serão 365 dias para promover uma nova expansão econômica no Brasil. Serão 12 meses para aumentar o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

O ano novo começou, portanto, precisamos ter coragem de enfrentar a conjuntura econômica do emergente Brasil. É preciso lembrar as expansões e retrações econômicas no Brasil entre 2011 e 2020. A taxa de crescimento do PIB brasileiro foi de 4,0% em 2011. No ano seguinte, a segunda expansão econômica foi de 1,9% em 2012. A economia brasileira registrava a terceira expansão econômica de 3,0% em 2013. Posteriormente, a menor expansão econômica de apenas 0,5% em 2014. No biênio 2015-2016 ocorreram duas retrações econômicas, de 3,5% em 2015 e de 3,3% em 2016, respectivamente, conforme os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No triênio 2017-2018-2019 ocorreram três expansões econômicas na economia brasileira, o PIB cresceu 1,3% em 2017, 1,3% em 2018 e 1,1% em 2019 (IBGE), respectivamente. Entre 2011 e 2020, a taxa média de crescimento econômico do Brasil será de 0,2% ao ano, se confirmada a previsão de uma retração econômica de 4,4% em 2020 do Banco Central (BC). Em outras palavras, um píffio crescimento econômico nos últimos 10 anos.

O decênio compreendido entre 2011 e 2020 é a nova década perdida no Brasil, a terceira década perdida e o pior desempenho econômico nos últimos 120 anos. Ressaltamos que entre 1971 e 2020, foram três décadas perdidas em cinco décadas consecutivas. A taxa média real do crescimento do PIB brasileiro foi de 8,6% ao ano entre 1971 e 1980 (IBGE). Na década perdida dos anos 80, entre 1981 e 1990, a taxa de crescimento anual médio do PIB foi de 1,6% ao ano (IBGE). Já na década perdida dos anos 90, entre 1991 e 2000, a variação média anual do PIB brasileiro foi de 2,6% ao ano (IBGE). Entre 2001 e 2010, a taxa média de crescimento da economia brasileira foi de 3,7% ao ano (IGBE).

É possível evitar uma nova década perdida no Brasil? Sim! Precisamos trabalhar mais e melhor para gerar uma nova expansão econômica no ano de 2021

¹⁴Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

e ajudar o País a crescer robustamente até 2030. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em outubro de 2020, eram 7,6 milhões de pessoas em *home office* no País, em plena pandemia da COVID-19. Hoje, aponto entre as principais vantagens do *home office* a não disseminação do novo coronavírus, a maior proximidade com a família, a redução dos custos de transporte e de alimentação fora do lar, a economia em compras de roupas, calçados, além das reuniões online, das aulas remotas e do baixo consumo de papel.

O Acordo de Paris, de 12 de dezembro de 2015, entre 195 países, inclusive o Brasil, visa conter o aquecimento global e promover o desenvolvimento sustentável. O baixo consumo de papel em *home office* é uma excelente contribuição para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Os *eBooks* reduzem também as emissões de GEE. O Brasil é o sexto maior emissor de GEE do planeta, conforme o *World Resources Institute* (WRI). O aquecimento global é um dos maiores desafios da humanidade no século XXI, logo, precisamos proteger as florestas. Vale lembrar que as árvores absorvem o gás carbônico e liberam o oxigênio na atmosfera, tão fundamental para a humanidade.

Como evitar uma quarta década perdida no Brasil? Necessitamos investir mais em economia verde para uma expansão econômica nas cinco regiões do País no decênio 2021-2030. O Brasil é uma economia de mercado emergente, que requer melhores práticas ambientais, sociais e de governança. O conceituado índice ESG (*Environmental, Social and Governance*) desde 2006 avalia as práticas empresariais e a preocupação e atuação das empresas com questões sociais como a segurança do trabalho e ambientais como as mudanças climáticas. Uma das variáveis do Ambiental é o controle da emissão de GEE. Do Social é a saúde dos funcionários. E da Governança é a remuneração justa.

Nos mercados financeiros, em especial na NASDAQ e na Bolsa, Brasil, Balcão (B3), cresce o interesse por investimentos sustentáveis em empresas que seguem os princípios ESG (em português ASG: Ambiental, Social e Governança). O relatório de sustentabilidade é uma excelente alternativa para as empresas de sociedade anônima e as que estão mudando o Brasil e o mundo são as companhias abertas com melhores práticas ESG, como por exemplos, a empresa brasileira Cosan, que produz e vende açúcar e etanol e a empresa americana Tesla, que produz e vende automóveis elétricos e painéis solares.

A economia verde avança em plena Indústria 4.0, que torna os processos de produção mais eficientes e autônomos, além de contínuas inovações tecnológicas, mas, infelizmente, tende a substituir o trabalho humano por máquinas e robôs. A economia verde tem dez setores para investimentos prioritários no Brasil, destacamos a importância da energia renovável, agricultura, turismo, transporte e

pesca no crescimento econômico com inclusão social e sem degradação ambiental na próxima década.

O Brasil é um dos países mais afetados na saúde e na economia com a pandemia do novo coronavírus. Infelizmente, o número de pessoas mortas pela COVID-19 já passou dos 193 mil em todo o País (JOHNS HOPKINS). O desemprego é elevado no Brasil, com 14,1 milhões de pessoas desempregadas (IBGE). É grave a situação socioeconômica de 68,1 milhões de pessoas sem receber o Auxílio Emergencial (superior a população da França), sem condições de pagar cesta básica, contas de água e de energia, aluguel ou comprar remédios, fraldas, botijão de gás de cozinha. A transferência direta e temporária de benefício financeiro pela CEF encerrou para 19,5 milhões de beneficiários do Bolsa Família, 10,5 milhões do Cadastro Único e 38,1 milhões de trabalhadores informais. No continental Brasil existe um enorme abismo entre os mais pobres e os mais ricos.

O Brasil é um país desigual e alternou períodos de expansão e retração, sendo sete expansões e três retrações econômicas entre 2011 e 2020. O PIB do Brasil registrará uma retração de 4,40% em 2020 e uma expansão de 3,49% em 2021, conforme as previsões do último Relatório de Mercado Focus de 2020 do BC. Mas, prepare-se para o risco real de uma nova retração em 2021 na economia brasileira com a segunda onda da COVID-19. O uso de vacinas contra o SARS-CoV-2 no Brasil é uma prioridade máxima. A vacinação é fundamental à saúde, é a melhor proteção na atualidade, salva vidas e muda as perspectivas. Desde março de 2020 no uso de máscara e de higienização das mãos e agora atento ao calendário nacional de vacinação contra a COVID-19. “Na fase 4, deverão ser vacinados professores do nível básico ao superior”, segundo o Ministério da Saúde.

Não podemos repetir os mesmos erros dos últimos 50 anos que levaram o Brasil a três décadas perdidas. Um somatório de equívocos que provocaram o aumento do desemprego, pobreza, desigualdade e violência. Não precisamos de 92 tributos. Necessitamos de grandes investimentos em educação de qualidade (ODS 4) para o futuro ingresso do Brasil no seleto grupo dos países desenvolvidos. Enfim, para lembrar do economista Celso Furtado: “Só há desenvolvimento quando o homem se desenvolve”.

Juntos online pelo nosso planeta

Paulo Galvão Júnior ⁽¹⁵⁾

Marianna Cabral ⁽¹⁶⁾

Em pleno século XXI, vivemos um momento crítico, a Terra atravessa uma crise ambiental. Por causa das mudanças climáticas já ocorreram incêndios florestais na Austrália, fortes chuvas no Brasil, secas prolongadas em Angola, maremotos na Indonésia e deslizamentos de terra na Noruega, que provocaram mortos, feridos, desaparecidos e realojados. Já na Antártica, o segundo menor dos seis continentes, ocorrem o descongelamento das geleiras, que provoca o aumento no nível dos oceanos.

Em Glasgow, a mais rica e populosa cidade da Escócia, ocorrerá entre 1 a 12 de novembro de 2021, a 26ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP26, que busca alinhar os novos planejamentos e avaliar as conquistas após a reunião na França, Acordo de Paris, a COP21, que ocorreu em dezembro de 2015.

As reuniões para estabelecer metas a serem atingidas ocorrem de cinco em cinco anos, porém, por conta da pandemia da COVID-19, foi adiada em 2020 por doze meses, pela primeira vez. A COP26 será uma conferência organizada pelo Reino Unido em parceria com a Itália, que reunirá 30 mil delegados e 200 líderes mundiais para ratificar os compromissos internacionais de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

É necessário a difusão de uma Educação Ambiental no mundo e no Brasil. O termo surgiu no Reino Unido em 1965, durante a Conferência em Educação, na Universidade de Keele. A Educação Ambiental na COP26 terá um papel relevante no *Scottish Event Campus* (SEC) em Glasgow para alertar sobre o consumo inconsciente no mundo. A China é a maior emissora de dióxido de carbono (CO₂) do planeta, devido ao forte crescimento econômico baseado em energias não renováveis como carvão e petróleo, e os EUA são o segundo maior emissor de CO₂ do mundo e o primeiro em termos de emissões per capita (GLOBAL CARBON ATLAS), devido ao consumo desenfreado de bens e serviços.

¹⁵Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

¹⁶Estudante do Curso de Gestão Financeira no UNIESP e uma das líderes das Olimpíadas UNIESP de Economia pelo *WhatsApp*.

É fundamental o uso de energia limpa e de mais oportunidades de empregos verdes. A COP26 será o principal evento internacional este ano contra o aquecimento global. Em contrapartida, o Brasil possui planos de investimentos na energia nuclear, já com consideráveis perdas financeiras com a usina atômica de Angra 3 desde a década de 70.

Ao invés de elaborar planos para o uso de energias limpas como a eólica e ao mesmo tempo a desativação de uma energia cara e perigosa, o Governo Federal lança planos para construção de oito usinas nucleares em território brasileiro. Mesmo sendo um país tropical com um clima bastante favorável para implantação de energia limpa como a solar, podendo criar linhas de incentivo para implementação em residências e empresas, utilizando os painéis solares ou telhados solares.

No Brasil, eram 72,3 milhões de domicílios em 2019 (TENDÊNCIAS CONSULTORIA), sendo 22,8 milhões de domicílios dos integrantes da classe econômica C, a classe média, com renda entre R\$ 2,5 mil e R\$ 6,1 mil. Eram 37,2 milhões de domicílios das classes D e E, os mais pobres do País, com renda domiciliar inferior a R\$ 2,5 mil. E por fim, eram 12,3 milhões de domicílios que faziam parte das classes A e B, os mais ricos, com renda superior a R\$ 6,1 mil. São milhões de famílias que implementariam a energia solar em suas residências com uma forte queda do seu preço no mercado nacional.

Hoje, a energia solar representa apenas 1,6% da matriz energética brasileira (ANEEL). A energia solar, segundo os dados da ANEEL/ABSOLAR 2020, tem Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul como os estados com maior potência instalada em MW. “O PNUD expressou confiança de que a energia limpa irá crescer em 2021”, conforme a Organização das Nações Unidas (ONU). As principais vantagens da energia solar são uma energia renovável (depende exclusivamente dos raios do sol), as placas solares fotovoltaicas e os inversores solares com baixos custos em relação ao tempo de vida útil (média de 25 anos), baixa necessidade de manutenção e preserva o meio ambiente.

Ao se pensar em Educação Ambiental podemos ligar à nova onda do minimalismo que vem ganhando cada vez mais espaço no mundo, com uma filosofia de eliminar excessos e viver apenas com o essencial. Além de estar ligado à questão da Educação Financeira, pois pessoas financeiramente educadas tendem a gastar de forma mais consciente, sendo menos impulsivas e produzindo menos resíduos em casa, no trabalho e no planeta.

Dentre as negociações internacionais do Acordo de Paris, encontramos questões como limitar o aumento da temperatura global a 1,5 grau Celsius quanto incentivos para a redução nas emissões de GEE, além da defesa de uma economia verde, segundo o site oficial da COP26. De acordo com a secretária executiva da COP26 da ONU, Patrícia Espinosa, “Não se pode esquecer que a mudança climática é a maior ameaça que a humanidade enfrenta a longo prazo”.

Com a COP26, temos esperança de um plano que possa de fato ser concretizado pelos países que farão parte do acordo a ser elaborado. É de suma importância que não apenas os líderes mundiais se mobilizem, mas a comunidade local, pois é de interesse geral que as atuais e futuras gerações possam viver bem no planeta Terra, e para isso devemos fazer nossa parte, como um consumo consciente no início até o final de 2021 e do século XXI.

A dívida pública bruta no Brasil

Paulo Galvão Júnior ⁽¹⁷⁾

Nos dias de hoje, a dívida pública no Brasil é um dos temas de grande destaque na mídia. No livro da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em parceria com o Banco Mundial intitulado Dívida Pública: A experiência brasileira, de 2009, os organizadores revelam um problema histórico de endividamento público no Brasil do século XVI ao século XXI.

A dívida pública ocorre quando as despesas públicas são maiores que as receitas governamentais e “pode ser representado de diferentes modos, sendo as mais comuns a dívida bruta (que considera apenas os passivos do governo) e a dívida líquida (que desconta dos passivos os ativos que o governo possui)”, de acordo com a STN e o Banco Mundial (2009, p.102). O presente artigo visa debater a dívida pública bruta no Brasil.

A economia brasileira influencia o dia a dia das famílias e das empresas em todo o País. O Brasil sofreu uma recessão econômica de -3,5% em 2015 e de -3,3% em 2016. Após uma recuperação econômica muito lenta no triênio 2017-2018-2019, ocorre outra recessão econômica, cuja previsão de queda do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é de -4,3% em 2020, conforme o Relatório FOCUS do Banco Central do Brasil (BCB). No cenário de incertezas, a maior delas é o rumo da situação fiscal no emergente Brasil, que terminou 2020 com a pior dívida pública bruta do grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O endividamento público brasileiro é de R\$ 4,7 trilhões, de acordo com o Relatório Mensal da Dívida Pública Federal de novembro de 2020. Este relatório mensal da STN é publicado desde fevereiro de 2007. A dívida pública bruta encerrará em 96% do PIB em 2020, muito acima dos 75,8% do PIB em 2019, conforme a previsão do Ministério da Economia (ME). O PIB nominal do Brasil foi R\$ 7,3 trilhões no ano de 2019, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme o BCB, a dívida pública bruta, ou dívida bruta do governo geral (DBGG), é divulgada mensalmente e é formada pelos passivos internos e externos do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios, junto aos setores privado e

¹⁷Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

público e ao resto do mundo. O BCB agrupa estes passivos em dívida mobiliária, operações compromissadas, dívida bancária e outras, e dívida externa.

No prefácio do livro citado acima, o então ex-Secretário da STN e ex-Diretor Executivo do Banco Mundial, Murilo Portugal Filho (2009, p.13) enfatizou que “A dívida pública é também um instrumento muito útil para o financiamento de despesas emergenciais e extraordinárias, mesmo que não sejam de investimento, como as que ocorrem quando há uma calamidade pública ou outro tipo de choque temporário, até mesmo guerras”. O Governo Federal encerrou em 31 de dezembro de 2020 o decreto de calamidade pública que permitiu destinar R\$ 513,1 bilhões para gastos públicos como o Auxílio Emergencial (R\$ 230,7 bilhões), o benefício emergencial de manutenção do emprego e renda (R\$ 33,4 bilhões), o auxílio financeiro aos estados e municípios (R\$ 63,1 bilhões) e outras despesas públicas no valor de R\$ 185,9 bilhões.

Para salvar vidas a República Federativa do Brasil continua com as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, decretada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas não abarca outras normas de impacto fiscal como a lei que institui o Auxílio Emergencial (VALOR INVESTE, 2020). Com as despesas públicas do Orçamento de Guerra (Emenda Constitucional 106) para combate à pandemia da COVID-19, a DBGG saltou de 51,3% do PIB em 2011 para 96,0% do PIB em 2020, ou seja, cresceu 44,7 pontos percentuais do PIB brasileiro numa década, segundo os dados do BCB.

Na evolução da DBGG no Brasil, entre 2011 e 2020, o BCB revela que de 51,3% do PIB em 2011 aumentou para 53,7% do PIB em 2012. Em seguida, caiu para 51,5% do PIB em 2013. No ano da Copa do Mundo, o país sede viu a sua dívida pública bruta crescer para 56,3% do PIB em 2014. Em seguida, um crescimento em 2015 para 65,5% do PIB. Já no ano das Olimpíadas do Rio de Janeiro, a DBGG sobe para 70,0% do PIB em 2016. Já no triênio 2017-2018-2019, a dívida pública bruta atinge 74,0% do PIB em 2017, passa para 77,2% do PIB em 2018 e diminui para 75,8% do PIB em 2019, respectivamente. A previsão atual do ME é uma DBGG recorde de 96% do PIB em 2020, ou seja, um salto de 20,2% do PIB em relação a 2019, causando um enorme estrago na economia brasileira.

As contas públicas no vermelho geram graves impactos socioeconômicos. A dívida pública brasileira é alta e fragiliza a economia e enfraquece a saúde. Infelizmente, o Brasil já ultrapassou 206 mil mortos com a pandemia da COVID-19 (UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS) e o estado do Amazonas entrou na fase roxa, a de mais alto risco de contrair o SARS-CoV-2, já com a nova variante do coronavírus. Para o economista argentino José Luis Espert (2021), “Economia versus saúde é uma dicotomia absurda”. Sim, é uma dicotomia falsa, porque não

existe economia saudável sem saúde. Uma economia boa protege a saúde coletiva. A vacinação em massa melhorará os rumos da economia.

Cabe destacar, finalmente, a dívida pública aumenta quando o Governo gasta mais do que arrecada anualmente. A relação entre a dívida pública e o PIB no Brasil é realmente preocupante e não promove o bem-estar social. No Relatório FOCUS do BCB em 8 de janeiro já aponta uma projeção da taxa de crescimento do PIB de 3,50% em 2021, ou seja, uma recuperação econômica. Mas, a economia brasileira em 2021 terá vários desafios como o aumento do desemprego (14,1 milhões de pessoas desempregadas), da pobreza extrema (14 milhões de famílias na miséria) e da inflação (IPCA em 4,52% em 2020). Ressalta-se, por fim, que o Brasil, a maior economia da América Latina, precisa aumentar o conhecimento sobre o planejamento econômico e financeiro dos agentes econômicos.

Fatos históricos relacionados à economia

Paulo Galvão Júnior ⁽¹⁸⁾

O presente artigo aborda os fatos históricos do Brasil e do mundo relacionados à economia no livro intitulado “Brasil/Brazil no espelho da História”, de 2020, do advogado norte-rio-grandense Francisco Evangelista em parceria com o jornalista paraibano Kubitschek Pinheiro.

Ocorreram diversos fatos históricos relacionados ao contexto econômico, no mundo e no Brasil, no qual destacam-se por ordem cronológica a Crise de 1929, *New Deal* (1933), Milagre Econômico (1968-1973), Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor (1990), Plano Real (1994), PAC (2007), PAC 2 (2011) e a Crise da COVID-19 (2020).

De acordo com os autores Francisco Evangelista e Kubitschek Pinheiro (2020, p.27), “Com a crise mundial causada pela grande depressão de 1929, mudou-se a geopolítica do mundo”. A Crise de 1929 começou nos EUA e atravessou o Oceano Atlântico contagiando os países capitalistas da Europa, em seguida, outros países, incluindo o Brasil. A Crise de 1929 foi um dos principais motivos econômicos da Revolução de 1930, liderada pelo advogado gaúcho Getúlio Vargas. Em 26 de julho de 1930, o assassinato do então presidente João Pessoa, do estado da Paraíba, em Recife, pelo advogado e jornalista João Dantas foi o estopim político da Revolução de 1930. Em 03 de novembro de 1930, era o fim da República Velha, na então capital brasileira, no Rio de Janeiro, quando Getúlio Vargas iniciou o seu longo período de presidente da então República dos Estados Unidos do Brasil, de 1930 a 1945, posteriormente, de 1951 até 1954.

Conforme os autores nordestinos Evangelista e Pinheiro (2020, p.47-48), “(...) o Presidente criou a Petrobras, o Banco do Nordeste, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, entre outros órgãos que ainda hoje são mantidos”. Durante a Grande Depressão da década de 30, o presidente Getúlio Vargas não adotou nenhum plano econômico. Bem depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em plena Guerra Fria (1947-1991), o presidente Juscelino Kubitschek lançou o Plano de Metas (1956) e, posteriormente, o presidente João Goulart implantou o Plano Trienal (1962), elaborado pelo economista paraibano Celso Furtado, o primeiro Ministro do Ministério do Planejamento.

¹⁸Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

Com a crise do liberalismo econômico nos EUA, surge o *New Deal* do presidente democrata Franklin Delano Roosevelt. De acordo com os autores (2020, p.27), “Por meio de grandes planos, como o *New Deal*, fizeram surgir numerosas obras e criaram milhões de empregos para desempregados no país, o que, de certo modo, acabou contribuindo para aliviar a crise mundial”. Em seguida, os autores (2020, p.68) refletem sobre a intervenção do Estado na economia do país mais rico do mundo, “(...), graças às grandes iniciativas tomadas contra os efeitos da depressão de 1929, com investimentos em grandes obras públicas, gerando milhares de empregos e renda, o que levou à recuperação dos EUA, influenciando a Europa e o mundo”.

Os autores (2020, p.138) revelam que, “Para conter a inflação, Sarney criou o primeiro plano do Ministro Dilson Funaro, mudando a moeda para “cruzado”, com diminuição de zero, e congelando os preços e os salários”. Ocorreu o corte de três zeros e a mudança de cruzeiro para cruzado, na época, mil cruzeiros passaram a valer um cruzado. Em seguida, os autores (2020, p.139) destacam que, “(...) “Plano Bresser”, mas a economia continua em colapso, com uma inflação de proporções estratosféricas, atingindo cifras nunca vistas. Com o caos instalado, Máílson Nóbrega assumiu o lugar de Bresser Pereira e lançou o “Plano Verão”. (...) congelou preços e salários”. Ocorreu o corte de três zeros e a mudança de cruzado para cruzado novo, na época, mil cruzados passaram a valer um cruzado novo. Entre os economistas brasileiros citados no livro destaca-se o economista paraibano Máílson da Nóbrega, ex-Ministro da Fazenda e eleito o Economista do Ano de 2013 pela Ordem dos Economistas do Brasil (OEB). O Brasil é o único país que já teve nove moedas e que realizou oito reformas monetárias desde novembro de 1942.

O pior plano econômico da história econômica do Brasil foi citado pelos autores no Capítulo V. De acordo com Evangelista e Pinheiro (2020, p.146), “(...) do “Plano Collor”, que consistia em um plano econômico que, buscando resolver o problema da inflação no Brasil, apresentava várias medidas de choque. Entre essas medidas, uma já era bastante conhecida pela população na época, o congelamento de preços, mas o confisco de valores, foi o que mais assustou”.

Posteriormente, os dois autores citaram o melhor plano econômico de todos os tempos no Capítulo VI. Evangelista e Pinheiro (2020, p.153) destacam que, “O “Plano Real”, até hoje, foi a atitude mais importante que um presidente já tomou em nosso país e que produziu resultados econômicos positivos, refletidos até hoje como salvação e estabilidade da economia do país”.

No Capítulo VIII os autores (2020, p.166) citam os rumos da economia brasileira com o presidente Lula, “Em 2007, usou o apoio político e a popularidade para lançar o PAC – Programa de Aceleração de Crescimento – que até hoje tem

problemas de execução –, e enfrentou uma crise econômica mundial, da qual o Brasil saiu com perdas bem menores que os países desenvolvidos”. A Crise de 2008 começou nos EUA e contagiou os países desenvolvidos como Espanha e Grécia e os países emergentes como Argentina e Brasil. A presidente Dilma Rousseff adotou uma política macroeconômica denominada Nova Matriz Econômica em 2011, abandonando o tripé macroeconômico (meta de superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante) iniciado com o presidente FHC em 1999. No Capítulo IX os autores (2020, p.178) ressaltam que, “Outra medida para tentar reverter a crise foi o aumento dos investimentos na infraestrutura do país por meio do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), em 2011”.

Os autores citam no Capítulo III o renomado economista austríaco Friedrich August von Hayek, Prêmio Nobel de Economia de 1974 e grande crítico à forte intervenção do Estado na economia de mercado. É preciso lembrar que, entre 1929 e 2020, o Brasil sofreu os impactos socioeconômicos da Crise de 1929, Primeira Crise do Petróleo (1973), Segunda Crise do Petróleo (1979), Crise da Dívida Externa nos anos 80, Crise de 2008 e Crise da COVID-19 (2020). Infelizmente, o ano de 2020 terminou com mais de 193 mil mortos por COVID-19 e mais de 14 milhões de desempregados nas cinco regiões do País por causa da recessão econômica.

Parabenizo os autores pelo livro que se posiciona à favor da liberdade e da democracia e contra à corrupção e à guerra. Uma obra de onze capítulos repleta de fatos históricos e fotos históricas, uma relevante contribuição para pensar sobre o Brasil, um país sul-americano com enormes recursos naturais, um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo e um dos maiores produtores de energia renovável do planeta. Concordo com os autores com o potencial no transporte ferroviário do quinto maior país em extensão territorial do mundo.

Com 224 páginas, o livro Brasil/Brazil no espelho da História pela MLP Gráfica e Editora foi lançado em plena pandemia da COVID-19, no Oceana Atlântico Hotel, pelo *Instagram* do colunista do Portal MaisPB, Kubi Pinheiro. Os leitores já estão aguardando a segunda edição com uma revisão ampliada, uma ficha catalográfica, uma lista de siglas e um posfácio. Por fim, observa-se que o Brasil já é a décima segunda economia do mundo (FMI) e o oitavo país mais desigual do planeta (PNUD) e diante de um cenário socioeconômico tão preocupante, a população brasileira continuará sonhando com as reformas na construção de um Brasil próspero, igual, saudável e sustentável. É preciso sonhar com a reforma tributária. Chega de 92 tributos no Brasil!

Por uma reforma tributária mais ampla no Brasil

Paulo Galvão Júnior ⁽¹⁹⁾

O presente artigo defende uma reforma tributária mais ampla no Brasil. O livro intitulado “A Reforma Tributária Necessária: Diagnóstico e Premissas” da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) em parceria com a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (FENAFISCO), de 2018, com 803 páginas, é uma excelente obra para debater em 2021 os rumos do Sistema Tributário Brasileiro (STB).

De acordo com o então presidente da ANFIP, Floriano Martins Sá Neto, e o atual presidente da FENAFISCO, Charles Alcantra (2018, p.11), “Se pudessemos estabelecer um *ranking* dos problemas a serem equacionados no sistema tributário brasileiro, a correção do seu caráter regressivo ocuparia o topo”. O STB é regressivo, complexo, ineficiente e injusto. Os consumidores financiam o Estado brasileiro com sua excessiva tributação do consumo de bens e serviços. Os contribuintes estão sendo penalizados com o ICMS. E os empresários sofrem com a guerra fiscal entre os estados brasileiros. O STB desestimula o consumo das famílias e os investimentos privados das empresas.

O Brasil tem 92 tributos (13 impostos, 34 taxas e 45 contribuições) em vigor. No País vigoram tributos federais, tributos estaduais e tributos municipais. Existem tributos diretos e indiretos, tributos cumulativos e não cumulativos. Os cinco principais tributos sobre o consumo de bens e serviços são ISS, ICMS, IPI, PIS e COFINS. O País tem tributos incidentes sobre o patrimônio como o IPTU, ITR, IPVA, ITCMD e ITBI. Existem também dois tributos aduaneiros em vigor, o Imposto de Exportação (IE) e o Imposto de Importação (II).

O Brasil tem o imposto de renda da pessoa física (IRPF), cuja alíquota máxima é de 27,5%, e o imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ). A reforma tributária é importante para a retomada forte do crescimento econômico do País, uma das reformas estruturantes necessárias para se ter um Brasil mais próspero, mais produtivo, mais competitivo, mais justo. Conforme o livro da ANFIP e da FENAFISCO (2018, p.15), “Esse caráter regressivo é um dos determinantes da obscena distribuição da renda no Brasil”. É preciso se posicionar contra os elevados impostos e o retorno da péssima CPMF. Eu sou contra o Imposto sobre as Operações Financeiras (IOF) que foi adotado no Plano Collor em 1990, porque

¹⁹Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

dificulta a entrada de capitais estrangeiros, encarece os financiamentos e interfere no mercado financeiro brasileiro.

De acordo com a ANFIP e a FENAFISCO (2018, p.731), “No Brasil, o enfrentamento das desigualdades passa por mudanças na tributação em prol da progressividade e por uma decisão deliberada do governo central de propiciar inclusão social e não por elevação da carga tributária”. É necessária uma reforma tributária mais ampla no Brasil, porque a economia brasileira encontra-se no processo de desindustrialização desde os anos 80.

Em Brasília, na Câmara dos Deputados tramita a PEC 45/2019. Já no Senado Federal tramita a PEC 110/2019. Além do Projeto de Lei 3887/2020 do Governo Federal, alternativo às PECs 45 e 110 no Congresso Nacional. São três propostas para unificar alguns impostos no País, uma simplificação da tributação sobre o consumo. Defendemos a implantação do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) no emergente Brasil. Um único tributo, uma alíquota uniforme do IVA brasileiro discriminado na nota fiscal na compra de bens e serviços. O IVA brasileiro é chamado de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 168 países já adotam o VAT (em inglês, *Value Added Tax*) ou IVA, incluindo dois países continentais, o Canadá e a Austrália. Para ANFIP e FENAFISCO (2018, p.57), “(...) aperfeiçoando os impostos sobre o valor agregado (IVA) para garantir a integração competitiva do país ao mercado comum regional e à economia global”. A União, os 26 Estados e o Distrito Federal, além de 5.570 Municípios com suas leis tributárias, com os seus tributos almejam arrecadar mais recursos para pagar as elevadas despesas públicas.

Para ANFIP e FENAFISCO (2018, p.351), “Convém destacar que a carga tributária é muito regressiva no Brasil, pois está concentrada em tributos indiretos e cumulativos que oneram mais os (as) trabalhadores (as) e os mais pobres”. Atualmente, a carga tributária é elevada no Brasil e os tributos sobre consumo de bens e serviços respondem por 48,4% dessa carga, de acordo com a Secretaria da Receita Federal (SRF). A carga tributária bruta cresceu de 23% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1988 para 33% do PIB em 2019 (SRF). Desde a Constituição Federal de 1988, o Governo Federal arrecada cada vez mais com os tributos sobre o consumo, a renda, o patrimônio, a seguridade social e o comércio exterior, para depois repassar aos Estados e Municípios de forma burocrática e ineficiente.

Conforme a relevante obra da ANFIP e da FENAFISCO (2018, p.278), “O combate às desigualdades econômicas e sociais também requer sistema tributário

efetivamente progressivo, condição comprovada pelas experiências históricas dos países que lograram estabelecer um Estado de Bem-Estar social”. O Brasil é o quarto país que mais tributa as empresas no mundo, em média 34%, sendo 25% do IRPJ mais 9% do CSLL (OCDE, 2020). A Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende uma reforma tributária mais ampla para a redução urgente do Custo Brasil, que aumentará a competitividade, promoverá o crescimento econômico e será uma forte alavanca para a geração de empregos formais. Recentemente, o presidente da Volkswagen do Brasil, Pablo Di Si, afirmou que, “(...), hoje, no Brasil, 54% do valor de um automóvel é apenas imposto” (O Estadão, 2021). Com tantos impostos no País, o consumo de bens duráveis e não duráveis diminuem consideravelmente na economia brasileira.

Segundo o IBPT (2020), o Índice de Retorno ao Bem Estar da Sociedade (IRBES) do Brasil é o pior entre 30 países analisados, com IRBES de 140,15 pontos, revelando baixo retorno ao Bem-Estar social a partir dos tributos que arrecada anualmente. O continental Brasil continua com 92 tributos, com IDH alto e aprofundando as desigualdades no capitalismo de compadrio. As famílias e as empresas não aguentam mais tantos tributos diante de uma crise sanitária sem precedentes e à beira de uma nova greve dos caminhoneiros. Trabalhamos 151 dias só para pagar impostos na 12ª maior economia do mundo. É um absurdo! Chega de 92 tributos no Brasil!

Três pensadores geniais

Paulo Galvão Júnior ⁽²⁰⁾

Sabemos, precisamente, que o ano de 2020 jamais será esquecido pela humanidade. A pandemia da COVID-19 e a recessão econômica de 2020 abalaram o mundo e o Brasil. Infelizmente, milhões de mortos e de desempregados no planeta e no Brasil. O futuro das economias mundial e brasileira em 2021 irá depender da vacinação em massa.

Um bom exemplo é Israel que já vacinou mais de 60% da população (OUR WORLD IN DATA, 2021) com as vacinas da Pfizer/Biontech e da Moderna contra o SARS-CoV-2, além do terceiro *lockdown* contra a variante britânica do novo coronavírus, que continua ameaçando mais de 9 milhões de pessoas e fragilizando a economia israelense.

Em casa, em isolamento social, esperando a minha fase da vacinação contra a COVID-19 no Brasil, continuo lendo, relendo e lendo de novo livros e e-Books. Recentemente, eu li o livro intitulado “O paraibano Celso Furtado: centenário de um pensador genial”, organizado pelos professores Rômulo Soares Polari e Ivan Targino Moreira, de 2020. Nesta relevante obra pela Editora A União, com 398 páginas, chamou muito a minha atenção a pertinente citação do economista paraibano Marcos Formiga (2020, p.185), “(...) Celso Furtado é tão importante para a Economia Brasileira como Adam Smith para a Ciência Econômica”.

Smith e Furtado nasceram no interior do seu país e seus pais eram advogados e suas mães eram de família de proprietários de terra. Adam Smith nasceu em Kirkcaldy, em 5 de junho de 1723, em uma pequena cidade portuária na Escócia. Quase dois séculos depois, nasceu Celso Monteiro Furtado em Pombal, em 26 de julho de 1920, em uma pequena cidade sertaneja na Paraíba.

Smith e Furtado moraram na França em séculos distintos. O filósofo e economista escocês Adam Smith viajou para trabalhar como tutor do Duque de Buccleuch e morou em Toulouse entre 1763 e 1765. Em seguida, de dezembro de 1765 até outubro de 1766, em Paris. Smith teve diálogos com filósofos franceses como Voltaire e Diderot e com economistas franceses como Quesnay e Turgot.

²⁰Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

Já Celso Furtado viajou em dezembro de 1946 para estudar e concluiu o seu doutorado em Economia na Universidade de Paris-Sorbonne, em junho de 1948. Posteriormente, em 1965, Furtado viajou para trabalhar como o primeiro professor estrangeiro na cátedra de Economia do Desenvolvimento, na Universidade de Paris-Sorbonne, com nomeação pelo então presidente francês Charles de Gaulle. A neta de Celso Furtado, a socióloga Sofia Caselli Furtado destacou (2020, p.39) que, “Durante vinte anos foi professor da Sorbonne”. Furtado foi influenciado pelos economistas franceses François Perroux e Maurice Byé na construção do seu próprio pensamento econômico e tornou-se amigo do filósofo francês Jean-Paul Sartre.

Adam Smith e Celso Furtado são dois pensadores geniais que estudaram e escreveram sua obra-prima no Reino Unido. A obra-prima de Adam Smith é “*The Wealth of Nations*” (A Riqueza das Nações), de 1776. E a obra-prima de Celso Furtado é “Formação Econômica do Brasil”, de 1959. O professor do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Ivan Targino (2020, p.137) revelou que, “Com efeito, o título da obra de Adam Smith, “Um inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações”, não deixa dúvidas a respeito da preocupação do fundador da escola clássica com o progresso das nações”.

Concordo com a secular frase de Adam Smith (2020, p.138), o pai da economia moderna, “Nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis”. O Brasil é o oitavo país mais desigual do mundo (PNUD), com 51,742 milhões de pessoas vivendo na pobreza e 13,689 milhões na extrema pobreza (IBGE). De acordo com o professor Ivan Targino (2020, p.140), “É interessante observar que, ao definir o processo de desenvolvimento, Furtado recupera, parcialmente, a visão de Smith ao afirmar que o desenvolvimento é o processo que implica melhoria das condições de vida da população”. Smith e Furtado foram defensores da industrialização da economia do seu país, em suas respectivas épocas. A Revolução Industrial começou na Inglaterra no século XVIII e já estamos em plena Quarta Revolução Industrial.

Destaca-se na obra a frase do filho de Celso Furtado e professor de Economia na UNICAMP, o economista André Tosi Furtado (2020, p.297), “Celso Furtado foi o pensador brasileiro que se dedicou com mais afinco à reflexão sobre o desenvolvimento”. O progresso econômico com desenvolvimento social no emergente Brasil depende do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), pelo aumento da produtividade, e do atendimento das necessidades sociais da população.

O economista Adam Smith criticou ferozmente o mercantilismo, bem depois, o pensamento liberal de Smith foi muito criticado pelo economista inglês John

Maynard Keynes ao revolucionar a economia com a publicação da sua obra-prima "*The General Theory of Employment, Interest and Money*" (A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda), em 1936. Entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958, na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, Furtado estudou a macroeconomia keynesiana no seu pós-doutorado em Economia e Keynes foi um dos principais influenciadores do seu pensamento econômico de cunho desenvolvimentista-nacionalista. Na Inglaterra, Furtado escreve o livro "Formação Econômica do Brasil".

Keynes e Furtado são dois pensadores geniais que frequentaram a secular biblioteca da Universidade de Cambridge (atualmente, com mais de 8 milhões de volumes) na busca incessante do conhecimento para a geração de emprego e a distribuição da renda nos países capitalistas. Na Universidade de Cambridge, Furtado conviveu com os economistas Nicholas Kaldor, Amartya Sen (Prêmio Nobel de Economia de 1998) e Joan Robinson. Concordo com o ex-reitor da UFPB, o professor Rômulo Polari (2020, p.17), "Celso Furtado é reconhecido como um dos grandes intérpretes do Brasil". Em sua obra-prima Furtado aborda os principais ciclos econômicos (ciclos da cana-de-açúcar, do ouro, do café e da borracha) do Brasil numa abordagem histórica e econômica.

De 2010 para 2020, o crescimento médio do PIB brasileiro foi de apenas 0,2% ao ano, depois de uma retração estimada em 4,4% em 2020. O atraso socioeconômico é visível ao enxergar mais pessoas morando na rua e mais estabelecimentos comerciais fechados. A dívida pública bruta já chegou a 89,3% do PIB em dezembro de 2020 (BACEN) e a elevada taxa de desemprego já alcançou 14,1% no trimestre de setembro a novembro de 2020 (IBGE). Mas, o continental Brasil tem uma das maiores áreas agricultáveis do mundo e é um dos maiores produtores e exportadores mundiais de açúcar, café, soja, suco de laranja, carne de frango, carne bovina, celulose, etanol, milho e frutas tropicais. A última previsão do Relatório Focus é uma recuperação da economia brasileira de 3,5% em 2021 (BACEN). Já atual previsão do FMI é de crescimento de 3,6% no PIB do Brasil no ano de 2021.

Destacamos que os três pensadores geniais foram grandes professores, célebres economistas que liam muito e eram contra os elevados impostos e as altas taxas de juros. No Brasil, a taxa básica de juros continua 2% ao ano desde 5 de agosto de 2020, mas a taxa de juros do rotativo do cartão de crédito avançou para 328,1% ao ano em dezembro de 2020. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) de dezembro de 2020, da CNC, apontou que 66,3% dos consumidores estão endividados nas cinco regiões do País (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Por fim, a transmissão de uma nova variante do novo coronavírus, o fim do auxílio emergencial, a inflação em alta e a elevada carga tributária criam incertezas no rumo da economia brasileira para o primeiro semestre de 2021. Finalizo, com o pensamento de Celso Furtado no livro “O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil”, de 1999: “Em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser”.

O IDH no mundo em 2019

Paulo Galvão Júnior ⁽²¹⁾

Há 30 anos, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas (ONU), mensura o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de países e territórios, localizados em cinco continentes, e divulga anualmente o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) desde 1990.

O IDH é um relevante índice de comparação nas condições básicas de vida dos habitantes em diferentes países. O IDH é formado por três pilares, a saúde (vida longa e saudável), a educação (acesso ao conhecimento) e a renda (padrão de vida decente). O IDH foi criado em 1989 pelos economistas asiáticos, o paquistanês Mahbub Ul Haq (1934-1998) e o indiano Amartya Sen, o Prêmio Nobel de Economia de 1998. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB per capita. O PIB é o “valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país” (SANDRONI, 2014, p.649). Já o PIB per capita é o PIB total dividido pela população total de um país.

O IDH (em inglês, *Human Development Index – HDI*) varia numa escala de 0 (sem desenvolvimento humano) a 1 (o mais alto desenvolvimento humano). A ONU, através do PNUD, observa anualmente que não existe nenhum país com IDH igual a zero. Nem tão pouco existe algum país com IDH igual a um. Quanto mais próximo de 1, mais alto é o desenvolvimento humano do país. Existem 193 países membros da ONU, com sede em Nova York, nos Estados Unidos da América (EUA). No total, foram avaliados o IDH de 189 países e divulgados no RDH 2020. Em 2019, o IDH não pôde ser calculado em países e territórios como a Coreia do Norte, Mônaco, Nauru, San Marino, Somália e Tuvalu.

É possível observar os extremos opostos do IDH no mundo, baseado no melhor e pior IDH na América (América do Sul, América Central e América do Norte), Europa, África, Ásia e Oceania. No IDH, os países são classificados deste modo: (i) Quando o IDH de um país encontra-se entre 0 e 0,549, é considerado um país de desenvolvimento humano baixo; (ii) Quando o IDH de um país entre 0,550 e 0,699, é apontado como um país de desenvolvimento humano médio; (iii) Quando o IDH de um país entre 0,700 e 0,799, é um país de desenvolvimento humano alto; (iv)

²¹Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

Quando o IDH de um país entre 0,800 e 1, é um país na categoria de desenvolvimento humano considerado muito alto.

Segundo o RDH 2020, são 66 países de desenvolvimento humano muito alto (de Noruega a Maurício). São 53 países de desenvolvimento humano alto (de Seychelles ao Gabão). São 37 países de desenvolvimento humano médio (de Quirguistão a Comores). E são 33 países de desenvolvimento humano baixo (de Mauritânia a Níger). A Noruega é o país com o melhor IDH do planeta, com 0,957 e o Níger é o pior IDH do mundo, com 0,394.

O IDH é mensurado por quatro indicadores de cada país: expectativa de vida ao nascer, média de anos de estudo, anos esperados de escolaridade e renda nacional bruta (RNB) per capita. A esperança de vida ao nascer significa o número de anos que um recém-nascido pode esperar viver, se prevalecendo padrões das taxas de mortalidade específicas por idade no momento do nascimento e permanecer durante toda a vida (PNUD).

A média de anos de estudo é o número médio de anos de educação recebidos por pessoas entre 25 anos ou mais de idade. Já os anos esperados de escolaridade significam o número de anos que uma criança de idade escolar pode esperar receber se os padrões de taxas de matrícula persistir por toda a vida (PNUD). A RNB *per capita* é a renda agregada da economia gerada pela sua produção e sua propriedade de fatores de produção (FP), menos os rendimentos pagos pela utilização de FP do resto do mundo, convertidos para dólares em paridade de poder de compra (PPC), dividido pela população do país (PNUD).

Na comparação entre os 12 países da América do Sul, o Chile é o país com o melhor IDH, e a Guiana com o pior IDH, com 0,851 e 0,682, respectivamente. A Argentina lidera os indicadores sul-americanos de educação, com 10,9 anos em média de estudo e com 17,7 anos esperados de escolaridade. Enquanto, a Guiana tem 11,4 anos esperados de escolaridade e o Brasil encontra-se em último lugar na média de anos de estudo da população adulta no subcontinente América do Sul, com apenas oito anos (PNUD, 2020).

O IDH do Brasil ficou em 0,765 no ano de 2019, mas avançou modestamente 0,003 no IDH comparando com o de 2018 (0,762). Em 2019, a expectativa de vida ao nascer dos brasileiros era de 75,9 anos (PNUD, 2020). Os anos esperados de escolaridade alcançaram 15,4 anos. A RNB per capita foi de US\$ 14.263 PPC. Destaca-se a evolução do IDH do Brasil nos últimos trinta anos, passou de IDH de 0,613 em 1990 para IDH de 0,765 em 2019, ou seja, um aumento absoluto de 0,152 e um crescimento relativo de 24,79%.

Na América Central, com 20 países, o melhor IDH é o do Panamá, com 0,815. Já o pior IDH é o do Haiti, com 0,510. Na América do Norte, com três países, o melhor IDH é o do Canadá, com 0,929 e o pior IDH é o do México, com 0,779. Chama muito atenção que os EUA, o país mais rico do mundo, a melhor média de anos de estudo (13,4 anos) da América. No Novo Mundo, com 35 países, o Haiti apresenta os piores indicadores, a esperança de vida ao nascer foi de 64 anos, e a média de anos de estudo era de 5,6 anos.

Já no Velho Mundo, com 50 países, a Noruega segue na liderança do IDH, com uma elevada esperança de vida ao nascer, de 82,4 anos, com 18,1 anos esperados de escolaridade e o tempo de estudo da população norueguesa adulta já chega a 12,9 anos, além disso, a RNB per capita é uma das dez mais altas do planeta, já alcançou US\$ 66.494 PPC. Vale a pena enfatizar que o pior IDH da Europa é o da Moldávia, antiga república da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com 0,750 (PNUD, 2020).

No seletto grupo dos países de desenvolvimento humano muito alto, destacam-se os cinco países nórdicos, a Noruega, Islândia, Suécia, Dinamarca e Finlândia. A Noruega é o país com o maior IDH da Europa e do mundo, com 0,957. A Islândia encontra-se no quarto lugar no mundo, com IDH de 0,949. A Suécia é o sétimo melhor IDH global, com 0,945. Já a Dinamarca e a Finlândia são a décima e a décima primeira posições, com IDH de 0,940 e 0,938, respectivamente.

No continente africano com 54 países, o líder é Seychelles, com IDH de 0,796. É na África que observamos os piores indicadores do planeta Terra. Observa-se que a população da República Centro-Africana apresentava esperança de vida ao nascer de 53,3 anos. Em Burkina Faso, a média de anos de estudo é de 1,6 anos. Os anos esperados de escolaridade da Eritreia foram de 5,0 anos. Em Burundi, a RNB per capita é de US\$ 754 PPC, conforme os dados oficiais do RDH 2020, do PNUD.

Os três últimos colocados do *ranking* do IDH global 2019 são países africanos: Níger (0,394), República Centro-Africana (0,397) e Chade (0,398). Já os três primeiros lugares do *ranking* do IDH global são países europeus: Noruega (0,957), Irlanda (0,955) e Suíça (0,955). A diferença entre o melhor IDH europeu e do mundo e o pior IDH africano e do planeta é de exatamente 0,563, o IDH de Camarões, um país africano de IDH médio.

Na Ásia, o continente mais populoso, mais extenso e mais rico do planeta, o melhor IDH é o de Hong Kong com 0,949. Já o pior IDH asiático é o de Iêmen, com 0,470 (PNUD, 2020). No continente asiático, com 50 países, a melhor média de anos de estudo é o de Israel, com 13,0 anos, e a maior RNB per capita é a do Qatar, com US\$ 92.418 PPC.

Na Oceania, com 16 países, o melhor IDH é o da Austrália, com 0,944. A Austrália tem os melhores indicadores do Novíssimo Mundo, com expectativa de vida ao nascer de 83,4 anos, os 22 anos esperados de escolaridade (o melhor do mundo) e uma RNB per capita de US\$ 48.085 PPC. Já Papua Nova Guiné tem o pior IDH da Oceania, com 0,555, além dos piores indicadores, a média de anos de estudo é de apenas 4,7 anos.

O Brasil e o mundo têm graves problemas socioeconômicos, mas nos últimos 30 anos evoluímos, porque “As pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação”, diz PNUD. No *ranking* mundial de 2019, o Brasil regrediu cinco posições, passou da 79ª para a 84ª colocação, com certeza, no *ranking* de 2020, do RDH 2021, que será mensurado os impactos socioeconômicos da pandemia da COVID-19, cairá mais, só que a trajetória desta vez, infelizmente, o Brasil e outros 188 países provavelmente despencarão no IDH.

O poder do pensamento econômico

Paulo Galvão Júnior ⁽²²⁾

Há mais de 50 anos, é concedido pelo Banco da Suécia (*Sveriges Riksbank*) em parceria com a Academia Real das Ciências da Suécia, o Prêmio do Banco da Suécia em Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel. Na capital sueca, em 10 de dezembro de 1969, dois professores foram os primeiros laureados com o renomado Prêmio Nobel de Economia, o economista holandês Jan Tinbergen (1903-1994) e o economista norueguês Ragnar Frisch (1895-1973), “por terem desenvolvido e aplicado modelos dinâmicos para a análise de processos econômicos”, de acordo com o Professor Luiz Alberto Machado (2019, p. 350) na sua relevante obra intitulada “Viagem pela Economia”.

Em Estocolmo, no ano de 2020, numa inédita cerimônia virtual, os vencedores do Prêmio Nobel de Ciências Econômicas foram os economistas americanos Paul Milgrom e Robert Wilson, que dividiram um prêmio de dez milhões de coroas suecas (o equivalente a US\$ 1,1 milhão). Os professores da Universidade de Stanford receberam suas medalhas de ouro e seus diplomas “por melhorias da teoria dos leilões e de invenções nos novos formatos de leilão” nas áreas de telecomunicações, petróleo e energia elétrica.

O presente artigo destaca o poder do pensamento econômico de dez economistas laureados com o Prêmio Nobel de Economia, desde 1969 até 2020. Entre os vencedores do Nobel já falecidos, na minha opinião, destacam-se, Paul Samuelson (1915-2009), Friedrich August von Hayek (1889-1992), Milton Friedman (1912-2006), James Buchanan (1919-2013) e Gary Becker (1930-2004). Já entre os ganhadores do Nobel ainda em ação, em plena pandemia da COVID-19, destacam-se, Robert Solow, Amartya Sen, Joseph Stiglitz, Paul Krugman e Richard Thaler.

O economista americano Richard Thaler foi laureado com o Prêmio Nobel de Economia de 2017, “por suas contribuições para a economia comportamental” (MACHADO, 2019, p. 353), ou seja, por unir a Economia (há mais de dois séculos é uma ciência social e não uma ciência exata) com a Psicologia. O Prof. Richard Thaler, da Universidade de Chicago, estudou o comportamento humano, que não é sempre racional, além de muitos fatores que influenciam nas tomadas de decisões dos consumidores e dos investidores. É um equívoco não supor que tomamos decisões econômicas baseadas em questões subjetivas e culturais como consumidores, previsivelmente irracional, reduzindo desperdícios e otimizando rotinas.

²²Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

Um dos mais influentes economistas na atualidade, o economista americano Paul Krugman recebeu o Prêmio Nobel de Economia de 2008, “por sua análise dos padrões de comércio e localização da atividade econômica” (MACHADO, 2019, p. 353). O nekeynesiano Paul Krugman, professor da Universidade de Princeton, é um dos renomados colunistas do The New York Times, além de estudioso da globalização da economia, onde integrou o comércio internacional com a geografia econômica e apontou que muitos bens podem ser produzidos em larga escala a um custo menor, uma economia de escala, tão necessária para o lucro das empresas no comércio internacional de bens semelhantes. Ele é autor de vários livros como “Um Basta à Depressão Econômica!”, de 2012.

O economista norte-americano Joseph Stiglitz, professor da Universidade de Columbia, foi o vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2001, juntamente com os economistas estadunidenses George Akerlof e Michael Spence, “por suas análises de mercado com informação assimétrica” (MACHADO, 2019, p. 352). O professor Joseph Stiglitz estudou com afinco o livre mercado e suas falhas, e focou no que seria feito por indivíduos mal informados para melhorar suas posições no mercado. Stiglitz é um dos grandes estudiosos dos graves problemas da humanidade como o desemprego, a pobreza e a desigualdade.

Amartya Sen foi o primeiro economista indiano a ganhar um Prêmio Nobel de Economia no ano de 1998, “por suas contribuições para a economia do bem-estar, em especial nos países em desenvolvimento” (MACHADO, 2019, p. 352). O Prof. Amartya Sen, da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, apontou a importância da economia do bem-estar e investigou as principais causas da fome e propôs soluções para prevenir a escassez de alimentos no seu milenar e populoso país, a Índia. Amartya Sen é um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1989 e sua obra-prima é “Desenvolvimento como Liberdade”, de 1999.

O economista americano Robert Solow, hoje, professor aposentado do Massachusetts Institute of Technology (MIT), foi o ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1987, “por suas contribuições para a teoria do crescimento econômico” (MACHADO, 2019, p. 351). Solow desenvolveu um modelo de crescimento econômico que ilustra como três fatores de produção (capital, trabalho e tecnologia) podem contribuir para aumentar a produção agregada da economia, além de mostrar que as mudanças tecnológicas possuem um potencial maior de impulsionar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB per capita no longo prazo.

Entre os economistas americanos agraciados com o Prêmio Nobel de Economia, Gary Becker, da Universidade de Chicago, foi concedido em 1992, “por

ter ampliado o domínio da análise microeconômica para uma ampla gama de comportamentos e interações humanas, incluindo comportamento não mercantil” (MACHADO, 2019, p. 351). Becker inovou ao aplicar modelos econômicos para explicar fatos cotidianos na economia de mercado, nas escolhas econômicas racionais, baseadas no interesse próprio, que governam o comportamento humano e suas tomadas de decisão. Becker escreveu a obra seminal “Teoria do Capital Humano” em 1964, onde pensou no capital humano como investimento na economia, sendo este fundamental para encontrar as respostas para os desafios das empresas.

O economista americano James Buchanan recebeu o Prêmio Nobel de Economia de 1986, “pelo desenvolvimento das bases contratuais e constitucionais da teoria da tomada de decisões econômicas e políticas” (MACHADO, 2019, p. 351). O Prof. James Buchanan, da Universidade de Virgínia, foi um dos criadores da Teoria da Escolha Pública, que apontou uma situação como principal ponto de partida para um novo pensamento econômico, isto é, de que as falhas do Estado podem ser piores do que as falhas do mercado. O neocontratualista James Buchanan escreveu 35 livros de economia, destaca-se a obra-prima intitulada “Os limites da liberdade: entre a anarquia e o Leviatã”, de 1975, e muitos artigos em defesa do Estado democrático moderno.

Vale a pena ler os livros “Capitalismo e Liberdade”, de 1962, e “Não existe almoço grátis”, de 1975, do economista americano Milton Friedman, o Prêmio Nobel de Economia de 1976, “por suas conquistas nas áreas de análise de consumo, história e teoria monetária e por sua demonstração da complexidade da política de estabilização” (MACHADO, 2019, p. 350). O Prof. Milton Friedman, da Universidade de Chicago, foi o principal teórico do monetarismo e um dos economistas mais influentes da sua época ao escrever artigos defendendo o livre mercado, a iniciativa privada, a taxa de câmbio flexível e a liberdade econômica.

O penúltimo Nobel de Economia a ser mencionado é o economista austríaco Friedrich von Hayek, ganhador de 1974, em companhia do economista sueco Gunnar Myrdal, “pela análise penetrante da interdependência dos fenômenos econômicos, sociais e institucionais” (MACHADO, 2019, p. 350). O Prof. Hayek, da London School of Economics, leu na íntegra a obra-prima do economista escocês Adam Smith, o pai do pensamento econômico moderno e o fundador do liberalismo econômico, tornando-se um dos principais defensores da não intervenção do Estado na economia. Para Hayek, a intervenção estatal na economia de mercado é produtora de injustiças. Hayek defendeu um “Estado Mínimo”, um Estado com um mínimo de atividades econômicas, mas com algumas políticas públicas redistributivas, uma política de renda mínima para os mais pobres. Foi um economista da 4ª geração da Escola Austríaca, um dos maiores críticos ao socialismo totalitário e autor da obra seminal “O Caminho da Servidão”, de 1944.

Por fim, temos agora Paul Samuelson, o primeiro economista norte-americano laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1970, “pelo trabalho científico por meio do qual ele desenvolveu a teoria econômica estática e dinâmica e ativamente contribuiu para elevar o nível de análise na ciência econômica” (MACHADO, 2019, p. 350). O Prof. Paul Samuelson, do MIT, com sua gravata borboleta, sempre defendeu a importância da matemática para a análise econômica, de compreender o ciclo econômico e a sua obra-prima “*Economics*”, de 1948, é um dos livros de Economia mais lido e traduzido no mundo. Em suas entrevistas, palestras e artigos, durante a Guerra Fria, defendeu a obra e o pensamento econômico de Keynes e projetou os rumos dos Estados Unidos da América (EUA), líder do bloco dos países capitalistas, e da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ex-líder do bloco dos países socialistas.

É momento de encerrar a estúpida guerra comercial entre os EUA e a China, as duas maiores economias do mundo, que começou em março de 2018. É hora de apontar o caminho a trilhar para resolver o desemprego cíclico, pois a taxa de desemprego diminui em períodos de expansão econômica e aumenta em momentos de retração econômica. Enfim, em dezembro de 2021, um novo Nobel de Economia, um novo pensamento econômico.

Repensar o futuro da humanidade

Paulo Galvão Júnior ⁽²³⁾

Recentemente, eu li na íntegra um livro do acervo bibliográfico do Conselho Regional de Economia da Paraíba (CORECON-PB), que trata do dilema entre o crescimento econômico infinito versus o mau uso dos recursos naturais limitados. O economista paulista Marcus Eduardo de Oliveira escreveu uma obra intitulada “Civilização em desajuste com os limites planetários: homem, economia, natureza: tensões estruturais”, de 2018, com 298 páginas, pela Editora CRV, para o leitor pensar, repensar e agir.

O artigo visa repensar o futuro da humanidade, além de contribuir no debate sobre a economia e a ecologia na atualidade. Na Apresentação do livro, o Prof. Marcus Eduardo (2018, p. 15) revela que, “(...) há um contingente de 80% de habitantes do planeta – 6 bilhões de pessoas – vivendo em consideráveis dificuldades, enfrentando diuturnamente problemas de ordens múltiplas”. O autor escreveu a sua relevante obra antes da pandemia da COVID-19 e dos impactos socioeconômicos da recessão de 2020, ambas praticamente triplicaram o desemprego, a pobreza, a miséria, a fome e a desigualdade.

A economia tradicional versus a economia ecológica é um dos temas tratados nos onze capítulos do livro. Ainda na Apresentação, o Professor Marcus Eduardo (2018, p. 19) destaca que, “A economia ocupa atualmente a posição de ciência principal dos assuntos humanos”. Em sua pertinente obra, vários economistas estrangeiros e brasileiros são citados. Entre os economistas estrangeiros, destacam-se, Alfred Marshall, Karl Marx, James Buchanan, John Kenneth Galbraith, Thomas Piketty, Amartya Sen, Irving Fischer, Joseph Stiglitz, Joseph Schumpeter, James Meade, Adam Smith, Robert Solow, David Ricardo, John Stuart Mill, Ignacy Sachs e John Maynard Keynes. Já entre os economistas brasileiros, destacam-se, Eduardo Giannetti, Edmar Bacha, Laura Cardoso, Ladislau Dowbor, André Lara Resende, Celso Furtado e Cristovam Buarque.

O excesso populacional impacta a voracidade consumista na economia global. Em 1804, a população mundial era de 1,0 bilhão de habitantes. Hoje, 217 anos depois, é de 7,8 bilhões de pessoas. O autor (2018, p. 50) apresenta a pirâmide social brasileira composta por classes econômicas distintas, a classe A (a mais rica), classe B1, classe B2, classe C1, classe C2, classe D e classe E (a mais pobre) e revela que, “O número percentual de pobres e em situação abaixo da

²³Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

pobreza (classes D-E), portanto, fora do raio de “consumo”, é de 26,6%”. A maioria dos brasileiros reúne-se na classe C (a classe média).

O filósofo e economista escocês Adam Smith, o fundador da Economia Moderna, é um dos mais citados e mais criticados no livro. De acordo com o Professor Marcus Eduardo de Oliveira (2018, p. 90), “(...) não apenas fica a impressão de que regressamos ao tempo de Adam Smith (século 18), mas que, na verdade, de lá nunca saímos. De tal modo que vale enfatizar: é notado com absoluta nitidez o princípio da “mão invisível” se consolidando no momento em que os interesses individuais começam a ser perseguidos, o que contribui, ao menos no plano teórico, para a conquista de interesses coletivos”. O pensamento econômico evoluiu desde o pensamento liberal de Adam Smith no séc. XVIII até os novos paradigmas como a Economia Criativa e a Economia Circular no séc. XXI.

Em seguida, o Professor Marcus (2018, p. 129), menciona Adam Smith, o fundador do liberalismo econômico, “O que se sabe é que, desde Smith, o que dá legitimidade à economia como a conhecemos é a busca individual do interesse próprio”. Posteriormente, o Prof. Marcus (2018, p. 131) ressalta que, “A rigor, mencionemos uma vez mais A. Smith. No clássico, “A Riqueza das Nações” (1776), o ex-professor de filosofia moral nos lembra que “onde quer que haja grande propriedade, há grande desigualdade. Para cada pessoa muito rica deve haver no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos supõe a indigência de muitos”. A desigualdade socioeconômica ainda se mantém, atinge o seu maior patamar no século XXI e é um dos maiores problemas da economia global.

O Prof. Marcus (2018, p. 154), critica que, “Mesmo à economia, desde seus primeiros passos enquanto ciência, datado rigorosamente a partir de Smith, 1776, ignora, em termos de defesa analítica, o assunto “limites”. Aliás, essa é uma palavrinha pela qual os economistas tradicionais (clássicos, se assim, preferirmos) sentem certa aversão. A honrosa exceção fica à cargo de David Ricardo (1772-1823), com a sua teoria sobre os rendimentos decrescentes da terra”. Os desastres climáticos (enchentes, secas, furacões, tufões, tsunamis, etc.) afetam a produção, consumo e preço de bens e serviços, e sobretudo, o custo da tragédia com perdas humanas é irrecuperável. Em 2004, o Tsunami no Oceano Índico provocou mais de 230 mil mortos. Em 2005, o Furacão Katrina, nos EUA, cerca de 2 mil mortos. O Prof. Marcus (2018, p. 169-170) revela que, “Embora a ciência econômica, desde que entrou em cena como “corpo de teoria” (em 1776, com a publicação de “A Riqueza das Nações”), tenha surgido com uma forte preocupação social, presume-se que desde muito se afastou desse pressuposto axial, inclinando-se de forma direta às diretrizes do mercado, do capital, da produção material, da monetarização; (...)”.

Entre os defensores da bioeconomia, destaca-se, o economista romeno Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994), o fundador da Economia Ecológica, com a sua obra-prima *A Lei da Entropia e o Processo Econômico*, de 1971, o pioneiro na preocupação com a degradação ambiental em decorrência do crescimento econômico sem limites, com sérias consequências para as atuais e futuras gerações. Conforme o Prof. Marcus (2018, p. 74), outro defensor da Economia Ecológica é “(...) o economista francês François Partant (1926-1987), autor de *La fin du développement* (O fim do desenvolvimento) e um dos primeiros defensores da noção de decrescimento”. O decrescimento significa consumir menos para que todos vivam melhor, diminuir a velocidade do crescimento econômico para preservar os recursos naturais finitos e criticar uma sociedade cada vez mais consumista de uma enorme variedade de produtos supérfluos.

Para o Prof. Marcus (2018, p. 176), “(...) o decrescimento faz um chamado para abolir a política do crescimento como objetivo social a partir da tentativa de desmonte da estrutura (e da lógica) atual da economia global”. O polêmico decrescimento é a opção para a Economia Ecológica que visa “abordar a economia como subsistema do ecossistema” (WEETMAN, 2019, p. 468). O economista ecológico Marcus Eduardo (2018, p. 195) alerta que, “Por um lado, como exaustivamente sinalizamos, predomina o consumo material excessivo engendrado por uma pequena parcela populacional. Por outro, tem-se que a capacidade de sustento da Terra é limitada (finita)”. A degradação ambiental tem graves implicações na qualidade de vida e o desmatamento e as queimadas da Floresta Amazônica são cada vez maiores no Brasil. É primordial proteger a maior floresta tropical do planeta para absorver CO₂ da atmosfera e liberar O₂.

No Dicionário de economia do século XXI, do Prof. Paulo Sandroni (2014, p. 196), crescimento econômico significa um “Aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país”. Robert Solow é um dos economistas dedicados aos estudos sobre o crescimento econômico. Os economistas ecológicos preferem estudar o decrescimento (*décroissance*, em francês). O autor da obra como ativista ambiental apresenta as fronteiras planetárias e suas nove dimensões centrais para manter uma vida decente para o homem e o meio ambiente que são as mudanças climáticas, perda de integridade da biosfera, depleção da camada de ozônio estratosférica, acidificação dos oceanos, fluxos bioquímicos, mudança no uso da terra, uso global de água doce, carga atmosférica de aerossóis e introdução de novas entidades.

O Brasil tem seis biomas, a Mata Atlântica (o mais devastado dos biomas desde o descobrimento do Brasil), Caatinga, Pampa, Cerrado, Pantanal e Amazônia (o maior dos biomas brasileiros). Entre os economistas ecológicos não citados na obra, penso no economista ecológico pernambucano Clóvis Cavalcanti, ex-presidente da Sociedade Internacional de Economia Ecológica, presidente de honra

da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, grande defensor do TGV no continental Brasil, da redução das emissões de gases de efeito estufa e do uso das energias renováveis, como solar e eólica. Outra ausência foi do economista ecológico americano Herman Daly, um dos criadores do Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável (IBES), que mede o progresso socioeconômico em substituição ao Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é o principal indicador econômico, é o “valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país” (SANDRONI, 2014, p. 649), além de “vaca sagrada dos economistas”, segundo o célebre economista paraibano Celso Furtado (1974, p. 115), no livro intitulado O Mito do Desenvolvimento Econômico.

É importante destacar a frase de entusiasmo do Prof. Marcus (2018, p. 291), “Cabe construirmos, juntos, e de forma imediata, uma economia que dialogue com os princípios da ecologia”. Não sobreviveremos no planeta sem aumentar a produção e a produtividade dos alimentos, sem evitar desperdício e poluição de forma planejada. Mais inovações, mais solidariedade para alimentar a humanidade que já alcançou 7,8 bilhões de habitantes em 2021 e a ONU estima que a população mundial alcançará 9,7 bilhões de pessoas em 2050. Enfim, é preciso repensar o futuro da humanidade para vivermos melhor na Terra.

A pandemia da COVID-19 empobrece a classe C no Brasil

Paulo Galvão Júnior ⁽²⁴⁾

Gabriella Lyra Alves ⁽²⁵⁾

Infelizmente, após um ano de pandemia da COVID-19 no Brasil, o segundo país com mais mortes no planeta, mais de 259 mil pessoas mortas (UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS, 2021), continuamos sofrendo com o novo coronavírus se alastrando nas cinco regiões do País e com o processo de empobrecimento. Hoje, decidimos analisar as classes sociais no Brasil, sobretudo, observar o comportamento e a saúde financeira da classe C.

Para entendermos melhor a classe C que iremos tratar nesse artigo, temos que entender, primeiramente, o que são as classes sociais. Chamamos de classe social uma divisão socioeconômica de acordo com a renda mensal, “bastante utilizado pelo mercado, que desenvolve suas pesquisas e produtos baseados nos hábitos e possibilidades de consumo de cada faixa de renda” (BETONI, 2014), ou seja, vai muito além de uma simples divisão, sendo útil para o mercado, podendo ajudar aos donos de empresas estudarem melhor sobre a clientela que deseja atingir e conquistar, além de nos permitir visualizar como caminha a economia do país, se estamos ficando cada vez mais pobres ou mais ricos.

É importante observar que temos uma divisão de cinco classes sociais (ou classes econômicas), indo de A à E. Observemos a renda familiar de cada classe no Brasil: classe E, com faixa de renda familiar de até dois salários mínimos (SMs); classe D, rendimentos de 2 SMs até 4 SMs; classe C, rendimentos de 4 SMs até 10 SMs; classe B, de 10 SMs até 20 SMs; e finalmente, classe A, com faixa de renda familiar acima de 20 SMs, segundo os critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Observemos também que a classe A é a mais rica no Brasil, no extremo oposto, a classe E é a mais pobre no País. A classe D é a classe pobre, enquanto a classe B é a classe alta. Segundo o economista Paulo Sandroni (2014, p. 143),

²⁴Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

²⁵Estudante do Curso de Administração do UNIESP e Licenciada em Letras pela UFPB.

“costuma-se dividir a classe média em alta, média e baixa”, em outras palavras, a classe C subdivide-se em três grupos, baixa classe média, média classe média e alta classe média.

Lembremos que atualmente, o salário mínimo (SM) no Brasil é de R\$ 1.100,00 por mês. Portanto, uma pessoa integrante da classe C tem rendimentos de R\$ 4.400,00 (limite inferior) até R\$ 11.100,00 (limite superior) por mês. Os rendimentos calculados pelo IBGE são quaisquer fonte de renda dos residentes do domicílio, por exemplos, salário, aluguel, benefícios do Governo, aposentadoria, etc.

De acordo com o professor Paulo Sandroni (2014, p. 143), “Nas pesquisas de mercado, as classes são identificadas pura e simplesmente por estarem dentro de certas faixas (A, B, C, D, etc.) construídas a partir de níveis de renda e de consumo dos indivíduos”. O número de pessoas das classes D e E (as mais pobres) cresceu com a chegada dos antigos integrantes da classe C, por causa da recessão econômica no Brasil, cuja taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de - 4,1% no ano de 2020 (IBGE).

Como dito anteriormente, nosso objeto de estudo será a classe C, ou seja, a popularmente conhecida como classe média (em inglês, *middle class*). Com o mortal, invisível e novo coronavírus e a ordem de ficarmos em casa, em isolamento social, veio uma crise econômica atingindo todas as classes sociais e trabalhadores de diferentes setores. Muitas empresas encerraram suas atividades econômicas, ou, numa tentativa de sobreviver, diminuíram os custos, logo, tiveram que demitir funcionários, com isso, vários ficaram desempregados. Lembremos que no Brasil o desemprego atingiu 11,6 milhões de pessoas em 2019 saltando para 14,1 milhões de pessoas em 2020 (IBGE). Lembremos também que no Brasil, absurdamente, vigora 92 tributos.

Podemos observar que no ano passado, dos integrantes da classe C, “35% ficaram sem rendimentos e 29% tiveram redução de metade ou mais de seus ganhos, dos quais 23% deixaram de pagar contas, além de se endividarem com crédito caro” (CAMPOS, 2020). Com a queda de 4,1% do PIB brasileiro em 2020, a

maior desde 1996, o Brasil é agora a décima segunda economia do mundo e a classe C foi uma das mais prejudicadas com tamanha retração econômica no País.

O site do IBGE aponta que o contingente populacional integrante das classes A e B (no topo da pirâmide social brasileira) é de 30 milhões de habitantes. Na classe C temos 115,3 milhões de pessoas. Por fim, nas classes D e E (na base da pirâmide social) encontramos 63,2 milhões de habitantes (IBGE, 2018). Por percentual, as classes A e B representam 14,4% da população brasileira, a classe C com 55,3% do total, enquanto as classes D e E somam 30,3%.

É interessante ressaltar que em 9 de março de 2021, A Riqueza das Nações, completará 245 anos. Originalmente composta por cinco livros em dois volumes, a obra-prima do economista escocês Adam Smith (1996, p. 129) nos faz refletir que, “nenhuma sociedade pode florescer e ser feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis”. No Brasil são mais de 51 milhões de pobres e mais de 13 milhões de miseráveis (IBGE, 2020). De acordo com o IBGE, uma pessoa pobre tem renda de até R\$ 436 por mês, já uma pessoa miserável sobrevive com até R\$ 151 mensais. Quando o auxílio emergencial retornar com um provável benefício de R\$ 250,00 por mês, cerca de 44 milhões de pessoas deixarão a miséria por quatro meses consecutivos.

Em pleno século XVIII, Adam Smith (1996, p. 120) enfatizou que, “o homem sempre precisa viver de seu trabalho, e seu salário deve ser suficiente, no mínimo, para a sua manutenção”. Vale a pena lembrar que, para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em janeiro de 2021, o salário mínimo necessário (SMN) deveria ser de R\$ 5.495,52 por mês, ou seja, o SM atual está defasado em quase cinco vezes menos em relação ao SMN no país.

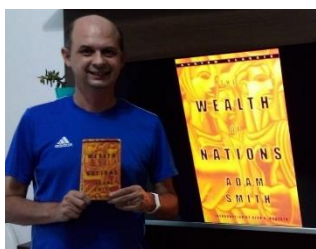
Com essa pandemia do novo coronavírus vemos que, nem mesmo aqueles que desfrutam de certos luxos, estão livres de sofrerem uma queda econômica, atrasar alguma conta mensal ou contrair novas dívidas. Nenhum agente econômico privado está livre de uma possível inadimplência, uma futura falência, por isso a

economia tem que continuar girando o mais normal possível, não só para que os empresários não sofram o tombo, mas para que estes consigam manter o máximo de empregados possíveis, dessa forma tentando amenizar a situação de todas as classes econômicas.

Em síntese, do ponto de vista econômico, a pandemia da COVID-19 empobrece a classe C, a população no meio da pirâmide social no Brasil. Finalizamos com uma reflexão no final da vida do célebre economista Celso Furtado: “Como que é possível um país tão rico como o Brasil tenha tantos pobres?”.

Os 245 anos da obra-prima de Adam Smith

Paulo Galvão Júnior ⁽²⁶⁾



Este artigo começou com uma foto no *Instagram* como uma singela homenagem aos 245 anos da obra-prima de Adam Smith, o livro fundador da Ciência Econômica, depois tomou corpo num convite especial para o(a) leitor(a) do Portal MaisPB a ler um dos livros mais importantes da humanidade.

A Riqueza das Nações (em inglês, *The Wealth of Nations*), é uma abreviação da obra intitulada “Uma Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações”, de Adam Smith, o fundador do pensamento econômico moderno, que influenciou políticos como John Adams, o primeiro vice-presidente e o segundo presidente dos Estados Unidos da América (EUA) no século XVIII, além de economistas como Milton Friedman no século XX, e atualmente, continua a inspirar muitos políticos, economistas, empresários e estudantes em pleno século XXI.

O filósofo e economista escocês Adam Smith é o pai da economia moderna e ele nasceu em 05 de junho de 1723, em Kirkcaldy, uma pequena cidade portuária no Mar do Norte, no Condado de Fife, na Escócia, um dos quatro países membros do Reino Unido. O seu célebre livro A Riqueza das Nações foi publicado em 09 de março de 1776, coincidentemente no ano da Independência dos EUA, desta forma Adam Smith tornou-se o primeiro economista, o pioneiro nas análises relacionadas à economia liberal, como também, um dos mais influentes pensadores até os dias atuais.

A Riqueza das Nações foi publicada pela primeira vez em Londres, capital do Reino Unido, e esta obra clássica do pensamento econômico foi escrita no início da Revolução Industrial, que começou na Grã-Bretanha, em meados do século XVIII. Na Primeira Revolução Industrial começou a doutrina econômica intitulada liberalismo econômico, ou seja, para Adam Smith toda intervenção do Estado na economia capitalista é completamente condenável e ele defendeu o livre mercado e a liberdade econômica.

²⁶Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

Aos 53 anos, o filósofo iluminista Adam Smith publicou *A Riqueza das Nações* em dois volumes com cinco livros. Livro Primeiro com o título de *As Causas do Aprimoramento das Forças Produtivas do Trabalho e a Ordem Segundo a qual sua Produção é Naturalmente Distribuída Entre as Diversas Categorias do Povo*; Livro Segundo foi denominado de *A Natureza, o Acúmulo e o Emprego do Capital*; Livro Terceiro foi intitulado de *A Diversidade do Progresso da Riqueza nas Diferentes Nações*; Livro Quarto foi chamado de *Sistemas de Economia Política*; e o Livro Quinto foi denominado de *A Receita do Soberano ou do Estado*.

A primeira edição de *A Riqueza das Nações* foi editada em dois volumes, dos quais o primeiro volume contém os Livros I, II e III, e o segundo volume, contendo os Livros IV e V. A primeira edição em 1776 foi integralmente vendida em apenas seis meses, ao preço de uma libra e 16 xelins. O livro contém 32 capítulos e durou 12 anos para ser publicado, de 1764 a 1776. Adam Smith iniciou na França o Livro Primeiro com 11 capítulos. O Livro Segundo tem cinco capítulos. O Livro Terceiro consta quatro capítulos. O Livro Quarto apresenta nove capítulos. E o Livro Quinto tem três capítulos.

Adam Smith não se casou nem teve filhos, a maioria da sua vida morou com sua mãe, Margaret Douglas, e como bom representante da burguesia britânica em ascensão, considerava os elevados impostos um grande obstáculo ao crescimento da economia de mercado. Smith sustentava que a riqueza de uma nação depende da produtividade do trabalho e da proporção de trabalhadores que se empregam de maneira produtiva. O trabalho era uma força homogênea nos países e as distinções nas invenções causaram as diferenças nos custos de produção de bens.

Smith (1996, p. 59) na Introdução escreve: “O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente”. Para Smith a riqueza da nação é oriunda do trabalho e o trabalho produtivo é primordial nas reflexões liberais sobre a economia. O pai do liberalismo econômico aborda grandes temas como a divisão do trabalho, a especialização e a produtividade. Nesse contexto econômico, o já renomado professor de Filosofia Moral da Universidade de Glasgow, defendia o *laissez-faire* (deixe fazer) e introduziu o termo *invisible hand* (mão invisível) para simbolizar as leis naturais da oferta e da demanda que regem a economia de mercado, logo, não é necessário nenhuma intervenção do Estado na economia para corrigi-la.

A única ocorrência da mão invisível em *A Riqueza das Nações* se dá no Capítulo II, do Livro Quarto, que tem como título *Restrições à Importação de*

Mercadorias Estrangeiras que Podem Ser produzidas no Próprio País: “(...) Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países, ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por uma mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções” (SMITH, 1996, p. 430).

Na visão de Smith, a riqueza requer produtividade; a produtividade requer especialização; a especialização requer divisão do trabalho; por sua vez, a divisão do trabalho requer troca; a troca requer mercado livre; por sua vez, o mercado livre requer um sistema de preços; e o sistema de preços requer ordem monetária. No Capítulo I, do Livro Primeiro, Smith (1996, p. 61) enfatiza que, “o maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho”.

Aprendemos com Smith sobre a divisão do trabalho no famoso exemplo dos trabalhadores em uma pequena fábrica de alfinetes, em Kirkcaldy. Aprendemos que o trabalho é um conjunto de atividades produtivas, que o ser humano exerce para atingir um determinado fim. A divisão do trabalho faz com que o trabalhador produtivo adquira, com a tarefa repetitiva, uma agilidade maior e treinado na execução de seus movimentos, provocando assim uma diminuição do tempo gasto e um aumento na produção e na produtividade.

Eram 10 trabalhadores, 18 operações distintas e máquinas para a produção de um simples alfinete, na fábrica em Kirkcaldy. Cada trabalhador executava uma operação distinta na fábrica de alfinete como desenrolar o arame, endireitar o arame, cortar o arame, montar a cabeça do alfinete, alvejar o alfinete, pratear os alfinetes ou preparar a própria embalagem dos alfinetes. Esta divisão do trabalho gerava a especialização do trabalho, e conseqüentemente a produção de 48 mil alfinetes por dia. Um trabalhador isoladamente se tivesse que realizar as 18 operações não produzia um único alfinete no final do dia.

No Capítulo V, o professor Adam Smith (1996, p. 87) destacou que “todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida”. Há 245 anos que a classe rica ou classe pobre tem como medida a quantidade de bens e serviços que tem condições de comprar na economia de mercado, conforme a lei da oferta e da demanda.

Ler os cinco volumes de A Riqueza das Nações não é tarefa das mais fáceis, todavia, é um livro de leitura muito valiosa, visto que é uma severa crítica ao protecionismo alfandegário no século das luzes, sendo muito útil nos dias atuais, em plena guerra comercial entre os EUA e a China - as duas maiores economias do mundo.

Para Smith, a riqueza de um país depende da divisão do trabalho, além da acumulação de capital. Logo, a acumulação de capital leva ao crescimento econômico. Escreve Smith, na sua obra, o ponto principal que causa o crescimento econômico é a divisão do trabalho, que garante a redução dos custos de produção e a queda dos preços das mercadorias. A divisão do trabalho incrementa a quantidade produzida, por três razões: a destreza dos trabalhadores; a poupança do tempo; e as invenções para a produção.

A riqueza de uma nação é a capacidade de produzir bens e serviços que tem seus cidadãos e o cidadão comum ao procurar o seu próprio interesse, automaticamente promove o interesse da sociedade em geral. Em uma passagem célebre da *magnun opus* da Escola Clássica, Smith (1996, p. 70), no Livro Primeiro, Capítulo II, enfatizou que, "não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhe falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles".

No dia 17 de julho de 1790, Smith faleceu aos 67 anos, na capital escocesa. Muitos já ouviram suas ideias liberais a respeito da livre concorrência, da acumulação de capital ou da propensão do homem à troca. Smith esclareceu os significados de valor de uso, valor de troca, capital fixo, capital circulante, como também, demanda efetiva e demanda absoluta. Ele defendeu a não intervenção do Estado na economia de mercado – que funcionaria automaticamente –, como se houvesse uma mão invisível ajeitando ou ajustando tudo, empurrando naturalmente para o lado certo. Adam Smith foi um filósofo iluminista que tornou-se o pai da economia política e o farol da liberdade econômica que continua iluminando as mentes nos países do Hemisfério Norte e do Hemisfério Sul.

Ressaltamos que grandes economistas leram a obra-prima de Adam Smith, em inglês, na íntegra e criticaram o seu pensamento econômico, entre eles, destacamos dois economistas europeus, Karl Marx no século XIX e John Maynard Keynes no século XX.

Adam Smith é o pai do capitalismo e suas quatro fases são o capitalismo comercial, o capitalismo industrial, o capitalismo financeiro e o capitalismo informacional. Estamos em plena Quarta Revolução Industrial, em pleno capitalismo informacional e sofrendo os impactos socioeconômicos da pandemia da COVID-19. No Brasil, poucos leram na íntegra, um dos livros que mudaram o mundo. Nele, descobriremos como melhorar a produtividade, o motivo de pagar bons salários, além de ser contra o protecionismo, os elevados impostos e o monopólio. No início do capitalismo industrial, Adam Smith procurou a resposta para uma pergunta bastante atual: Por que alguns países são ricos, e outros não?

Para concluir, devemos instigar a todos à leitura da obra seminal de Adam Smith, é um livro, *eBook* ou *audiobook* imune a força do tempo, continua sendo de extrema relevância até os dias de hoje, e sobretudo, poderá estimular as nossas próprias reflexões críticas: Por que o Brasil tem baixa produtividade no trabalho em comparação com outros países? Como sobreviver com um salário mínimo de R\$ 1.100,00? Por que o Brasil participou apenas de 1,2% das exportações mundiais em 2019? Por que o Brasil tem 92 tributos em plena pandemia da COVID-19? Por que o país tem cerca de 5,8 milhões de pessoas desalentadas? Como conciliar a liberdade econômica com a igualdade social no Brasil? Enfim, por que o Brasil é um país tão desigual?

A relação da crise da COVID-19 com a educação universitária no Brasil

Thamirys Augusta Firmino Figueiredo (27)

Paulo Galvão Júnior (28)

Há mais de um ano, surgiram os primeiros casos da COVID-19 na China, em seguida, no mundo e no Brasil, e com isso também vieram os primeiros problemas. O distanciamento social foi a primeira medida para evitar a propagação do novo coronavírus, todavia, aconteceram inúmeras mudanças na economia brasileira, a partir do fechamento de atividades que causam aglomerações como universidades, escolas, *shopping centers*, e só abertura de atividades essenciais como padarias, farmácias, supermercados.

No Brasil, a crise econômica acontece em vários setores como o turismo, o comércio, além da educação, que são os principais segmentos afetados do primeiro momento da epidemia, que posteriormente, transformou-se numa pandemia até o momento atual. Desse modo, nesse artigo, vamos observar a conexão da crise da COVID-19 na qual estamos inseridos para com a educação universitária no Brasil.

Em primeiro plano, vemos que a pandemia modificou todas as atividades no mundo e no Brasil. No entanto, para o setor da educação a ajuda da tecnologia foi fundamental e estamos conseguindo passar por essa fase confiantes de que o cenário atual mudará. Apesar disso, vê-se que a realidade brasileira é muito precária, pois, durante o primeiro semestre de 2020, 10,1% dos estudantes trancaram matrícula ou desistiram do ensino superior, segundo a Associação Profissional das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP).

²⁷Estudante do Curso de Administração no UNIESP.

²⁸Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

Isso nos fez refletir sobre os principais problemas que a crise da COVID-19 trouxe as instituições de ensino superior (IES), aos discentes e aos docentes no país: (i) as condições de acesso à internet; (ii) a qualidade da conexão digital dos estudantes e dos professores; (iii) as habilidades para acessar e conduzir as aulas remotas; (iv) a relação comportamental de ensino e aprendizagem; (v) o acesso aos computadores, *notebooks*, *tablets*, celulares e *smarthphones*; (vi) as instituições particulares no custeamento salarial dos docentes; (vii) a taxa de evasão estudantil alta; e (viii) a taxa de trancamento de curso elevada.

A saída dos estudantes das universidades privadas no momento atual decorre por inúmeros fatores, entre eles, destacamos: (i) as condições financeiras; (ii) o acesso à internet (com despesas mensais entre R\$ 60 e R\$ 200) e as plataformas digitais; (iii) o acesso as ferramentas tecnológicas. Através de uma pesquisa feita pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Currículo e Sociedade (GEICS) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) foi concluído que 40% das causas de desistências do ensino superior foram por conta da falta e da complexidade de adaptar-se aos meios tecnológicos, ou seja, muitos alunos não possuem condições financeiras, não conseguem manter internet nem *Wi-fi* em casa, sem dados móveis velozes para assistir as aulas remotas pelos celulares e sem recursos para adquirir as ferramentas tecnológicas, o que lhes resta é trancar ou optar pela evasão de seus cursos universitários.

As universidades particulares também têm estado em situações difíceis, pois a demissão em massa de professores universitários foi um dado alarmante no ano de 2020, só em julho do ano passado, cerca de 120 professores foram demitidos da Universidade Cruzeiro do Sul e isso reflete em 30% da estrutura docente da instituição, de acordo com o Sindicato dos Professores do Ensino Privado de São Paulo (SINPRO-SP, 2020). Entretanto, isso foi o retrato da evasão e do trancamento universitário, com tantos alunos saindo das IES, o reflexo vai diretamente no custeamento dos professores. Com turmas muito pequenas, a universidade fica quase que impossibilitada de arcar com os salários dos docentes, por isso, vem ocorrendo essa situação de demissão ou corte dos salários.

Destacamos que o Governo Federal tenta reeditar a Medida Provisória (MP) 936/2020 que permite a redução proporcional do salário e da jornada de trabalho, e a suspensão do contrato de trabalho. A MP 936 reeditada permitirá o Governo Federal complementar a renda do(a) trabalhador(ra) com carteira de trabalho assinada por quatro meses.

A relação comportamental entre ensino e aprendizagem tem sido muito difícil, o docente atua como o mediador do conhecimento para com o discente, diante das plataformas digitais, isso está sendo um dos maiores problemas, pois o ensino remoto dificulta a assimilação e para alguns estudantes absorção do conhecimento fica abaixo do esperado. Para o professor essa relação é de certa forma mais complexa, o docente fica contido e retido o que é informado pelo discente, e as condições de aprendizagem são mais difíceis.

Percebe-se, portanto, que diante da crise do novo coronavírus, vivemos grandes adversidades, que precisam ser muito bem pensadas, repensadas, pois, tomar decisões em tempos de pandemia requer um cuidado redobrado. É importante que a IES pública ou privada tenha um olhar cauteloso para resolução desses conflitos que o SARS-CoV-2 nos trouxe diuturnamente. É fundamental nesse período de aulas remotas que exista um canal de diálogo permanente e direto entre alunos e professores durante o período letivo, mostrar como funcionam as plataformas digitais em que estão inseridos e que exista uma forma de contato do aluno com a coordenação de seus respectivos cursos, através de e-mails, chats, telefones, para sanar dúvidas, além das IES que auxiliem os professores, os capacitando para usar as plataformas necessárias para as aulas remotas.

É preciso destacar os esforços das IES nas cinco regiões do País, como bom exemplo, o Centro Universitário UNIESP, localizado na cidade portuária de Cabedelo, que no semestre 2021.1 está oferecendo uma educação de qualidade, utilizando as plataformas tecnológicas disponíveis como o *Google Classroom*,

Google Meet, aluno online, professor online, biblioteca virtual do UNIESP, além de capacitação aos docentes e explicações acadêmicas aos discentes pelo *YouTube*, sobretudo, aos alunos novatos.

Não restam dúvidas na crise da COVID-19, a educação de qualidade é fundamental para mudar os rumos do Brasil, a décima segunda economia do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) nominal de US\$ 1,420 trilhão em 2020 (AUSTIN RATING, 2021) e a oitava nação mais desigual do planeta (PNUD, 2020). O maior líder da luta pela igualdade de direitos na África do Sul de todos os tempos, Nelson Mandela, brilhantemente enfatizou, “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”.

Concluimos, que nós, docentes e discentes, estamos juntos ao mesmo tempo distantes em plena pandemia da COVID-19, “Unidos pela Vacina”, “Unidos na busca do ouro do século XXI” e “Unidos contra os 92 tributos no Brasil”. Em síntese, é necessário que sejam propostas as soluções para os oito pontos citados acima, que são indispensáveis. Embora, seja provável que nem todos esses oito itens ocorram apropriadamente para todas as realidades vividas, mas se deve levar em consideração a real necessidade da IES, dos docentes e dos discentes.

A Escola Austríaca e como sua doutrina poderia ser aplicada no Nordeste do Brasil

Guilherme Barbosa da Silva Neto ⁽²⁹⁾

Paulo Galvão Júnior ⁽³⁰⁾

Fundada no final do século XIX e difundida na Áustria pelo economista austríaco Carl Menger, a chamada Escola Austríaca é uma escola de pensamento econômico liberal, que visa a ação humana para promover o desenvolvimento econômico de uma nação, através da liberdade econômica, onde os agentes econômicos privados possam ter autonomia e segurança para fechar contratos voluntários na economia de livre mercado.

É dada o nome de Escola Austríaca por estar contida no campo das ideias filosóficas, e pela maioria de seus membros fundadores serem austríacos. Os membros da Escola de Viena como os economistas Friedrich von Wieser e Eugen von Böhm-Bawerk, da segunda geração, foram crescendo a cada ano. Atualmente é constituída por economistas como Jesús Huerta de Soto, Peter Boettke, Randall Holcombe, Mario Rizzo, Antony Mueller e Ubiratan Iorio, entre outros economistas, em diversos continentes, e seu conteúdo tem um sentido funcional nas ciências sociais e ciências humanas.

Considerada de grande importância para o pensamento econômico atual, a Escola Austríaca nos trás uma perspectiva moderna do liberalismo econômico clássico sustentado por Adam Smith, o pai da economia moderna. Algumas de suas teorias são amplamente aceitas e defendidas por diversas instituições científicas e de incentivo ao empreendedorismo e é composta por diversos economistas desde 1871, no qual podemos citar os mais notórios: Menger, Böhm-Bawerk, Mises, Hayek, Rothbard, Hoppe e Kirnez.

Carl Menger (1840-1921) foi o fundador da Escola Austríaca ao escrever a obra pioneira intitulada Princípios de Economia Política em 1871. O economista austríaco Carl Menger foi professor de Economia Política na Universidade de Viena e desenvolveu a teoria da utilidade marginal, ligada a satisfação dos desejos humanos que faz oposição a teoria marxista do valor-trabalho. Menger adotou uma abordagem subjetivista e individualista para mostra a sua teoria em pleno século XIX. De acordo com o economista sueco Knut Wicksell, “desde os Princípios de Ricardo, nenhum trabalho teve tanta influência no desenvolvimento da economia como os Princípios de Menger”.

²⁹Estudante do Curso de Administração no UNIESP e um dos líderes das Olimpíadas UNIESP de Economia por *WhatsApp*.

³⁰Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914) foi o mais brilhante discípulo do Carl Menger, ele não foi aluno do professor Menger na Universidade de Viena, e com sua teoria de capital e juros se contrapôs a teoria marxista da exploração do trabalho ou da mais-valia, ao apresentar o conceito de preferência temporal.

Ludwig Edler von Mises (1881-1973) foi o criador da teoria básica da Praxeologia, que se baseia no axioma “Todo ser humano age” de tal maneira que todas as suas ações têm como objetivo sair de uma situação de desconforto para uma de maior conforto, buscando sempre uma qualidade de vida superior a anterior. Mises comprovou a inviabilidade do cálculo econômico sob o socialismo, o que impossibilita uma racional alocação de recursos produtivos e provoca escassez generalizada numa economia centralizada.

Friedrich August von Hayek (1899-1992), Prêmio Nobel de Economia em 1974, foi o mais famoso aluno do professor Mises na Áustria. Hayek demonstrou que o conhecimento está disperso e altera-se constantemente na sociedade livre, razão pela qual tornaria o planejamento centralizado ineficaz. Hayek realizou grandes disputas econômicas com o economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946). Em pleno século XX, Hayek defendia que a economia de mercado deveria funcionar livremente, sem nenhuma intervenção do Estado, o oposto do pensamento econômico de Keynes.

Murray Newton Rothbard (1926-1995) foi um dos mais brilhantes alunos do professor Mises na Universidade de Nova York, nos Estados Unidos da América (EUA), além das suas contribuições para o ideal liberal, se destacou principalmente no campo da Filosofia Política, onde deu origem a uma metodologia ética libertária, que junta os valores capitalistas a ausência de Estado, por considerar sua natureza impositiva diante de uma sociedade integralmente livre. Rothbard demonstra como o Estado devasta a liberdade individual, a propriedade privada e o bem-estar social dos indivíduos.

Hans-Hermann Hoppe é um dos mais célebres alunos do professor Rothbard e é um filósofo e economista defensor nato do livre mercado e da visão libertária. Assim, como Rothbard, Hoppe questiona a legitimidade do Estado por ser uma organização autoritária em sua essência e que utiliza da coerção para cobrar impostos e aplicar leis em um grupo social não condizente com o poder vigente, autoproclamado em um período histórico distinto.

Israel Kirzner é um dos mais destacados alunos do professor Mises nos EUA, nasceu na Inglaterra em 1930 e defende a competição e a atividade empresarial na economia de mercado. Kirzner é professor emérito de economia na Universidade de Nova York e o mais influente economista da Escola Austríaca da Economia na atualidade. Kirzner para melhor entender o sistema capitalista estuda com afinco sobre a competição no empreendedorismo.

Em um breve resumo do idealismo austríaco, destacamos o individualismo metodológico, o subjetivismo, a propriedade privada e o livre mercado sendo as condições fundamentais de uma organização social. Um ambiente para onde o cidadão tenha direito à liberdade individual, negociação e propriedade privada, sem interferência estatal. Tendo como base a ética e a ordem espontânea que explica uma tendência do surgimento de uma ordem social a partir de um grupo de indivíduos interessados na cooperação, que não estão intencionalmente tentando criar tal condição. Podemos citar o escambo e os hieróglifos como exemplos do que viriam a ser naturalmente o comércio e a escrita, respectivamente.

No Brasil, a mais comum crítica ao pensamento da Escola Austríaca de Economia, que comemora 150 anos em 2021, é que sua doutrina não seria adaptável a realidade brasileira, apontando que somente um Estado grande e forte poderia aliviar as seculares mazelas do País. Vejamos então como essa colocação é equivocada através de alguns fatos, dados, indicadores, índices, informações e afirmações.

O foco principal desse artigo é refletir as possíveis consequências da mudança de direção no nosso país para um caminho mais liberal, com uma orientação da Escola Austríaca, que pode ser inerente a todas as culturas e cenários socioeconômicos, desde o mais rico país europeu em PIB per capita, Luxemburgo, até mesmo, a mais pobre região em renda per capita da décima segunda maior economia do planeta, com um produto interno bruto (PIB) de 7,4 trilhões de reais em 2020 (IBGE), nesse caso, o Nordeste do Brasil.

O secular e lindo Nordeste é composto por nove estados: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. A região Nordeste produz cana-de-açúcar, algodão, cacau, frutas tropicais, arroz, feijão, soja, milho, petróleo, sal, babaçu, carnaúba, entre outros produtos. O Nordeste com suas quatro sub-regiões (Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte) tem produtos oriundos da bovinocultura, caprinocultura, avicultura, suinocultura, piscicultura e aquíicultura. Na região temos a indústria da construção civil, de calçados, de alimentos, de bebidas, de cimento, de software, de minérios, de água mineral, de papel e celulose, entre outros segmentos industriais. No setor terciário nordestino destacamos o turismo, comércio, shopping centers, telemarketing, tecnologia da informação, farmácias, supermercados, padarias, postos de gasolina, açougues, etc.

Para dar uma noção mais profunda, alguns dados devem ser expostos inicialmente. O PIB do Nordeste foi de R\$ 1,4 trilhão em 2018 (IBGE), é a região brasileira com a maior taxa de desemprego (15,6%), 43% da pobreza absoluta no Brasil está concentrada nos estados nordestinos, 4 milhões de pessoas no quadro da fome (G1 ECONOMIA, 2018), além de sete estados nas dez últimas posições do índice de desenvolvimento humano (IDH) dos 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, o líder no *ranking* brasileiro. Tendo conhecimento dessa situação socioeconômica, os questionamentos são os seguintes: Quais as causas desse

atraso socioeconômico? Por que mesmo com muita força de vontade, esse povo trabalhador ainda não conseguiu alcançar uma qualidade de vida melhor? Por que tantas dificuldades de empreender no Nordeste?

A resposta para essas perguntas é muito simples, falta de oportunidades. Como é possível criar oportunidades econômicas em um cenário onde além da seca, a população é castigada por governos corruptos e intervencionistas nas três esferas de governo? Em sua visita ao Brasil no ano de 1994, a então primeira-ministra britânica Margaret Thatcher disse “defendo um Estado pequeno e forte e o que me parece é que o que se tem no Brasil é exatamente o inverso, ou seja um Estado grande e fraco”. Essa citação resume de maneira sucinta o nosso país, que é composto por elevados impostos, altas taxas, muitas contribuições, rígidas regulamentações, burocracia e pouco retorno social para os cidadãos e as cidadãs.

No emergente Brasil, o modelo tributário vigente vem taxando a produção, o consumo, a renda e o patrimônio. São 13 impostos, 34 taxas e 45 contribuições vigentes nas cinco regiões do País. Existe muita burocracia, diversas normas, regras e regulamentações, que pesam na produtividade, na competitividade e na geração de emprego e renda. O(a) trabalhador(ra) brasileiro(ra) trabalhou 151 dias para pagar tributos no Brasil em 2020 (IBPT). Para contratar um funcionário, é preciso pagar por dois e o tempo médio para se constituir uma empresa é de mais de 100 dias úteis, depois de funcionando, a empresa gasta em média 1.501 horas no ano para cumprir suas obrigações fiscais (G20).

É um absurdo, 92 tributos no Brasil, por exemplos, o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) e o imposto predial e territorial urbano (IPTU): Qual é a lógica em pagar um imposto estadual ou municipal por uma propriedade que já é sua? Nós podemos perceber claramente, que a propriedade privada é relativa, porque se você não pagar o IPVA o governo estadual vai cobrar e tomar sua propriedade ou se não pagar o IPTU o governo municipal vai cobrar e tomar sua propriedade também. Pagamos uma contribuição para custeio do serviço de iluminação pública mensal, todavia, existem ruas que estão completamente na escuridão. Como muito bem disse o economista escocês Adam Smith, o pai do liberalismo econômico, “não existe arte que os governos aprendam mais rapidamente do que sugar dinheiro do bolso do povo”.

O modelo de administração centralizada que o país possui, resulta em muitos problemas, dentre eles, em uma menor quantidade de recursos públicos que chegam aos estados e municípios. Os impostos, taxas e contribuições federais são retidos em Brasília, onde após passar por várias entidades e ministérios, chega ao destino final. Nesse tempo, grande parte é perdido para a burocracia e, principalmente, pela corrupção. As leis federais legisladas em Brasília, no Distrito Federal, pouco têm capacidade para atender populações urbanas e rurais que estão dispersas pelo país continental, com necessidades específicas em suas determinadas localidades, em particular, as mais isoladas.

O Brasil é um dos países mais corporativistas do mundo. O Estado coloca barreiras para que outras empresas não entrem no mercado. Criando assim monopólios e oligopólios que aumentam o preço, diminuem a qualidade dos serviços e a oferta de emprego. São muitos os exemplos, e em diferentes setores da economia brasileira. As grandes corporações recebem benefícios fiscais ou subsídios, enquanto, pequenas e médias empresas são eliminadas durante a jornada por regulamentos e altos impostos. Tornando assim um ambiente de concorrência desleal e monopolística.

Vigora o protecionismo, indo na contra mão do livre comércio novamente, o Governo Federal aplica restrições às importações, em uma tentativa de proteger a indústria nacional ou o agribusiness brasileiro, em plena guerra comercial entre os EUA e a China. Não concordamos com aumentos de tarifas, taxas e cotas ou mais licenças de importação no fluxo de produtos importados para o Brasil. Devemos, sim, promover o livre comércio, fechar mais acordos comerciais, abrir a economia brasileira e melhorar o índice de liberdade econômica o mais breve possível.

Em uma breve análise, podemos correlacionar os modelos de outros países, outras regiões, como exemplos a serem seguidos, como o de Hong Kong. É uma Região Administrativa Especial da República Popular da China, localizada em uma pequena ilha rochosa sem qualquer recurso natural. Como um lugar nessas condições tão inóspitas poderia prosperar? Inicialmente era uma humilde vila de pescadores e hoje uma enorme metrópole global com 7,4 milhões de habitantes, repleta de arranha-céus luxuosos que servem de base para as maiores empresas da Ásia. Ocupando o segundo lugar no *ranking* mundial do índice de liberdade econômica, com 89,0 pontos, atrás apenas de Singapura, com 91,0 pontos (HERITAGE FOUNDATION, 2020), Hong Kong tornou-se o ambiente perfeito para a geração de riqueza onde antes não havia oportunidade, e durante anos, serviu de lar para uma massa de imigrantes chineses e dessa forma surgiram pequenas e médias empresas e sedes de grandes corporações, além do índice de liberdade econômica na categoria livre provocou também um IDH muito alto. Hong Kong ocupa a quarta colocação no *ranking* do IDH no mundo, com 0,949 (PNUD, 2020), atrás apenas de Noruega (0,957), Irlanda (0,955) e Suíça (0,955).

Retornando a nossa realidade, o direcionamento liberal no Brasil, especificamente na região Nordeste, a segunda região mais populosa do País, poderia ter consequências concretas a longo prazo. A abertura comercial, competição, liberdade individual, autorregulação de mercado pelos preços e redução de regulações governamentais, dariam espaço a concorrência do setor privado, que fecharia as lacunas deixadas pelos governos.

Dados comprovam que cidades brasileiras que liberam investimento privado no setor de infraestrutura têm conseguido quase plena cobertura de saneamento básico e coleta de lixo. Projetos de startups que interligam o pequeno produtor rural a grandes redes consumidoras urbanas, através da internet, garantem renda e emprego para diversas famílias. O interesse privado poderia mudar totalmente essa

realidade. Vale ressaltar a importância de uma educação de qualidade em conjunto ao incentivo econômico. Neste caso, o sistema de voucher suíço seria um excelente caminho, no qual poderia ser utilizado tanto na área educacional como na saúde, além de refeições.

Não subestimemos a proatividade do povo nordestino, dando-lhe autonomia e condições para que possam prosperar, então, veremos cidades inteiras se livrarem das correntes assistencialistas. Entretanto, é necessário expor que na visão neoaustriaca, a diminuição da máquina estatal é o fator primordial para qualquer mudança a longo prazo. A atual conjuntura socioeconômica no Brasil é muito preocupante, a dívida bruta do governo federal é muito elevada, já passou dos R\$ 6,6 trilhões (BACEN) e o número de pessoas sem coleta de esgoto em seu domicílio é muito alto, já alcançou 100 milhões de habitantes (INSTITUTO TRATA BRASIL). O capitalismo de compadrio brasileiro enfrenta ao mesmo tempo três graves crises: crise sanitária, crise econômica e crise ambiental.

Para concluir, relendo sobre a História do Brasil, notamos que o nordeste brasileiro sempre foi protagonista de grandes revoltas liberais, como a Conjuração Baiana no século XVIII e a Revolução Pernambucana no século XIX, porém, atualmente, a população se faz passiva diante de tantas injustiças e da crescente desigualdade econômica no País. Isso se deve em parte pela descrença na mudança, a falta de oportunidades e o não acesso à educação de qualidade em plena Quarta Revolução Industrial. É lamentável que a população nordestina seja uma das que mais sofrem com os impactos socioeconômicos da pandemia da COVID-19 no Brasil: o aumento da inadimplência de pessoas e empresas, o crescimento do desemprego, o aumento de falências das empresas, além do empobrecimento de famílias.

Não ao neoprotecionismo agrícola na economia mundial

Paulo Galvão Júnior ⁽³¹⁾

Marianna Cerqueira Alves Coutinho ⁽³²⁾

No presente momento, iniciamos um novo artigo sobre a economia mundial, citando o ex-professor da Fundação Getulio Vargas (FGV), o economista Paulo Sandroni (2014, p. 704), em seu Dicionário de economia do século XXI, para conceituar o termo protecionismo, que significa “adoção de um sistema de tarifas ou cotas para restringir o fluxo das importações”. Em março de 2018 começou a guerra comercial entre os Estados Unidos da América (EUA) e a República Popular da China. Os EUA são um dos maiores defensores do neoprotecionismo, enquanto, a China é uma das maiores defensoras do livre comércio.

Com a guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo, o neoprotecionismo tomou força com uso de novas barreiras técnicas e não técnicas nas importações. As políticas neoprotecionistas são contra a globalização da economia. Hoje, concordamos integralmente com o renomado coordenador do Centro de Estudos do Agronegócio da FGV, o engenheiro agrônomo e produtor rural, Roberto Rodrigues, na sua recente entrevista online para a Revista Isto é Dinheiro, no seu relevante posicionamento contra o neoprotecionismo agrícola na economia mundial.

Em entrevista à jornalista Lana Pinheiro, editora da Dinheiro Rural, numa *live*, o ex-ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de 2003 a 2006, Roberto Rodrigues, enfatizou claramente, “o neoprotecionismo vai mexer com o comércio global agrícola”. Concordamos com o ex-ministro do MAPA, o neoprotecionismo agrícola é um risco para os cinco milhões de produtores rurais no Brasil, por isso, não aceitamos barreiras tarifárias ou barreiras não tarifárias (medidas sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio, subsídios, regras de origem, cotas de importações, entre outras restrições) aos produtos do agronegócio brasileiro.

Concordamos com o ex-presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), Roberto Rodrigues, que o emergente Brasil irá “abastecer sustentavelmente o mundo e a população brasileira”.

³¹Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

³²Estudante do Curso de Administração no UNIESP.

A área agricultável do Brasil é de 550 milhões de hectares (sendo 65 milhões de hectares para a produção de grãos), temos água, Sol, mão-de-obra qualificada, alta tecnologia, alta produção, elevada produtividade e crédito rural. O continental e populoso Brasil é um dos grandes líderes mundiais de produção e de exportação de *commodities* agrícolas. É o campeão mundial na produção de soja, café, açúcar, laranja e carne bovina, além disso, o segundo colocado em carne de frango e feijão, o terceiro lugar em milho e frutas e o quarto colocado em algodão e carne suína (MAPA). É o campeão mundial na exportação de soja, café, açúcar, suco de laranja congelado e concentrado, carne bovina e carne de frango, além disso, o segundo lugar em milho (MAPA).

Estamos em aulas remotas de Economia no Centro Universitário UNIESP, localizado na BR-230 km 14, s/n, na famosa Transamazônica, na cidade portuária de Cabedelo. O UNIESP é vizinho da Superintendência Federal do MAPA na Paraíba e do Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba (INTERPA), vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP). O UNIESP é próximo da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS) e da São Braz, uma das principais indústrias de alimentos da Paraíba e do Nordeste, com mais de 200 produtos (café, milho de pipoca, farinha de milho, cereais matinais, mistura para bolo, etc.).

Este artigo foi idealizado pelo professor de Economia no UNIESP, que aborda a cada semestre, desde agosto de 2014, os pensamentos econômicos de Adam Smith, o pai do liberalismo econômico. Em pleno século XVIII, Adam Smith lutava contra o protecionismo alfandegário, os elevados impostos e o monopólio. Em parceria com a estudante de Administração no UNIESP, que mora no município de Guarabira, a 1,4 km da sede do escritório da empresa produtora e exportadora de carne de frango, a Guaraves Alimentos, e a 4,5 km da maior indústria avícola da Paraíba e uma das maiores empresas na cadeia produtiva de carne de frango do Nordeste.

Em pleno capitalismo informacional podemos estudar a obra-prima de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, de 1776. O economista escocês Adam Smith, foi um severo crítico ao protecionismo, mesmo sendo o Comissário da Alfândega no Porto de Edimburgo de 1778 até a sua morte em 1790. No livre mercado não há protecionismo nem subsídios. Os consumidores são os reis, as consumidoras são as rainhas, os empresários e as empresárias são os(as) súditos(as). No livre mercado, as empresas servem os(as) consumidores(ras) de maneira eficaz, ofertando bens e serviços de qualidade a preços cada vez menores, senão, a empresa poderá encerrar sua atividade econômica.

O Brasil é o país emergente com o sistema tributário mais complexo e caro do planeta. As famílias e as empresas sempre têm o desafio de se enquadrar corretamente as normas municipais, estaduais e federais. É um absurdo em plena pandemia da COVID-19 (infelizmente, com mais de 307 mil mortos), 92 tributos vigentes no Brasil. São 13 impostos, 34 taxas e 45 contribuições com baixo retorno social para a população brasileira. Os(As) empresários(as) têm que planejar para pagar todos os tributos municipais, estaduais e federais, incluindo dois tributos de comércio exterior, o imposto de exportação (IE) e o imposto de importação (II), e dependendo da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) do produto, as alíquotas mudam mensalmente e podem surgir uma licença de importação (LI) a qualquer momento.

A Bolsa de Valores de Chicago, em Illinois, nos EUA, é um dos maiores ambientes de negociação de *commodities* do mundo e é para ela que os agentes econômicos brasileiros e estrangeiros observam quando se trata de mercado futuro agrícola. A Chicago Board of Trade (CBOT) é controlada pela CME Group, que também possui as bolsas Chicago Mercantile Exchange (CME), New York Mercantile Exchange (NYME) e Commodities Exchange (COMEX). Com a união dessas bolsas americanas, surgiu a Bolsa de Chicago, uma referência na formação de preços globais e na divulgação dos preços mínimos e máximos de mais de 50 *commodities*.

A Bolsa de Chicago tem essa grande importância, pois ela é o ambiente de gerenciamento de riscos para o mercado de todo o mundo. Na sua plataforma é negociado os principais contratos futuros e *commodities*. Os principais ativos que são negociados são as *commodities* (matéria-prima comercializada em grande escala como soja e milho), energia (contratos de gás natural, biocombustíveis e carvão) e metais (ouro, prata e cobre).

Quando falamos na Bolsa de Chicago, estamos atentos aos preços em dólares americanos das *commodities*, que oscilam e influem diretamente nas exportações e importações brasileiras. O Brasil é um grande exportador mundial, entre os dez produtos mais exportados em 2019, sete eram produtos do agronegócio e outros três eram petróleo (2ª posição), minério de ferro (3ª colocação) e produtos manufaturados (8ª posição), de acordo com a ComexStat. Em 2019, o 1º lugar na pauta das exportações brasileiras foi a soja e exportamos aproximadamente US\$ 26 bilhões e 79% do total de nossas exportações foram para o país mais populoso do mundo, a China; 4º lugar, celulose e o Mato Grosso do Sul exportou US\$ 7,49 bilhões; 5º lugar, milho em grãos, que gerou uma receita de US\$ 7,34 bilhões em exportação com destinos como Japão, Irã e Vietnã; 6º lugar, carne bovina, com a carne congelada, fresca ou refrigerada que representou US\$ 6,49 bilhões e os maiores destinos foram China e Hong Kong; 7º lugar, carne de frango (entre in natura e processados), que participou de 2,8% das exportações brasileiras

e os principais destinos foram a China (o maior importador de produtos agropecuários do Brasil e do mundo), Japão e Arábia Saudita; 9º lugar, farelo de soja, com receita aproximadamente de US\$ 5,83 bilhões; e 10º lugar, café e Minas Gerais foi o maior exportador e os maiores destinos foram os EUA, Alemanha e Itália.

Com relação às importações, apenas um produto do agronegócio entre os dez principais produtos importados pelo Brasil em 2019: 1º lugar, óleos combustíveis de petróleo; 2º lugar, adubos ou fertilizantes químicos (produtos de extrema importância para o agronegócio nacional); 3º lugar, demais produtos - Indústria de Transformação; 4º lugar, equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios; 5º lugar, válvulas e tubos termônicas; 6º lugar, compostos organo-inorgânicos; 7º lugar, obras de ferro ou aço. 8º lugar, partes e acessórios dos veículos automotivos; 9º lugar, óleos brutos de petróleo; e 10º lugar, plataformas, embarcações e outras estruturas flutuantes.

Em 2020, em plena pandemia do novo coronavírus, continuamos em destaque no agronegócio mundial e exportamos para mais de 200 países, em destaque os países membros da União Europeia, os EUA, o Canadá e os países asiáticos, em especial, a China. Exportamos soja, carnes bovina, de frango e suína, milho, café, frutas, suco de laranja, algodão, arroz, açúcar, etanol, celulose, entre outros produtos do agronegócio. Em 2020, o Brasil registrou um superávit comercial de R\$ 51 bilhões, o valor total das exportações brasileiras somaram US\$ 209,9 bilhões, enquanto das importações brasileiras alcançaram US\$ 158,9 bilhões, segundo o Ministério da Economia.

Podemos destacar que o Brasil será o maior fornecedor mundial de *commodities* agrícolas nos próximos cinco anos e foi o terceiro maior exportador agrícola, atrás dos EUA e dos Países Baixos, segundo os dados de 2019 da Organização Mundial do Comércio (OMC). É muito citado o termo *commodities* (em português, mercadorias), por isso, vamos falar um pouco sobre, especificamente *commodities* agrícolas, que são provenientes das práticas agropecuárias e possuem o mínimo de fatores industriais em seus processos, ou seja, estas mercadorias estão ligadas aos produtos primários e são reguladas pela lei da oferta e da demanda, quando maior a oferta de ações menor o preço e vice-versa.

O agronegócio alimenta a população brasileira e alimentará a população de 204 países. É fundamental que o produtor rural esteja por dentro do que acontece na agricultura mundial e as culturas mais produzidas são os cereais, que representam 91,7% da safra global 2017/2018: o milho (36,3%); o trigo (26,3%); o arroz: (16,9%); e a soja (12,2%), de acordo com o site da Jacto.com. Os países líderes na produção agrícola podem ser definidos com base no valor comercial ou no

volume de alimentos, e um deles é o Brasil, com safras recordes de grãos, a safra 2019/2020 foi de 257,8 milhões de toneladas, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e a previsão do MAPA é que a safra 2027/28 passará de 302 milhões de toneladas.

Pesquisando sobre as empresas São Braz e Guaraves Alimentos, a primeira não exporta há anos e localizada a 13 km do Porto de Cabedelo, e a segunda exporta três containers refrigerados mensalmente de pés de frango para China e situada a 73,8 km do porto, e com enorme potencial para exportação de carne de frango para diversos portos em cinco continentes. O setor industrial é o mais relevante em exportações paraibanas, e temos em destaque o ramo de calçados no município de Campina Grande, que respondeu 49% de tudo que é exportado e seus principais destinos foram os EUA, França e Austrália. E destacamos outros produtos exportados como os fios de algodão, mamões frescos, sucos, açúcares de cana, carne de frango congelada, lagostas congeladas e entre outros.

Nós, professores e alunos do UNIESP, iremos continuar estudando e pesquisando sobre os rumos econômicos, sociais e ambientais de uma das maiores potências agrícolas do mundo. Continuaremos incentivando a elaboração de artigos com dados disponibilizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), no objetivo de reduzir os desperdícios e os danos ambientais, aumentar a produção e a produtividade por hectare. Com alta tecnologia podemos aumentar as exportações de abacaxi, algodão colorido, arroz vermelho, carnes caprina e de frango, açúcar, etanol, melão, peixes e camarões.

Concluimos, então, que precisamos diuturnamente analisar a taxa de câmbio, os dados da demanda interna e da demanda externa por produtos do agronegócio brasileiro e o mercado de *commodities* na Bolsa de Chicago, além dos indicadores da produção e da produtividade por hectare dos produtos agrícolas a nível estadual, regional, nacional e mundial. Em suma, enfatizamos o pensamento do embaixador especial da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para o cooperativismo, Roberto Rodrigues, numa *live* da Casa do Saber, ao afirmar que o Brasil será “o campeão mundial da segurança alimentar”.

Um conceito de Amazônia Amarela

Paulo Galvão Júnior ⁽³³⁾

Laura da Silva Laurentino ⁽³⁴⁾

Estimado(a) leitor(a), o Brasil é o quinto maior país do mundo, com mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, e banhado pelo Oceano Atlântico. O Brasil tem em seu continental território duas Amazônias, a Amazônia Verde e a Amazônia Azul, ambas repletas de riquezas naturais a serem exploradas pelos agentes econômicos brasileiros e em parceria com os estrangeiros.

Entende-se por Amazônia Verde um conjunto de ecossistemas que envolve a bacia hidrográfica do Rio Amazonas, a maior bacia das 12 bacias hidrográficas do Brasil, bem como a Floresta Amazônica, a maior floresta tropical do mundo, a região de maior biodiversidade do planeta e o maior bioma dos seis biomas do Brasil, a Amazônia.

A Amazônia Verde é uma imensa fonte de riqueza, e não é falando apenas sobre recursos naturais, mas também sobre o vasto poder do conhecimento que ela oferece. É sobre conseguir explorar suas melhores fontes para pesquisas e com base nisso usar os seus meios com inteligência.

Segundo a Marinha do Brasil, “A Amazônia Azul tem importância inquestionável para o Brasil: por suas reservas de petróleo e gás, por ser a principal via de transporte do comércio exterior e pela diversidade de recursos naturais vivos e não vivos”. O Marinho Costeiro é o bioma marinho do Brasil, que tem domínio do

³³Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

³⁴Estudante do Curso de Administração no UNIESP.

litoral do Rio Grande do Sul, com fronteira marítima com o Uruguai, ao litoral do Amapá, com fronteira marítima com a Guiana Francesa.

Podemos destacar que a área territorial da Amazônia Verde é de 5,5 milhões de quilômetros quadrados (km²). Já a área territorial da Amazônia Azul é de 4,5 milhões de km². Ambas juntas somam uma extensão territorial de 10,0 milhões de km², maior que o Canadá, que possui 9,8 milhões de km², nos dias atuais, é o segundo maior país em área territorial do planeta, atrás apenas da Rússia.

Não podemos perder tempo, temos que estudar as riquezas da Amazônia Azul e da Amazônia Verde, e sobretudo, revelar a grande riqueza da “Amazônia Amarela”, ao unir a ciência com a natureza, homens e mulheres nas bibliotecas públicas e privadas estudando diuturnamente como realizar projetos economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente corretos na Amazônia Azul e na Amazônia Verde, porque é o amarelo que une o verde ao azul em nossa linda e querida bandeira, porque é o conhecimento que gera a riqueza de uma nação no século XXI.

Nós pensamos que a “Amazônia Amarela” compreende no território brasileiro sendo todas as bibliotecas públicas e privadas, sem inserir as bibliotecas virtuais nem tão pouco as bibliotecas particulares das famílias das classes econômicas A, B, C, D e E.

No rico e desenvolvido Canadá, temos informações que as bibliotecas funcionam 24 horas, no verão, no outono, na primavera ou no inverno, que pode chegar até menos 40 graus centígrados.

Na “Amazônia Amarela” temos 6.057 bibliotecas públicas nas cinco regiões do País, de acordo com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). A região Sudeste lidera com 1.957 bibliotecas públicas. Em segundo lugar, a região

Nordeste com 1.844 bibliotecas públicas. Em terceiro lugar, a região Sul com 1.293. Em quarto lugar, a região Centro-Oeste com 501. E no último e quinto lugar, a região Norte, com apenas 462 bibliotecas públicas.

Qual é o critério de número de livros para ser considerada uma biblioteca no Brasil? Conforme o Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª Região (CRB-8), “a Lei Federal 12.244/2010, prevê para bibliotecas escolares que possuam um acervo de livros na biblioteca de no mínimo um título para cada aluno matriculado”. Podemos dizer, que esse seja um número bem abaixo do que seria ideal para adequar o conhecimento de quem as bibliotecas se dirige com esse intuito. Mas também cabe ressaltar que para o nosso país isto já é considerado um grande avanço.

No mundo, ao todo, são 402.734 bibliotecas públicas, liderada pela Índia com 146.173 bibliotecas públicas. Em segundo lugar, a Rússia com 37.138. Em terceiro lugar, os Estados Unidos da América (EUA) com 17.227 bibliotecas. Em quarto lugar, o México, 7.427. E em quinto lugar, o Brasil tem 6.057 bibliotecas públicas.

Não sabemos quantas bibliotecas privadas exatamente têm as cinco regiões do Brasil. Não sabemos das 6.057 bibliotecas públicas quantos metros tem cada uma em sua cidade. Infelizmente, não sabemos quantos livros, exemplares, cada biblioteca pública possui em seu acervo. Estamos em busca do “Eldorado”, mas, diferente dos espanhóis e portugueses que buscaram incessantemente entre o século XV e o século XVIII, o “Eldorado”, em suas colônias, em outras palavras, uma cidade no Novo Mundo repleta de ouro maciço e puro.

Nós estamos em busca do ouro do século XXI, o conhecimento. E a biblioteca, seja pública ou privada, é uma verdadeira mina de ouro, nos dias atuais. Com as informações precisas de quantos livros têm cada biblioteca pública e

privada, no Brasil, encontraremos o nosso “Eldorado”, que denominamos cientificamente, a “Amazônia Amarela”.

Na capital do estado da Paraíba, foram registradas apenas 3 bibliotecas públicas, a Biblioteca do Espaço Cultural José Lins do Rego, a Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba e a Biblioteca do Estado da Paraíba. Em João Pessoa são atualmente cerca de 817.511 habitantes (IBGE, 2020), em outras palavras, cerca de 272.509 mil habitantes para cada uma das três bibliotecas públicas. É um absurdo. A quantidade de bibliotecas no Brasil sejam elas privadas ou públicas é absurdamente pequena, a proporção é uma biblioteca pública para cada 30 mil habitantes e isto é de causar muita indignação.

O número de bibliotecas privadas é de aproximadamente 2.238 nas cinco regiões do País. De acordo com o Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em parceria com o Ministério da Educação (MEC), de 2018, estima-se no Brasil, que existem 2.238 universidades privadas, desta forma, são consideradas 2.238 bibliotecas particulares.

O Censo Escolar de 2020 (INEP), apontou que no Brasil existem 179.533 mil escolas de educação básica, englobando a rede pública e privada. Não podemos ao certo, afirmar quantas dessas escolas possuem bibliotecas públicas ou privadas, pois infelizmente, este não foi um dado publicado.

Em tempos difíceis, é correto afirmar, que a “Amazônia Amarela” é de total interesse para todos, pois é através dela, que será encontrado todas as informações para conhecer e entender a Amazônia Verde e a Amazônia Azul. As bibliotecas são uma imensidão de conhecimento, é o eixo que conecta tudo, portanto, vamos valorizar e visitar mais bibliotecas públicas e privadas, assim, reconhecer esse bem

tão precioso para o povo brasileiro e que pode nos ajudar a resolver os problemas sociais, econômicos e ambientais do Brasil.

Os 120 anos de Simon Kuznets

Paulo Galvão Júnior ⁽³⁵⁾



O presente artigo é uma justa homenagem ao célebre economista Simon Smith Kuznets, que nasceu em 30 de abril de 1901, na cidade de Pinsk, que na época pertencia ao Império Russo, atualmente, uma das cidades mais antigas da República de Belarus. A partir de 1915, Simon Kuznets morou em Kharkov, território também do vasto Império Russo, hoje, Kharkiv, uma das maiores cidades da Ucrânia. Entre 1941 e 1945, com a ocupação da Alemanha nazista muitas famílias judias em Kharkov, na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), foram obrigadas a um forçado exílio, mas, infelizmente, muitas foram mortas em campos de concentração.

Simon Kuznets estudou entre 1918 e 1921 no *Kharkiv Institute of Commerce* e trabalhou aos 19 anos no Departamento de Estatística do Trabalho, em Kharkov, até 1922, quando emigrou para os Estados Unidos da América (EUA). No país mais rico do mundo, Kuznets ingressou no Curso de Graduação em Ciências Econômicas na Universidade de Columbia, na cidade de Nova York, onde conquistou o título de bacharel em 1923, mestre em 1924 e Ph.D. em Economia em 1926. No ano de 1927, aos 26 anos, Kuznets foi trabalhar no *National Bureau of Economic Research* (NBER), liderado pelo seu fundador, o economista americano Wesley Clair Mitchell (1874-1948). Simon Kuznets foi o mais destacado aluno do Prof. Wesley C. Mitchell. Ele foi professor universitário inicialmente, na *Pennsylvania University*, entre 1930 e 1954, em seguida, na *John Hopkins University*, entre 1954 e 1960, e por último, na *Harvard University*, entre 1960 e 1971.

O economista Simon Kuznets foi laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1971, “por sua interpretação empírica do crescimento econômico, que levou a novas e aprofundadas percepções sobre a estrutura econômica e social e o processo de desenvolvimento” (MACHADO, 2019, p. 350). Na relevante obra intitulada *Modern Economic Growth* (em português, *Crescimento Econômico Moderno*), de 1966, Kuznets buscou entender o processo de crescimento econômico

³⁵Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

sustentado de uma nação e ao mesmo tempo realizar um “estudo comparativo do crescimento econômico entre as nações” (KUZNETS, 1983, p. 7).

De acordo com o economista russo e naturalizado norte-americano Simon Kuznets (1983, p. 7), “identificamos o crescimento econômico das nações com um aumento sustentado do produto per capita ou por trabalhador, (...)”. O aumento da capacidade produtiva da economia em termos per capita é uma das maiores preocupações dos líderes das nações capitalistas ou não capitalistas.

Em sua obra, Kuznets analisou em vários quadros, os indicadores de 14 países europeus, Alemanha Ocidental (hoje, Alemanha), Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Finlândia, Holanda (hoje, Países Baixos), Luxemburgo, Itália, Noruega, Reino Unido, Suécia, Suíça e URSS (nos dias de hoje, Rússia), além de dois países da América do Norte, Canadá e EUA; dois países da Oceania, Austrália e Nova Zelândia; e três países da Ásia, China, Índia e Japão.

De acordo com Kuznets (1983, p. 27), “é o povo que gera o crescimento econômico e consome os seus frutos; e o aumento de população é uma característica e uma condição peculiar do crescimento econômico moderno”. O Prof. Simon Kuznets apresentou suas opiniões sobre o complexo processo de crescimento econômico de uma nação, analisando empiricamente a população, a agricultura, a urbanização, a industrialização e o comércio exterior entre as nações, revelando claramente, uma mudança na estrutura produtiva, em outras palavras, a diminuição da participação do setor primário no crescimento econômico e o aumento da participação dos setores secundário e terciário.

Conforme Kuznets (1983, p. 61), “no curso do crescimento econômico moderno, as elevadas taxas de aumento da população e do produto têm sido associadas a modificações pronunciadas nas participações de várias indústrias – no produto total e nos recursos produtivos utilizados”. Simon Kuznets é o inventor do Produto Interno Bruto (PIB), que é o valor monetário da produção total de bens e serviços finais de um país em determinado período de tempo. Com o trabalho de compilar dados diuturnamente, Kuznets durante a Grande Depressão dos anos 30, formulou cientificamente o *Gross Domestic Product* (em português, Produto Interno Bruto), em 1934, sendo adotado oficialmente a partir do Acordo de Bretton Woods, em julho de 1944, antes do fim da Segunda Guerra Mundial.

Para Kuznets (1983, p. 103), “a estrutura industrial do produto nacional e dos recursos produtivos é um aspecto-chave de uma economia em processo de crescimento, uma vez que nos permite observar o impacto do avanço no conhecimento tecnológico, (...)”. Foi presidente da American Economic Association

(AEA) em 1954, fundada em 1885, com reuniões anuais desde 1950 e a partir de 2021 de forma virtual por causa da pandemia da COVID-19 nos EUA e no mundo. Em 1946, Simon Kuznets foi professor orientador na tese de doutorado em Economia, na Columbia University, do economista norte-americano Milton Friedman (1912-2006), Prêmio Nobel de Economia em 1976. No ano de 1977, Kuznets ganhou a Medalha Francis Walker pela AEA.

Simon Kuznets é conhecido internacionalmente pela Curva de Kuznets, de 1955, que representa graficamente a hipótese que, à medida que a economia se desenvolve, as forças de mercado primeiro aumentam e depois diminuem a desigualdade econômica. Ele analisou a relação entre a desigualdade de renda e o crescimento econômico mensurado pela renda per capita de uma economia de mercado, além disso, o gráfico se assemelha a uma parábola com concavidade para baixo, ou seja, idêntico a letra U invertida. Kuznets foi um estudioso sobre a desigualdade de renda nos EUA e no mundo.

Simon Kuznets contribuiu também com a Teoria dos Ciclos Econômicos, os Ciclos de Kuznets, de 1930, um crescimento econômico com duração aproximadamente de 15 a 25 anos, seguido por uma recessão econômica. É possível apontar um ciclo de construção de moradias e de transporte da população nos EUA, ou seja, investimentos em infraestrutura. São quatro fases no ciclo econômico: a prosperidade, a recessão, a depressão e a recuperação. Temos expansões e retrações econômicas irregulares em diversos países. Conforme Kuznets (1983, p. 128), “em geral, o crescimento econômico moderno tem sido acompanhado por um aumento substancial da idade de ingresso na força de trabalho e por uma redução na idade de aposentadoria”.

Em 4 de janeiro de 1934, o economista Simon Kuznets foi o autor do relatório intitulado “*National Income, 1929-32*”, ao Congresso dos EUA, que deu origem ao PIB (em inglês, GDP), o principal indicador econômico da economia. Na ótica da demanda, é a soma do consumo das famílias (C), dos investimentos das empresas privadas (I) e dos gastos governamentais (G), mais as exportações (X) de bens e serviços para o resto do mundo menos as importações (M). Em outras palavras, numa simples fórmula, $PIB = C + I + G + (X - M)$.

Kuznets analisou o PIB de várias nações em sua obra e podemos encontrar o PIB dos EUA de US\$ 406,5 bilhões em 1958, com população total de 174,9 milhões de habitantes (hab.), logo, o PIB per capita foi de US\$ 2.234. O PIB da China continental era de US\$ 55,0 bilhões no ano de 1958, população de 657,0 milhões de hab., logo, o PIB per capita foi de US\$ 84. Passados 62 anos depois, o PIB americano é de US\$ 20,8 trilhões, população é de 325,7 milhões de hab. e a renda per capita é de US\$ 63.862 em 2020. Já o PIB chinês é de US\$ 14,8 trilhões,

população total é de 1,394 bilhão de hab. e a renda per capita é de US\$ 10.616 no ano de 2020, em pleno Grande Confinamento (FMI, 2021).

O demógrafo Simon Kuznets, em 1929, casou-se com a judia russa-canadense Edith Handler e com ela tiveram dois filhos, Paul Kuznets e Judith Stein, e depois, quatro netos. Kuznets foi autor de 31 livros de economia e mais de 200 artigos até sua morte em 08 de julho de 1985, aos 84 anos, em Cambridge, em Massachusetts, nos EUA, em sua casa, de um ataque cardíaco. Sua medalha de ouro de 23 quilates do Prêmio Nobel de Economia, que ganhou aos 70 anos, foi vendida num leilão em Los Angeles por mais de US\$ 390 mil em 2015. Segundo o economista norte-americano Paul Samuelson (1915-2009), Prêmio Nobel de Economia de 1970, “Simon Kuznets foi um gigante na economia do século 20. Ele foi o fundador da medição da renda nacional e criou a história econômica quantitativa”, em entrevista ao jornal *The New York Times*, em 11 de julho de 1985.

Nas comemorações alusivas aos 120 anos de Simon Kuznets, o criador do Produto Nacional Bruto (PNB), do PIB, da Curva de Kuznets e dos Ciclos de Kuznets, é fundamental entender que o declínio na atividade econômica é cíclico, doloroso e gera situações socioeconômicas difíceis. Estamos numa grave crise econômica no Brasil, segundo os dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Kuznets foi estatístico e presidente da American Statistical Association (ASA) em 1949 –, infelizmente, a recessão econômica foi de 4,1% em 2020 e o contingente de desempregados já alcançou 14,3 milhões de pessoas no trimestre de novembro de 2020 a janeiro de 2021. Entre os jovens de 18 a 24 anos, a taxa de desemprego já bateu um recorde de 31,4% da população economicamente ativa (PEA) no Brasil. O País já tem 19 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave (REDE PENSSAN, 2021). Todavia, iremos nos recuperar, mais cedo ou mais tarde. Em outras palavras, podemos sair da influência recessiva do SARS-CoV-2 sobre o PIB brasileiro.

No Brasil, continuamos numa grave crise sanitária, segundo os dados oficiais de 14 de abril de 2021 da *Johns Hopkins University*, – onde Kuznets foi professor de Economia Política em Baltimore –, infelizmente, mais de 13,5 milhões de casos e 358.425 mortes por causa da COVID-19. O Brasil mais a Índia (13,8 milhões de casos e 172.085 mortes) ainda não ultrapassaram os EUA (31,4 milhões de casos e 564.098 óbitos por COVID-19). Nos últimos 5 dias, a média móvel de mortes permaneceu acima de 3 mil por dia, no Brasil, desde 10 de abril de 2021 (G1, 2021).

Em relação a vacinação contra o SARS-CoV-2, de acordo com as estatísticas oficiais de 13 de abril de 2021 da Universidade de Oxford, a mais antiga universidade do Reino Unido, – onde Simon Kuznets escreveu vários artigos e foi diversas vezes citado em artigos de economia no histórico *The Economic Journal* –,

felizmente, os EUA lideram com 189,6 milhões de doses aplicadas no *ranking* do Grupo dos Vinte (G-20), segundo a *Our World in Data* (CNN Brasil, 2021). A Índia encontra-se em terceiro lugar com 108,5 milhões. Já o Brasil apresenta-se em quinto lugar com 31,4 milhões de doses já aplicadas. No *ranking* mundial de doses já aplicadas a cada 100 pessoas, o Brasil encontra-se em 56ª colocação. Com 212,9 milhões de habitantes (IBGE, 2021), o Brasil é o sexto país mais populoso do planeta e só vacinou apenas 14,75% da população total.

O continental, populoso e emergente Brasil precisa, urgentemente, agilizar a vacinação em massa, nos 26 estados e no Distrito Federal, em seguida, realizar uma reforma tributária, pois as famílias e as empresas brasileiras não aguentam mais tantos impostos, taxas e contribuições, são 92 tributos. Depois, melhorar os cinco modais de transporte, nas cinco regiões do País, para exportar os produtos Made in Brazil para os países vizinhos ou não, e posteriormente, promover projetos economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente corretos na Amazônia Verde e na Amazônia Azul. O melhor caminho para aumentar a produção de bens e serviços da 12ª maior economia do mundo, com PIB nominal de US\$ 1,363 trilhões em 2020 (FMI) e diminuir a desigualdade do 8º país mais desigual do planeta, com Coeficiente de Gini de 53,9 em 2018 (PNUD), com certeza, são os grandes investimentos em educação de qualidade.

O Brasil foi citado nesta relevante obra de Simon Kuznets, mais a Argentina, o Uruguai, o México e a Jamaica, cinco países da região da América Latina e do Caribe. É necessário revelar que os dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) apontam que foi a região mais atingida do mundo pela Crise da COVID-19, com uma contração econômica de 7,7% no ano de 2020, além de queda de 13% nas exportações. Por fim, em pleno isolamento social, vamos ler o brilhante economista Simon Kuznets, nos 120 anos de seu nascimento em Pinsk, e valorizar seu legado às Ciências Econômicas.

Externalidades negativas ou positivas na economia mundial

Paulo Galvão Júnior ⁽³⁶⁾

Luiz Alberto Machado ⁽³⁷⁾

O termo econômico “externalidade” tem origem no trabalho do economista britânico Alfred Marshall (1842-1924), professor de Economia Política na Universidade de Cambridge, e ganhou repercussão em 1960, quando o economista inglês Ronald Coase (1910-2013), ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1991, publicou o artigo *The Problem of Social Cost*³⁸. Neste artigo, surge o Teorema de Coase, que une os conceitos de direito de propriedade e custos de transação, do artigo Teoria da Firma (1937) ao de externalidade. Até então, as soluções para questões de externalidade envolviam sempre a intervenção do governo na economia. Porém, como explica o professor Claudio Shikida³⁹, “se custos de transação não forem desprezíveis, podemos imaginar um feixe de soluções que vão das soluções privadas à governamental”.

As externalidades têm impactos negativos ou positivos que um determinado agente econômico sofre decorrente das ações de outros agentes econômicos como as famílias, as empresas, os governos e o resto do mundo, que geram custos privados ou custos sociais, ou benefícios para outro agente econômico e para a sociedade.

Segundo o professor Gregory Mankiw (2014, p. 184)⁴⁰, “uma externalidade surge quando uma pessoa se dedica a uma ação que provoca impacto no bem-estar de um terceiro que não participa dessa ação, sem pagar nem receber nenhuma compensação por esse impacto. Se o impacto sobre o terceiro é adverso, é denominado externalidade negativa. Se é benéfico, é chamado externalidade positiva”.

Já para o professor Garófalo (2016, p. 149)⁴¹, “as externalidades são os efeitos de uma decisão sobre aqueles que nela não participaram. Existe uma externalidade quando há consequências para terceiros não levadas em conta por quem toma a decisão. Geralmente refere-se à produção ou consumo de bens ou

³⁶Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

³⁷Economista, consultor e conselheiro do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.

³⁸Journal of Law and Economics, v. 3, n.1, pp. 1-44.

³⁹SHIKIDA, Claudio D. **Nobel 1991: Ronald H. Coase**. Disponível em <https://terracoeeconomico.com.br/nobel-1991-ronald-h-coase/>. Acesso em 21 de abril de 2021.

⁴⁰MANKIW, N. Gregory. **Princípios de Microeconomia**. (eBook). 6ª. ed. São Paulo: Cengage, 2014.

⁴¹GARÓFALO, Gilson de Lima (Org.). **Fundamentos de Teoria Microeconômica Contemporânea**. (eBook). 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

serviços sobre terceiros que não estão diretamente envolvidos com a atividade. As externalidades podem ter natureza negativa ou positiva”.

Ilustraremos as externalidades com três exemplos bem atuais:

1. Recentemente, um acontecimento provocou aumentos de custos logísticos e no preço do barril de petróleo, prejudicando o bem-estar de agentes econômicos na economia mundial, ou seja, uma externalidade negativa. Em 23 de março de 2021, um navio cargueiro encalhou no Canal de Suez. Estima-se que as empresas envolvidas em operações de comércio exterior perderam cerca de US\$ 9,6 bilhões por dia, o equivalente a R\$ 55,2 bilhões por dia⁴².

O supercargueiro Ever Given pertence à empresa taiwanesa Evergreen. Tem 400 metros de comprimento, 58,8 metros de largura, pesa 220 mil toneladas e transportava mais de 18 mil containers, embora tenha capacidade máxima para 20 mil containers. O Ever Given é registrado e opera comercialmente como navio da empresa japonesa Shoei Kisen. Portanto, trata-se de um navio taiwanês com bandeira japonesa. Quando encalhou no Canal de Suez, o Ever Given navegava em direção ao porto de Rotterdam, na rota marítima de containers entre a China e os Países Baixos e vice-versa.

O Canal de Suez, no Egito, tem 193 km, 205 metros de largura e por ele passam 51 navios por dia, o que representa 12% de todas as mercadorias da economia mundial e 7% do petróleo global. É importantíssimo na ligação marítima entre a Ásia e a Europa, ligando o Mar Vermelho ao Mar Mediterrâneo, uma passagem de redução do frete para o comércio global de grãos, produtos industrializados, petróleo e gás liquefeito de petróleo (GLP). Mais de 360 navios ficaram num congestionamento naval, esperando a sua oportunidade para atravessar o Canal de Suez em direção ao continente europeu ou asiático. O supercargueiro encalhou no Canal de Suez e provocou uma perda estimada de US\$ 14 milhões por dia, o equivalente a R\$ 80,6 milhões por dia⁴³, para a Autoridade do Canal de Suez, mudando os rumos das economias egípcia e mundial por seis dias.

2. A pandemia da Covid-19 mudou a humanidade e a economia mundial. Infelizmente, mais de 3,0 milhões de pessoas mortas em 192 países (JOHNS HOPKINS UNIVERSITY, 2021)⁴⁴. Os seus impactos sociais, econômicos e ambientais serão debatidos por décadas entre os economistas brasileiros e

⁴²Taxa de câmbio comercial de 30 de março de 2021, em que US\$ 1,00 equivalia a R\$ 5,76.

⁴³Taxa de câmbio comercial de 30 de março de 2021, em que US\$ 1,00 equivalia a R\$ 5,76.

⁴⁴Até dia 21 de abril de 2021.

estrangeiros. Vivemos em uma economia globalizada, que pode ser afetada por diversas externalidades negativas ou positivas a qualquer momento.

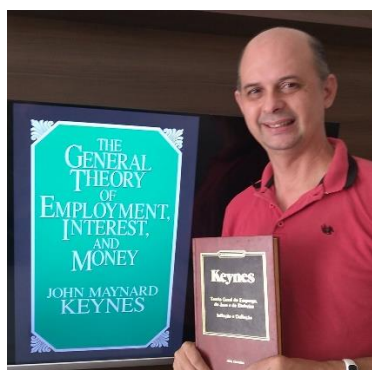
Evidentemente, a pandemia da Covid-19 se constitui numa externalidade negativa na economia mundial. O novo coronavírus atinge os agentes econômicos com diversos efeitos negativos, com aumento de custos econômicos e sociais, entre os quais destacamos: desemprego de membros de diversas famílias; encerramento ou redução de lucro (ou aumento de prejuízo) de muitas empresas; forte pressão sobre o sistema de saúde; agravamento da crise fiscal em decorrência da queda da arrecadação tributária e do custo dos auxílios emergenciais; aumento da pobreza e da desigualdade.

Mas a pandemia produziu também externalidades positivas, como, por exemplo, os avanços científicos que possibilitaram o desenvolvimento de diversas vacinas em diferentes países num prazo recorde. As vacinas produzidas pela indústria farmacêutica beneficiam não somente seus inventores, mas os indivíduos de várias nações e muitas vezes com efeitos por muitas gerações pela sua aplicação na sociedade. A vacina contra o SARS-CoV-2 tem as características de um bem público, ou seja, um bem que é não-excludente e não-rival. Em outras palavras, nenhuma pessoa deve ser excluída do benefício que a vacina traz para a saúde pública e uma pessoa, ao receber a primeira ou a segunda dose da vacina, não impede que outras pessoas também a recebam nos postos de vacinação.

3. Concluímos afirmando que escrever um livro produz também uma externalidade positiva. Afinal, aumentar a oferta de títulos à disposição da sociedade é um benefício que proporciona conhecimento e cultura, fatores fundamentais em qualquer época, talvez ainda mais em época de isolamento social, quando, segundo as pesquisas, o volume de tempo dedicado à leitura aumentou consideravelmente. Aos que quiserem se dedicar a essa gratificante atividade, ousamos sugerir clássicos da economia como *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, *O Capital*, de Karl Marx, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de John Maynard Keynes, *Crescimento Econômico Moderno*, de Simon Kuznets, *Ação Humana*, de Ludwig von Mises, e *Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico*, de Douglass North.

Os 85 anos da obra-prima de Keynes

Paulo Galvão Júnior ⁽⁴⁵⁾



A obra-prima de Keynes intitulada *The General Theory of Employment, Interest, and Money* (A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda) foi publicada pela primeira vez em 14 de fevereiro de 1936, 160 anos depois de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith. No ano de 2021, A Teoria Geral completou 85 anos, é um livro que mudou a economia mundial, uma obra revolucionária ao realizar a ruptura com o liberalismo econômico, em apontar uma nova função do Estado na economia de mercado.

John Maynard Keynes nasceu em 5 de junho de 1883, em Cambridge, na Inglaterra, exatos 160 anos após o nascimento de Adam Smith (1723-1790), o maior economista do século XVIII. Ele nasceu no final do século XIX, era o filho mais velho de um casal de classe média alta britânica, o seu pai, John Neville Keynes foi economista, filósofo e professor universitário e a sua mãe, Florence Ada Keynes se tornou a primeira prefeita do município de Cambridge.

O matemático, investidor, jornalista e professor de Economia, John Maynard Keynes, é considerado o Pai da Macroeconomia. Keynes defendeu a intervenção do Estado na economia de mercado, em tempo de crise econômica, num ambiente de incerteza, na aliança da eficiência econômica à liberdade individual, com ênfase à justiça social.

Hoje, participamos das comemorações alusivas aos 85 anos da obra-prima de Keynes, um livro primordial nos primeiros passos na Teoria Macroeconômica, que analisa a produção, o estoque de moeda, o nível de emprego, a poupança, o investimento, o consumo, a renda, o crédito etc. Iniciamos as noções básicas de Macroeconomia com Keynes, para entender a taxa de juros, a taxa de câmbio, a taxa de inflação, entre outras taxas, além de estudar o comportamento do ciclo econômico.

⁴⁵Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

Em defesa da intervenção do Estado na economia capitalista e contra os pensamentos clássicos e neoclássicos (Lei de Say, *laissez-faire*, desemprego voluntário, mão invisível etc.) o economista inglês Keynes publicou sua *magnum opus* nas comemorações aos 160 anos de nascimento de Thomas Robert Malthus (1766-1834). A Teoria Geral é considerada uma das dez mais importantes obras de Economia de todos os tempos e tem 6 livros e 24 capítulos, tendo lançado as bases conceituais do keynesianismo.

A grande obra de Keynes, em língua inglesa, foi publicada pela primeira vez em Londres, há oito décadas e cinco anos. Em português, tem Prefácio do próprio Keynes (1983, p. 3), “Este livro é dirigido principalmente a meus colegas economistas. Espero que ele seja inteligível a outros, também, mas o propósito primordial dele é tratar de questões difíceis de teoria e, só em segundo lugar, das aplicações dessa teoria à prática”. Em seguida, Keynes (1983, p. 4) revelou no final do Prefácio, “As ideias aqui expressas tão laboriosamente são extremamente simples e devem ser óbvias. A dificuldade não está nas novas ideias, mas em escapar das velhas, que se ramificam, para aqueles que foram criados como a maioria de nós foi, por todos os cantos de nossas mentes”.

Keynes refutou a Lei de Say, de 1803, e inverteu a clássica lei, enfatizando que a demanda assegura a oferta. Segundo o economista francês Jean-Baptiste Say, “a oferta cria a sua própria demanda”. A Grande Depressão dos anos 30 levou o surgimento de um pensamento revolucionário de Keynes, com base em um tripé: (i) a teoria da demanda efetiva; (ii) a teoria do multiplicador; (iii) a teoria da preferência pela liquidez.

O professor de Economia Política da University of Cambridge, Alfred Marshall se aposentou e foi substituído por seu brilhante aluno John Maynard Keynes. Atualmente, a secular biblioteca da Universidade de Cambridge, tem mais de oito milhões de exemplares, entre eles, a obra seminal de Keynes, que provocou uma Revolução Keynesiana ao recomendar uma forte intervenção do Estado na economia capitalista.

Era o fim do *laissez-faire*, tão defendido pelos economistas liberais. *Laissez-faire* é uma expressão francesa que significa deixa fazer, creditada ao economista francês Vincent de Gournay, onde a economia tende naturalmente ao equilíbrio e o mercado utiliza eficientemente os recursos produtivos, sem qualquer intervenção governamental.

Keynes foi um dos ilustres membros do *Bloomsbury Group* e não lutou na Primeira Guerra Mundial ou na Segunda Guerra Mundial. As suas lutas foram nas batalhas econômicas, nos debates teóricos. No único parágrafo do Capítulo 1, Keynes (1983, p. 15) expôs: “Denominei este livro A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, dando especial ênfase ao termo geral. O objetivo deste título é contrastar a natureza de meus argumentos e conclusões com os da teoria clássica, na qual me formei, que domina o pensamento econômico, tanto prático quanto teórico, dos meios acadêmicos e dirigentes desta geração, tal como vem acontecendo nos últimos cem anos”.

A Lei de Say foi criticada também por Malthus em sua obra *Princípios de Economia Política*, de 1820. Porém, em 1936, Keynes (1983, p. 25) rejeitou e derrubou a Lei de Say para sempre, “Desde o tempo de Say e de Ricardo os economistas clássicos têm ensinado que a oferta cria sua própria procura; isto significa de modo expressivo, mas não claramente definido, que o total dos custos de produção deve ser gasto por completo, direta ou indiretamente, na compra do produto”. Keynes brilhantemente refutou um pensamento clássico e provou que Malthus estava certo, e Ricardo errado.

Keynes não era um defensor do pensamento econômico do alemão Karl Marx (1818-1883), o maior economista do século XIX. Vale ressaltar que ele leu *O Capital*, de 1867, mas era veemente contrário à economia socialista. Ele defendia o sistema capitalista, porém, acreditava que deveria haver ações de controle por parte do Estado numa crise econômica, todavia, sairá dos controles centrais, quando a crise acabar. Segundo Keynes (1983, p. 256), “(...) não se vê nenhuma razão evidente que justifique um Socialismo do Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação”.

A Crise de 1929 começou nos Estados Unidos da América (EUA), atravessou o Oceano Atlântico, e chegou na Inglaterra, França, Alemanha, Itália e provocou a pior crise do capitalismo, com o aumento assustador do desemprego e a brutal queda da atividade econômica. A União Soviética não foi atingida pela Crise de 1929, mas, o Brasil, sim.

O Prof. Keynes (1983, p. 34) argumentava que, “Na economia ricardiana, que serve de base ao que nos vem sendo ensinado há mais de um século, a ideia de que podemos pôr de lado, sem outras cogitações, a função da demanda agregada é fundamental. Malthus, na verdade, se opôs com veemência à doutrina de Ricardo de que era impossível uma insuficiência da demanda efetiva, porém em vão”. Keynes apresentou as bases de uma economia monetária da produção, onde os gastos criam as rendas. Os empresários podem produzir bens de consumo e bens de investimento numa economia aberta.

Keynes afirmou que a situação de equilíbrio macroeconômico não garante o pleno emprego, cabendo ao Estado estimular a demanda agregada com políticas fiscais anticíclicas. Segundo os economistas Dornbusch e Fischer (1991, p. 78), “A demanda agregada é o volume total de bens demandados na economia”. Keynes identifica que o desemprego involuntário se traduz por insuficiência na demanda agregada, isto é, uma inundação de bens sem consumidores. Para aumentar a demanda agregada a curto prazo e combater o desemprego é necessário estimular o consumo das famílias, baixando os impostos, estimular o investimento das empresas, baixando a taxa de juros, estimular os gastos públicos, com mais obras públicas, além de estimular as exportações por desvalorização cambial, o que corresponde a um aumento na taxa de câmbio.

Não há desemprego involuntário na teoria clássica, a economia funciona a nível de pleno emprego e o desemprego é o resultado da recusa dos trabalhadores de trabalharem pelo salário vigente, ou seja, desemprego voluntário. Keynes refutou os pensamentos de David Ricardo, John Stuart Mill, Alfred Marshall e Arthur Pigou, e concordou com a demanda efetiva na determinação do nível de emprego defendida por Thomas Malthus.

Keynes defendeu uma política fiscal expansionista, aumento dos gastos públicos e corte de impostos, para assegurar o volume de pleno emprego. Para Keynes, o Estado tem que estimular a economia quando os agentes privados se recusarem a fazê-lo a curto prazo. Ele não previu o *great crash* da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 nem a Grande Depressão dos anos 30. Ele estudou muito, com afinco o cenário econômico e percebeu que a economia pode afundar, em seguida, não flutuar de volta automaticamente.

Keynes defendia a queda da taxa de juros para alimentar os “espíritos animais” (*animal spirits*), ou seja, o otimismo humano, que influenciam o comportamento e a confiança do empresário para investir na produção de bens ou serviços. A falta de confiança do consumidor afeta o consumo, já do empresário contagia o investimento. Logo, precisamos despertar a confiança, um impulso espontâneo para a ação, ao invés da inação. Sim, os estímulos fiscais e monetários são fundamentais durante uma crise econômica, assim podemos recuperar a economia a curto prazo.

Ao longo de 85 anos, o fantasma keynesiano (leia-se desemprego involuntário) ainda perturba os(as) trabalhadores(ras) urbanos(as) e rurais nos cinco continentes. Atualmente, a pandemia da COVID-19 aumentou o desemprego, cresceu a concentração da riqueza global e o empobrecimento é crescente ao redor

do mundo. Hoje, lendo de novo, A Teoria Geral, podemos compreender melhor os rumos do capitalismo, que sabe produzir, mas não sabe distribuir riquezas nem rendas igualmente.

No Capítulo 24, da Teoria Geral, Keynes (1983, p. 253) enfatizou que, “Os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas”. Em 21 de abril de 1946, Keynes morreu aos 62 anos, em Tilton, East Sussex, na Inglaterra. Keynes sobreviveu aos bombardeios nazistas a Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial, mas não resistiu ao ataque cardíaco que sofreu em sua casa, conforme os principais biógrafos Roy Harrod, Donald Moggridge e Robert Skidelsky.

Em 1971, o então presidente dos EUA, Richard Nixon, disse, “somos todos keynesianos agora”. A forte intervenção do Estado na economia americana já aconteceu três vezes não consecutivas. Primeiro, com o New Deal do presidente Franklin Delano Roosevelt, em 1933, em plena *Great Depression*. Segundo, com o presidente Barack Obama, em 2009, com maiores injeções de dólares para recuperar a economia diante da *Great Recession*. Terceiro, em 2021, com o presidente Joe Biden, com gastos públicos previstos de US\$ 2,3 trilhões para melhorar o nível de emprego dos fatores de produção em pleno *Great Lockdown*, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Deveríamos ler mais a obra-prima de Keynes (1983, p. 259), escrita há 85 anos, porque “(...) as ideias dos economistas e dos filósofos políticos, estejam elas certas ou erradas, têm mais importância do que geralmente se percebe. De fato, o mundo é governado por pouco mais do que isso. Os homens objetivos que se julgam livres de qualquer influência intelectual são, em geral, escravos de algum economista defunto”. Já transcorridos 75 anos da morte de Keynes, hoje, com a Crise da COVID-19, temos muito que aprender sobre o desemprego e a desigualdade no capitalismo, o lado real e financeiro da economia num país capitalista, com o maior economista do século XX, porque “no longo prazo todos estaremos mortos”.

Uma visão crítica e independente da situação socioeconômica do Brasil

Paulo Galvão Júnior ⁽⁴⁶⁾

Estimado leitor, o Brasil é o quinto maior país do mundo, com mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e a sexta nação mais populosa do planeta, com mais de 212 milhões de habitantes. Estamos em pleno capitalismo informacional, mas, é visível na décima segunda maior economia do mundo, o recorde do desemprego no País, com 14,8 milhões de pessoas desempregadas, segundo os dados oficiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Recentemente, a mais conceituada revista de economia do mundo, The Economist, colocou em sua capa de uma reportagem especial sob o título “A década sombria do Brasil”, a famosa Estátua do Cristo Redentor de máscara de oxigênio e respirando pelo balão de oxigênio. De acordo com a revista inglesa The Economist, “Hospitais estão lotados, favelas ecoam tiros e um recorde de 14,7% dos trabalhadores estão desempregados. Incrivelmente, a economia do Brasil está menor agora do que era em 2011 - e serão necessários muitos trimestres fortes, como o relatado em 1º de junho para restaurar sua reputação. O número de mortos no Brasil da covid-19 é um dos piores do mundo”.

O presente artigo apresenta breves análises sobre a situação socioeconômica do Brasil na atualidade. O Brasil já está em recuperação econômica lenta, no primeiro trimestre de 2021 o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,2%, segundo o IBGE. Porém, a atual taxa de desemprego é reflexo do biênio 2015-2016 e do ano 2020 em recessão econômica, além da recuperação muito lenta no triênio 2017-2018-2019, que gerou mais desemprego. Além disso, os 92 tributos vigentes no País não cooperam para as famílias e as empresas se recuperarem mais rápido. Os tributos tiram oxigênio dos agentes econômicos privados.

Muitos trabalhadores perderam seus empregos, e conseqüentemente sua renda, diminuindo o poder de compra de bens e serviços, e aumentando as dificuldades em pagar suas contas mensais, além dos tributos (impostos, taxas e contribuições). É um absurdo os elevados encargos sociais e trabalhistas sobre o salário bruto no Brasil.

⁴⁶Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

De acordo com o IBGE, na PNAD Contínua, no primeiro trimestre de 2021, nas cinco regiões do Brasil, são 14,8 milhões de pessoas sem trabalho e procurando uma vaga nos últimos 30 dias, 6,0 milhões de desalentados (desistiram de procurar uma vaga), 7 milhões de subocupados (trabalharam menos de 40 horas por semana, mas gostariam de trabalhar mais) e 5,4 milhões que podem trabalhar, mas que não têm disponibilidade por diversos motivos, logo, ao todo, são 33,2 milhões de pessoas sem trabalho formal, maior do que a população total do vizinho Peru, com 32,9 milhões de habitantes (ONU, 2020), atualmente o 43º país mais populoso do mundo e o PIB peruano é muito inferior ao PIB brasileiro.

Nos hospitais públicos e privados do país, é possível encontrar um aparelho de oxigênio para os pacientes, máscaras de oxigênio, além de um instrumento muito útil, um oxímetro de dedo, que permite medir a saturação de oxigênio do sangue, ou seja, a porcentagem de oxigênio que está sendo transportada na circulação sanguínea. Geralmente, uma saturação acima de 95% indica que o sangue está sendo bem oxigenado e é sinal de que os pulmões estão conseguindo fazer as trocas gasosas necessárias. Já uma taxa de saturação baixa pode indicar que o pulmão não está funcionando corretamente e necessitar de oxigênio no hospital. Portanto, faltou na capa da The Economist um oxímetro de dedo.

O Brasil é um país urbano e com sérios problemas de urbanização, a maioria da população brasileira mora na zona urbana do país, 85% (IBGE, PNAD 2015). Desde 1965, a população urbana passou a ser majoritariamente no Brasil. Hoje, é um dos países mais urbanizados do planeta e a urbanização gerou impactos sociais, econômicos e ambientais nas cinco regiões do País.

O processo de industrialização começou em 1930 e se intensificou a partir de 1960, com a chegada de novas indústrias multinacionais, sobretudo nos quatro estados da região Sudeste, que atraiu muitos nordestinos para o estado de São Paulo para trabalhar nas novas fábricas. As principais metrópoles brasileiras são São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, A região Sudeste é a mais urbanizada do País, com 93% da população vivendo em áreas urbanas. Enquanto, a região Norte é a menos urbanizada, com apenas 73%.

As cidades brasileiras têm sérios problemas de saneamento básico, transporte público e habitação popular. Com a pandemia da COVID-19 desde março de 2020 revelou com mais evidencia estes sérios problemas urbanos. Infelizmente, o Brasil tem 100 milhões de pessoas sem acesso a saneamento básico e 35 milhões de habitantes sem acesso à água potável. O País tem um déficit habitacional de 6,3 milhões de moradias (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO). São milhões de

brasileiros(ras) em moradias precárias, nas comunidades. O pior cenário socioeconômico do Brasil urbano é a desigualdade econômica entre os mais pobres, moradores de comunidades, sendo vizinho dos bairros, dos mais ricos.

Infelizmente, o Brasil é o oitavo país mais desigual do planeta (PNUD, 2020). É visível a desigualdade de renda na décima segunda maior economia do mundo. Hoje, estamos em momento muito difícil, vivemos um pesadelo econômico para as famílias, as empresas, em destaque, as montadoras automobilísticas. É muito complexo a grave crise das montadoras automobilísticas no Brasil com a recessão econômica. É visível o declínio da indústria automobilística do Brasil em plena pandemia da COVID-19. A revista *The Economist* enfatizou que: “Seus desafios são assustadores: estagnação econômica, polarização política, ruína ambiental, regressão social (...)”.

O Brasil é um país rico em ricos naturais, tem enormes recursos humanos, além de valiosos recursos tecnológicos. Podemos apontar as principais causas da crise nas montadoras no Brasil: (i) o avanço da tecnologia e da robótica; (ii) a substituição do motor à combustão pelo motor elétrico; (iii) o desempenho pífio da economia brasileira na última década; (iv) a forte queda da renda per capita dos(as) brasileiros(ras); e (v) o enfraquecimento dos sindicatos dos trabalhadores.

Podemos apontar também os principais impactos da crise nas montadoras no Brasil: (i) o desemprego alto; (ii) a forte queda setor de serviços; (iii) a forte queda da arrecadação tributárias nas três esferas governamentais; (iv) o aumento da inadimplência. Queremos registrar que as montadoras europeias chegaram primeiro no Brasil, em especificamente, no interior do estado de São Paulo, no famoso ABCD, as cidades de São André, São Bernardo, São Caetano e Diadema. A partir dos anos 1950 da década do século XX, a Volkswagen inaugurou a primeira montadora no Brasil.

Os gastos públicos são fundamentais para estimular as obras públicas em hospitais, bibliotecas, creches e restaurantes populares, por exemplos, e dessa forma, contribuir para o combate ao desemprego no Brasil. Com a economia recessiva, o faturamento das empresas diminuem significativamente a cada mês, e com isso, vem o inevitável desemprego dos trabalhadores. É visível que a população brasileira vem empobrecendo e se endividando, ocasionando sérios problemas de depressão psicológica. Não é fácil sobreviver num país que faltou oxigênio em vários hospitais do maior estado brasileiro por diversos motivos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de 0,765 em 2019, com certeza, cairá muito no Relatório de Desenvolvimento Humano 2021.

Desde março de 2020 o Brasil já sofreu duas ondas da COVID-19, o que provocou a morte de mais de 469 mil pessoas (JOHNS HOPKINS). O Brasil terminou o ano de 2020 em recessão econômica de 4,1%. Já no primeiro trimestre de 2021 já alcançou a maior taxa de desemprego do País pela série histórica da PNAD Contínua do IBGE, desde março de 2012, uma taxa recorde de desemprego de 14,7% em janeiro-fevereiro-março de 2021. Será que já chegamos ao topo do desemprego? Será que a tendência é de uma queda do desemprego na próxima PNDA Contínua?

Enfim, infelizmente, o quadro econômico e social do País é muito preocupante, alto índice de desemprego, várias empresas com baixa lucratividade ou reduzindo despesas, outras encerrando suas atividades econômicas, além de muitas empresas e famílias cada vez mais endividadas, com certeza, um pesadelo econômico no Brasil.

O ouro do século XXI

Joreny Ferreira de Araújo ⁽⁴⁷⁾

Paulo Galvão Júnior ⁽⁴⁸⁾



“O ouro do século XXI é o conhecimento”, diz sempre o economista paraibano e professor universitário Paulo Galvão Júnior em artigos, conversas, aulas presenciais, palestras e aulas remotas. O Centro Universitário UNIESP é uma instituição de ensino superior privada bem conceituada na Paraíba e que nos seus mais diversos cursos, oferece a liberdade e o suporte para que seus docentes nos mais diversos graus de qualificação implantem suas metodologias de ensino.

Podemos destacar diversas palestras, feiras, encontros, *workshops*, gincanas, INOVA UNIESP, eventos em geral que são realizados durante o ano, sem falar nas publicações em seus periódicos de trabalhos e artigos científicos do corpo docente e também dos discentes como Administrando Saberes e Contabilizando Saberes.

Em se tratando da importância do ensino e da aprendizagem por parte dos alunos, o UNIESP, localizado na cidade portuária de Cabedelo, tem conseguido a partir de diversos parâmetros exemplificar o sucesso da instituição. Como retrato disso, podemos citar alunos bem colocados no mercado de trabalho e com rendimentos notáveis em provas como Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) ou de provas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em sala de aula são desenvolvidos momentos importantes e memoráveis tanto para os professores como para os alunos. Um bom exemplo disso é a

⁴⁷Estudante do Curso de Graduação em Administração no UNIESP, uma das líderes campeãs das Olimpíadas UNIESP de Economia Brasileira e secretária jurídica no escritório RA ADVOCACIA EMPRESARIAL em João Pessoa.

⁴⁸Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

Olimpíada UNIESP de Economia, idealizada pelo professor de Economia e de Economia Brasileira, Paulo Galvão Júnior, eleito “Professor Destaque 2016.1, 2017.1, 2017.2 e 2018.2” pelos discentes dos Cursos de Direito, Contabilidade e Administração na Comissão Permanente de Avaliação (CPA) no UNIESP, eleito “Professor Homenageado 2018.1, 2019.1 e 2019.2” pelos alunos do primeiro período de Gestão de RH no UNIESP e eleito “Economista do Ano 2019” pelo Conselho Regional de Economia da Paraíba (CORECON-PB).

Desde 14 de agosto de 2014, no UNIESP, o professor Paulo Galvão Júnior incentiva a todos, a ler, reler e ler de novo, dentro e fora da sala de aula, além das atuais aulas remotas. Ele é autor de 14 *eBooks* de economia e autor e coautor de mais de 230 artigos de economia, publicados em sites brasileiros, como o Portal MaisPB, e sites estrangeiros, em especial, no site em português do jornal russo PRAVDA, além de revistas acadêmicas.

Ele é professor de Economia nos Cursos de Ciências Contábeis e Gestão Financeira, liderado pelo estimado coordenador Thyago Henriques, e professor de Economia e de Economia Brasileira no Curso de Administração e de Cenários Micro e Macroeconômicos no Curso de Gestão de RH, liderada pela estimada coordenadora Suellem Pinto.

O professor Paulo Galvão Júnior iniciou a Olimpíada de Economia na extinta LUMEN Faculdades no curso de Ciências Contábeis em 2013. Após uma aula-teste no Curso de Ciências Contábeis, liderado pelo antigo coordenador Thyago Henriques da LUMEN e atual coordenador da então IESP, hoje UNIESP, foi contratado em 14 de agosto de 2014, desde o semestre 2014.2, vem avançando para os cursos de Direito (curso que ganhou pela primeira vez o Professor Destaque), em especial, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH com total sucesso. Pelos corredores que abrigam as salas desses cursos, antes da pandemia da COVID-19, era uma euforia, só em época de Olimpíadas, era um acontecimento acadêmico.

O professor Paulo Galvão Júnior divide a turma em três grupos de cores distintas (vermelho, preto e branco nas Olimpíadas UNIESP de Economia, como também, verde, amarelo e azul nas Olimpíadas UNIESP de Economia Brasileira) e são oferecidas 2,0 pontos para o grupo campeão, 1,5 ponto ao grupo vice-campeão e 1,0 ponto ao grupo em terceiro lugar. Antes da pandemia do novo coronavírus, o UNIESP entregava as medalhas de ouro, de prata e de bronze, além de Kits UNIESP, a partir da gestão da ex-coordenadora Marcele Sodré de Administração e Gestão de RH, idealizadora das entregas das medalhas no semestre 2019.2 e mais

organização no evento tão disputado pelos discentes. De 2014.2 até 2019.1 não ocorreram a entrega de medalhas nem kits IESP, só ganhavam os tão almejados pontos.

Inicialmente, é realizado primeiro, o TED de Economia com vinte questões de múltiplas escolhas para encontrar os três líderes dos grupos. Posteriormente, o assunto a ser abordado no desafio é trabalhado ao final de cada unidade, em seguida, a primeira etapa da olimpíada de Economia, antes da prova de economia com vinte questões de múltiplas escolhas, em aulas presenciais. O objetivo é responder as 20 questões no menor tempo possível, ou vence quem mais acertos conquistar. Não há empate. A hora do *coffee break* também era um dos momentos mais aguardados, pois a confraternização acontecia regada a lanches diversos, muitas fotos e muita conversa entre professor e alunos, além de funcionários e coordenadores dos cursos envolvidos.

Para a aluna do curso de Administração do UNIESP Catarina Medeiros, “Participar das olimpíadas de economia foi uma experiência enriquecedora que me estimulou a estudar mais e também a aprender enquanto acontecia. Uma forma diferente de ensino que me fez absorver mais o conteúdo enquanto me divertia e me desafiava com os demais alunos”.

Dayana da Silva, também do curso de Administração do UNIESP, participou em 2020 já no modo remoto e relata: “Foi algo bem dinâmico, eu gostei muito, meu grupo ganhou as duas etapas, e a parte do grupo todo se juntar, pesquisar e responder junto foi a melhor parte. A premiação foi dada em pontos, uma pena que não houve medalhas. Tudo foi de modo virtual, mas foi excelente”.

Joanderson Dornelas de Luna, aluno do último ano de Administração do UNIESP, ressalta a importância da atividade para ganhar conhecimento: “Competição bem diferenciada para obtenção e exposição dos conhecimentos adquiridos no decorrer das aulas de economia ministradas pelo grandioso professor Paulo Galvão Júnior. Dessa forma lúdica e atrativa os alunos conseguem enriquecer seu conhecimento, preenchendo de sabedoria as lacunas que possam existir na vida cotidiana e profissional do aluno”.

Sobre todo processo envolvido na atividade um ponto merece destaque: o trabalho em equipe. Com a globalização, avanços tecnológicos e mudanças no

mercado algumas competências são requisitadas pelas organizações. Uma delas é a capacidade de trabalhar em equipe. De acordo com Patrícia Ferreira (2015, p. 19) “competência é a capacidade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.) para solucionar adequadamente uma série de problemas. Reflete os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que precisam ser colocados em prática para se atingir um determinado objetivo”. Diante disso, as Olimpíadas de Economia oferecem aos alunos de forma diferenciada a oportunidade de desenvolver a união da equipe, reconhecendo características individuais e utilizando-as para vencerem o desafio, e se preparando assim para o mercado de trabalho competitivo e globalizado.

Em março de 2020, com a pandemia do novo coronavírus, o evento acadêmico teve que ser reinventado e passou de presencial para virtual, via *WhatsApp*. O método mudou, mas o professor Paulo Galvão Júnior não deixou a desejar no quesito organização, interação, e motivação aos alunos. Sempre dividindo as turmas em três grupos, sempre motivando os membros e os seus líderes para estudar, criar uma estratégia durante a Olimpíada de Economia ou de Economia Brasileira.

O ano de 2021 começou com muita animação e com novidades: a Olimpíada UNIESP de Economia ganhou nove patrocinadores, aumentando ainda mais a concorrência dos três grupos, com seus respectivos líderes. Nesse semestre 2021.1 serão ofertados para o(a) líder do grupo campeão, passeio de *buggy* pelas lindas praias do Litoral Sul da Paraíba pelo guia de turismo internacional Hector, kit personalizado para motocicleta da Green Motos, headphone com wireless da Henrique Importados (Administração e Gestão de RH, noturno), o aparelho eletrônico tão comentado nas redes sociais, a Alexa, pela SmartCell (Administração, diurno), além do carregador de celular portátil da Like Store (Contabilidade e Gestão Financeira, noturno). Já para o líder do grupo vice-campeão, ovos de chocolate pela Creative in Box e Mouse USB óptico pela Apple King (Administração e Gestão de RH, noturno). Para todos os membros dos três grupos campeões um pacote de mentoria on-line de duas horas pela Avance uma Casa, da atual gestora de RH e ex-aluna do UNIESP, Aline Silveira. Para todos os alunos das três turmas, cerca de 90 alunos, uma palestra internacional direto da Noruega pelo *Instagram*, pela guia de turismo internacional Marcela Orsini, onde os discentes saberão mais sobre o país com o melhor IDH do mundo e visualizar as lindas paisagens do país nórdico.

Em tempos de COVID-19, onde precisamos ficar em casa, manter distanciamento social para tentar conter o avanço da SARS-CoV-2, vários comportamentos e ações ficaram comprometidos e precisaram ser modificados e a educação foi um dos setores que deu uma guinada no sentido de usar e abusar da

tecnologia e metodologias novas para que os alunos continuem sua jornada acadêmica com máxima qualidade. Nas Olimpíadas de Economia ocorrem muita união, muita interação, muita diversão nos grupos na troca de conhecimento, em tentar responder corretamente cada questão.

Podemos afirmar com toda certeza, que as Olimpíadas UNIESP de Economia e de Economia Brasileira, diurna ou noturna, gerida pelo professor Paulo Galvão Júnior é um sucesso, pelo simples fato, incentiva os alunos a ler, reler e ler de novo as obras-primas de Adam Smith, John Maynard Keynes e de Celso Furtado (eu confesso que foi o meu economista preferido), a ponto de ganhar duas olimpíadas de Economia Brasileira, sem medalhas de ouro, sem kits UNIESP, sem os atuais brindes, mas, com o ouro do século XXI para sempre, além de dois pontos, que não foram necessários somar nas atividades avaliativas de Economia Brasileira. É demais as Olimpíadas de Economia, é inesquecível para quem já participou e para quem irá participar pelo *WhatsApp*.

O impacto da crise econômica brasileira no setor bancário no período 2014-2017

Dávila Sousa Morais ⁽⁴⁹⁾

Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior ⁽⁵⁰⁾

RESUMO

O presente artigo destaca o período de instabilidade econômica ocorrido no Brasil entre 2014 a 2017, no qual esse processo recessivo causou um grande impacto e isso ficou evidenciado de acordo com dados secundários dos principais indicadores econômicos como: PIB, inflação, taxa de desemprego e taxa Selic. Contudo, vale ressaltar que um dos setores menos afetados pela crise econômica foi o setor financeiro, mais precisamente, o setor bancário. Ou seja, o objetivo principal desse artigo é demonstrar que mesmo em momentos adversos na economia brasileira os principais bancos (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Caixa Econômica Federal) divulgaram um resultado de lucratividade em alta. Nesse sentido, para melhor compreensão dos dados, o método utilizado para a discussão do assunto foi a análise bibliográfica com cunho descritivo e abordagem qualitativa, a fim de chegar na conclusão de que mesmo o país passando por uma crise econômica durante quatro anos com os principais indicadores econômicos em oscilações, o sistema bancário contudo, apresentou um alto volume nos lucros e isso, reflete a importância de obter um setor financeiro sólido no país.

Palavras chaves: Sistema Bancário Nacional. Economia Brasileira. Sistema Financeiro Nacional.

ABSTRACT

This article highlights the period of economic instability that took place in Brazil from 2014 to 2017, in which this recessive process had a major impact and this was evidenced according to secondary data from main economic indicators, such as: GDP, inflation, unemployment rate and Selic rate. However, it is worth mentioning that one of the sectors, which was least affected by the economic crisis, was the financial sector, more accurately, the banking sector. That is, the main objective of this article is to demonstrate that, even in adverse moments in the Brazilian economy, the main banks (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander and Caixa Econômica Federal) reported a high profitability result. In this sense, for a better understanding of the data, the method we used to discuss the subject was a bibliographic analysis with a descriptive nature and a qualitative approach, in order to draw a conclusion that even the country is going through an

⁴⁹Graduada em Administração no UNIESP em 2021. E-mail: davilamorais@hotmail.com.

⁵⁰Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

economic crisis for four years with the main economic indicators fluctuating, the banking system, otherwise, presented a high volume of profits and this reflects the importance of obtaining a solid financial sector in the country.

Keywords: National Banking System. Brazilian Economy. National Financial.

1 INTRODUÇÃO

Observa-se, que um Sistema Econômico pode ser representado como um modelo político, econômico e social em que uma sociedade está sendo organizada. Diante disso, de acordo com os economistas Vasconcellos e Garcia (2008, p. 2):

Economia é a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas.

A constituição do Sistema Econômico Brasileiro (SEB) pode envolver elementos, tais como: (i) fatores de produção que são necessários para que ocorra a produção como, por exemplos, forças de trabalho, terra, recursos naturais, capacidade empresarial e tecnologia; (ii) complexos de unidades produtivas que são os lugares que acontecem as produções e por instituições políticas, sociais e jurídicas que interferem diretamente na organização e no funcionamento de um sistema econômico; (iii) entidades financeiras em conjunto com seus reguladores. Diante disso, os componentes citados anteriormente têm atribuições cruciais para o pleno funcionamento da economia.

O mercado financeiro sendo integrante do SEB, tem características importantes no agrupamento econômico, pois envolve toda a movimentação financeira do país realizadas fisicamente ou eletronicamente, além disso, há o objetivo em garantir que os agentes superavitários possam emprestar seu dinheiro com segurança aos agentes deficitários. O Sistema Financeiro Brasileiro (SFB) está inserido no mercado financeiro e é constituído por instituições financeiras que são responsáveis em captar, distribuir e circular o capital na economia por meio da relação entre pessoas jurídicas, físicas e demais instituições.

Isto é, sua estrutura é representada pelo Conselho Monetário Nacional

(CMN), Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como Bancos, Cooperativas de Crédito, Bolsa de Valores, Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Seguradoras e Resseguradoras e Entidade Aberta de Previdência Complementar e Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários (CTVMs) e as Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs). Portanto, observa-se que o Sistema Financeiro Brasileiro é totalmente interligado com o Sistema Econômico Brasileiro.

Diante disto, o presente artigo tem como finalidade abordar o período entre 2014 e 2017 em que o Brasil passou por uma instabilidade econômica resultando em uma crise que se originou a princípio por medidas e políticas adotadas que influenciaram o processo recessivo, a saber: a diminuição da taxa de juros, a emissão de dinheiro no mercado, a concessão de subsídios e a intervenção de preços, gerando uma expansão na economia de forma artificial e, quando houve o esgotamento de crédito e o dinheiro foi saindo do mercado, a crise econômica já estava instaurada. Portanto, ocorreu diferenças entre ofertas e demandas que ocasionou na redução da capacidade de crescimento econômico do País.

Entretanto, é interessante ressaltar que muitos setores sofreram impacto negativo em meio à crise econômica, como o setor automobilístico, o setor agrícola e o setor imobiliário, além de desemprego em massa nas cinco regiões do País. Contudo, no setor financeiro brasileiro, em especial no setor bancário, foi de fato o menos afetado pela crise nacional. Conforme a temática abordada a seguinte problemática é: **Qual o impacto que o período de crise econômica entre 2014- 2017 teve na lucratividade dos principais bancos como, por exemplos, o Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Caixa Econômica Federal?**

É de suma importância relatar que mesmo em meio à crise mais prolongada do Brasil os bancos continuaram em ascensão por suas estratégias, tais como: liberação de crédito para pessoa física ou jurídica, descontos para quitação de dívidas, adequação de taxas, captação de recursos e entre outras características. Além disso, faz-se necessário relacionar as variáveis do SFB e os índices da economia brasileira, para melhor entender sobre os fatores que proporcionaram o aumento da lucratividade dos bancos brasileiros na fase de

crise na economia.

O presente trabalho busca mostrar que o Brasil entrou em recessão no segundo trimestre de 2014 e saiu no quarto trimestre de 2016, contudo mesmo estando nessa posição é possível observar o crescimento da lucratividade dos cinco maiores bancos nacionais: Itaú, Bradesco, Banco do Brasil (BB), Santander e Caixa Econômica Federal (CEF), conforme as informações divulgadas pelas próprias instituições, pelo BACEN e pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) almejando evidenciar as estratégias e índices utilizadas pelas instituições financeiras citadas anteriormente.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Verificar a lucratividade dos principais bancos, a saber: Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Caixa Econômica Federal no cenário de crise econômica brasileira.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Indicar as principais variáveis do sistema bancário brasileiro;
- Analisar os principais índices econômicos do Brasil;
- Comparar os fatores da lucratividade dos bancos com relação aos índices da economia no período de crise econômica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhorar o desenvolvimento dos tópicos abordados, o presente artigo abordará a origem da crise econômica brasileira no período 2014-2017, bem como o significado da palavra crise, a origem da crise, suas causas e consequências. Além disso, tratará sobre o setor financeiro, com ênfase no setor bancário, revelando como funciona e de que maneira está inserido na economia brasileira. E por fim, destacará os fatores de lucratividade dos bancos instalados no País.

2.1 CRISE ECONÔMICA

A origem etimológica da palavra Crise, deriva do grego *Krísis*, na visão

de Silva (2014) no qual está relacionado ao conceito na área da medicina que se refere à um estado decisivo que um indivíduo está passando por uma doença, onde essa fase pode se agravar ou regredir para um estado de vida ou morte. Além disso, o significado do termo Crise, segundo Bauman e Bordoni (2006), é baseado nas referências de Tucídides que retrata como “resultado de um juízo ou decisão” e nas referências de Platão como “contenda ou disputa”. Ou seja, com base no significado da palavra crise, o termo citado tem como contexto uma consequência de uma ação ou período.

Ademais, o termo crise possui alguns fatores, tais como social e econômico, e toda crise é proveniente de uma mudança ou instabilidade que se decorre para um aspecto negativo na sociedade como, por exemplo, aplicando nesse contexto social, a crise está relacionada com processo de alterações que ameaçam uma estrutura física ou simbólica. De acordo com Bauman e Bordoni (2006, p. 16):

Falando de crise de qualquer natureza que seja, nós transmitimos em primeiro lugar o sentimento de incerteza, de nossa ignorância da direção que as questões estão prestes a tomar, e, secundariamente, do ímpeto de intervir: de escolher as medidas certas e decidir aplicá-las com presteza. Quando diagnosticamos uma situação de “crítica”, é exatamente isso que queremos dizer, a conjunção de um diagnóstico e um chamado à ação. E permita-me acrescentar que há uma contradição endêmica aqui envolvida: afinal, a admissão do estado de incerteza/ignorância não prognostica exatamente a perspectiva de escolher as “medidas certas” e, assim, fazer as coisas andarem na direção desejada.

Por conseguinte, o significado de crise no âmbito econômico pode ser representado por características de declínio na atividade econômica, ou seja, entende-se por crise econômica um período de instabilidade produtiva, da comercialização e do consumo de produtos e serviços na economia de um país, ocasionando, em suma, o aumento de desemprego, redução no consumo das famílias e queda das taxas de lucro das empresas.

Isso ocorre, devido ao sistema econômico adotado pelo Brasil, capitalista que representa um sistema baseado na propriedade dos fatores de produção e de recursos pelo qual, os lucros são obtidos. A economia nesse sistema é considerada cíclica, isto é, caracterizada como uma flutuação natural recorrente em períodos distintos. De acordo com o economista britânico Keynes (1935, p.

293):

Por movimento cíclico queremos dizer que, quando o sistema evolui, por exemplo, em direção ascendente, as forças que o impelem para cima adquirem inicialmente impulso e produzem efeitos cumulativos de maneira recíproca, mas perdem gradualmente a sua potência até que, em certo momento, tendem a ser substituídas pelas forças que operam em sentido oposto e que, por sua vez, adquirem também intensidade durante certo tempo e fortalecem-se mutuamente, até que, alcançado o máximo desenvolvimento, declinam e cedem lugar às forças contrárias. Todavia, por movimento cíclico não queremos dizer simplesmente que essas tendências ascendentes e descendentes, uma vez iniciadas, não persistam indefinidamente na mesma direção, mas que acabam por inverter-se. Queremos dizer, também, que existe certo grau reconhecível de regularidade na sequência e duração dos movimentos ascendentes e descendentes, ou seja, em alguns momentos existe crescimento e em outros declínios na produtividade econômica.

Diante disso, percebe-se que uma crise não acontece repentinamente, fatores relacionados à sua origem, medidas urgentes tomadas, sistema econômico, falta de investimentos e setores estão inseridos neste momento decisivo. Além disso, os ciclos econômicos apresentam fases de recessão, de depressão, de recuperação e de prosperidade.

A recessão pode ser definida como uma retração da atividade econômica, gerando queda na produção, diminuição de demanda e aumento de desemprego. Já a depressão, ocorre com o prolongamento da recessão, ou seja, a forte queda do Produto Interno Bruto (doravante, PIB), a dificuldade do poder de compra, os encerramentos das atividades econômicas das empresas, agravamento do desemprego e entre outros problemas.

2.1.1 Fatores estruturais da crise: causas e consequências

Observa-se que alguns fatores influenciaram o período recessivo, de acordo com Rossi e Mello (2017) como por exemplos: (i) os processos inflacionários - que significaram uma pressão sobre preços, resultando em aumento dos produtos e redução do poder de compra; (ii) mercado de crédito - gerando aumento da taxa de juros; (iii) queda na demanda e nos preços das *commodities* - impactando na diminuição de exportação; e (iv) infraestrutura insuficiente - ocasionando uma estagnação e falta de investimento nos setores produtivos.

Ademais, (v) elevação dos gastos públicos - desencadeou na evolução da dívida pública e do risco-Brasil; (vi) aumento dos preços de energia, transporte e combustíveis; (vii) crescimento da importação - gerando um déficit na balança comercial e por fim; (viii) a instabilidade política também contribuiu para um cenário de insegurança e incerteza na economia brasileira. Ou seja, esses fatores estruturais da crise influenciaram negativamente a conjuntura econômica, de forma que as causas e consequências do processo recessivo gerou instabilidade nos setores da economia brasileira e na sociedade.

2.2 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

No mercado financeiro o Sistema Financeiro Nacional (doravante, SFN) é constituído por entidades e instituições que envolvem toda a movimentação financeira do Brasil, ou seja, as transações acontecem nesse sistema. Em suma, lida com os principais mercados: monetário, de crédito, de capitais e de câmbio, além de representar e permitir que haja transferência de riquezas entre os agentes do sistema: os superavitários e os deficitários. De acordo com a visão do economista Sandroni (2008, p. 777) o SFN é:

Conjunto de instituições financeiras voltadas para a gestão da política monetária do governo, sob a orientação do Conselho Monetário Nacional (CMN). Abrange, além do CMN, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e bancos regionais de desenvolvimento, (...), sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo, cooperativas habitacionais, Caixa Econômica Federal e as estaduais, Bolsas de Valores, Fundos de Investimentos, sociedades financeiras de crédito e financiamento, distribuidoras e corretoras.

De acordo com o Banco Central do Brasil (doravante, BCB), o SFN é organizado por agentes normativos, supervisores e operadores. Os órgãos normativos garantem as diretrizes para o bom funcionamento do sistema. As entidades supervisoras, de acordo com Assaf Neto (2012), são responsáveis em supervisionar e determinar o cumprimento das regras definidas pelos órgãos normativos e os operadores são responsáveis em determinar que as instituições ofertam serviços financeiros, no papel de intermediários.

2.2.1 Segmentos do Sistema Financeiro Nacional

Para melhor introduzir o Sistema Financeiro Nacional, apresenta-se a figura 1. Nela pode-se encontrar os segmentos que existem no SFN e sua principal atividade que é lidar diretamente com quatro tipos de mercado, sendo eles: monetário que fornece a negociação de ativos financeiros; de crédito que disponibiliza recursos para o consumo das pessoas; de capitais que permite a captação de recursos e por fim, de câmbio que representa a comercialização de moeda estrangeira.



Figura 1: Composição do SFN.

Fonte: BACEN, 2020.

Percebe-se na figura apresentada a composição e os segmentos do SFN o 1º a ser descrito é o Conselho Monetário Nacional (doravante, CMN) que de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), a CMN é representada, portanto, como o órgão máximo do sistema responsável por determinar as regras e diretrizes da política monetária, cambial e creditícia da economia possuindo como principais competências: regular a fiscalização e o funcionamento de todas as instituições financeiras, além de disciplinar o crédito em diferentes modalidades, limitando quando necessário as taxas de juros e autorizando a emissão de papel moeda na economia.

Ademais, o BACEN é responsável por fiscalizar, executar e supervisionar as instituições financeiras, estabelecendo as diretrizes das políticas do CMN,

seguindo com atribuições de: regular e administrar o SFN, emitir papel moeda, desempenhar o controle de crédito autorizando e fiscalizando o funcionamento das instituições financeiras.

Por conseguinte, observa-se a Comissão de Valores Mobiliários (doravante, CVM) atua juntamente ao BACEN objetivando o desenvolvimento e a fiscalização do mercado de capitais, além de garantir o funcionamento da Bolsa de Valores protegendo os investidores do mercado de capitais.

Por fim, a Superintendência de Seguros Privados, (doravante, SUSEP) possui como principal função fiscalizar e incentivar o mercado de seguros privados, previdência complementar aberta e capitalização. Diante disso é imprescindível a atuação eficiente dessas autarquias para que ocorra o bom funcionamento das instituições financeiras e do SFN.

2.3 SISTEMA BANCÁRIO

A princípio, identifica-se que os bancos estão inseridos no SFN em entidades operadores e são conceituados em bancos de desenvolvimento, bancos comerciais, bancos de investimento e bancos múltiplos. Os bancos de desenvolvimento têm como finalidade proporcionar os recursos necessários ao financiamento, a médio e longo prazo, com taxas inferiores do mercado, a fim de expandir os programas de desenvolvimento econômico e social dos diferentes estados.

Adiante, os bancos comerciais são responsáveis por intermediar a captação de recursos (empréstimos) bem como a rentabilidade de recursos (investimentos). As principais funções são: prestação de serviços - cobrança bancária, arrecadação de tarifas e tributos públicos; abertura de crédito simples em conta corrente - cheque especial; captação de recursos através do depósito à vista - conta corrente, serviços de pagamentos e entre outras atribuições.

Em seguida, os bancos de investimentos são responsáveis por proporcionar crédito a médio e longo prazo para pessoa física ou jurídica. Diante disso, algumas funções são: Captação de recursos por meio de depósito a prazo, o Certificado de Depósito Bancário (CDB), além da administração de recursos de terceiros por meio dos fundos de investimentos e concessão de empréstimo em

médio e longo prazo para capital de giro. E ademais, os bancos múltiplos são constituídos por pelo menos duas carteiras, sendo elas - comercial e de investimentos.

Analisar a estrutura do setor bancário brasileiro é primordial, pois essas instituições financeiras possuem um papel essencial no sistema econômico do país como já foi abordado anteriormente, os bancos brasileiros se destacam mundialmente por ter índices de lucratividade altos, e isso, reforça a compreensão e eficiência do bom funcionamento dos bancos. Nota-se que os fatores que envolvem a lucratividade podem ser descritos por características específicas de cada instituição financeira, tendo como base os portes dos ativos, o número dos colaboradores bem como, números de clientes, quantidades de agências, serviços diferenciados, taxas de juros, oligopólio no setor bancário brasileiro, pois existem poucos bancos gerando assim, baixa competitividade no setor e principalmente o fator que mais se destacará é o volume do lucro. A lucratividade, segundo Paula (1999, p. 18):

Mais especificamente, o lucro (Π) resulta da diferença entre a taxa média recebida sobre seus ativos (ra) e a taxa média paga nas obrigações (rp), multiplicado pelo volume total das operações do balanço (V), mais receitas com tarifas (Rt) e menos custos administrativos (Ca), ou seja: $\Pi = [(ra - rp) \cdot V] + Rt - Ca$.

Ou seja, em suma os bancos brasileiros procuram maximizar os lucros por meio do *spread* bancário, termo em inglês que significa “margem”. Visto isso, o *spread* pode ser representado por intermediação de receitas financeiras estabelecido mediante à taxas elevadas entre os recursos, basicamente, o lucro é estabelecido por rendimentos entre os ativos menos os custos, ou seja, é a diferença do valor que o banco paga para captar o recurso e quanto ele cobra para emprestar. Portanto, quanto maior o risco das operações, maior será o *spread* bancário.

Além disso, outros indicadores contribuem para mensurar o desempenho dos bancos como por exemplos: o índice de endividamento que representa o capital total ou o patrimônio líquido determinando até que ponto os ativos de uma empresa estão financiados com capital de terceiros, por meio desse índice é possível acompanhar a evolução da dívida, pois quanto menor for o valor obtido

mais saudável financeiramente a empresa está naquele momento. Observa-se ainda, que o índice de liquidez segundo Assaf Neto (2010) significa a capacidade que a instituição financeira possui em produzir recursos para acolhimento correto das atribuições passivas e demandas financeiras.

Como visto anteriormente, alguns indicadores de lucratividade ainda podem ser apresentados, tais como: retorno sobre o patrimônio (ROE) que estabelece o poder de ganho dos proprietários, ou seja, o retorno que uma companhia possui em gerar com o dinheiro que foi investido, obtendo como resultado o lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido (DIAS; ALBERTO; LEITE, 2018).

Além disso, o indicador retorno sobre o investimento (ROI) é responsável em medir o poder de aquisição das empresas, ou seja, consiste no lucro líquido dividido pelo ativo total e o retorno operacional dos ativos (ROA) verifica a capacidade que a organização possui em gerar retorno sobre sua própria atividade, relacionando então o lucro operacional dividido pelo ativo total.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA

Para melhor compreensão do assunto abordado, adotou-se como metodologia científica a pesquisa bibliográfica que é notoriamente um dos métodos mais utilizados na fundamentação teórica, pois é proveniente de livros, *ebooks*, artigos, jornais e revistas, ou seja, publicações em geral. Segundo Alves (2007, p. 55), [...] “Tem como vantagem cobrir uma ampla gama de fenômenos que o pesquisador não poderia contemplar diretamente. No entanto, deve-se ter cuidado de, ao escolher tais fontes, certificar-se de que sejam seguras”.

Visto isso, é necessário validar e confirmar o embasamento das fontes relacionadas ao tema, estabelecendo então a relevância de um conhecimento prévio referido à diversos assuntos. Martins e Theópilo (2016, p. 52) descrevem a pesquisa bibliográfica como: “estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas”.

Diante disso, o presente artigo tem como finalidade verificar a

lucratividade dos principais bancos instalados no Brasil: Itaú, Bradesco, Banco do Brasil (BB), Santander e Caixa Econômica Federal (CEF) no cenário de crise econômica brasileira no período de 2014-2017. Por isso, o estudo tem cunho descritivo que de acordo com Gil (2017) esse objetivo tem como peculiaridade descrever um determinado assunto e logo em seguida, relacionar fatores específicos e possíveis variáveis que compõe a proposta apresentada com a possibilidade de surgir novas noções sobre os assuntos então já observados.

Ademais a abordagem a ser seguida é a qualitativa que se destina a explicar o contexto ou um fenômeno em que a pesquisa está sendo aplicada e percebe-se que de acordo com Creswell (2010, p. 43) a abordagem qualitativa representa “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. Ou seja, com base nessa abordagem a pesquisa busca explicar e relacionar as características e os impactos gerados no período de crise econômica brasileira.

3.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Com o intuito de verificar as informações sobre o assunto proposto, estabeleceu-se como fonte de pesquisa artigos científicos, dissertações acadêmicas, livros, *ebooks*, documentos referidos aos índices econômicos, além de sites relacionados ao assunto para obtenção de conteúdo no embasamento teórico. Objetivando realizar um estudo bibliográfico do fenômeno de crise econômica brasileira no período entre 2014 e 2017 relatando os fatores que influenciaram esse cenário, estabelecendo também uma correlação entre os indicadores secundários do SEB e dados de lucratividade dos bancos.

4 DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO

Para a discussão e interpretação dos principais indicadores, o presente artigo, demonstrou alguns dos indicadores econômicos: PIB, inflação, desemprego e taxa Selic no período de crise econômica enfrentada no Brasil entre 2014 a 2017.

4.1 INDICADORES ECONÔMICOS

A economia brasileira de acordo com Fundo Monetário Nacional (FMI) é a nona economia do mundo na atualidade, com o Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1,8 trilhão. Por isso, é interessante analisar alguns indicadores econômicos, entre eles, destaca-se, a taxa de crescimento do PIB, a taxa de desemprego, a taxa de inflação e a taxa SELIC, que no período entre 2014 a 2017 sofreram oscilações nos percentuais apresentados, isso está relacionado como afirma Keynes (1935) da maneira como a economia reage de forma cíclica, existindo declínio ou crescimento no desempenho econômico, portanto, é importante destacar como os indicadores estavam no quadriênio de crise.

TRIMESTRE	ANO	PIB
1°	2014	3,2%
2°	2014	2,1%
3°	2014	1,2%
4°	2014	0,5%
TRIMESTRE	ANO	PIB
1°	2015	-0,7%
2°	2015	-1,3%
3°	2015	-2,2%
4°	2015	-3,5%
TRIMESTRE	ANO	PIB
1°	2016	-4,4%
2°	2016	-4,6%
3°	2016	-4,1%
4°	2016	-3,3%
TRIMESTRE	ANO	PIB
1°	2017	-1,9%
2°	2017	-0,9%
3°	2017	0,2%
4°	2017	1,3%

Tabela 1: A Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto no Brasil – 2014-2017.

Fonte: IBGE, 2020.

Diante disso, a Tabela 1 retrata a taxa de crescimento do PIB brasileiro em 4 trimestres anuais entre 2014 até 2017. O PIB é um indicador econômico, que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representa o somatório de bens e serviços finais que são produzidos pelo país em um determinado período, geralmente em um ano, ou seja, ele existe para indicar, compreender e analisar como encontra-se a produtividade econômica.

Por isso, percebe-se de acordo com os dados coletados do IBGE, o Brasil iniciou o 1º trimestre de 2014 com o PIB positivo, contudo no decorrer do 2º, 3º e 4º trimestres ocorreram um declínio na atividade econômica e consequentemente, o ano de 2015 já se iniciou com uma forte retração que

perdurou do 1º trimestre de 2015 ao 2º trimestre de 2017 com o índice negativo, ou seja, entre os 16 trimestres analisados dez tiveram queda e apenas seis crescimento do PIB. Diante disso, a partir do final de 2017 o PIB brasileiro voltou a ficar positivo caminhando para recuperação econômica.

MESES	ANO	DESEMPREGO
Jan-Fev-Mar	2014	7,2%
Abr-Mai-Jun	2014	6,8%
Jul-Ago-Set	2014	6,8%
Out-Nov-Dez	2014	6,5%
MESES	ANO	DESEMPREGO
Jan-Fev-Mar	2015	7,9%
Abr-Mai-Jun	2015	8,3%
Jul-Ago-Set	2015	8,9%
Out-Nov-Dez	2015	8,9%
MESES	ANO	DESEMPREGO
Jan-Fev-Mar	2016	10,9%
Abr-Mai-Jun	2016	11,3%
Jul-Ago-Set	2016	11,8%
Out-Nov-Dez	2016	12,0%
MESES	ANO	DESEMPREGO
Jan-Fev-Mar	2017	13,7%
Abr-Mai-Jun	2017	13,0%
Jul-Ago-Set	2017	12,4%
Out-Nov-Dez	2017	11,8%

Tabela 2: A Taxa de Desemprego no Brasil – 2014-2017.

Fonte: IBGE, 2020.

Os dados na Tabela 2 mostram a taxa de desemprego, ou seja, o percentual de desempregados em relação a população economicamente ativa (PEA) no período de crise econômica brasileira. Segundo o IBGE a metodologia usada para coletar as informações desse índice é realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) as pessoas possuem idade acima de 14 anos, mas que não estão trabalhando ou estão disponíveis e procurando emprego. O nível de desemprego avalia a capacidade produtiva de um país e o seu potencial de crescimento econômico.

Refletindo sobre os índices é notório que ao longo desses quatro anos de crise enfrentada no país, o número de desempregados cresceu em grande escala no final de 2014 a taxa de desemprego era de 6,5% já em 2015 quando recessão estava em alta, o Brasil fechou com um índice de 8,9%, mas em 2016 aumentou consideravelmente para 12% uma das maiores taxas já vistas e por último no final de 2017 o percentual de desemprego teve uma leve queda para 11,8% da PEA, pois nesse período o Brasil, um país continental, populoso e emergente, já apresentava sinais de recuperação econômica.

ANO	IPCA
2014	6,41%
2015	10,67%
2016	6,29%
2017	2,95%

Tabela 3: A taxa de inflação no Brasil – 2014-2017.

Fonte: IBGE, 2020.

A taxa de inflação no Brasil, representa o aumento dos preços relacionados à produtos e serviços, assim o IBGE calcula a inflação com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que estabelece o resultado do aumento ou da diminuição dos preços mensalmente, ou seja, verifica-se a variação do custo de vida médio das famílias que ganham entre 1 à 40 salários-mínimos.

Diante disso, de acordo com Rossi e Mello (2017) os processos inflacionários podem surgir por motivos de demandas e custos, pois quando existe mais demanda e pouca oferta ocorre desequilíbrio, contexto no qual incide sobre o aumento dos preços e além da matéria-prima com efeito sobre o poder aquisitivo da população.

Portanto, considerando o período de crise econômica no Brasil a inflação passou por oscilações com aumento no final de 2015 fechando o ano com 10,67%, contudo no final de 2016 houve uma diminuição e em 2017 a questão inflacionária estava com um índice abaixo comparado aos anos anteriores.

ANO	TAXA SELIC
2014	6,41%
2015	10,67%
2016	6,29%
2017	2,95%

Tabela 4: A taxa Selic no Brasil- 2014-2017.

Fonte: BACEN, 2020.

O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, (doravante SELIC) é um dos principais mecanismos de controle da taxa de inflação, sendo a taxa padrão da economia brasileira, a taxa básica de juros, ela estabelece um parâmetro para as demais taxas relacionadas a operações de empréstimos, financiamentos e investimentos.

Em suma, o BACEN administra, acompanha e opera a taxa Selic, pois

segundo Rossi e Mello (2017) em relação ao mercado de crédito quando há o aumento da taxa de juros os valores cobrados das operações financeiras sobem. E isso, desacelera o consumo das famílias e os investimentos favorecendo a queda da inflação. Entretanto, quando a taxa diminui os juros das operações financeiras caem, fazendo assim com que o consumo das famílias retorne.

Visto isso, observa-se que nos quatro anos de crise econômica a Selic ficou em alta por três anos consecutivos e apenas no final de 2017 quando o país já estava na recuperação econômica é que ela desceu, ou seja, iniciou-se uma política monetária expansionista.

4.2 LUCRO LÍQUIDO DOS BANCOS

A seguir, observa-se o desempenho dos principais bancos instalados no Brasil: Banco Itaú, Bradesco, Santander, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, relacionado ao lucro líquido obtido no quadriênio de crise econômica no País.

ANO	LUCRO LIQUIDO
2014	R\$ 20,6 bilhões
2015	R\$ 23,8 bilhões
2016	R\$ 22,2 bilhões
2017	R\$ 23,9 bilhões

Tabela 5: O Lucro Líquido no Banco Itaú – 2014-2017.

Fonte: DIEESE, 2020.

De acordo com o levantamento de dados realizados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o banco que apresenta o maior índice de lucratividade nesses quatro anos de crise na economia brasileira é de fato o Banco Itaú apresentando um lucro aproximado de R\$ 90,5 bilhões.

Isso ocorre, pelo fato de que a instituição financeira busca por meio de estratégias alavancar a lucratividade investindo em fatores como: a concessão de linhas de crédito seguras analisando a questão do risco das operações, além do aumento relacionado ao *spread* bancário que de acordo com Paula (1999) representa uma certa diferença na captação dos recursos e na disponibilidade quanto ao retorno, além de elevação nas receitas das tarifas, cortes nas

despesas com redução do número de agências e de colaboradores e por fim, destaca-se, o aumento na demanda de carteiras específicas de menor risco e a verificação contínua do desempenho de inadimplência.

ANO	LUCRO LIQUIDO
2014	R\$ 15,4 bilhões
2015	R\$ 17,9 bilhões
2016	R\$ 17,1 bilhões
2017	R\$ 19,0 bilhões

Tabela 6: O Lucro Líquido no Banco Bradesco – 2014-2017.

Fonte: DIEESE, 2020.

Ademais, de acordo com os dados apresentados, nota-se, que o Banco Bradesco é o 2º maior banco privado do Brasil totalizando aproximadamente um lucro líquido de R\$ 69,4 bilhões ao longo desses quatro anos de crise. Ou seja, algumas características que refletem nesse resultado são os incentivos em carteiras de crédito, investimentos de aplicações financeiras, taxas e tarifas nas operações e serviços bancários em geral.

ANO	LUCRO LIQUIDO
2014	R\$ 11,3 bilhões
2015	R\$ 14,4 bilhões
2016	R\$ 8,0 bilhões
2017	R\$ 11,1 bilhões

Tabela 7: O Lucro Líquido no Banco do Brasil – 2014-2017.

Fonte: DIEESE, 2020.

Por conseguinte, apresenta-se o Banco do Brasil, com um lucro aproximado de R\$ 44,8 bilhões que estabeleceu métodos para alavancar a lucratividade no período de crise com base em cortes de gastos administrativos, além do aumento das receitas com tarifas bancárias e o acompanhamento de provisão para devedores duvidosos (PDD) isso é, um planejamento antecipado para possíveis inadimplências.

ANO	LUCRO LIQUIDO
2014	R\$ 7,1 bilhões
2015	R\$ 7,2 bilhões
2016	R\$ 5,0 bilhões
2017	R\$ 12,5 bilhões

Tabela 8: O Lucro Líquido na Caixa Econômica Federal – 2014-2017.

Fonte: DIEESE, 2020.

Outrossim, destaca-se os números que refletem o lucro do banco público da Caixa Econômica Federal (CEF), estimativa de R\$ 31,8 bilhões. No quadriênio analisado esse resultado é decorrente a princípio por características de investimentos em linhas de créditos seguras, bem como diminuição de despesas com captação de recursos, além de controles administrativos e operacionais e crescimento das receitas com prestação de serviços.

ANO	LUCRO LÍQUIDO
2014	R\$ 5,9 bilhões
2015	R\$ 6,6 bilhões
2016	R\$ 7,3 bilhões
2017	R\$ 7,9 bilhões

Tabela 9: O Lucro Líquido no Banco Santander – 2014-2017.

Fonte: DIEESE, 2020.

Por fim, o Banco Santander também demonstrou evolução na lucratividade ao longo desses anos de recessão econômica com um lucro líquido próximo de R\$ 27,7 bilhões. Ou seja, isso é relacionado a fatores de inovação de produtos e serviços, ao aumento dos *spreads*, além do crescimento na carteira de crédito e uma diminuição na inadimplência.

Portanto, verifica-se após o relatório realizado pelo DIEESE que, em 2014, os dados apresentados pelos cinco bancos foram positivos, principalmente em relação ao lucro do Itaú e do Bradesco, mesmo diante da conjuntura econômica recessiva, os bancos evidenciaram a consistência do setor financeiro brasileiro independente da desaceleração econômica por meio de cortes de gastos, com fechamento de agências, demissão de funcionários, aumento de receitas com tarifas e taxas, além de concessão de créditos ponderando o fator de risco.

Em 2015, comparando outros setores importantes da economia, as instituições financeiras continuaram apresentando um aumento de lucratividade. Contudo os impactos da retração na economia brasileira eram visíveis principalmente nos níveis de investimentos, de renda e de emprego. Por isso, a consistência no lucro dos bancos é caracterizada pelo contínuo aumento das taxas de juros cobradas nas operações financeiras, com a elevação da taxa Selic e da taxa de inflação e a concessão de créditos mais seguros.

Além disso, já em 2016 observa-se, que no geral os bancos tiveram uma

leve queda nos lucros, em detrimento ao ano anterior, com exceção do banco Santander entretanto, mesmo com a intensificação da recessão na economia brasileira, as instituições financeiras ainda apresentavam um índice de lucro alto, contudo, houveram reestruturações no setor bancário como demissões em grande escala dos colaboradores, conseqüentemente a diminuição dos postos de atendimentos e o aumento de investimento na área tecnológica para o crescimento da digitalização dos processos.

Finalizando, em 2017 a economia brasileira já apresentava possibilidades de recuperação econômica mesmo em cenário lento, pois alguns indicadores como inflação e taxa Selic diminuíram. Todavia, os resultados dos bancos continuaram expressivos, tal fator está associado à constante elevação de receitas em taxas e tarifas bancárias, diminuição dos impostos em função dos resultados e reestruturação continuada no setor envolvendo planos de aposentadorias voluntárias, demissões, fechamento de agências e principalmente, o estímulo na utilização de canais digitais. Por isso, um sistema financeiro sólido reflete na capacidade de crescimento econômico de um país.

Por conseguinte, comparando os fatores da lucratividade dos bancos estudados com os principais índices econômicos no período de crise econômica brasileira, nota-se que a taxa de juros da inflação e a taxa Selic são interligadas, pois a Selic representa a taxa básica de juros da economia brasileira e tem como principal função controlar a inflação. Por isso, ao analisar esses quatro anos de crise em detrimento ao lucro dos bancos percebe-se, que os dois índices apresentavam uma constante elevação e isso, conseqüentemente refletiu em maiores taxas cobradas nas operações financeiras e um lucro líquido dos bancos em ascensão. Além disso, mesmo com o percentual de desemprego em alta, os bancos tiveram ao longo desse quadriênio de crise um planejamento estratégico firme com o objetivo de evitar possíveis inadimplências, mantendo a concessão de linhas de créditos seguras com avaliação dos riscos e de rentabilidade. Portanto, o impacto dos índices econômicos na lucratividade dos bancos no período de crise econômica brasileira entre 2014-2017 fora mínimo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o presente trabalho, constatou-se a necessidade de

entender os fatores que desencadearam a crise na economia brasileira em que começou em 2014 que se prolongou até 2016, denominada de Grande Recessão Brasileira, com uma recuperação econômica muito lenta em 2017, relatando como um dos setores menos afetados fora o setor bancário que apresentou um alto índice de lucratividade. Visto isso, a relevância desse estudo propôs um melhor entendimento sobre o assunto abordado e a importância do impacto ocasionado.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral o intuito de verificar a lucratividade dos bancos no cenário de crise econômica brasileira e, nota-se, que esse objetivo foi atendido, porque efetivamente o trabalho conseguiu por meio de dados e relatórios divulgados pelos próprios bancos demonstrar o lucro obtido de cada instituição financeira no período de crise econômica.

Além disso, os propósitos específicos de indicar as principais variáveis do sistema bancário brasileiro e de analisar os principais índices econômicos do Brasil foram cumpridos, tendo em vista, primeiramente alguns aspectos que contribuíram para o crescimento do lucro no setor bancário, como: planejamento financeiro estratégico, aumento do *spread*, crescimento de receitas com taxas e tarifas e de cortes em gastos administrativos. Bem como, as oscilações que os principais índices econômicos tiveram nesse período e a influência no processo recessivo, a saber: um maior agravamento no índice de desemprego, a queda da taxa de crescimento do PIB, um crescimento na inflação e o aumento da taxa Selic entre 2014-2017.

Ademais, foi proposto ainda uma comparação dos fatores da lucratividade dos bancos com relação aos índices da economia no período de crise econômica e, esse objetivo ficou explícito quando houve uma análise por meio de tabelas dos lucros e dos indicadores anuais no quadriênio da crise, destacando que mesmo com o PIB, o desemprego, a inflação e a taxa Selic apresentando disparidades econômicas, os bancos, contudo, não tiveram uma influência negativa em seus lucros, por isso, pode-se entender que o impacto gerado referente aos resultados dos bancos analisados no período de crise foi mínimo e o crescimento dos lucros foi notório.

Visto isso, a metodologia que compõe o estudo do artigo teve como base a busca diversificada de fontes de pesquisas bibliográficas relacionadas ao

assunto, para melhor compreensão e discussão da problemática. Por isso, a pertinência desse trabalho foi dada por meio da descrição de alguns aspectos que se incluem nos temas de crise econômica e lucratividade dos principais bancos brasileiros.

Por fim, como maior limitação de pesquisa, pode-se destacar: a dificuldade de encontrar obras literárias mais específicas com véis nos assuntos discorridos. Recomenda-se, para futuras pesquisas, futuros estudos que haja um incentivo maior nas obras dos temas destacados, a fim de que, haja contribuição com informação e conhecimento sobre temas que são imprescindíveis no âmbito social, econômico e acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. São Paulo: Atlas; 2010.

_____. **Mercado financeiro**. 11^a. ed. São Paulo: Atlas; 2012.

ANBIMA. **2020**. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/pagina-inicial.htm. Acesso em 8 out. 2020.

BACEN, **2020**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: 3 nov. 2020.

_____. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidade_financeira/sfn. Acesso em: 8 out. 2020.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. **A crise econômica de 2014/2017**. Estud. São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, Abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100051&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 Mar. 2020.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2^a. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DIAS, M. A. M.; ALBERTO, J. G. C.; LEITE, A. C. As cotações das ações dos

maiores bancos refletem a lucratividade do setor bancário no período pré-crise do subprime?. **Brazilian Applied Science Review**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 999-1014, jul/set. 2018.

DIEESE. 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2014/>. Acesso em: 3 nov. 2020.

_____. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

_____. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2016/>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

_____. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2017/>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

FMI. 2020. Disponível em: <<https://www.fmi.org/>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

GIL, C. A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IBGE. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/indicadores#ipca>>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/indicadores#variacao-do-pib>>. Acesso em: 26 out. 2020.

KEYNES, John Maynard. (1936) **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**.

São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).

MARTINS, A. G.; THEÓPILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3ª. ed., São Paulo: Atlas, 2016.

PAULA, Flávio Alves de. **As causas da grande recessão brasileira (2014-2016)**. 2019. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

PAULA, Luiz Fernando de. Teoria da firma bancária. In LIMA, G.T., SICSÚ, J. & PAULA, L.F. (org.). **Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estud. av.**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 125-144, Apr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100125&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 de maio 2020.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. **Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP**, Campinas/SP, ano 2017, v. 1, n. 1, 3 abr. 2017. Nota do Cecon, p. 1-5. Disponível em: http://www3.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1_Choque_recessivo_2.pdf. Acesso em: 31 maio 2020.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia no século XXI**. 4ª. ed. São Paulo: Record, 2008.

SILVA, Pedro. O conceito de crise: Perspectiva política e económica, *In* A. S. Lara. **Crise, Estado e Segurança (59-68)**. Lisboa, Portugal: Edições MGI, 2014.

VASCONCELLOS, Marcos Antonio S.; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

Uma fotografia da economia da Turquia

Paulo Galvão Júnior⁵¹)

A Turquia com 783.562 quilômetros quadrados (km²) é maior do que a Espanha (505.936 km²), Portugal (92.212 km²) e Áustria (83.879 km²) juntas. A Turquia está localizada entre a Europa e a Ásia e tem fronteira com oito países, a Bulgária e a Grécia, no lado europeu, e a Armênia, o Azerbaijão, a Geórgia, o Irã, o Iraque e a Síria, no lado asiático.

A capital turca é Ancara e a cidade mais populosa, mais rica é Istambul. O idioma é o turco, a moeda oficial é a lira turca e a República da Turquia tem sete regiões geográficas bem distintas, a Região do Mar Egeu, do Mar Mediterrâneo, do Mar Negro, da Trácia e Mar de Mármara, da Ancara e Anatólia Ocidental, da Capadócia e Anatólia Central e da Anatólia Oriental.

O presente artigo é uma fotografia da economia da Turquia, uma das duas economias do Grupo dos Vinte (G-20), que conseguiram crescer o Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2020, em plena pandemia da COVID-19, com crescimento de 1,8%, a outra foi a economia chinesa, com 2,3%, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os números da economia turca revelam uma população total de 82 milhões de habitantes, um PIB nominal de US\$ 717 bilhões e um PIB per capita de aproximadamente US\$ 8.743 em 2020. Atualmente, a Turquia é a décima sétima nação mais rica do planeta e um país membro do G-20, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), além de outras organizações internacionais como a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

A Turquia tem 81 províncias e o setor de turismo é muito importante para a economia turca, com praias, palácios, igrejas, sinagogas, praças, pontes, castelos, torres, teatros, obeliscos, muralhas, mausoléus, museus como o *Hagia Sophia* e mesquitas como a Mesquita Azul, belos e históricos pontos turísticos que vêm atraindo turistas estrangeiros dos cinco continentes. Mais de 42 milhões de turistas internacionais viajaram para a Turquia, sendo os turistas vindos da Rússia e da Alemanha os dois principais emissores, conforme os dados de 2019 da Organização Mundial do Turismo (OMT). Os brasileiros não precisam de visto de entrada na Turquia e o prazo de permanência é de até 90 dias.

⁵¹Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o índice de desenvolvimento humano (IDH) da Turquia é de 0,820, ou seja, um IDH muito alto e na 54ª colocação no *ranking* mundial. A esperança de vida ao nascer é 77,7 anos e a média de anos de estudo é 8,1 anos em 2019. O índice de Gini é de 40,0 (PUND, 2020), em outras palavras, ocorre uma desigualdade de renda no país. A taxa de desemprego de 12,2% da população economicamente ativa (PEA) aumenta a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres na Turquia.

Na Turquia vigora uma economia de mercado, que desde 1983 mudou completamente o cenário econômico turco. As principais autoridades turcas realizaram uma série de reformas destinadas a maior abertura da economia ao mercado internacional. Entre 2000 e 2007, a taxa de crescimento do PIB turco foi em média de 7,4% ao ano, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). Já entre 2003 e 2020, a taxa de crescimento médio do PIB anual foi de 5,1% ao ano (FMI, 2021).

É possível observar que a Turquia é uma economia emergente como o Brasil, a Rússia, a China, a Índia, a África do Sul, a Argentina, o México e o Paquistão. Recentemente, o presidente turco Recep Tayyip Erdogan demitiu o presidente do Banco Central da República da Turquia, Naci Agbal, após uma política monetária contracionista, em outras palavras, aumentou a taxa de juros para 19% ao ano, na tentativa de conter a alta taxa de inflação, provocando uma forte desvalorização da lira turca em relação ao dólar americano. A Bolsa de Valores de Istambul foi obrigada a realizar dois *circuit breaks*, ou seja, um mecanismo que suspende os negócios na bolsa para evitar oscilações muito bruscas no pregão (INVESTNEWS, 2021). É preocupante quando a Turquia tem uma taxa de inflação no patamar de 16,1% e uma taxa de juros real de 2,9% ao ano.

A desejável sabedoria econômica sempre planeja um futuro melhor. Na Quarta Revolução Industrial, os investimentos em energias eólica e solar são fundamentais para economia crescer. A Turquia cresceu 1,8% em 2020 e uma das causas foi o acesso ao crédito, um dos motores da economia capitalista. Segundo o Prof. Paulo Sandroni (2014, p. 195), crédito significa uma “Transação comercial em que um comprador recebe imediatamente um bem ou serviço adquirido, mas só fará o pagamento depois de algum tempo determinado”. Com o aumento da oferta de crédito cresce o consumo das famílias e o investimento das empresas, provocando o aumento nas atividades econômicas do país.

A cada ano a Turquia se aproxima mais da Rússia, liderada pelo presidente russo Vladimir Putin. A Turquia não faz fronteira com a Federação Russa, mas em 10 de outubro de 2016 assinaram um acordo de cooperação energética na construção do gasoduto submarino ligando a cidade russa de Anapa à cidade turca de Kiyiköy, pelo Mar Negro, e, em 8 de janeiro de 2020, ambos os líderes inauguraram o gasoduto *TurkStream*, em Istambul.

O maior líder turco foi Mustafa Kemal Atatürk, o primeiro presidente da República da Turquia em 1923 e permanecendo na cadeira da presidência em Ancara até 1938. A nota de maior valor na economia turca é de 200 liras turcas e com a esfinge do pai dos turcos, Atatürk, o que equivalente a R\$ 131. A lira turca atingiu uma cotação mais baixa em relação ao dólar americano com 8,40 liras turcas em 22 de abril de 2021.

As relações bilaterais Brasil e Turquia estão crescendo a cada ano desde 1858. Entre 2008 e 2018, o ano dos 160 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a Turquia, o comércio bilateral passou de US\$ 1,15 bilhão em 2008 para US\$ 2,89 bilhões em 2018 (MRE, 2021). O Brasil é o maior parceiro comercial da Turquia na América do Sul e na América Latina. O presidente Recep Tayyip Erdogan, no poder desde 2003, pretende transformar a Turquia, um país euroasiático, em uma das dez maiores economias do mundo.

A Turkish Airlines voa para 319 destinos nacionais e internacionais, com voos diretos de Istambul para São Paulo desde 2009. O Aeroporto Internacional de Istambul é um dos mais movimentados da Europa nos primeiros quatro meses de 2021 (AGÊNCIA ANADOLU, 2021). Com a vacinação em massa contra o SARS-CoV-2 podemos aumentar os fluxos de turistas internacionais e de bens e serviços exportados e importados entre as duas economias emergentes, além de mais investimento estrangeiro direto (IED).

A economia turca produz e exporta aço, alumínio, baterias, carros elétricos, amêndoas, avelãs, cerejas, camisas, chá, damascos secos, ferro, flores, móveis, ouro, petróleo, mel, roupas, tapetes, trigo, tangerinas, turquesa, sorvete e uvas para o mundo. Os principais destinos das exportações turcas são os países europeus, em especial, a Alemanha. A Turquia importa produtos agropecuários do Brasil, destacando-se, soja em grãos, café, algodão, fumo, carne de frango, açúcar, arroz, carne bovina, milho e suco de laranja.

A Turquia sofre com a pandemia do novo coronavírus, é o 5º colocado mundial com mais de 4,9 milhões de casos de COVID-19, por isso, iniciou um *lockdown* em 29 de abril até 17 de maio de 2021 para frear o avanço do SARS-CoV-

2, que já matou mais de 42 mil pessoas (UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS, 2021). A economia turca enfrenta uma forte queda do fluxo turístico, elevado desemprego, alta dívida externa, altos impostos e fuga de famílias e de empresas turcas para o resto do mundo, sobretudo, Alemanha, além das demandas curdas. A Turquia acolhe a maior população de refugiados do planeta, mais de 4 milhões de refugiados dos países asiáticos vizinhos ou não, mas os Médicos Sem Fronteiras (MSF) não prestam serviços de saúde no país por questões políticas.

A Turquia é uma nação que une o Ocidente ao Oriente, é um país milenar muito encantador aos olhos dos turistas estrangeiros. A Turquia é uma potência emergente, mas seu destino atual está nas mãos do presidente Erdogan, que já demitiu quatro presidentes do Banco Central da República da Turquia e colocou seu genro Berat Albayrak para ser o ministro do Tesouro e de Finanças, que renunciou ao cargo por problemas de saúde. Sabemos, que desde a Idade Antiga, o que acontece no território turco, muda os caminhos da humanidade. A Queda de Constantinopla (hoje, Istambul) em 1453, encerrou a Idade Média e iniciou a Idade Moderna. Portanto, são grandes os problemas e os desafios da Turquia em plena Idade Contemporânea, é preciso estar bem atento aos rumos da economia turca nos dias atuais e até 2023, o ano dos 570 anos da Queda de Constantinopla e do centenário da criação da República da Turquia.

Uma breve análise da situação socioeconômica da América Latina

Victorya Gomes⁽⁵²⁾

Paulo Galvão Júnior⁽⁵³⁾

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Iniciamos o presente artigo sobre a situação socioeconômica da América Latina com um pensamento do economista russo e naturalizado americano Simon Kuznets (1983, p. 7), Prêmio Nobel de Economia em 1972, “identificamos o crescimento econômico das nações com um aumento sustentado do produto per capita”. É cada vez maior o número de estabelecimentos comerciais que encerram suas atividades econômicas nos países latino-americanos, provocando o aumento da taxa de desemprego, da taxa de pobreza absoluta e do Índice de Gini.

Os países que fazem parte da América Latina possuem características semelhantes, tanto sociais quanto econômicas na atualidade. Entre os vinte países que formam a América Latina, o Brasil é o mais rico, mais populoso, mais extenso e mais desigual.

Apesar do território latino apresentar grandes recursos minerais, reservas petrolíferas, terras agricultáveis, esse enorme potencial é perdido pela falta de visão econômica e coordenação estratégica para usufruir e fazer acordos comerciais com outros países tanto sul-americanos como outras nações em diversos continentes; e o Brasil é um dos maiores exemplos.

Diante da nova crise econômica causada pelo novo coronavírus, este trabalho procura levantar as perspectivas de crescimento das economias da América Latina. Sugerindo que essa crise é uma oportunidade para estreitar laços e fazer novos acordos comerciais, além dos incentivos econômicos que estão sendo realizados para conter o impacto da COVID-19.

Esse trabalho visa apontar quais formas de crescimento os países latinos podem ter de acordo com as políticas e enlace social de cada país, tratando suas diferenças em cada área para formular uma base concreta de informações.

2. JUSTIFICATIVA, PROBLEMA E FENÔMENO A SER INVESTIGADO

Os vinte países que integram a América Latina são a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti,

⁵²Bacharela em Ciências Contábeis pelo UNIESP, aluna de pós-graduação no Curso de Gestão Financeira no UNIESP e uma das líderes das Olimpíadas UNIESP de Economia.

⁵³Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela. Eles estão enfrentando umas das piores crises econômicas em decorrência da pandemia do novo coronavírus, que começou exatamente na cidade chinesa de Wuhan em dezembro de 2019.

Estima-se uma queda de 7,9% do Produto Interno Bruto (PIB) da região da América Latina (WORLD BANK, 2020). Existe a possibilidade de países como Chile e Uruguai se recuperarem mais rápido dessa crise originada pela pandemia, mas outros poderão levar até três anos para voltar aos números pré-pandêmicos.

Alguns países latino-americanos como a Argentina, Equador, México, Venezuela e Brasil já enfrentavam sérios problemas socioeconômicos que foram aumentados pela COVID-19.

Sendo que, ao analisar os comércios entre as nações, é visível que a China está voltando ao nível que era antes do coronavírus e sua demanda por matérias-primas é favorável a região latino-americana. Existem aspectos negativos decorrentes da crise, porém com o estímulo de políticas econômicas, a recuperação econômica pode ocorrer sem muitos danos a população desses países.

Ao analisar as economias da América Latina é possível distinguir cada país pelo seu diferencial econômico, e como determinados planos estratégicos poderiam auxiliar na retomada econômica. Sempre explorando quais caminhos poderiam ser utilizados, como acordos comerciais, blocos econômicos em comum, tudo para que possa proporcionar uma geração de renda e o fluxo de caixa para as empresas.

Este trabalho pretende pesquisar o possível crescimento da região latino-americana, visto que ela foi bastante atingida pela pandemia, e de que forma, baseado em especialistas, indicadores econômicos e planos governamentais, poderá haver a recuperação dessas economias.

Com todos os esforços que os governos das economias latino-americanas vêm enfrentando para diminuir os impactos da COVID-19, é necessário saber quais as medidas que podem acelerar o crescimento e em que partes da economia de cada país devem ser direcionados os planos estratégicos do governo.

O impacto causado pela SARS-CoV-2 ainda não pode ser totalmente mensurado, visto que a pandemia não acabou, entretanto é possível analisar os campos que poderão ser investidos para aplacar tamanha crise e assim indicar quais as formas de crescimento e recuperação da economia tanto brasileira como a da latino-americana.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Visto que este tema em especial é atual, não existe tantos trabalhos acerca do assunto, alguns reúnem temáticas que se assemelham em determinados aspectos, porém não abrangem a tese por completo.

Foram pesquisados na literatura assuntos que tenham uma linha de pesquisa que acrescente ainda mais a esse trabalho visando a problemática apresentada.

Para sanar o impacto da pandemia, o governo brasileiro adotou medidas de políticas públicas que visaram apoiar financeiramente os pequenos e grandes negócios e estimular a economia do país. Após a pandemia, o Brasil vai precisar se reorientar para poder suprir a herança deixada por tais financiamentos para amenizar os impactos da COVID-19, a dívida pública em relação ao PIB em 2021 chega ao patamar de 98,6%, e em 2022, a 100%.

O problema não é só o PIB, mas a trajetória que o país está tomando, que envolve o crescimento da dívida, a desvalorização da moeda e risco envolvendo o investimento privado (MENDES DE SÁ, 2020).

Em economias emergentes como o Brasil e a Argentina, são analisados aspectos, não só de cunho econômico, mas também sociais. Em casos, como a pandemia, afetou os mais vulneráveis, e o capitalismo pré e pós surto do coronavírus. Crise é um traço estrutural do processo do capitalismo, é comum existir colapsos tanto no social quanto na política que causem crises econômicas.

Para o Professor Padro (2020) a crise atinge os mais vulneráveis e por isso deve existir uma investigação para o porquê da deficiência do país tal perspectiva. O propósito é analisar tudo que acontece depois do vírus (BRAZ; COSTA, 2020).

Com a ausência de transformações econômicas, os níveis de crescimento voltaram as taxas anteriores. Muitos países latino-americanos estavam enfrentando problemas sociais que se agravaram com o início da pandemia da COVID-19. Com o isolamento social, dois ramos da economia foram gravemente afetados, entretenimento e o turismo, além que houve uma maior contenção na produção de alguns setores do comércio. Tudo isso ocasiona em menos saídas de capital e consequentemente a desvalorização da moeda desses países (WORLD BANK, 2020).

A China tem grande parceria com países em desenvolvimento, especialmente com a América Latina, essa parceria consiste em empréstimos, investimentos, compras de empresas e títulos do governo. Com a chegada da COVID-19, todos os planos de comércio e investimentos foram alterados, em substituição ao combate da pandemia. E novos planos para manter a economia em plena distribuição estão sendo elaborados, como ensino à distância, teletrabalho, tudo isso uma reversão da globalização da qual estamos familiarizados (ALMEIDA, 2020).

Tendo em vista que, os autores concordam com o investimento do governo no maior tempo que os países conseguirem manter esse apoio, já que a dívida pública no ano de 2021 vai aumentar drasticamente. Porém para que haja menos danos na economia será necessário além desses investimentos, parcerias e acordos comerciais.

4. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Apontar todas as perspectivas de crescimento da economia brasileira e latino-americana, de acordo com as políticas públicas adotadas de cada governo.

Objetivos Específicos

(i) Avaliar cada aspecto social e econômico que fará a economia voltar a crescer;

(ii) Demonstrar os planos de governo que já estão sendo desenvolvidos e os que poderão ser.

5. METODOLOGIA

Para obter o resultado da problemática apresentada, o método utilizado será a pesquisa explicativa com a finalidade de analisar as ideias e materiais propostos não só por outros autores, mas por websites especializados no assunto, como forma de explicação das causas e fenômenos que poderão acontecer na economia para que ela reaja de forma positiva a esses impulsos que estão sendo realizados em formas de políticas públicas.

Os sites utilizados para obter o alcance e os debates da tese é o Fundo Monetário Internacional (FMI), *World Bank*, Agência Brasil e o Itamaraty. Entre outros sites que promovem debates acerca do tema em questão.

É importante destacar que os autores serão citados com o avanço da pesquisa, isso equivale também para os websites nacionais e internacionais.

Visto que, o objeto de pesquisa foi escolhido, é necessário atribuir a definição das fontes de pesquisa, que será a secundária, na qual vai ser aplicado o uso de livros, manuais, artigos e websites.

Partindo dos fatos ocorridos a revisão do trabalho usada é bibliográfica que será feita a partir de levantamentos de artigos que abrangem o tema, e notícias que ajudarão a resolver a problemática apresentada.

A apresentação do resultado de pesquisa será abordada pela análise quali-quantitativa que irá relacionar os dois na exposição do processo de pesquisa. Essa abordagem quali-quantitativa não foca em dados isolados, mas sim em uma construção social, elas buscam inserir a pesquisa no mundo real, através dos dados e das análises bibliográficas.

6 ANÁLISES DOS PRINCIPAIS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

A pandemia introduziu novos cenários em vários âmbitos: econômico, social e político, como o aumento da pobreza, baixo crescimento na economia e grandes tensões sociais. Além de acentuar as desigualdades presentes na sociedade da América Latina.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a queda do PIB afetou o aumento da taxa de extrema pobreza em 12,5%, já a taxa de pobreza atingiu 33,7% da população. Isso significa que são 209 milhões de pessoas pobres em 2020, 22 de milhões a mais do que no ano de 2019. E desse total 78 milhões estão no estado de extrema pobreza, 8 milhões a mais do que em 2019.

Um dos maiores impactados obviamente pela crise do novo coronavírus foi o mercado de trabalho, e a queda está generalizada aos imigrantes, mulheres e trabalhadores informais.

O comércio exterior em 2020 da América Latina teve o seu pior desempenho desde a crise financeira de 2008-2009. A CEPAL indica que as perdas regionais no quesito de exportações diminuiu -13%, ao passo que as importações caíram -20% durante o ano de 2020.

É importante analisar os impactos das políticas comerciais em plena pandemia, é necessário ter coerência normativa entre as regras comerciais e a integração produtiva. Dando valor ao *reshoring* (pressão de realocação nacional) e *nearshoring* (sistema produtivo regional), esses recursos dariam vez a revolução digital, bioeconomia, economia circular, sustentabilidade que são os pilares da nova economia e negócios no futuro, fazendo assim o desemprego diminuir e o PIB ter prospecções de aumentar.

País	Comparando com o nível observado logo antes da crise do coronavírus, no final de 2021 o PIB do seu país está:			Considerando as taxas de crescimento, no final de 2021 o PIB do seu país estará:		
	Acima	Igual	Abaixo	Acelerando	Estabilizado	Desacelerando
Argentina	8,3	0,0	91,7	36,4	45,4	18,2
Bolívia	12,5	0,0	87,5	14,3	57,1	28,6
Brasil	20,0	26,7	53,3	69,2	15,4	15,4
Chile	10,0	40,0	50,0	60,0	40,0	0,0
Colômbia	11,8	17,6	70,6	58,8	35,3	5,9
Equador	0,0	42,9	57,1	14,3	57,1	28,6
México	6,3	6,3	87,4	50,0	37,5	12,5
Paraguai	42,9	57,1	0,0	57,1	42,9	0,0
Peru	16,7	8,3	75,0	46,1	38,5	15,4
Uruguai	0,0	40,0	60,0	50,0	20,0	30,0
América Latina	13,4	16,6	70,0	53,2	33,8	13,0

Tabela 1. Perspectivas sobre o PIB dos países no final de 2021.

Fonte: Portal Ibre FGV.

Conforme a Tabela 1, existe uma expectativa de crescimento para esse ano de 2021, mas note que a crise que envolve a COVID-19 não foi totalmente mitigada.

Alguns problemas em comum entre os países que impedem a recuperação de uma forma mais eficiente são a corrupção, falta de inovação, aumento nas desigualdades de renda e demanda insuficiente. Todos esses problemas são considerados relevantes.

A pandemia da COVID-19 alterou significativamente a situação socioeconômica da América Latina. É visível o aumento do contingente de pessoas desempregadas e de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza extrema.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A América Latina para enfrentar a crise que a pandemia do COVID-19 está causando, deve repensar não só na questão da economia, mas também na população e qualidade de vida dando mais valor ao capital humano, o problema da evasão escolar, o excesso de dívida pública e a enorme perda de empregos.

Sabe-se que mesmo com um grande otimismo em relação a 2021, a recuperação dos países da América Latina tende a ser lento, principalmente em razão de que mudanças internas devem ser realizadas.

É preciso que exista um planejamento para antecipar não só esses desastres inesperados, mas também para que os países possam crescer de forma sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Wilson J. Bezerra. **A Economia Brasileira no Período Pós-Pandemia, um Estudo Exploratório**. Fortaleza, 15 de julho 2020.

BRAZ, Cauê Assis; COSTA, Ana Monteiro. **Economia capitalista neoliberal e pandemia COVID-19: entendendo a diferença de embarcações**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gepies/wp-content/uploads/2020/06/TD001-Site-GEPIES.pdf>. Acesso em: 28 novembro 2020.

CEPAL. **Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego**. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>. Acesso em: 20 março 2021.

FGV. **Boletim Macro. IBRE.** Disponível em: portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-11/sondagem-da-america-latina-4o-trime_https://stre-de-2020.pdf. Acesso em 20 de maio de 2021.

KUZNETS, Simon. **Crescimento Econômico Moderno.** São Paulo: Abril, 1983.

MENDES, Marcelo de Sá. **A Crise da COVID-19: A Resposta do Estado Brasileiro e Os Desafios Pós Pandemia.** Disponível em: <https://portal.idp.emnuvens.com.br/bee/article/viewFile/4786/1886>. Acesso em 26 novembro 2020.

PRADO, E. **A grande onda das dívidas está chegando: Economia Complexidade.** Disponível em: <https://eleuterioprado.blog/2020/02/03/a-grande-onda-dasdividas-esta-chegando>. Acesso em: 28 novembro 2020.

WORLD BANK. **Perspectivas Econômicas Globais.** Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>. Acesso em: 26 novembro 2020.

WORLD BANK. **A Economia nos Tempos de COVID-19.** Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/839401593586684445/pdf/The-Economy-in-the-Time-of-COVID-19.pdf>. Acesso em: 28 novembro 2011.

Inflação nossa de cada dia no Brasil

Paulo Galvão Júnior⁵⁴

Angélica Costa⁵⁵

A inflação nossa de cada dia no Brasil, é um inimigo silencioso, que atinge a nossa saúde financeira, reduzindo drasticamente o consumo das famílias, e que tem provocado o empobrecimento da maior parcela da população brasileira, além da perda do poder de compra das cinco classes econômicas, sobretudo, das classes C, D e E nas cinco regiões.

No Plano Real, em 1994, um quilo de frango custava um real. Hoje, a nota de um real não existe mais, porém, no supermercado ou na feira livre, quanto custa um quilo (kg) de frango? Entre R\$ 9 e R\$ 13, ou seja, 8 ou 12 reais a mais depois de 26 anos. Com uma nota de 200 reais é possível comprar 20 frangos de um kg por dez reais cada um.

A inflação oficial no Brasil é medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A última projeção do Relatório FOCUS do Banco Central do Brasil (BACEN) aponta para uma inflação de 12 meses de 5,06% em 2021, acima da meta de inflação de 3,75%. O IPCA acumulado de 12 meses em abril de 2021 foi de 6,76%, acima do teto da meta de inflação de 5,25%.

No IPCA, onde são mensurados os preços mensais de uma cesta de produtos e serviços comercializados no varejo em Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória, os pesos atuais dos nove grupos são os seguintes: Alimentação e bebidas (20,99%); Transportes (20,80%); Habitação (15,41%); Saúde e cuidados pessoais (13,00%); Despesas pessoais (10,23%); Educação (5,96%); Comunicação (5,53%); Vestuário (4,27%); e Artigos de residência (3,81%).

⁵⁴Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

⁵⁵Economista, palestrante, gestora financeira, mentora do Programa Potência Feminina com apoio da Google e empreendedora social na ARC Ações Solidárias.

Segundo o economista inglês John Maynard Keynes (1983, p. 291), no livro *Inflação e Deflação*, de 1923, "por um contínuo processo de inflação, (...) o processo empobrece a muitos, de fato enriquece a alguns". Para Keynes (1983, p. 292), "todos os países experimentaram uma expansão na oferta de dinheiro para gastar, relativamente à oferta de coisas que se podiam comprar – isto é, Inflação". Em seguida, de acordo com o Prof. Keynes (1983, p. 301), "a Inflação é injusta, e a Deflação é inconveniente".

A subida de preços dos bens e serviços revelam as pressões inflacionárias na economia brasileira. Uma alta de preços dos alimentos gera uma queda do consumo das famílias. "A inflação é um aumento contínuo e generalizado no nível geral de preços" (VASCONCELOS; GARCIA, 2008, p. 274), é um fenômeno econômico caracterizado pela perda do valor do dinheiro ao longo do tempo.

As causas internas e externas da inflação no Brasil são: (i) a alta do dólar americano consequente aumento de preços dos bens e serviços importados; (ii) o crescimento do desemprego; (iii) a diminuição dos investimentos no setor produtivo; (iv) a queda da cadeia mundial de suprimentos; (v) o aumento dos preços de commodities; e (vi) um clima econômico desfavorável com o aumento da dívida pública bruta brasileira.

Já deflação é o processo contrário à inflação. Há uma redução do nível de preços dos bens e serviços e o valor do dinheiro é aumentado. É um processo normalmente verificado em períodos de recessão econômica. Uma das causas da inflação é o aumento da emissão de papel-moeda pelo Governo para cobrir os gastos públicos. Quando isso acontece, há um maior volume de dinheiro em circulação na economia, mas não houve criação de riqueza ou aumento de produção. Neste caso, é exigida maior quantidade de dinheiro para adquirir a mesma quantidade de produto, resultando em inflação.

A inflação é muito pior que a deflação, mas a hiperinflação é tão ruim quanto as duas. Hiperinflação é uma inflação alta e fora de controle, que nós brasileiros, precisamos sempre ligar o alerta amarelo e cobrar dos políticos as reformas administrativa e tributária, que não avançam no diálogo em Brasília, claro, que neste momento as agendas sanitárias pautadas na pandemia do novo coronavírus entram como sinal vermelho das urgências. A crise sanitária é cada vez mais complexa e já estamos na segunda onda da COVID-19, com mais de 430 mil mortes (UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS, 2021).

Quando os preços sobem muito, os trabalhadores gastam menos ou não compram bens e serviços ofertados pelas empresas, logo, vendem menos e cortam

gastos, ocorrendo a demissão de funcionários. O contingente de desempregados é de 14,4 milhões de pessoas no Brasil, conforme o IBGE. Esses trabalhadores desempregados não podem comprar bens e serviços, logo, a retração piora. Agora que sabemos um pouco mais sobre a inflação, precisamos entender quem pode controlar e quais as ações para minimizar os seus impactos na economia. O controle da inflação é feito pelo BACEN, com aumento da taxa Selic para 3,50% ao ano na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), em outras palavras, uma política monetária contracionista.

É importante destacar que convivemos com questões inflacionárias desde a Velha República até os planos econômicos implantados durante a Nova República. Quem não lembra do Plano Cruzado, Plano Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor, Plano Collor II e por fim, o Plano Real, quando o Brasil passou a atuar com taxas de inflação mais controladas. Podemos descrever cada medida dos sete planos econômicos, rememorar as fases críticas de construção e desconstrução de políticas econômicas adotadas no País, um tema para um novo artigo, afinal, os erros do passado precisam servir de exemplo para que não cometamos os mesmos novamente.

No início do Plano Real em julho de 1994, um botijão de gás de 13 kg custava R\$ 5,73. Hoje, na capital paraibana, já em torno de 85 reais. Infelizmente, muitas famílias estão recorrendo a lenha ou ao carvão para cozinhar no Brasil. Na busca pelo cenário econômico ideal, o regime de metas de inflação foi institucionalizado em 1999, passando a ser um do tripé macroeconômico do Governo Federal, outros dois foram o regime de câmbio flutuante e o regime de superávit primário.

A teoria econômica consagrou que a inflação de demanda é provocada pelo excesso de demanda agregada em relação a oferta agregada de bens e serviços. Para o combate mais eficiente da inflação de demanda, os principais instrumentos são: (i) keynesianos com política fiscal contracionista, com a diminuição dos gastos públicos e a elevação da carga tributária; (ii) monetaristas com política monetária contracionista, com o aumento da taxa de juros.

A inflação de custos é causada por elevações dos custos de produção, como aumento da conta de energia elétrica ou do preço do combustível. Os principais caminhos para o combate à inflação de oferta são: (i) keynesianos com política fiscal expansionista, com o aumento dos gastos públicos e a redução da carga tributária; (ii) monetaristas com política monetária expansionista, com a redução da taxa de juros.

A inflação alta é péssima, causa sérios estragos ao país e ao bolso do consumidor, retira a tranquilidade das famílias e bagunça as contas mensais. É um detrator econômico e social, tirando o sono, a paz do consumidor ao ver o preço do quilo da carne de frango ou do botijão de gás de 13 kg, é angustiante, causando até depressão psicológica.

O consumidor brasileiro gasta sua renda mensal para satisfazer suas necessidades básicas. Uma alta do preço da carne de frango levará necessariamente o consumidor a uma queda na quantidade demandada deste produto. No Brasil são mais de dez índices de inflação como o INCC, IGP-DI, IGP-M, IGP-10, IPC-RJ, IPC-FIPE, IPC-IEPE, ICV-DIEESE, INPC, IPCA, IPCA-15, IPA, IPC-S, outros índices. Na cabeça do brasileiro comum, entender todos estes índices de inflação é um monstruoso desafio. A população mais pobre é mais afetada com a alta nos preços de alimentos como arroz, feijão, carnes, leite, óleo de soja e ovos.

Finalizando, para o Prof. Paulo Sandroni (2014, p. 416), a inflação significa “Aumento persistente dos preços em geral, de que resulta uma contínua perda do poder aquisitivo da moeda. É um fenômeno monetário”. Os brasileiros conviveram por 15 anos com a hiperinflação, a mais longa da história da economia mundial, então, o que é importante destacar, o quão é necessário o aumento do consumo das famílias, uma vez que é o grande motor da economia e representa 65% na composição do PIB brasileiro.

Perfil do investidor brasileiro no mercado de capitais

Daniel Gomes Guimarães⁵⁶

Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior⁵⁷

RESUMO: Este estudo teve como objetivo destacar o perfil do investidor brasileiro no mercado de capitais verificando a faixa etária, gênero e região onde se encontra a maior parcela de investidores e se são pessoas físicas ou jurídicas. A estrutura utilizada na fundamentação teórica foi o diálogo com autores nacionais e estrangeiros. Quanto a metodologia foi utilizada uma abordagem quantitativa demonstrando dados por meio de tabelas, gráficos e quadros elaborados na ferramenta *Microsoft Excel* seguida de uma pesquisa de dados secundários na plataforma digital da Anbima, da B3, além de artigos, revistas, livros e *e-books* pertinentes ao tema. Percebeu-se que nos últimos 5 anos houve um crescimento na quantidade de investidores e que a maior parte tem entre 26 a 35 anos de idade enquanto as pessoas acima dos 66 anos possuem a maior quantidade de dinheiro investido no mercado de ações e que a maior parte dos investidores são pessoas físicas e da região Sudeste do Brasil. Foi analisado neste estudo a necessidade de mais materiais acadêmicos que abordem este assunto através de pesquisas e outros estudos que desenvolvam com mais propriedade o tema.

Palavras-chaves: Investidores Brasileiros; Pessoas Físicas; Mercado de Capitais.

ABSTRACT: This study aims to highlight the profile of the Brazilian investor in the capital market by checking the age group, gender and region where the largest share of investors is located and whether they are individuals or legal entities. The structure used in the theoretical foundation was the dialogue with national and foreign authors. As for the methodology, a quantitative approach was used, demonstrating data by means of tables, graphs and charts elaborated in the Microsoft Excel tool followed by a search of secondary data in the digital platform of Anbima, B3, in addition to articles, magazines, books and e-books. Pertinent to the theme. It was noticed that in the last 5 years there has been an increase in the number of investors and that most of them are between 26 and 35 years old while people over 66 have the largest amount of money invested in the stock market and that the largest part of the investors are individuals and from the Southeast region of Brazil. It was analyzed in this study the need for more academic subjects that approach this subject through research and other studies that more appropriately develop the theme.

Keywords: Brazilian Investor; Physical People; Capital Market.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Ratier *et al* (2009), por volta de 1487 na Bélgica surgiu a primeira

⁵⁶Graduando do Curso de Ciências Contábeis, pelo Centro Universitário UNIESP. E-mail: daniel83ggomes@gmail.com

⁵⁷Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

bolsa de valores do mundo, sendo que teve grande aceitação por parte daqueles que investiriam seu dinheiro nesse mercado de renda variável. Anos depois, mais precisamente em Londres, na Inglaterra, em 1690, surgiu uma importante bolsa de valores no planeta. No Brasil esse marco aconteceu no século XIX, quando foi fundada a primeira bolsa de valores do País na cidade do Rio de Janeiro e teve o nome de —bolsa livre, fundada pelo então presidente Emílio Rangel Pestana. Anos depois surgiu a chamada —Bovespa, a Bolsa de Valores de São Paulo. Em 2008 houve uma união das bolsas e passaram a se chamar de BM&FBovespa que durou até o ano de 2017 com o surgimento da atual B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

Quando falamos em investidores temos que ter em mente que existe alguns tipos de perfis, entre eles estão: conservadores, moderados, arrojados e agressivos. Nos últimos anos o mercado acionário brasileiro vem crescendo consideravelmente e os investidores vêm buscando cada vez mais conhecer o seu perfil para que possam escolher os melhores produtos e assim diversificar a sua carteira de investimentos nesse mercado muito globalizado. Diante deste contexto, surge a seguinte inquietação: Qual o perfil dos investidores no mercado de capitais do Brasil?

Este estudo se justifica uma vez que se faz pertinente destacar o perfil do investidor brasileiro no mercado de capitais visualizando a faixa etária, gênero e verificar a maior parcela dos investidores se são pessoas físicas ou jurídicas, visto que poderá contribuir para os futuros investidores e estudantes de Contabilidade e outros ramos de interesse pelo mercado financeiro.

Para responder ao questionamento que se coloca, objetiva-se identificar qual o perfil dos investidores no mercado de capitais do Brasil, desta forma, como objetivos específicos, objetiva-se compreender o perfil do investidor brasileiro; descrever sobre a região onde se encontra a maior parcela de investidores e dialogar sobre o mercado financeiro; e analisar o mercado de capitais do País.

O procedimento adotado para a realização do artigo é inicialmente uma pesquisa de cunho exploratória, seguida de um levantamento referente ao tema, estudo bibliográfico com autores nacionais e estrangeiros através de livros, *e-books*, artigos e revistas pertinentes ao tema, e um aprofundamento em uma pesquisa de dados secundários.

As fontes serão coletadas em meio as plataformas digitais da B3, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e a fundamentação teórica parte do diálogo com autores como Alexandre Assaf Neto (1999); Rambo (2014); Almeida e Cunha, (2017) apud Cardozo *et al* (2019); Andrezo e Lima (2007); Ratier *et al* (2009); Marion (1995); Ludícibus (1999) e Nasi (1994). A estrutura utilizada conta com esta breve introdução, a fundamentação teórica, metodológica e uma pesquisa de dados secundários e as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TIPOS DE INVESTIDORES

2.1.1 Perfil do Investidor

No Brasil para aplicar recursos financeiros e com segurança é importante e se faz necessário que o investidor tenha ciência de qual é o seu perfil, para assim poder identificar quais os melhores produtos e riscos que está disposto a enfrentar, ou até mesmo a perda de seu dinheiro ou retorno esperado em seus investimentos, para que não gere futuras preocupações com uma aplicação da qual não está relacionada ao seu perfil.

Na situação descrita é sugerido ao mais novo investidor que faça o teste para identificar qual o perfil ele está enquadrado e assim possa escolher os melhores produtos financeiros no Brasil. O teste é elaborado por meio de um questionário feito pelas instituições financeiras do varejo chamado de Análise de Perfil do Investidor (API), para adequar os produtos financeiros com o perfil de cada investidor e auxiliar na escolha certa, tanto no objetivo quanto no retorno esperado pelo investidor (RAMBO, 2014).

De acordo com a Anbima (2020), tal questionário devem ter relação direta com os investimentos, para só assim traçar o horizonte de tempo do qual deseja deixá-lo esse recurso parado por período de tempo estimado pelo investidor, e ter em mente qual objetivo do investimento, se é para realização em curto ou longo prazo e está ciente a tolerância ao risco que está presente em cada um dele. Quanto maior o prazo, maior o risco para o investidor, por este motivo se torna obrigatório o teste de API, para que o investidor não se arrependa da escolha que fez em relação ao investimento.

Em meio a literatura pertinente, existe algumas divisões para o perfil do investidor conforme Rambo (2014); Almeida e Cunha (2017) apud Cardozo *et al* (2019, p.4):

Perfil Conservador: caracterizado pela busca por segurança, possui baixa tolerância ao risco, e assim, visa preservar seu patrimônio em investimentos sólidos (renda fixa) e em investimentos que permitam sacar seus recursos em um período curto de tempo.
Moderado: prioriza por segurança, mas está aberto a assumir alguns riscos em busca de um retorno maior a médio prazo. Por não terem a necessidade de obterem liquidez diária, permite investir parte de seu patrimônio em renda variável e outra parte em renda fixa.

Arrojado: trata-se de um perfil mais agressivo que está disposto a correr mais riscos. Normalmente, se divide em dois perfis:

a) Arrojado: está sempre em busca de novas alternativas atrativas de retorno financeiro, porém ainda opta por manter uma parte do

seu patrimônio em investimentos com rentabilidade de médio e curto prazo;

b) Agressivo: possui alta tolerância a riscos e está disposto a enfrentar as oscilações do mercado de risco, pelo fato de possuírem domínio e conhecimento no mercado de capitais, ou seja, buscam pela máxima rentabilidade.

As oportunidades de investimento no Brasil e a sua diversificação é muito grande e existe disponível no mercado financeiro uma variedade enorme de produtos, e nem sempre é simples de fazer a escolha correta. Investir da forma certa é fundamental ter conhecimento para aplicar de forma segura os seus recursos financeiros escassos.

2.2 MERCADO FINANCEIRO

O mercado financeiro brasileiro tem um papel fundamental na economia do País, sendo uma economia bastante moderna e atualizada com divisões específicas. Segundo Assaf Neto (1999, p.58), “O sistema financeiro nacional pode ser entendido como um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam, em última análise, transferir recursos dos agentes econômicos superavitários para os deficitários”.

Diante o que se observa no Sistema Financeiro Nacional com suas divisões temos o Sistema de Intermediação que é composto por instituições financeiras bancárias, e não bancárias junto com o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), ainda temos as instituições auxiliares juntamente com as instituições não financeiras.

Observa-se sobre a estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN), na qual existe em sua divisão que as diretrizes que são o sistema intermediário e o normativo, no sistema normativo temos o Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e podemos destacar a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) da qual iremos analisar alguns pontos importantes no decorrer do presente trabalho, iremos visualizar melhor essa divisão na figura 1 que ira mostrar de uma forma mais sistematizada como ilustrar a seguir:

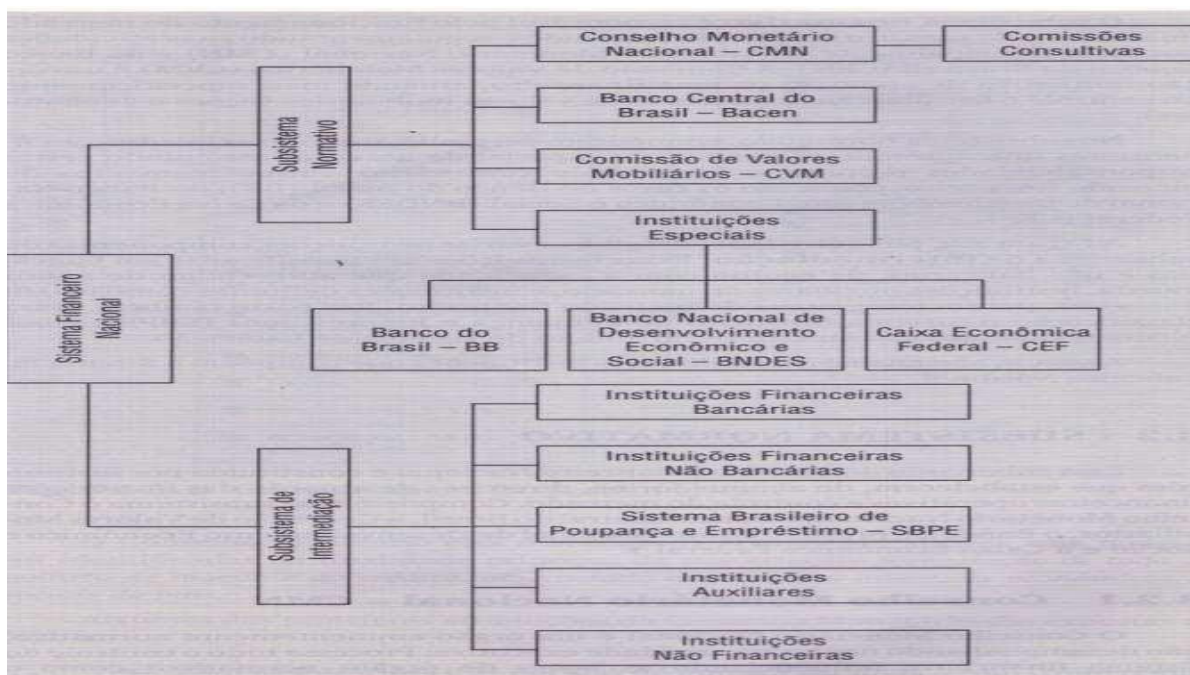


Figura 1. Estrutura do Sistema Financeiro Nacional.

Fonte: ASSAF NETO (1999, p.59).

Sendo assim, podemos compreender que o mercado financeiro é um enorme conjunto de instituições que busca alternativas de captação dos recursos financeiros, tal como afirma Andrezo e Lima (2007, p.1):

O mercado financeiro consiste no conjunto de instituições e instrumentos destinados a oferecer alternativas de aplicações e captação de recursos financeiros. Basicamente, é o mercado destinado ao fluxo de recursos financeiros entre poupadores e tomadores. Dessa forma, o mercado financeiro pode exercer as importantes funções de otimizar a utilização dos recursos financeiros e de criar condições de liquidez e administração de riscos.

O mercado financeiro funciona via de regra por segmentos e tem suas divisões, conforme Andrezo e Lima (2007), pelo mercado monetário, mercado de crédito, mercado de capitais, mercado cambial, e além do mercado de derivativos. O mercado monetário é composto por aquele onde geralmente acontecem operações de curto e curtíssimo prazo. Este mercado é responsável por um controle ágil e rápido da liquidez da economia e das taxas de juros, basicamente propostas pela política econômica das autoridades

monetárias do país.

Já o mercado de crédito é aquele voltado para as transações de financiamento de curto, e médio prazo, transações estas relacionadas aos ativos permanentes e capital de giro da empresa. Compõe-se de bancos comerciais e sociedades financeiras.

Conforme a Tabela 1, que destaca a tabela progressiva em relação ao tempo de financiamento desejado, que de 1 a 180 dias são considerados um período de curtíssimo prazo, ou seja, até 6 meses, de 181 a 360 dias são considerados como curto prazo, no que diz respeito ao médio prazo vai ser de 361 a 720 dias corridos, já longo prazo será considerável quando for superior a 721 dias.

Tabela progressiva	Dias
Curtíssimo prazo	1 a 180 dias
Curto prazo	181 a 360 dias
Médio prazo	361 a 720 dias
Longo prazo	721 dias ou mais

Tabela 1. Tabela Progressiva.

Fonte: Adaptado da Topinvest (2020).

No mercado de capitais são transações de médio e longo prazo e indeterminado, que abrangem os recursos permanentes para economia, no caso do prazo indeterminado. Quando estamos falando do mercado cambial existe a conversão ou porque não dizer a troca de moeda entre diferentes países, sendo elas determinadas por diversas modalidades de transferências. E por fim, temos o mercado de derivativos que é um conjunto com operações que cresce de maneira excelente por meio da B3.

No Brasil, atualmente, estima-se em 212 milhões de habitantes, segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com as estatísticas oficiais da B3 temos 2,9 milhões de investidores em ações ordinárias e preferenciais no País considerando o tamanho da população brasileira ainda é um número baixo em relação da população existente. Mas, estamos obtendo um percentual de crescimento

na quantidade dos acionistas do mercado de renda variável mais especificamente em ações conforme o Quadro 1.

Quantidade de Investidores		Porcentagem
Pessoas físicas	2.958.442	98,97%
Homens	2.215.723	74,12%
Mulheres	742.719	24,85%
Pessoas jurídicas	30.747	1,03%
Total	2.989.189	100%

Quadro 1. Quantidade de Investidores no Brasil.

Fonte: Adaptado da ANBIMA (2020).

Segundo dados da Anbima (2020) esse percentual de investidores em ações vem crescendo ano após ano, e se torna notável sendo a maior parte desses investidores em ações são pessoas do sexo masculino com 74,12% do total e 24,85% são do sexo feminino e somente 1,03% são pessoas jurídicas, ou seja, as empresas, sendo que existe uma variedade de produtos financeiros como mostra o Gráfico 1.



Gráfico 1. Raio X do Investidor.

Fonte: Anbima (2020).

O percentual de investimento na poupança em 2017 chegou a 89% e caindo em 2018 e chegou a 84,2% no ano de 2019. Sendo que essa queda se justifica por um aumento conforme ilustrado no Gráfico 1 em outros produtos financeiros.

Observa-se claramente, que ao longo do ano de 2017 para o ano de 2019, obteve um aumento no percentual de participação em fundos de investimentos imobiliários de 4% no ano de 2017, tendo um aumento de 1 ponto percentual no ano de 2018 mais 1 ponto no ano seguinte chegando ao percentual de 6% em 2019.

Verifica-se que a previdência privada houve uma queda de 6% para 5% de 2017 para 2019, em contraste com os títulos privados que teve um aumento de 1 ponto percentual ao longo do ano de 2017 para o ano de 2019, já os títulos públicos em 2017, o seu percentual era 4%, tendo uma queda de 1% no ano de 2018 e se recuperando e chegando aos mesmos 4% em 2019.

As ações no ano de 2017 eram de 2% continuando com o mesmo percentual no ano de 2018 e tendo um crescimento de 1 ponto percentual em 2019. Enquanto, as moedas estrangeiras no ano de 2018 eram de 2 ponto percentual, chegando ao ano de 2019 com o mesmo percentual, nem houve crescimento nem queda, o seu percentual se manteve estável.

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 1, o mercado de renda variável vem mostrando um crescimento, 1 ponto percentual em ações no ano de 2019 e 1 ponto em fundos de investimentos imobiliários (FII). Esse crescimento se deu por conta que alguns investidores deixaram a caderneta de poupança para investir no mercado de renda variável no Brasil.

Analisando ainda o Quadro 2, podemos observar que os produtos financeiros mais usados pelos investidores em 2019 foram: —84,20% poupança, 6% fundos de investimentos, 5% previdência privada, 5% títulos privados, 4% títulos públicos, 3% ações e 2% moedas estrangeiras (ANBIMA, 2020).

Produtos financeiros mais usados pelos investidores em 2019	Porcentagem
Caderneta de poupança	84,20%
Fundos de investimentos (FII)	6%
Previdência privada	5%
Títulos privados (debêntures, LCI, LCA, CDB)	5%
Títulos públicos	4%
Ações	3%
Moedas estrangeiras	2%
Total	100%

Quadro 2. Produtos Financeiros mais usados pelos investidores em 2019.

Fonte: Adaptado da Anbima (2020).

De acordo com os dados apresentados conforme o Quadro 2, podemos identificar que teve um crescimento considerando os produtos financeiros e uma queda acentuada na caderneta de poupança de 4,8% no decorrer dos anos de 2017 a 2019. Assim, podemos perceber que está ocorrendo uma participação mais ativa tanto das pessoas físicas como jurídicas no mundo dos investimentos em outros produtos financeiros que puderam despertar mais um olhar dos investidores, como por exemplo: as moedas estrangeiras, ações, títulos públicos, títulos privados, previdência privada e os fundos de investimentos.

2.3 MERCADO DE CAPITAIS

2.3.1 Breve Histórico

O mercado de capitais basicamente é um lugar onde são negociadas as ações, títulos entre outras formas de financiar as operações das empresas e representar parte do capital delas. Ao adquiri-las, as pessoas físicas ou jurídicas se tornam sócios da empresa, dividindo lucros ou prejuízos. Segundo Ratier *et al* (2009, p.2):

A primeira bolsa de valores do mundo provavelmente surgiu em 1487, em Bruges, na Bélgica, com a expansão comercial. Anos mais tardes por volta de 1531, seria criada mais uma bolsa de valores na

cidade de Antuérpia, sendo reconhecida oficialmente como a primeira bolsa de valores do mundo.

De acordo com mais informações do site *How Stuff Works* (2020), as primeiras negociações como mercado de ações começaram por volta de 1602, na cidade de Amsterdã, nos Países Baixos, ou seja, com uma empresa holandesa. Anos depois, mais precisamente em Londres, capital do Reino Unido, em 1690, surgiu uma das mais importantes bolsas de valores no planeta.

O mercado de capitais é constituído por um grande conjunto de investidores, empresas e governo, as decisões individuais serão somadas no final do processo. De acordo com Assaf Neto (1999, p. 97):

O mercado de capitais assume papel dos mais relevantes no processo de desenvolvimento econômico. É o grande municiador de recursos permanentes para a economia, em virtude da ligação que efetua entre os que têm capacidade de poupança, ou seja, os investidores, e aqueles carentes de recursos de longo prazo, ou seja, que apresentam déficit de investimento.

Nem sempre os resultados podem ter um consenso ou desequilíbrio das expectativas que poderão favorecer a baixa ou a alta das ações no mercado onde elas estão inseridas e provocar em seguida, uma queda ou alta nos preços.

“Mercado de capitais é um sistema de distribuição de valores mobiliários que proporciona liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabiliza o processo de capitalização” (B3, 2020). É constituído pelas bolsas de valores, sociedades corretoras e outras instituições financeiras autorizadas.

Se faz necessário alguns procedimentos administrativos e jurídicos para que uma empresa possa abrir seu capital no mercado, entre eles estão o registro na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), para se tornar uma companhia aberta.

Depois desse procedimento a CVM solicitará uma série de documentos

societários e as demonstrações financeiras com o parecer do auditor independente entre outros que se faz necessários.

Definido e autorizado o registro como companhia aberta, a empresa já tem autorização de emitir títulos de seu capital, ações, notas comerciais e as debêntures. Dessa forma, as instituições são criadas a fim de oferecer maior liquidez, um sistema centralizado, seguro e regulado para que tais negociações sejam feitas.

2.3.2 B3 (Brasil, Bolsa, Balcão)

No estado de São Paulo é onde se encontra a maior bolsa de valores da América Latina, além de ser a décima oitava maior do mundo (PARMAIS, 2020), que presta serviços ao mercado financeiro e aquece a economia brasileira. A B3 é um ambiente onde são negociados títulos emitidos por empresas, onde os investidores compram e vendem esses ativos financeiros.

A B3 tem um papel fundamental no crescimento da economia do país, os ativos financeiros mais negociados são os de renda variável, mas especificamente ações. “Ações são valores mobiliários emitidos por sociedades anônimas representativas de uma parcela do seu capital social” (B3, 2020).

Além dos fundos de investimentos, “O Fundo de Investimento Imobiliário (FII) é uma comunhão de recursos destinados à aplicação em ativos relacionados ao mercado imobiliário” (B3, 2020).

Na B3 o investidor tem a opção de escolher entre ações PN (preferenciais) e ON (ordinárias). As preferenciais possuem um percentual fixo de lucro e da preferência de receber dividendos, enquanto, os detentores das ações ordinárias possuem direito a votos nas assembleias gerais, mas por outro lado os detentores das ON recebem uma parcela menor em relação aos dividendos proposto pela empresa na distribuição do lucro que for destinado pela assembleia geral dos acionistas.

2.4 IMPORTÂNCIA DO CONTADOR NA TOMADA DE DECISÃO

A contabilidade sempre esteve presente na vida do ser humano, inicialmente de uma forma mais rudimentar e com um simples mecanismo de contagem para poder manter o controle do seu patrimônio. De acordo com Marion (1995), a contabilidade foi utilizada no início basicamente para que o ser humano acompanhasse a evolução dos seus rebanhos e suas propriedades. Dessa forma, o homem começou a contar seus bens, seu patrimônio e as variações que ocorria nele, dessa forma a contabilidade evoluiu, criou forma e se tornou uma ciência social a qual conhecemos nos dias atuais.

O profissional contábil vem se destacando cada vez mais no mercado, o contador não se limita apenas ao campo da contabilidade, ele pode atuar em vários seguimentos: economia, administração, gestão empresarial, planejamento tributário e no mercado financeiro, conforme Ludícibus (1999). Ele traz um conceito bastante interessante sobre a figura do contador no mercado para trazer informações tempestivas.

Conforme Ludícibus (1999, p.43), “Diante de um leque diversificado de atividades, podemos dizer que a tarefa básica do contador é produzir e/ou gerenciar informações úteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisões”.

Com a evolução da tecnologia o contador toma cada vez mais um papel de destaque, como uma poderosa ferramenta de trazer informações cada vez mais relevantes e tempestivas para ajudar nas decisões dos investidores. Conforme Nasi (1994, p.5):

O contador deve estar no centro e na liderança deste processo, pois, do contrário, seu lugar vai ser ocupado por outro profissional. O contador deve saber comunicar-se com as outras áreas da empresa para tanto, não pode ficar com os conhecimentos restritos aos temas contábeis e fiscais. O contador deve ter formação cultural acima da média, inteirando-se do que aconteceu ao seu redor, na sua comunidade, no seu estado, no país e no mundo. O contador deve participar de eventos destinados à sua permanente atualização profissional. O contador deve estar consciente de sua responsabilidade social e profissional.

Antigamente o contador se restringia, na maior parte do seu trabalho era fazer registro nos livros contábeis e era conhecido como “guarda livros”.

Mas, as coisas mudaram juntamente com a tecnologia e hoje o papel do contador tem uma grande influência na tomada de uma decisão seja na forma patrimonial ou nos investimentos. O profissional contábil tem uma oportunidade para se destacar porque o mesmo tem habilidades em gerenciar o patrimônio das empresas e interpretar as informações que são geradas através das demonstrações contábeis.

No mundo dos investimentos o contador se torna uma peça muito importante, por ter habilidades em interpretar as informações contidas nas demonstrações financeiras das empresas listadas na B3 e assim auxiliar os investidores na hora de poder tomar uma decisão com mais segurança e tranquilidade.

3 METODOLOGIA

A metodologia é um método usado nos trabalhos acadêmicos que visa trazer de uma forma simples e clara quais as ferramentas foram utilizadas na condução da elaboração, investigação e qual objetivo deseja alcançar com a pesquisa.

A estrutura utilizada na metodologia se deu inicialmente de uma pesquisa bibliográfica que para Gressler (2008, p.71), “A pesquisa bibliográfica é conduzida, principalmente, pelo uso de materiais escritos e está associada com a procura de fatos significativos e interpretações do passado e com dados e informações estatísticas entre outras situações”.

Lakatos (1999, p.94) definiu o termo qualitativo como sendo “investigar o universo de significados, crenças, motivos, aspirações, valores e atitudes das relações e não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis de um determinado assunto”. No estudo foram analisados dados secundários que foram coletadas através de fontes nas plataformas digitais da B3 e Anbima.

Foram utilizadas tabelas, gráficos e quadros por meio da ferramenta da *Microsoft Excel* para melhor visualização dos dados coletados nas plataformas digitais citadas acima, e uma breve introdução dialogando sobre o surgimento das primeiras operações no mercado acionário e o seu desenvolvimento ao longo da história e uma fundamentação teórica partindo com um diálogo com autores que tem propriedade no tema abordado neste estudo, em seguida as

considerações finais referente ao assunto.

4 CONTINGENTE DE INVESTIDORES EM AÇÕES NO BRASIL

4.1 INVESTIDORES PESSOAS FÍSICAS

No Brasil o caminho para o mundo dos investimentos em ações se torna cada vez mais acessível para as pessoas físicas, ou seja, aqueles investidores que possuem Cadastro de Pessoa Física (CPF) e cadastrados na base de dados na plataforma digital da B3, conforme dados da última atualização em 30 de setembro de 2020.

É notável o crescimento mesmo em meio à crise da COVID-19 o número de investidores, pois vem crescendo e podemos observar que de posse dessas informações existem algumas divisões por faixa etária e gênero desses investidores, foi observado que as pessoa com ate 15 anos de idade detêm a menor porcentagem em dinheiro investido na B3, Mas, foi notável o crescimento dessa faixa etária como iremos analisar no decorrer do presente estudo, a seguir iremos observar que os investidores pessoas físicas com suas divisões em bilhões e porcentagem de participação de cada investidor conforme ilustra a seguir quadro 3.

Investidores Pessoas Físicas							
Perfil PF por Faixa Etária	Contas			Valor (R\$ bilhões)			%
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
<i>Até 15 anos</i>	6.810	5.344	12.154	0,25	0,21	0,45	0,12%
<i>De 16 a 25 anos</i>	311.116	88.067	399.183	3,03	1,07	4,10	1,10%
<i>De 26 a 35 anos</i>	776.630	257.284	1.033.914	24,97	6,53	31,50	8,42%
<i>De 36 a 45 anos</i>	615.946	191.931	807.877	53,65	11,58	65,23	17,43%
<i>De 46 a 55 anos</i>	269.982	99.909	369.891	54,03	14,17	68,20	18,23%
<i>De 56 a 65 anos</i>	174.488	78.337	252.825	62,72	17,48	80,21	21,44%
<i>Maior de 66 anos</i>	131.425	58.506	189.931	96,17	28,30	124,47	33,27%
TOTAL	2.286.397	779.378	3.065.775	294,81	79,35	374,16	

Quadro 3. Investidores Pessoas Físicas no Brasil.

Fonte: Fonte: Adaptado da Anbima (2020).

Observando os dados apresentados no Quadro 3, percebemos que a

faixa etária até 15 anos possuem a menos quantidade de investidores por CPF e dinheiro aplicado no mercado financeiro, podemos perceber que o maior número de investidores estão entre 26 a 45 anos e detêm 1.841.791, maior quantidade de CPF cadastrado na B3 em comparação com as outras faixas etárias.

Já os investidores com idade de 46 a 65 anos tem 622.716 CPF computados e as pessoas com mais de 66 anos tem 189.931 CPF na base de dados e é onde concentra-se a maior parte do dinheiro investido no mercado de ações.

Neste estudo foi observado que a maior parte dos investidores são do gênero masculino com 2.286.397 de CPF cadastrados em comparação ao sexo feminino com 779.378, que somando totalizam 3.065.775 de investidores no mercado de renda variável voltado especificamente em ações.

As mulheres vem ganhando espaço e isso significa que o Brasil está indo bem no mercado acionário. A maior parte quem tem o maior número de ações são as pessoas do gênero masculino.

Com base nos dados apresentados podemos compreender que as pessoas do gênero masculino representam a maior quantidade de recursos aplicados na B3 com 294,81 bilhões de reais e que representa 78,79% do total investido, as mulheres detêm 79,35 bilhões e que em dados percentuais representa 21,21% do total de 374,16 bilhões de reais.

Um fato importante e que chama muito atenção é que as pessoas acima dos 66 anos de idade, possuem 33,27% e que representa R\$ 124,47 bilhões investidos no mercado de ações e 96,17 bilhões estão em poder do gênero masculino e as pessoas do gênero feminino possuem apenas R\$ 28,30 bilhões investidor e que a maior parte desses investidores são da região Sudeste, conforme iremos verificar a divisão desses investidores pelos estados e o Distrito Federal (DF).

4.1.1 Investidores Pessoa Física por Estado

O mercado de ações vem ganhando cada vez mais destaque e tomando uma grande proporção com várias oportunidades para os

investidores nacionais, iremos observar a quantidade de investidores na B3 e suas divisões por estados e o DF e os seus valores como eles estão sendo distribuído conforme o Quadro 4.

Investidores Pessoas Físicas por Estado							
Estado	Gêneros			Valor (R\$ bilhões)			%
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
SP	870.960	312.882	1.183.842	139,84	40,71	180,55	48,26%
RJ	240.553	87.734	328.287	41,30	14,23	55,54	14,84%
MG	226.638	74.584	301.222	34,13	5,26	39,39	10,53%
RS	131.408	40.092	171.500	15,71	4,44	20,14	5,38%
SC	112.185	33.624	145.809	10,83	2,66	13,49	3,61%
PR	144.904	45.170	190.074	13,53	3,46	16,99	4,54%
BA	74.306	25.414	99.720	6,33	1,53	7,86	2,10%
DF	76.314	29.130	105.444	7,75	1,58	9,33	2,49%
ES	48.353	15.056	63.409	3,87	0,76	4,63	1,24%
PE	53.154	17.042	70.196	3,79	1,01	4,80	1,28%
CE	45.263	14.095	59.358	2,97	0,83	3,80	1,02%
GO	55.270	18.201	73.471	3,11	0,68	3,78	1,01%
PB	20.584	6.445	27.029	1,06	0,23	1,30	0,35%
MT	25.169	8.073	33.242	1,55	0,28	1,83	0,49%
MS	22.169	6.713	28.882	1,60	0,22	1,82	0,49%
PA	24.142	8.237	32.379	1,38	0,31	1,68	0,45%
RN	21.150	6.139	27.289	1,24	0,24	1,49	0,40%
AM	15.593	5.397	20.990	0,92	0,18	1,10	0,29%
MA	16.961	5.531	22.492	0,94	0,16	1,10	0,29%
AL	12.849	3.914	16.763	0,64	0,12	0,76	0,20%
SE	12.413	3.895	16.308	0,65	0,14	0,79	0,21%
PI	10.789	3.435	14.224	0,57	0,09	0,67	0,18%
RO	9.859	3.276	13.135	0,46	0,12	0,58	0,16%
AP	2.434	884	3.318	0,11	0,02	0,13	0,03%
AC	3.162	1.083	4.245	0,15	0,03	0,18	0,05%
RR	2.667	943	3.610	0,11	0,02	0,13	0,04%
TO	7.148	2.389	9.537	0,26	0,05	0,30	0,08%
Total	2.286.397	779.378	3.065.775	294,81	79,35	374,16	

Quadro 4. Investidores Pessoas Físicas por Estado.
Fonte: Adaptado da B3 (2020).

Conforme dados apresentados no Quadro 4, podemos visualizar que o maior número de investidores se encontra no estado de São Paulo (SP) com 1.183.842 e que representa 180,55 bilhões de reais, ou seja, 48,26 % do total de dinheiro aplicado. Em seguida, o Rio de Janeiro (RJ) que tem a segunda maior participação com 328.287 investidores e tem 55,54 bilhões de reais e que somados chega a 14,84% do total aplicado em ações no Brasil.

Diante dessas informações podemos perceber que os Estados da região Sudeste detém a maior quantidade dos investimentos, logo, não podemos deixar de lado o Estado de Minas Gerais (MG), que tem um índice de participação muito bom com 301.222 investidores e 39,39% de participação

e que representa 10,50 bilhões reais investidos. Já com 63.409 CPF cadastrados vem o Espírito Santo (ES) com 4,63 bilhões, ou seja, 1,24% do total, sendo a região Sudeste a parte onde se encontra a maior quantidade de investidores em ações do Brasil.

Na região Sul é onde está localizada a segunda maior quantidade de investidores por região do País, no Estado do Rio Grande do Sul (RS) temos 171.500 investidores, 131.408 são do gênero masculino e 40.092 são mulheres e detêm 20,14 bilhões de reais aplicados apenas em ações e, em seguida, vem o Estado de Santa Catarina (SC) com 145.809, sendo que 112.185 são pessoas do sexo masculino e 33.624 mulheres e que somados chega a 13,49 bilhões de reais e por fim, o Estado do Paraná (PR) com a maior participação da região Sul com 190.074 mil CPF cadastrado na B3 que significa um percentual de 4,54% do total investido até 30 de setembro de 2020 e que representa 16,99 bilhões de reais.

Analisando também a região Nordeste podemos destacar o Estado da Bahia (BA) com 99.720 investidores que representa 7,86 bilhões de reais, em seguida, vem o Estado de Pernambuco (PE) com 70.196 investidores, sendo que o Ceará (CE) tem um número muito considerável com 59.358 CPF na base de cálculo da B3 que somando o Estado da Paraíba (PB) e o Rio Grande do Norte (RN) chega a 54.318 investidores, ou seja, o Estado do Ceará se torna maior do que os dois estados juntos. Podemos observar também que os dados de Pernambuco é maior que os Estados do Maranhão (MA), Alagoas (AL), Sergipe (SE) e Piauí (PI) e que somando esses 4 Estados chegaremos a 69.787 investidores, que somando chegar a 22,55 bilhões de reais concentrados na região Nordeste do País.

A região Centro-Oeste do Brasil é representada com os Estados do Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO) e o Distrito Federal (DF) que têm 241.039 CPF na base de dados plataforma da B3, e somam 16,76 bilhões de reais, apenas 3 Estados e o DF, e ainda podemos perceber na pesquisa que em Brasília é onde localiza-se a maior quantidade de investidores da região com 105.444, seguido de Goiás com 73.471 investidores, já o Mato Grosso fica na terceira posição com 33.242, seguido do Mato Grosso do Sul e que tem 28.882, ou seja, a região Centro-Oeste tem

uma posição de destaque nacional no mundo dos investidores brasileiros.

Temos a região Norte onde estão inseridos o Estado do Pará (PA), que detêm maior número da região com 32.379 pessoas e que representa 1,68 bilhões de reais, em seguida, temos o estado do Amazonas (AM) com 20.990 CPF cadastrados na base de dados na plataforma digital da B3, esses são os dois Estados que détem a maior quantidade de investidores da região.

Fazendo uma comparação entre o Estado do Pará com os Estados de Tocantins (TO), Roraima (RO), Acre (AC) e Rondônia (RO) que juntos somam 30.527 investidores em ações, ou seja, apenas uma diferença de 1.852 CPF e temos o menor percentual que se encontra no Amapá (AP) que tem apenas 3.318 investidores em ações no Brasil. A região Norte ao total possui 4,11 bilhões de reais investidos e representa o menor índice de investidores por região conforme o Gráfico 2.

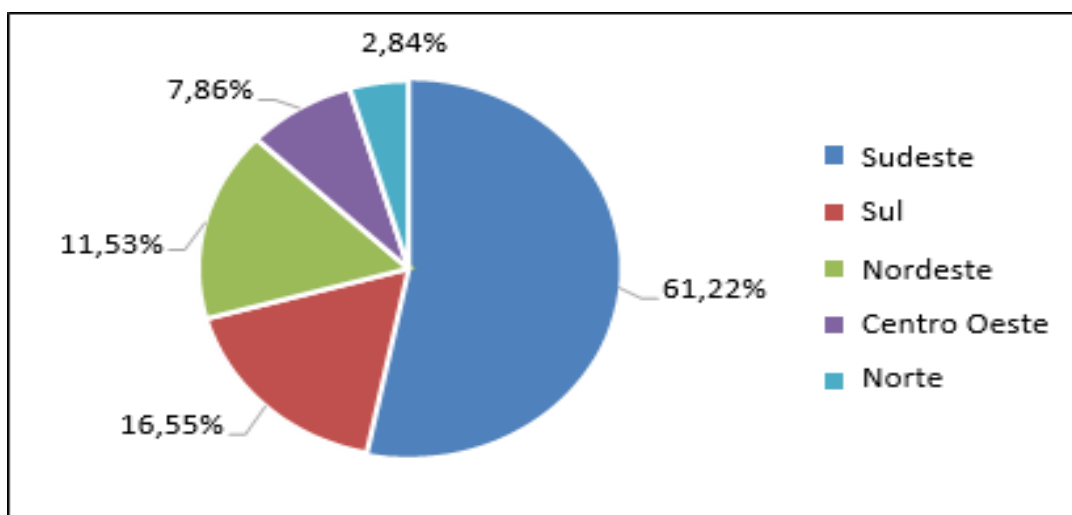


Gráfico 2. Investidores brasileiros por região.
Fonte: Adaptado da Anbima (2020).

Observando as informações do Gráfico 2, podemos compreender que existe uma divisão por quantidade de investidores brasileiros por região e são da seguinte forma: A região Sudeste predomina com 61,22%, ou seja, 1.876.760 de investidores, seguido da região Sul com 16,55% que representa 507.383 pessoas e, posteriormente, temos a região Nordeste com 267.469 investidores, em seguida, temos a região Centro-Oeste com 241.039 investidores e que representa 7,86% do total e por fim, a região Norte com

87.214 e que tem 2,84% dos investidores brasileiros. Analisando os dados também podemos fazer uma separação em comparação do crescimento dos investidores pessoa física ao longo dos anos segundo dados da plataforma digital B3

4.1.2 Investidores Pessoa Física ao Longo do Tempo

Diante do que já foi observado podemos ver um crescimento considerável da quantidade de investidores pessoas físicas no Brasil, ao longo dos anos, segundo informações da B3 que começaram a partir do ano de 2002 até o ano de 2020 onde foram coletadas as informações sobre os investidores ao longo de todos esses períodos, diante do estudo em questão iremos verificar o aumento que houve no número de investidores no Brasil de 2015 a 30 de setembro de 2020. Conforme segue o Quadro 5.

Ano	Homens		Mulheres		Total PF
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2015	424.682	76,23%	132.427	23,77%	557.109
2016	433.759	76,90%	130.265	23,10%	564.024
2017	477.887	77,13%	141.738	22,87%	619.625
2018	633.899	77,94%	179.392	22,06%	813.291
2019	1.292.536	76,89%	388.497	23,11%	1.681.033
2020	2.286.397	74,58%	779.378	25,42%	3.065.775

Quadro 5. Investidores Pessoas Físicas ao Longo do Tempo.

Fonte: Adaptado da B3 (2020).

No decorrer do ano de 2015, o número de investidores era 557.109, essa quantidade é representada por 76,23% do gênero masculino que totaliza a maior parcela com 424.682, CPF cadastrados na plataforma digital da B3, em comparação as pessoas do sexo feminino que representa 23,77%, ou seja, 132.427 do total de investidores pessoas físicas do ano de 2015.

Em 2016 podemos constatar um aumento na quantidade, que somado chega a 1,24%, ou seja, 6.915. Já no ano de 2017 esse percentual vem ganhando cada vez mais força e totaliza 11,22% em comparação ao ano de 2015, ou seja, um aumento de 62.516 novos investidores. Em 2018 esse número continuou crescendo e chegamos a 45,98% e que representa 256.182

novos membros da B3, aplicando seus recursos financeiros, entretanto durante o ano de 2019 em comparação ao ano de 2015.

Destacamos que houve um aumento de 201,74%, ou seja, 1.123.924 novos investidores, um aumento bastante significativo em relação aos outros anos listados acima, o percentual se manteve próximo dos anos anteriores, onde a maior parcela está nas mãos dos investidores do sexo masculino com 77,94% do total em comparação ao gênero feminino que detém 22,6% do total investido no Brasil.

Extraordinariamente no terceiro trimestre de 2020, onde foi elaborado o último levantamento da B3 em relação aos investidores pessoas físicas, temos um aumento alarmante em meio a uma crise sanitária oriunda da COVID-19, onde o número de investidores cresceu 450,30% em comparação ao ano de 2015, ou seja, 2.508.666, uma quantidade de investidores nunca vista durante toda recente história da B3.

Ainda temos uma pequena parcela das pessoas jurídicas no Brasil, o quinto maior país em extensão territorial do mundo, ou seja, as empresas brasileiras que investem parte de seus recursos financeiros na B3, localizada no mais rico e populoso Estado do País, São Paulo, e que representa 31.214 investidores, segundo os levantamentos oficiais referentes ao ano de 2020 da plataforma digital da B3 (2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do desenvolvimento do presente estudo, identificamos alguns resultados positivos diante da proposta que inicialmente foi posta no início desta pesquisa em relação a problemática que se refere ao perfil dos investidores brasileiro no mercado de capitais, como idade, região e o percentual de participação em ações no Brasil e foi observado que têm um percentual muito considerável de investidores pessoas físicas.

No decorrer da pesquisa foi observado que existe um questionário, Análise de Perfil do Investidor (API) para poder alinhar os produtos financeiros com o perfil de cada investidor e não ocasiona futuro prejuízo ou danos aos investidores. Foi visto que existe três perfis para que tal situação não ocorra e tudo esteja no controle da situação de cada investidor.

Foi realizado um levantamento onde foi observado que em 2017, os brasileiros, ou seja, 89% da população tinha algum dinheiro investido na caderneta de poupança e que até o ano de 2020 teve uma queda para 84,20% e teve um aumento em outros produtos financeiros, em outras palavras, os investidores estão indo atrás de novas oportunidades.

Deste modo, o presente trabalho conseguiu alcançar resultados satisfatórios sobre a problemática e seus objetivos, trazendo uma visão mais clara sobre o perfil do investidor brasileiro, demonstrando a idade, gênero quantidade por Estados e citando as regiões onde se encontra a maior parte dos investidores que são da região Sudeste e foi levado em consideração cada Estado da federação, liderado pelo Estado de São Paulo.

Em suma, foi analisado neste estudo em plena pandemia da COVID-19, que existem poucos materiais acadêmicos que abordem este assunto tão relevante para a economia brasileira e que ainda falta muito a ser buscado através de pesquisas, ou seja, outros estudos acadêmicos que desenvolvam com mais propriedade sobre o tema com discussões, realização de palestras, encontros voltados aos assuntos abordados ou até mesmo disciplinas mais voltadas para o mundo dos investimentos.

REFERÊNCIAS

ANBIMA. **Relatório: Raio X do Investidor Brasileiro**. 3ª. ed. São Paulo: Anbima. 2020.

ANDREZO, Andrea F.; LIMA, Iran S. **Mercado Financeiro: aspectos conceituais e históricos**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ASSAF NETO, **Alexandre. Mercado financeiro**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BÚSSOLA DO INVESTIDOR. **Análise de perfil do investidor**. Disponível em: <https://www.bussoladoinvestidor.com.br/teste-perfil-de-investidor/>. Acesso em: 09 set. 2020.

B3. **Produtos e Serviços negociação renda variável**. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/. Acesso em: 27 set. 2020.

B3. Número de investidores na B3. Disponível em: <<https://www.b3.com.br/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios.** 3ª. ed. rev. Atual. São Paulo: Loyola, 2008.

HOW STUFF WORKS. **O que faz e como surgiu a bolsa de valores?** In.: Nova Escola (2009) Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2388/o-que-faz-e-como-sergiu-a-bolsa-de-valores#> = . Acesso em: 02 out. 2020.

IBGE. **População no Brasil.** Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 set. 2020.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

NASI, Antônio Carlos. **A Contabilidade como Instrumento de Informações, Decisão e Controle da Gestão.** Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília. Ano 23 nº 77. Abril/Junho 1994.

PARMAIS, et al. **Principais bolsas de valores do mundo.** In.: Parmais (2020). Disponível em: <https://www.parmais.com.br/blog/as-principais-bolsas-de-valores-do-mundo/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

RAMBO, A. C. **O perfil do investidor e melhores investimentos: da teoria à prática do mercado brasileiro.** Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

RATIER, Rodrigo et al. **O que faz e como surgiu a bolsa de valores?** In.: Nova Escola (2009) Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2388/o-que-faz-e-como-sergiu-a-bolsa-de-valores#> = . Acesso em: 20 set. 2020.

STUMPF, Kleber et al. **Imposto de Renda Come Cotas.** In.: Topinvest (2019). Disponível em:

<https://www.topinvest.com.br/imposto-de-renda-come-cotas/>. Acesso em: 03 out. 2020.

Os 32 anos sem John Hicks

Paulo Galvão Júnior⁵⁸

Estamos enfrentando dias tão conturbados na economia brasileira, com o aumento da taxa de desemprego (14,4% da PEA), o crescimento da taxa de inflação (IPCA acumulado em 12 meses de 6,76%), a elevação da taxa Selic (3,50% ao ano), a alta inadimplência (67,5% das famílias brasileiras), além da elevada carga tributária (31,64% do PIB em 2020) e da alta dívida pública bruta (90% do PIB). Diante do cenário socioeconômico tão turbulento no oitavo país mais desigual do mundo, com tantas pessoas doentes, é fundamental ler os livros de grandes economistas brasileiros e estrangeiros. Em pleno isolamento social, hoje, recomendo ler a obra-prima do economista inglês John Hicks (1904-1989).

Em 20 de maio de 1989, aos 85 anos, o economista britânico John Richard Hicks faleceu em sua casa, em Blockley, uma pequena vila no Condado de Gloucestershire, a oeste de Londres, na Inglaterra. Ele morreu há exatos 32 anos, a cerca de seis meses antes da Queda do Muro de Berlim.

John Hicks foi o primeiro economista inglês laureado com o Prêmio Nobel de Economia de 1972, juntamente com o economista americano Kenneth Arrow, “Por suas contribuições pioneiras à teoria do equilíbrio econômico e à teoria do bem-estar” (MACHADO, 2019, p. 350). Hicks argumentou que as economias de mercado não se autocorrigem rapidamente porque os preços e salários demoram para se ajustar e doou o valor do Prêmio Nobel para a Biblioteca da London School of Economics (LSE) em 1973.

John Hicks foi por muitos anos professor de Economia em quatro universidades inglesas. Primeiro, professor de Economia na LSE entre 1926 e 1935. Depois foi professor de Economia na Universidade de Cambridge entre 1935 e 1938. Posteriormente, foi professor de Economia Política na Universidade de Manchester, de 1938 até 1946. Em seguida, na Universidade de Oxford, entre 1946 e 1965.

De acordo com o Prof. Paulo Sandroni (2014, p. 390), “(...) em sua obra mais importante, *Value and Capital* (Valor e Capital), 1939, em que procura realizar uma exposição definitiva da teoria do valor subjetivo e da teoria marginalista do equilíbrio geral”. A obra-prima de John Hicks foi intitulada Valor e Capital e publicada em 1939,

⁵⁸Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

o ano do início da Segunda Guerra Mundial. A obra seminal de John Hicks tem Prefácio, Introdução e 24 capítulos em quatro partes.

A Primeira Parte foi intitulada “A Teoria do Valor Subjetivo”, contendo três capítulos. No Capítulo II, sobre a Lei da Demanda do Consumidor, de acordo com John Hicks (1984, p. 36), “(...) a economia não está, afinal, muito interessada no comportamento de indivíduos isolados. Ela se preocupa com o comportamento de grupos”. No Brasil temos cinco classes econômicas, as classes A, B, C, D e E. O comportamento das classes econômicas é fundamental para compreender o rumo da economia brasileira. Com a pandemia da COVID-19 a classe C, classe média, encolheu para 51% da população brasileira em 2020, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Segunda Parte foi denominada “O Equilíbrio Geral”, compreendendo cinco capítulos. No Capítulo V, sobre O Funcionamento do Sistema de Equilíbrio Geral, conforme o economista John Hicks (1984, p. 59), “(...) uma alta de preço torna a oferta maior que a demanda, uma queda de preço torna a demanda maior que a oferta”. Hicks foi o economista pioneiro na racionalização da teoria do equilíbrio geral, que explica a determinação de preços de bens e serviços e a alocação de recursos econômicos escassos.

A Terceira Parte foi intitulada “Os Fundamentos da Economia Dinâmica”, contendo seis capítulos. No Capítulo X, sobre Equilíbrio e Desequilíbrio, segundo o economista Hicks (1984, p. 111), “(...) Os planejamentos que as pessoas adotam dependem dos preços correntes e de suas expectativas quanto aos preços futuros; mas os próprios preços correntes são determinados por ofertas e demandas correntes, que fazem parte dos planejamentos”. A taxa de inflação no Brasil está subindo muito rápido, os enormes gastos públicos irão crescer mais com a possibilidade do surgimento da terceira onda da COVID-19 e a vacinação em massa do sexto país mais populoso do mundo está muito lenta, logo, o desequilíbrio socioeconômico se agrava cada vez mais nos dias atuais.

A Quarta Parte foi denominada “O Funcionamento do Sistema Dinâmico”, compreendendo dez capítulos. No Capítulo XIX, sobre A Demanda de Dinheiro, de acordo com Hicks (1984, p. 185), “(...) A empresa tem que escolher o planejamento de produção mais lucrativo; o indivíduo tem que escolher o plano de despesas preferencial; a transição da estática para a dinâmica é exatamente análoga nos dois casos”. Muitas famílias e empresas brasileiras enfrentam sérias dificuldades financeiras com 92 tributos vigentes no País. Uma economia mais dinâmica requer menos impostos, taxas e contribuições. Um aumento da produção de bens e serviços requer planejamento. Um crescimento no consumo das famílias requer

menos tributos, os “brasileiros já pagaram R\$ 1 trilhão em impostos este ano”, de 1 de janeiro até 19 de maio (G1 ECONOMIA).

É preciso destacar a insegurança sobre o futuro por Hicks. O modelo de curto prazo de Hicks é de uma semana, ou seja, sete dias. Em seu modelo ele explicou a economia estática versus a economia dinâmica e atuou na vertente neoclássica do Equilíbrio Geral do economista francês Léon Walras, fazendo melhoras significativas com suas análises econômicas, onde os agentes econômicos atuam e se interagem na economia capitalista.

O seu primeiro livro de Economia foi *The Theory of Wages* (A Teoria dos Salários), de 1932. O salário mínimo no Brasil é de R\$ 1.100,00, mas o salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 5.330,69 em abril de 2021, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em outras palavras, mais de 4,846 vezes o salário mínimo nominal nas cinco regiões do País.

Em sua *magnus opus*, Hicks demonstrou que a maior parte das ideias dos economistas sobre a teoria do valor pode ser alcançada sem necessidade de recorrermos ao pressuposto de que a utilidade é mensurável. Esta obra-prima de Hicks foi também um dos primeiros trabalhos sobre o equilíbrio geral, isto é, a teoria sobre o modo como os mercados interagem mutuamente e alcançam o equilíbrio econômico simultâneo.

A teoria do equilíbrio geral era antes essencialmente de análise estática. Em *Valor e Capital*, publicada em Londres, Hicks abandonou essa tradição e deu à teoria uma relevância econômica maior e apresentou um modelo de equilíbrio econômico completo com mercados agregados para commodities, fatores de produção, crédito e dinheiro. A construção deste modelo incluiu uma série de inovações, ou seja, a formulação de condições para a estabilidade da economia de mercado numa análise dinâmica.

Como suas valiosas ferramentas, a matemática e a economia, Hicks reformulou radicalmente a teoria do equilíbrio tradicional ancorada no comportamento dos consumidores e dos empresários. O modelo de Hicks ofereceu possibilidades muito melhores de estudar as consequências das mudanças em variáveis do que o modelo estático. Seu modelo tornou-se de grande importância econômica, além do elo de ligação entre a teoria do equilíbrio geral e as teorias atuais dos ciclos econômicos para as economias avançadas e as economias emergentes. E Hicks apresentou uma teoria do capital baseada em premissas de maximização de lucro.

O economista John Richard Hicks nasceu em 8 de abril de 1904, em Warwick, na Inglaterra, casou com a economista Úrsula Webb e publicou 14 livros de economia, entre eles, destacamos o livro *Capital and Growth* (Capital e Crescimento), de 1965. O Brasil precisa crescer o PIB robustamente, aumentar o PIB per capita, gerar mais empregos, tem um enorme PIB potencial, além de melhorar o Índice de Gini e avançar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos próximos dez anos. Chega de décadas perdidas!

Enfim, John Hicks foi um dos grandes economistas do século XX e destacado integrante da Segunda Síntese Neoclássica. Hicks deixou um grande legado na Ciência Econômica, destacando o conhecido mundialmente, o Modelo IS-LM, em parceria com o economista americano Alvin Hansen em 1979, no qual o mercado de bens e serviços gera a curva IS e o mercado monetário gera a curva LM. Hicks foi um economista que leu muito as obras-primas dos economistas clássicos, releu na íntegra as obras seminais de Marshall e Walras, e sobretudo, ao ler de novo a Teoria Geral de Keynes, de 1936, ele escreveu artigos e livros de economia que contribuíram com novos pensamentos econômicos para melhorar o bem-estar social da população de uma nação.

A cesta básica representa 48,32% do salário mínimo em João Pessoa

Paulo Galvão Júnior⁵⁹

Estimado leitor, estimada leitora, em primeiro lugar, muita saúde. Em segundo lugar, observo que a cesta básica já representa 48,32% do salário mínimo (SM) líquido em João Pessoa, segundo os dados oficiais do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Foram necessários R\$ 491,63 para adquirir uma cesta básica de alimentos na capital paraibana no mês de maio de 2021.

Infelizmente, entre abril e maio de 2021, a cesta básica aumentou em 14 capitais brasileiras das 17 capitais analisadas mensalmente pelo DIEESE. As 17 capitais nacionais pesquisadas por ordem alfabética são: Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

A cesta básica na capital gaúcha é mais cara do Brasil (R\$ 636,96). Já a mais barata do País é da capital sergipana (R\$ 468,43). A capital paraibana tem a quarta mais barata da República Federativa do Brasil, com R\$ 491,63, mas, o preço da cesta básica dos pessoenses subiu 3,46% nos cinco primeiros meses de 2021, entre as 17 capitais a de João Pessoa foi a terceira variação mais alta, atrás apenas de Curitiba (12,68%) e Natal (9,35%) e empatada com Porto Alegre (3,46%).

Em João Pessoa, a cesta básica calculada pelo DIEESE já custa R\$ 491,63 para comprar 12 produtos: arroz (3,6 kg), feijão (4,5 kg), banana (90 unidades), carne bovina (4,5 kg), leite integral (6,0 l), pão (6,0 kg), café em pó (300 gr), manteiga (750 gr), óleo de soja (750 gr), farinha de trigo (3,0 kg), açúcar (3,0 kg) e tomate (12,0 kg). Ênfase que ocorreu uma variação positiva de 11,67% nos últimos 12 meses, ou seja, de maio de 2020 a maio de 2021, na cesta básica em João Pessoa, ocupando a décima terceira posição no País. Já destaco que apenas Campo Grande (-1,92%) e Aracaju (-0,26%) registraram queda da cesta básica em maio de 2021. Enquanto, na capital mineira, não foi levantado os preços da cesta básica em maio pelo DIEESE.

Com os preços mais caros, em vários produtos acompanhados mês a mês pelo DIEESE para calcular o preço médio da cesta básica em João Pessoa e divulgados na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA), como o tomate (7,59%), o café em pó (5,07%) e o açúcar (4,97%), logo, 48,32% da renda mensal de um trabalhador com um SM líquido de R\$ 1.100,00 ficou comprometida com a compra dos alimentos mais essenciais no mês de maio.

⁵⁹Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

Com base na cesta básica mais cara da décima segunda maior economia do mundo, a cesta básica de Porto Alegre, o DIEESE estima que o salário mínimo necessário (SMN) deveria ser equivalente a R\$ 5.351,11 o que corresponde a 4,864 vezes ao SM vigente no oitavo país mais desigual do planeta. Para os cálculos do SMN pelo DIEESE é considerado uma família de quatro pessoas, um casal em idade adulta com dois filhos menores de 21 anos de idade.

Entre as seis capitais do Nordeste analisadas pelo DIEESE, em maio de 2021, a cesta básica com maior valor médio foi a de Fortaleza (R\$ 532,21) e com menor valor médio foi a de Aracaju (R\$ 468,43), enquanto a cesta básica de João Pessoa é a terceira mais barata entre as capitais nordestinas. Três capitais nordestinas não foram pesquisadas pelo DIEESE em maio de 2021, Maceió (AL), São Luís (MA) e Teresina (PI).

Observo também que a inflação oficial do Brasil em maio de 2021 atingiu 0,83%, foi o maior Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do mês de maio desde 1996, pressionado pelo aumento da energia elétrica (5,37%) e da gasolina (2,87%).

Suponhamos com R\$ 1.100,00 na conta corrente, o trabalhador após a compra da cesta de 12 produtos alimentícios no supermercado ou na feira livre, restam apenas R\$ 608,37 (51,68% do SM) para outras despesas mensais como a conta de energia elétrica, a conta de água, o botijão de gás de cozinha de 13 kg (oscilando entre R\$ 83 e R\$ 95, de acordo com o PROCON-JP), o botijão de água mineral de 20 litros (oscilando entre R\$ 8 e R\$ 14, conforme o PROCON-JP), gasolina (mais de seis reajustes não consecutivos no preço do litro de gasolina no ano e oscilando entre R\$ 5,249 e R\$ 5,549, segundo o PROCON-JP), a conta da internet, as fraldas, os remédios, as máscaras, o álcool 70% e entre outros bens e serviços de consumo necessários para uma família em plena segunda onda da COVID-19.

Os sucessivos aumentos nos preços de vários alimentos durante o ano de 2021 afetam o poder de compra das famílias em João Pessoa, principalmente, das classes econômicas D e E, porque elas têm sérias dificuldades para pagar a cesta básica, em seguida, outros gastos mensais como os serviços de energia elétrica, de água e de telefone móvel. Enfim, a melhor escolha é economizar nas despesas como energia e água, evitar a inadimplência, ter um orçamento doméstico, além de pesquisar os preços dos 12 produtos da cesta básica.

Gás de cozinha mais caro vai pesar no orçamento familiar em João Pessoa

Paulo Galvão Júnior⁶⁰

A maior empresa do Brasil em vendas líquidas, a Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (S.A.), a Petrobras, com sede na cidade do Rio de Janeiro, anunciou em 11 de junho um novo reajuste no preço do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), um aumento de 5,9%. De janeiro até junho de 2021 já foram cinco reajustes não consecutivos pela Petrobras nas refinarias em todo o País. Primeiro reajuste foi de 6% em janeiro. Em fevereiro, reajustou 5,1%. Em março, a alta foi de 5,2%. Em abril, subiu 5%. Em maio, sem reajuste de preço. No acumulado do ano, o preço do GLP aumentou 27,2%.

O GLP é uma commodity energética internacional, é composto basicamente por dois gases extraídos do petróleo, o butano e o propano. As duas grandes justificativas para o atual reajuste do GLP P13, popularmente conhecido como gás de cozinha, no Brasil são: i) as variações na cotação do barril de petróleo em dólares americanos no mercado internacional; ii) as variações do dólar americano em relação ao real. Outras justificativas são as seguintes: i) a elevada tributação; ii) os custos de transporte; iii) o aumento do consumo das famílias de botijão de gás de cozinha de 13 quilos (kg), nos 26 estados e no Distrito Federal (DF), por causa das medidas de isolamento social em plena pandemia da COVID-19.

O novo aumento foi repassado pela Petrobras para as 19 distribuidoras do setor de GLP como Ultragas, Supergasbras, Nacional Gás, Copagaz, Fogás, Consigaz e Gasball. A Liquigás em dezembro de 2020 foi adquirida pela Copagaz e pela Nacional Gás. Estas distribuidoras irão praticar o novo preço nas mais de 62.000 revendedoras nas cinco regiões do Brasil. São 34,4 milhões de GLP

⁶⁰Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

envasado em botijão de 13 kg consumidos mensalmente no País, segundo o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (SINDIGÁS). São 65,9 milhões de domicílios brasileiros utilizando GLP P13 (IBGE, 2019), mas o revendedor bandeirado ou independente que ainda tiver um grande estoque de GLP P13 e quiser praticar o preço antigo, pode fazer tranquilamente, pois o mercado é livre, competitivo e aberto.

As revendedoras não conseguem mais absorver o reajuste no preço de venda do botijão de gás de cozinha de 13 kg, sem repasse ao consumidor final. Infelizmente, na cadeia produtiva do GLP na décima segunda maior economia do planeta temos os tributos federais como o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ressaltando que o Governo Federal zerou a alíquota do PIS/PASEP e da COFINS em março de 2021, como também temos o tributo estadual como o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), revelando que as alíquotas de ICMS são altas nos estados brasileiros e no DF.

Antes desse novo reajuste da Petrobras, o consumidor final poderia encontrar um botijão de gás comercializado a R\$ 85 em João Pessoa. A composição do preço do botijão na capital paraibana era de margem bruta da Petrobras mais custos operacionais (R\$ 42,05), tributos (R\$ 12,07), margem bruta de distribuição mais custos operacionais (R\$ 9,82) e margem bruta de revenda mais custos operacionais (R\$ 21,06), conforme o SINDIGÁS. A cidade de João Pessoa encontrava-se em 15º lugar no Brasil, com preço médio de R\$ 86,58, logo, o consumidor pessoense ainda leva vantagem se comparado a outras 14 capitais brasileiras, ao mesmo tempo, desvantagem comparativa com 12 capitais nacionais.

Em quatro capitais brasileiras, o preço médio do botijão de gás, um produto de primeira necessidade, já passou de R\$ 100. João Pessoa ainda não atingiu esse preço médio de mais de cem reais, pois está próxima ao Porto de Cabedelo, tem uma forte concorrência entre as distribuidoras e as revendedoras disputando de forma acirrada pelo mercado local de GLP, sendo possível ainda manter um preço inferior ou igual a cem reais. É possível encontrar uma ou mais revendedora com preços que variam de R\$ 80,00 a R\$ 86,00 que ainda não aumentou o botijão de gás para os seus clientes. É possível constatar com preços altos e vendas fracas, várias revendedoras de gás de cozinha encerraram suas atividades econômicas desde a implantação da política de Preços de Paridade de Importação (PPI) praticada pela Petrobras em outubro de 2016.

O preço médio do botijão de gás de cozinha de 13 kg nas capitais brasileiras, entre 06 a 12 de junho de 2021, foram divulgados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) e as capitais mais caras estão em ordem decrescente, de acordo com o preço final ao consumidor: Cuiabá (R\$ 103,34); Macapá (R\$ 103,00); Rio Branco (R\$ 102,70); Boa Vista (R\$ 102,40); Porto Velho (R\$ 98,67); Fortaleza (R\$ 93,71); Belém (R\$ 92,91); Palmas (R\$ 92,79); Natal (R\$ 92,70); Manaus (R\$ 91,65); Florianópolis (R\$ 90,00); Goiânia (R\$ 90,00); Teresina (R\$ 88,88); Vitória (R\$ 87,83); João Pessoa (R\$ 86,58); São Paulo (R\$ 85,95); São Luís (R\$ 85,49); Belo Horizonte (R\$ 84,87); Curitiba (R\$ 84,62); Porto Alegre (R\$ 84,33); Maceió (R\$ 82,82); Aracaju (R\$ 82,47); Campo Grande (R\$ 81,39); Brasília (R\$ 79,88); Salvador (R\$ 79,76); Rio de Janeiro (R\$ 77,38); e Recife (R\$ 77,28). O gás de cozinha é um produto de alta demanda pelas cinco classes econômicas do País, logo, o preço médio no Brasil ficou em R\$ 89,01.

Esse novo reajuste da Petrobras significará um acréscimo de até R\$ 5 no gás de cozinha para o consumidor final e poderá custar de R\$ 90 até R\$ 100 nas revendedoras em João Pessoa, em outras palavras, o preço corresponderá em torno de 8,18% a 9,09% do salário mínimo vigente no Brasil. Portanto, o botijão de gás

está mais caro na capital paraibana, logo, vai pesar ainda mais no orçamento doméstico das famílias pessoenses, sobretudo, as mais pobres, que terão sérias dificuldades para comprar um produto essencial em sua residência, após 14 reajustes não consecutivos desde 2019.

Enfim, é muito importante economizar e pesquisar o preço antes de adquirir um botijão de gás de cozinha de 13 kg, à vista e sem taxa de entrega em seu domicílio em mais de 60 bairros de João Pessoa.

A conta de energia elétrica mais cara em 2021 no Brasil

Paulo Galvão Júnior⁶¹

Por causa da crise hídrica nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, uma das maiores dos últimos 91 anos, ocorrem sérios problemas nas condições de geração de energia elétrica no Brasil. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no mês de junho decidiu a entrada na bandeira tarifária mais cara na conta de energia elétrica, a bandeira vermelha, no patamar 2, que cobra R\$ 0,06243 a cada quilowatt-hora (kWh) consumido de energia.

Com o maior uso de usinas termelétricas no País, que geram maior custo de produção de energia elétrica, a ANEEL aplica a bandeira vermelha, no patamar 2, que cobra adicional de R\$ 6,243 a cada 100 kWh consumidos de energia elétrica nas residências. Portanto, é fundamental conscientizar os consumidores para economizar energia elétrica e proteger o meio ambiente.

Em nossas residências podemos economizar energia elétrica, logo, destacamos seis valiosas dicas dos especialistas: i) trocar as lâmpadas comuns pelas lâmpadas LED; ii) colocar a chave na temperatura “verão” do chuveiro elétrico e no máximo cinco minutos no tempo do seu banho; iii) reduzir o consumo do ar-condicionado; iv) apagar a lâmpada acesa ao sair do quarto ou do ambiente do lar como a cozinha; v) juntar as roupas para passar de uma só vez no ferro elétrico a vapor; vi) não deixar a porta aberta nem colocar roupas e toalhas para secar atrás da geladeira.

⁶¹Economista e professor de Economia nos Cursos de Contabilidade, Administração, Gestão Financeira e Gestão de RH no UNIESP.

A conta de energia elétrica ficou mais cara no País, no mês de maio, por causa da bandeira vermelha, no patamar 1, sendo o item que mais pesou no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mensurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com um aumento de 5,37%, o que correspondeu a 0,23% da inflação oficial do Brasil. Infelizmente, com o patamar 2, a estimativa do economista André Braz, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), “custo maior da energia elétrica pode provocar um aumento de 0,60 ponto percentual na inflação mensal” (EXAME, 2021). O IPCA de maio foi 0,83% e a inflação oficial acumulada em 12 meses alcançou 8,06% (IBGE, 2021).

O último Relatório FOCUS do Banco Central do Brasil (BACEN) prevê um IPCA de 5,90% em 2021, bem acima da meta de inflação para este ano, de 3,75%, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O aumento da inflação reduz o poder de compra de bens e serviços de consumo das famílias nas cinco regiões do País, sobretudo, das famílias mais pobres.

O próprio diretor-geral da ANEEL, André Pepitone, afirmou a mídia nacional, “a agência prepara mudanças que vão encarecer ainda mais a conta de luz já nas próximas semanas. O valor da bandeira vermelha patamar 2 está sendo discutido e deve ser aumentado em cerca de 20%, passando dos R\$ 7. (...) a crise hídrica deve causar uma alta de 7% a 7,5% nas contas de luz neste ano e de pelo menos 5% em 2022” (G1 ECONOMIA, 2021).

De acordo com o site do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), “Atualmente, mais de 40% do valor da conta de luz é composto por encargos e tributos (16% e 28% respectivamente)”. Entre os oito encargos setoriais podemos citar dois embutidos na conta de energia elétrica, por exemplos: i) Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), utilizada para promover

recursos para financiamento da ANEEL; ii) Encargos de Serviços do Sistema (ESS), utilizada para subsidiar a manutenção da confiabilidade e estabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Podemos citar duas tarifas de consumo de energia elétrica ativa, a Tarifa de Energia (TE) e a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). Entre os tributos (impostos, taxas e contribuições) podemos constatar dois tributos federais, o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), um tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), além de um tributo municipal, a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP).

Desde 2013, no consumo residencial entre 100 e 300 kWh, a alíquota de ICMS é de 27% na Paraíba (PB). A minha proposta é simples para as autoridades responsáveis, é reduzir pela metade o ICMS nas contas de energia elétrica, para 13,5%. A Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S.A. (ENERGISA PB), localizada no bairro do Cristo Redentor, em João Pessoa, é a maior empresa da PB em vendas líquidas e cobra com a autorização da ANEEL, impostos diretos e encargos, além de encargos setoriais. Ressalto que a ENERGISA PB faz parte do Grupo Energisa, um dos principais grupos privados do setor elétrico da 12ª maior economia do mundo.

Os reajustes das bandeiras tarifárias (verde, amarela e vermelha) acontecem no Brasil desde janeiro de 2015. Os baixos níveis dos reservatórios nas usinas hidrelétricas provocaram a entrada da bandeira vermelha, no patamar 1, em maio de 2021, e no patamar 2, em junho, aumentando a conta de energia em todo o País. De acordo com os dados oficiais da Agência Internacional de Energia (AIE), a tarifa do

Brasil para uso de energia elétrica residencial foi a 14ª mais cara entre 28 países analisados. O custo da energia brasileira atingiu a média de US\$ 180 por megawatt-hora (MWh). Além disso, o Brasil também ficou em segundo lugar em relação à carga tributária que incide sobre a conta de energia residencial, com 40% (AIE, 2017).

Com a pandemia da COVID-19, as famílias estão mais tempo em suas residências, muitos trabalhadores em home office; outros desempregados; vários recebendo o Bolsa Família, o Auxílio Emergencial. Com a bandeira vermelha, no patamar 2, as contas de energia elétrica ficarão mais caras em 2021. Enfim, a situação econômica, social e ambiental é preocupante no Brasil. Precisamos, urgente, economizar energia elétrica, reduzir os tributos e investir mais em energias renováveis como a energia solar.

Sobre o autor



Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior, nasceu em 13 de maio de 1970, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, filho dos paraibanos, Paulo Francisco Monteiro Galvão e Maria Verônica Paiva da Silva, casado com Núbia Rodrigues Galvão, com duas filhas, Priscilla e Pamella. O autor é economista paraibano, escritor brasileiro, palestrante, professor de Economia e de Economia Brasileira nos Cursos de Ciências Contábeis, de Administração, de Gestão Financeira e de Gestão de RH no UNIESP. Graduação em Ciências Econômicas na UFPB (1998) e Especialização em Gestão de RH na UNINTER (2009). Autor e coautor de mais de 240 artigos de Economia divulgados nos sites no Brasil e no mundo, em especial, no site em português do jornal russo Pravda.Ru. Autor de 15 *eBooks* de Economia: RBCAI (2009); Reflexões socioeconômicas (2010); Novas reflexões socioeconômicas (2011); Vamos fazer juntos a economia verde? (2012); Por que o Brasil é muito desigual? (2013); Economia (2014); Economia brasileira: de Pedro Álvares Cabral ao ajuste fiscal (2015); O ouro do século XXI (2016); Diversos enfoques econômicos (2017); Novos enfoques econômicos (2018); Dia Mundial da Alimentação: Investindo na Agropecuária, na Pesca e na Aquicultura para Salvar Vidas (2018); Liberdade econômica e igualdade social (2019); A força econômica de João Pessoa: Crescendo junto com o turismo 2014-2018 (2019); A Recessão das Nações: Apenas olhe para o lado bom da economia (2020); Opinião Econômica (2021). Foi eleito pelos discentes na CPA como Professor Destaque nos semestres 2016.1, 2017.1, 2017.2 e 2018.2 no UNIESP. Foi eleito Professor Homenageado pelos alunos do primeiro período do Curso de Gestão de RH nos semestres 2018.1, 2019.1, 2019.2 e 2020.2 no UNIESP. Foi eleito pelo CORECON-PB o Economista

do Ano 2019 na Paraíba. Atualmente é conselheiro suplente do CORECON-PB e colunista no Portal MaisPB (PB), Notícias Extra.com (PB) e SAM Consultoria e Produções Artísticas (SP). E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com

